



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**História, ciência e natureza na política Ilustrada de D. Rodrigo de Sousa Coutinho  
para o meio-norte da América Portuguesa (1796-1801)**

**Flávio Pereira Costa Júnior**

**Belém- PA**

**2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**História, ciência e natureza na política Ilustrada de D. Rodrigo de Sousa Coutinho  
para o meio-norte da América Portuguesa (1796-1801)**

Flávio Pereira Costa Júnior

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

**Belém- PA**

**2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com  
ISBDSistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**

**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

C837h Costa Júnior, Flávio Pereira.  
História, ciência e natureza na política Ilustrada de D. Rodrigo  
de Sousa Coutinho para o meio-norte da América Portuguesa  
(1796-1801) / Flávio Pereira Costa Júnior. — 2023.  
255 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
História, Belém, 2023.

1. Ciências; . 2. Ilustração;. 3. Império Português;. 4. Dom  
Rodrigo de Sousa Coutinho. I. Título.

CDD 981.1

---

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Nelson Sanjad (PPHIST/UFPA - Presidente)

---

Dr. Rafael Chambouleyron (UFPA - Examinador interno)

---

Dra. Heloisa Meireles Gesteira (MAST/MCTI – Examinadora externa)

---

Dr. Alírio Cardoso (UFMA - Examinador externo)

---

Dr. Marcelo Cheche Galves (UEMA - Examinador externo)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer à Deus, por mais uma etapa vencida nesta árdua caminhada. Aos meus pais, Dona Marly e Seu Flávio por me incentivarem nos estudos e pelo apoio financeiro e moral. Aos meus irmãos, Mayana e Fábio pelos incentivos. Aos meus sobrinhos, Veríssimo, Alana, Lucas e Fábio Jr pelos momentos de felicidade que sempre me proporcionaram. Aos meus avós que felizmente tive a oportunidade de conhecer todos: José “Zequinha” Alves (*in memorian*), Maria “Peteta”, Genésio “Perré”, Marly (*in memorian*). As minhas tias Lígia, Ana Cristina, Hélia e o tio Zé Filho por fazerem parte da minha formação e do meu caráter. Aos meus primos Franklin, Leonardo, Livia (*in memorian*) pelo carinho e apoio.

Para Nina Sofia, minha amada filha, que transformou a minha vida.

À minha esposa Susy pelos momentos felizes e desafiadores, mas que sempre estive ao meu lado, pelo apoio e incentivo de sempre.

Aos meus amigos que de alguma forma estão presente neste trabalho, seja pelo incentivo ou momento de alegrias: Darlan, Eduardo, Alex, Lauísa, Frankdene, Diogo, Hortência, Garcia, Sâmila, Das Neves, Bruno, Vicente e Beth Madureira.

Aos funcionários dos diversos arquivos que entrei ou que pesquisei via digital, sem eles, literalmente o nosso trabalho não seria possível.

Ao Marcelo Prazeres, meu professor no ensino fundamental e que me ensinou a amar a história.

Aos meus professores da UFPA, em especial ao Rafael, que contribuiu significativamente ao meu trabalho. Também agradeço ao meu orientador, Nelson Sanjad por ser atencioso e solícito. Aos meus colegas do Programa de Pós-graduação em História, em especial: Paula Sampaio e Elielson.

Aos funcionários da UFPA.

A CAPES pelo fomento a bolsa por dois anos.

Aos meus professores da UFMA, em especial o Alírio Cardoso que contribuiu na minha escrita historiográfica e apoio na minha trajetória acadêmica.

Aos meus professores da graduação na UEMA, em especial aos professores Henrique Borrvalho por sempre me incentivar em tudo, e ao professor Marcelo Cheche que esteve sempre presente nas minhas bancas de graduação, qualificação e defesa da dissertação e agora na de doutorado com suas contribuições argutas sobre meus trabalhos.

## **RESUMO**

A ciência foi elemento importante na construção política do Império Português no século XVIII. Seria por meio desse conhecimento que as potencialidades econômicas da natureza das possessões seriam avaliadas, no intuito de desenvolver o comércio em benefício da Coroa. Compreende-se assim que a ciência era um instrumento colonial útil para manter a união entre o centro europeu desse Império com suas demais porções no Globo, especialmente com os Estados coloniais na América Portuguesa. Assegurando territórios e desenvolvendo projetos para atingir economicamente os demais impérios, sobretudo para competir em mercados já estabelecidos por tais. Seriam objetos desse conhecimento a fauna, a flora e os minerais, e para tanto foram enviados homens gabaritados para tais pesquisas, adentrando os sertões em busca de espécimes novos e avaliando os já conhecidos. A agricultura também fazia parte desse rol de estudo, no interesse em expandir a produção. Caso exemplar desse tipo de simbiose entre política e ciência foi a do Dom Rodrigo de Sousa Coutinho no período em que era ministro da Marinha e Ultramar (1796-1801). Pela formação acadêmica e conjuntura em que tal indivíduo estava envolvido, nota-se a atenção que ele dedicou à natureza. Como estudo de caso, a tese se foca nos Estados do Maranhão e do Piauí. Já objetivo desse trabalho é apresentar como a visão política, por meio da ciência na administração de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, tinha como projeto inserir o Maranhão e o Piauí no comércio internacional.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Ciência; Ilustração; Império Português; Rodrigo de Sousa Coutinho

## **ABSTRACT**

Science was an important element in the political construction of the Portuguese Empire in the 18th century. It would be through this knowledge that the economic potential of the nature of the possessions would be evaluated, with the aim of developing trade for the benefit of the Crown. It is thus understood that science was a useful colonial instrument to maintain the union between the European center of that Empire with its other portions on the Globe, especially with the colonial States in Portuguese America. Securing territories and developing projects to reach the other empires economically, above all to compete in markets already established by such empires. Fauna, flora and minerals would be objects of this knowledge, and for that purpose qualified men were sent for such research, entering the sertões in search of new specimens and evaluating the already known ones. Agriculture was also part of this study list, in the interest of expanding production. An exemplary case of this type of symbiosis between politics and science was that of Dom Rodrigo de Sousa Coutinho during the period when he was Minister of the Navy and Overseas (1796-1801). Due to the academic background and situation in which this individual was involved, one can see the attention he devoted to nature. As a case study, the thesis focuses on the States of Maranhão and Piauí. The objective of this work is to present how the political vision, through science in the administration of Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, had as a project to insert Maranhão and Piauí in international trade.

## **KEYWORDS**

Science; Enlightenment; Portuguese Empire; Rodrigo de Sousa Coutinho

## LISTA DE FIGURAS E MAPA

<b>Figura 1:</b> Quatro-patacas-vermelhas.....	p. 240
<b>Figura 2:</b> Cajazeira.....	p. 241
<b>Figura 3:</b> Carnaúba.....	p.242
<b>Figura 4:</b> palmatória-da-cochonilha.....	p.243
<b>Figura 5:</b> Palmatória-comprida.....	p.244
<b>Figura 6:</b> betônica-do-piauí.....	p.245
<b>Figura 7:</b> maracujá-de-moita.....	p.246
<b>Figura 8:</b> Velame preto.....	p.247
<b>Figura 9:</b> Velame branco.....	p.248
<b>Figura 10:</b> Velame miúdo.....	p.249
<b>Figura 11:</b> Velame cheiroso.....	p.250
<b>Figura 12:</b> flor-de-jardim.....	p.251
<b>Figura 13:</b> quina do Piauí.....	p.252
<b>Figura 14:</b> Frontispício do livro Fazendeiro do Brasil.....	p.253
<b>Figura 15:</b> Máquina de descaroçar algodão. ....	p.254
<b>Figura 16:</b> Representação da pimenta negra.....	p.255
<b>Mapa:</b> Carta geográfica da Capitania do Piauí e parte adjacentes [cartográfico], levantada em 1761 por João Antônio Galluzzi.....	p. 257

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> mapa geral do itinerário do sertão da capitania do maranhão (expedição Cabral-Pereira - 1799, 1800,1801, 1802).....	p.76
<b>Tabela 2:</b> plantas catalogadas por Dias Cabral em sua obra.....	p.121
<b>Tabela 3:</b> Relação das madeiras e seus usos, segundo o capitão Maia.....	p.136
<b>Tabela 4:</b> Contabilidade da venda de livros da Casa do Correio em 1799-1800.....	p.191
<b>Tabela 5:</b> Impressos recebidos pela Casa do Correio em 1800.....	p.193
<b>Tabela 6:</b> Impressos solicitados por Joaquim José Pereira em 1801.....	p.195

## **ABREVIATURAS**

**AHU-** Arquivo Histórico Ultramarino

**APEM-** Arquivo Público do Estado do Maranhão

**APEP** – Arquivo Público do Estado do Pará

**BN** – Biblioteca Nacional

**RIHGB-** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

## SUMÁRIO

RESUMO.....	p.6
ABSTRACT.....	p.7
LISTA DE FIGURA.....	p.8
LISTA DE TABELAS.....	p.9
ABREVIATURAS.....	p.10
INTRODUÇÃO.....	p.13
1. POLÍTICA E CIÊNCIA EM PORTUGAL: PERSPECTIVAS DE UM ESTADO ILUSTRADO E SUA NATUREZA	
1.1. - D. Rodrigo de Sousa Coutinho: trajetória, política e ciência.....	p.26
1.2. - Proposta de um vice-reinado austral e um setentrional na América Portuguesa.....	p.42
1.3. – Governo Ilustrado no Estado do Maranhão e Piauí e política de fomento a ciência.....	p.60
2. OS OLHOS DO IMPÉRIO NO SERTÃO DO MARANHÃO E PIAUÍ: OS MINERAIS E A FAUNA NA PERSPECTIVA DOS NATURALISTAS	
2.1. – A expedição Cabral-Pereira: a ciência adentra os sertões.....	p.72
2.2. – Salitre e outros minerais na perspectiva da expedição Cabral-Pereira.....	p.80
2.3. – A análise do aproveitamento da fauna no uso econômico.....	p.97
3. A BUSCA PELO OURO VERDE: ESTUDOS SOBRE A FLORA LUSA-AMERICANA	
3.1. – Análises das plantas nativas por meio do naturalismo-pragmático.....	p.113
3.2. – Lei de conservação das matas e o estudo do uso das madeiras.....	p.135
3.3. – Jardins botânicos: domesticação das plantas nativas, aclimação das exóticas e desenvolvimento agrícola para a glória da Coroa portuguesa.....	p.144
4. CIÊNCIA E AGRICULTURA PARA A GLÓRIA DA COROA	
4.1. – Relatórios agrícolas: Luzes sobre as produções na América Lusitana.....	p.161

4.2. - Impressos e conhecimentos técnicos no Império.....	p.186
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.209
REFERÊNCIAS.....	p.214
ANEXO – FIGURAS.....	p.239
ANEXO – MAPAS.....	p.256

## INTRODUÇÃO

A ciência foi elemento chave na construção política do Império Português no século XVIII. Seria por meio desse conhecimento que as potencialidades econômicas da natureza das possessões seriam avaliadas, no intuito de desenvolver o comércio em benefício da Coroa. Compreende-se assim que a ciência era um instrumento colonial útil para manter a união entre o centro europeu desse Império com suas demais porções no Globo, especialmente com os Estados coloniais na América Portuguesa. Assegurando territórios e desenvolvendo projetos para atingir economicamente as demais potências imperiais, sobretudo para competir em mercados já estabelecidos por tais. Seriam objetos desse conhecimento a fauna, a flora e os minerais, e para tanto foram enviados homens gabaritados para tais empreitadas, adentrando os sertões em busca de espécimes novos e avaliando os já conhecidos. A agricultura também fazia parte desse rol de estudos, no interesse em expandir a produção. Caso exemplar desse tipo de simbiose entre política e ciência foi o de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) no período em que se manteve à frente do ministério da Marinha e Ultramar (1796-1801). Pela formação acadêmica e conjuntura em que tal indivíduo estava envolvido, nota-se a atenção que ele dedicou à natureza.

Esta tese analisa, justamente, como natureza, ciência e política são articuladas na correspondência de D. Rodrigo. Como estudo de caso, ela foca nos documentos relativo aos governadores do Estado do Maranhão e Piauí. Não passou despercebida pela Coroa portuguesa a riqueza natural que em tal região havia, e a exploração era algo necessário para inseri-la na economia portuguesa. Os estudos científicos seriam a balança necessária para se avaliar como o meio ambiente seria útil na ampliação das riquezas do Império Português. Por isso foi enviada uma expedição às duas capitânicas desse Estado, foi elaborado um projeto de jardim botânico e foram remetidos impressos à colônia, em sua maioria de conhecimento científico. O objetivo desse trabalho é apresentar como política e ciência foram associadas na administração de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para inserir o Maranhão e o Piauí no comércio internacional.

O Império Lusitano, no século XVIII e início do XIX, compreendia diversas regiões do globo. Apesar de reconhecer sua ampla dimensão, este trabalho versa sobre

uma parte deste grande império, que é o norte da América Lusitana, mais precisamente o território que compreendia administrativamente o Estado do Maranhão e Piauí. A razão dessa escolha é que há uma certa ausência de estudos sobre a temática nesta região para o período. Além do mais, a região era estratégica para o Império Português, haja vista sua posição de ligação direta com Portugal, de modo que no período da Independência (1822) o Maranhão não adere imediatamente ao projeto político liderado pelas elites centradas nas províncias do Sul e capitaneadas pelo então príncipe D. Pedro. Além do mais, no período havia propostas, inclusive feitas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para que esta região integrasse um vice-reinado separado do Brasil, o do Grão-Pará e Maranhão, com capital em Belém.

O recorte temporal coincide com a política realizada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho quando esteve à frente do Ministério da Marinha e Ultramar entre 1796 e 1801. Tal recorte se fez necessário em razão da importância deste indivíduo e de sua geração para a história da ciência em Portugal e no Brasil, bem como pelo fato de algumas atividades realizadas naquele momento terem sido importantes para a política de então. O Portugal dos Setecentos é marcado por transformações administrativas e burocráticas conforme os preceitos iluministas. Há, sobretudo, uma mudança na forma como se via e desenvolvia o conhecimento. A ciência passa cada vez mais a ser valorizada nas tomadas de decisões políticas. E para tanto, ainda que fosse mantida a escolha para os cargos administrativos pelos critérios de nobreza, a Coroa também iria preferir indivíduos capacitados academicamente para dar conta das diversas nuances do Império. Não por menos que foram ilustrados de notáveis saberes os principais ministros nos reinados de D. José I, D. Maria I e na regência de D. João, com Sebastião José de Carvalho e Melo, Martinho de Melo e Castro e Rodrigo de Sousa Coutinho, respectivamente. Com eles, o estudo da natureza ganhou relevância para a política econômica colonial no Império Português.

Foi no longo reinado de D. João V (1706-1750) que elementos do Iluminismo foram se constituindo na sociedade portuguesa.<sup>1</sup> Esse rei foi considerado um grande mecenas das artes e da ciência. Consta como contributo cultural em seu governo a

---

<sup>1</sup> O termo Iluminismo surge no século XIX para se referir ao século XVIII. Nesse sentido, o termo não existe no período Setecentista, mas sim, abunda o termo 'Luzes'. Tal termo deve ser contextualizado de acordo como foi empregado, pois como lembra Falcon (2002, p. 16), o sentido de Luzes no contexto místico-religioso, referindo-se à Razão, coexistiu com outros e aos poucos foi predominando (FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 2002, p. 16.).

fundação da Academia Real de História Portuguesa em 1720, onde se reuniam indivíduos para refletir sobre questões estratégicas acerca do Império Português. Outros elementos demonstram como a Corte de então foi se afinando com a característica fulcral do século das Luzes: a Razão. A valorização do conhecimento científico, a aproximação entre intelectuais e a Corte e, especialmente, o próprio monarca, a consolidação de um mercado das letras, a construção ou ampliação de bibliotecas com o que havia de mais moderno em conhecimento, a formação de academias, como a já citada, entre outros acontecimentos, atestam que, no período de João V, havia uma formação daquilo que ficou conhecido pela historiografia como Ilustração Portuguesa.<sup>2</sup>

Ao longo do século XVIII foi se desenvolvendo uma estrutura burocrática para administrar melhor o Império Lusitano. Em 1736 foram criadas três secretarias de Estado para este fim: Negócios Internos; Marinha e Ultramar; e Guerra e Negócios Estrangeiros. Mas é com Pombal que o Ministério da Marinha e Ultramar ganha força maior sobre os demais órgãos do Império que tinham relação direta com o controle colonial. Era de responsabilidade desse ministério nomear os principais funcionários, inclusive governadores e vice-reis. Também os que estavam ligados aos serviços de justiça, finanças e postos altos do exército e da Igreja.<sup>3</sup> Destarte, ainda havia órgãos especializados que não estavam atrelados a esta ministério e que poderiam ter alguma interferência no controle da política colonial. Entre eles destacam-se: Junta do Comércio (1755), Erário Régio (1761) e Conselho do Almirantado (1795).<sup>4</sup> No caso do Erário Régio, tinha controle sobre todas as transações financeiras do Império Lusitano. Pombal foi seu primeiro presidente e D. Rodrigo de Sousa Coutinho também iria presidi-lo decênios depois.<sup>5</sup>

Pombal, Melo e Castro e Sousa Coutinho foram sujeitos chave na política portuguesa entre 1750 e 1816. O conhecimento desenvolvido no período, sobretudo nos aspectos administrativos, científicos e econômicos, está atrelado a esses homens. Todos

---

<sup>2</sup> FURTADO, Júnia. “Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e novas práticas letradas”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial* (vol. 3 – 1720-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 64-65. FURTADO, Júnia. “Bosque de Minerva: artefatos científicos no colecionismo joanino”. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (Orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 229-230.

<sup>3</sup> SILVA, André Mansuy-Diniz. “Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808”. In: BETHELL, Leslie. *América Latina Colonial*, volume I. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, p. 488-489.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 489.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 489-490.

eram “estrangeirados”, formados em Direito pela Universidade de Coimbra e defendiam o Absolutismo Ilustrado.<sup>6</sup> Esse termo designa a política que visava fortalecer o poder real frente às demais estruturas sociais, como a Igreja Católica, o poder da nobreza e o da burguesia monopolista. Exemplo disso foi a tomada do direito de órgão censor da Igreja para o Estado no período pombalino, assim como o controle do Correio, antes monopólio de uma família, fazia parte da burocracia estatal na gestão do ministro Sousa Coutinho.<sup>7</sup>

O Absolutismo Ilustrado pode ainda ser caracterizado pelo fortalecimento da monarquia por meio da Razão. Isso significava priorizar o conhecimento técnico-científico nas tomadas de decisões. Nesse quesito era essencial que todos os elementos da sociedade estivessem debaixo da autoridade do governante. E isso só seria possível por meio do processo de burocratização do Estado. Assim, órgãos ou estruturas que estivessem no controle de famílias nobres ou da Igreja, e que fossem considerados importantes para o funcionamento do Estado, passaram para o controle estatal. Com isso, era preciso um corpo técnico graduado em escolas e universidades, incluindo os filhos da nobreza. A secularização da política também foi outra característica importante, pois diminuiu a influência da Igreja em benefício do poderio das majestades reinantes. Isso significou não um ataque às estruturas da Igreja, mas uma reorganização política da influência da Igreja.<sup>8</sup>

O termo “estrangeirado” tem sido problematizado, mas é fato que havia portugueses que viviam em outros países e que apresentavam proposições reformistas para seu país. Essa característica tem sido apontada como a percepção desses indivíduos que, ao viverem em outro país, se davam conta do atraso em que Portugal se encontrava, frente às demais potências europeias. Um dos principais temas que discutiam era a educação, que, dominada pelos jesuítas, impedia que a cultura científica lusitana se desenvolvesse como as dos demais países. Essa crítica tinha como pressuposto que o desenvolvimento educacional proporcionaria conhecimento para o desenvolvimento do Império. Obras como *Apontamentos para educação de um menino nobre* (1734), de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, *O verdadeiro método de estudar* (1746), de Luís Antônio Verney, e *As cartas sobre a educação da mocidade* (1760), de Ribeiro

---

<sup>6</sup> SILVA, André, 1998, p. 449.

<sup>7</sup> MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa: A inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

<sup>8</sup> FALCON, Francisco José Calazans. *Despotismo esclarecido*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 24-26.

Sanches, são exemplos desse pedagogismo que defendia a reforma do ensino para o desenvolvimento e a glória do Império.<sup>9</sup>

A educação elementar na América Lusitana era realizada principalmente pela ordem jesuítica. Pombal não via com bons olhos a força espiritual, cultural e econômica desta ordem na vida dos súditos portugueses. Era mister que o Absolutismo Ilustrado português se consolidasse, isto é, que as mais diversas atividades da vida social lusitana estivessem sob o controle da Coroa. Os jesuítas foram os grandes responsáveis pela educação em boa parte do período colonial. Com a expulsão dessa ordem, Pombal estrategicamente tomou a educação como política de Estado. Para sustentar as escolas reais foi estabelecido o Imposto Literário.<sup>10</sup> Os lugares de ensino não eram em prédios ‘públicos’, mas geralmente nas casas dos professores. No entanto, a mudança na política educacional da colônia trouxe agravos, pois muitas atividades realizadas pelos religiosos foram descontinuadas e não retomadas imediatamente pelo governo, e principalmente muitas dessas aulas não foram implementadas por falta de financiamento. Destaca-se, porém, que os mais abastados no século XVIII contratavam professores para dar aulas particulares aos seus filhos, e que majoritariamente tais aulas eram somente para se aprender a escrever, ler e fazer contas das operações básicas.<sup>11</sup>

A relação entre ciência e religião não se separa no contexto histórico do Setecentos português. Muito pelo contrário, o conhecimento da natureza, que se dava pela visão crítica do conhecimento científico, era legitimado pela teologia.<sup>12</sup> Não por menos que as reformas na Universidade de Coimbra alteraram a grade do curso de teologia a fim de se estudar a ciência.<sup>13</sup> Desse modo, o conhecimento científico seria uma forma de apreender sobre a obra de Deus por meio da natureza.<sup>14</sup> É bom lembrar que personagens chave ao longo século eram religiosos, como José Mariano da Conceição Veloso, Félix de Avelar Brotero, Joaquim José Pereira, entre outros. Assim, a ciência também seria uma

---

<sup>9</sup> Cf. BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 23; 45.

<sup>10</sup> MACEDO, Jorge Borges. *O Marquês de Pombal (1699-1782)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982, p. 25-28.

<sup>11</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>12</sup> CALAFATE, Pedro. *A Ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, p. 46.

<sup>13</sup> CALAFATE, 1994, p. 87.

<sup>14</sup> Cf. THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

forma de exaltação ao divino, tendo em vista a busca pelo entendimento da obra do Criador.

É certo que o conhecimento poderia se tornar uma arma contra os interesses do Absolutismo Ilustrado. Logo, era preciso expurgar esse mesmo conhecimento de qualquer entrave para a manutenção das prerrogativas imperiais da Coroa portuguesa. De imediato, esse conhecimento era técnico e centrado especialmente no desenvolvimento econômico do Império. Assim sendo, não era o saber pelo saber, um conhecimento para atender a meras curiosidades ou deleites pessoais, mas sim era imbuído do pragmatismo necessário aos anseios da política portuguesa de então. Munteal Filho (2001) utiliza o termo naturalismo-pragmático para enfatizar tal característica. Não se pode deixar de mencionar que tal conhecimento foi incentivado e desenvolvido para glória da Coroa.<sup>15</sup>

Assim, o conhecimento seria instrumento de dominação e perpetuamento do poderio da Coroa sobre as possessões imperiais. Para tanto, era preciso formar quadros humanos que pudessem desenvolver tal conhecimento. Esse aspecto se mostrou desafiador na política imperial portuguesa, pois era preciso desenvolver a ciência em Portugal para que ela pudesse atender aos interesses do Absolutismo Ilustrado. Isso era apontado, desde a primeira metade do século, por aqueles que ficaram conhecidos como estrangeirados, como sendo o ponto fulcral na estratégia das disputas com as outras nações. Por esse viés, a educação foi tema central no século XVIII. Era preciso, portanto, efetuar reformas no ensino, iniciadas na administração pombalina.

A reformulação da educação na sociedade portuguesa pela política do Marquês de Pombal foi significativa. A criação do Colégio dos Nobres em 1761 é sintomática da importância que a educação assumiu no período, pois ainda que a historiografia venha a divergir sobre o sucesso dessa instituição, sua criação demonstra um interesse em possibilitar uma formação melhor para os filhos da nobreza e permitir que assumissem os cargos da administração, não somente por sua origem nobre, mas por suas capacidades técnicas.<sup>16</sup> Para tanto, a formação escolar não deveria somente visar aspectos éticos e eruditos, mas científicos também. Destaca-se que D. José I, por meio de decreto, estabeleceu que quem frequentasse o Colégio dos Nobres teria facilidade para adentrar a

---

<sup>15</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “O liberalismo num outro Ocidente: política colonial, ideias fisiocratas e reformismo mercantilista”. In: GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal; PRADO, Maria Emília (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: REUAN: UERJ, 2001.

<sup>16</sup> CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e político colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*, v. 17, n. 31, 2011, p. 73-74.

Universidade de Coimbra: “colegiais do mesmo colégio, que nele se conduzissem regularmente, serão por mim atendidos com especialidade para os empregos e lugares públicos; e tanto quanto maior for a distinção com o que houverem assinalado nas diferentes profissões.”<sup>17</sup>

No nível superior, a reforma da Universidade de Coimbra foi significativa para a transformação cultural do Império. Essa era a principal instituição de ensino do Império Português, pois estabelecimentos universitários eram proibidos nos territórios conquistados. Assim, por mais difícil que fosse luso-maranhenses se depararem com os luso-mineiros na própria América, ao estudarem em Coimbra poderiam se encontrar. A universidade passou a ser mais do que um lugar de encontro de pessoas, mas também de ideias originadas nas diversas partes do gigantesco Império Português. Deve-se destacar que o controle dos saberes na formação acadêmica de seus súditos também era parte da política imperial de Portugal.

A Universidade de Coimbra é uma das primeiras do Ocidente. Originária da escolástica medieval em 1290, tinha, como tantas outras que surgiram no período, a formação teológica como faculdade principal. No século XVIII, com a demanda para o desenvolvimento das ciências experimentais, entendidas como básicas para a expansão da economia imperial, era deveras necessário reformá-la. Assim é que elementos escolásticos e jesuíticos foram expurgados desta instituição no período pombalino. Em seu lugar, foram recrutados professores estrangeiros a fim de fazerem progredir o conhecimento científico. Na historiografia, principalmente em razão de sua ampla atuação na ciência de então, o docente Domingos Vandelli foi e é o mais estudado.

A modernização da Universidade de Coimbra era parte do projeto de Pombal de modernização do Estado Português. São dois elementos que estavam interligados. A reforma universitária seria um ato político de reestruturação da formação de indivíduos que seriam capacitados para atuar na burocracia colonial.<sup>18</sup> A faculdade de Filosofia tinha uma larga abrangência de conhecimentos, diferindo do nosso entendimento do que seria um curso de filosofia para o tempo presente. Ela abarcava temas que perpassavam a

---

<sup>17</sup> SILVA, António Delgado da. *Coleção de Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*. Suplemento à Legislação de 1750 – 1762. Lisboa: Tipografia Maignense, 1830, p. 786.

<sup>18</sup> PEREIRA, Rodrigo Osório. *O Império Botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia atlântica colonial (1768-1808)*. 2013. Tese (doutorado em história) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, p. 70.

história natural, ética, ciências exatas, política, medicina etc.<sup>19</sup> Para Pereira (2013), o período entre 1779 e 1808 foi marcado pela herança da política pombalina, com a ciência ganhando destaque na realidade política de então.<sup>20</sup> Chegou-se a essa conclusão ao deparar com o desenvolvimento da botânica lusa-americana, principalmente por meio das expedições naturalistas. O autor também destaca que esse período foi marcado pela gestão de dois ministros, Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que mantiveram o apoio dado a iniciativas de cunho científico.<sup>21</sup> Exemplo disso foram as expedições enviadas para as conquistas a fim de encontrar gêneros naturais que poderiam ser úteis na economia portuguesa.

A ciência fazia com que indivíduos estivessem mais próximos da esfera política por meio dos projetos que se iam desenhando para o Império Português. Por isso, uma nova elite com formação técnica ganhou influência decisiva nas tomadas de decisões, sobretudo na exploração do mundo natural. Sem dúvida, Domingos Vandelli foi um desses agentes com conhecimentos científicos, se não o mais importante deles. Isso porque ele influenciou uma geração como professor da Universidade de Coimbra e ainda manteve contato com os seus discípulos depois de egressos dessa instituição, quando já estavam inseridos na administração de minas, na gerência de plantações, em obras civis e militares e em expedições naturalistas pelas conquistas portuguesas. Vandelli também manteve contato com personas na área acadêmica, como o já na época famoso Carlos Lineu.

Vandelli era de Pádua, na Península Itálica. Foi contratado para ser professor no Colégio dos Nobres, função que acabou por não assumir. Mas não se distanciou do Reino de Portugal, muito pelo contrário, tornou-se importante mediador entre a política e a ciência. Membro fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa, foi um dos mais atuantes, destacando-se nos artigos publicados e nas obras dessa instituição. A defesa da economia portuguesa dependia do conhecimento desenvolvido sobre a própria economia. Em uma de suas memórias, por exemplo, Vandelli defendeu a agricultura em vez das indústrias como melhor forma de fortalecer a economia. Em suas palavras: “que a fortuna do Estado, e da Humanidade, excetuando os selvagens, que vivem da caça e pesca, está

---

<sup>19</sup> CARVALHO, Flávio Rey de. *Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 101.

<sup>20</sup> PEREIRA, *op. cit.*, p. 56.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 83.

nas mãos dos cultivadores”.<sup>22</sup> A agricultura deveria ser priorizada economicamente como destino da nação portuguesa, por meio do intervencionismo. Ele cita o francês Jean-Baptiste Colbert, conhecido ministro das finanças no reinado de Luís XIV, a quem reputava como defensor da ideia de que o fomento à agricultura faria também desenvolver a indústria.<sup>23</sup>

Vandelli acreditava que o conhecimento científico seria uma forma de conhecer melhor a obra de Deus. A ciência não se afastaria da religião, mas aproximaria o homem do Criador.<sup>24</sup> Vandelli formou inúmeros alunos para trabalhar em pesquisa na natureza. Foi o caso do luso-baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, que realizou viagens naturalistas pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro e Mato Grosso. O conhecimento científico que desnudava a natureza era também ferramenta pragmática e arma do saber frente a disputas territoriais entre Portugal e outros países na América, na África e na Ásia.<sup>25</sup>

Após a morte de D. José I, subiu ao trono sua filha D. Maria I. Neste momento, o Marquês de Pombal perdeu força política por causa da antipatia pessoal que a nova monarca nutria contra o ilustre ministro. Ele foi obrigado a se retirar da política para um autoexílio em sua terra natal. A “viradeira”, como ficou conhecido esse momento de derrocada de Pombal, não pode ser considerada como uma derrota do pombalismo nem da Ilustração.<sup>26</sup> Pelo contrário, o Absolutismo Ilustrado foi reforçado, inclusive por meio do desenvolvimento científico. Exemplo significativo foi a formação, autorizada pela monarca, da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779). Esta instituição, além de ser a sucessora espiritual da Academia de História, tinha em sua estrutura a valorização da ciência. Seus sócios seriam responsáveis pela elaboração de memórias que, por meio da ciência, poderiam melhorar a economia imperial.

---

<sup>22</sup> VANDELLI, Domingos. Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar a Agricultura sobre as Fábricas. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, p. 248.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 244-246.

<sup>24</sup> CALAFATE, Pedro. *A Ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, p. 87.

<sup>25</sup> EVA, Margarita; GARCÍA, Rodriguez. Lejos del gabinete: viajes científicos a la América portuguesa y española (1777-1792) y representación de la naturaleza. *Memorias: revista de historia y arqueología desde el Caribe Colombiano*. Ano 11, n. 25, 2015, p. 149-150.

<sup>26</sup> NOVAIS, Fernando. “O Reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.7, 1984, p. 106. VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 19-20.

De todo modo, a economia do Império Lusitano estava a todo momento sendo avaliada. E a ciência era a ferramenta para isso. O interesse pela botânica, que no século XVIII não se apartava dos estudos para o desenvolvimento técnico na agricultura, fez com que a Coroa enviasse exploradores para os sertões de seu Império. O período setecentista possuía como característica a interiorização de expedições naturalistas, de forma mais sistemática do que períodos anteriores. Como lembra Mary Pratt, pode-se considerar a viagem de James Cook à Oceania como o fim das grandes descobertas pelos europeus por meio das navegações e o início da exploração científica do interior dos continentes.<sup>27</sup> Por isso, peças chave para entender este período são os exploradores que adentravam os sertões a fim de recolher e analisar os diversos gêneros da natureza. Estes exploradores não avaliavam a natureza pelo conhecimento, pelo “saber puro”, mas de uma maneira pragmática e economicista.

Os exploradores naturalistas tinham como função em suas expedições adentrar os sertões em busca de gêneros naturais que pudessem ter potencialidades econômicas, como por exemplo, a busca de regiões em que houvesse salitre natural, matéria-prima na feitura de pólvora. Também plantas conhecidas e desconhecidas que poderiam ser úteis para uso nas atividades humanas e assim atender demandas de fonte econômica. São plantas medicinais, fibras para fazer cordas ou madeiras que serviriam para a construção civil e naval. As coletas eram feitas *in loco* e as análises eram feitas de imediato. Foram desenvolvidas técnicas para o recolhimento, armazenamento e conservação. Alguns animais eram mantidos vivos, mas também poderiam ser conservados em álcool. As plantas eram mantidas em caixas de madeira com terra da região onde foram recolhidas. E caso o explorador se deparasse com uma nova espécie, estava apto para se valer do conhecimento de então para criar nomes de acordo com as regras de nomenclatura desenvolvidas por Carlos von Linné.<sup>28</sup>

O explorador, além de analisar os produtos que coletava na região, também os remetia para o Reino para que tais gêneros fossem melhor avaliados no centro do Império. Para além, as expedições ficavam responsáveis por descrever, através de relatórios, mapas e desenhos, as características dos gêneros analisados e remetidos para Portugal. Por isso, era essencial que houvesse uma equipe que possibilitasse um trabalho competente para

---

<sup>27</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauri: EDUSC, 1999.

<sup>28</sup> RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

tanto, como riscadores para descrever em imagens e cartógrafos que possibilitassem compreender melhor a região por meio de mapas. Era preferível que tais atividades fossem realizadas por aqueles que foram treinados, ou seja, que tivessem formação na Universidade de Coimbra, no Gabinete de História Natural e no Jardim Botânico da Ajuda ou pela Academia de Ciências de Lisboa. No entanto, na falta de indivíduos com essas características, outros que tivessem alguma experiência de campo que pudessem realizar as pesquisas, tais como militares, religiosos, habitantes locais, dentre outros, poderiam ser aproveitados.<sup>29</sup> Também importava que quem estivesse na administração tivesse capacidades intelectuais para avaliar as pesquisas naturalistas que estavam sendo feitas nas capitanias. E no período em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi chefe do ministério da Marinha e Ultramar, ele valorizou governadores que tivessem cabedais acadêmicos que pudessem atingir tais expectativas.

O século XVIII foi também o período do crescimento da formação dos hortos botânicos, verdadeiros jardins científicos que almejavam possuir variados tipos de plantas. Estes jardins botânicos tinham por objetivos domesticar e aclimatar espécies que pudessem ser observadas para interesses científicos. Havia permutas entre os jardins coloniais e os que estavam presentes na Europa. A historiadora Regina Duarte faz uma analogia que, nos séculos XVII e XVIII, parecia que os homens queriam voltar ao paraíso do Éden, de tão grande a importância que era dada a estes jardins. Segundo ainda ela, o primeiro foi construído em Pádua em 1545 na República de Veneza. O espaço tinha a forma circular e era dividido em quatro partes, representando cada um dos continentes com plantas destas regiões, assim um passeio por tal jardim representaria um passeio pelo mundo.<sup>30</sup> Em 1798 foi feito o jardim em Belém. O Jardim teria a dupla função de aclimatar plantas exóticas, sobretudo as de origem asiática, valorizadas; e domesticar as nativas que tivessem algum potencial econômico, mas que ainda eram aproveitadas por meio do extrativismo. O Jardim Botânico do Pará foi o primeiro neste sentido que surgiu na América Lusitana e por isso foi tomado como modelo para os demais que surgiram depois.

Havia um projeto preservacionista por parte do Império Português e que ficou mais evidente no final do século XVIII. Não trata, porém, do ativismo ecológico como na

---

<sup>29</sup> DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição das redes de informação no Império português no final dos Setecentos. *História, Ciência e Saúde* — Manguinhos, vol. 8, p. 823-838, 2001.

<sup>30</sup> DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 56-57.

atualidade é, mas sim uma forma política de preservação tática.<sup>31</sup> A estratégia preservacionista do Império era conservar para poder explorar melhor, assim mantendo controle sobre queimadas e desmatamentos, endossando a política pragmática que caracterizou o período. Alguns já haviam percebido que mudanças climáticas ocorriam com a destruição da vegetação local, sobretudo aqueles que moravam em ilhas notaram sensivelmente as diferenças. Vandelli fez críticas às queimadas que poderiam destruir preciosos gêneros que ainda nem sequer haviam sido estudados, os quais poderiam ter potenciais econômicos.<sup>32</sup> D. Rodrigo de Sousa Coutinho também demonstra preocupação acerca do desmatamento, e por isso elabora uma política que pudesse conservar a natureza, enviando em 1797, aos governadores da América Lusitana, a forma como deveriam proteger a vegetação nas margens dos rios, no litoral, além de estabelecer punições aos incendiários e tomar para a Coroa locais considerados estratégicos, compensando os antigos donos com sesmarias em algures.<sup>33</sup> A ligação entre comércio, ciência e controle colonial foi parte importante de como a política Imperial Portuguesa se mantinha frente às demais potências coloniais.<sup>34</sup>

Para melhor entendimento do assunto, a presente tese se divide em quatro capítulos.

Capítulo I: *Política e ciência em Portugal: perspectivas de um Estado Ilustrado e sua natureza*. A política colonial portuguesa se voltou para a natureza de suas possessões, e por isso, ao longo do século XVIII, formou em recursos humanos indivíduos que pudessem dar conta da pesquisa e administração por meio do conhecimento científico. A ciência seria importante ferramenta para explorar o meio ambiente em benefício da Coroa. Tais indivíduos ocuparam cargos administrativos, e por isso nesse capítulo focamos em Dom Rodrigo de Sousa Coutinho e na práxis política de então. Entre 1796 e 1801, tempo em que ocupou a pasta da Marinha e Ultramar, pode-se destacar a formação do Observatório Real da Marinha, estabelecimento do Correio Marítimo, a realização de expedições naturalistas, a fundação da Tipografia e Calcografia do Arco do Cego, feitura de jardins botânicos, dentre outros elementos que serão destacados ao longo da tese. Nesse capítulo, em específico, será apresentada a proposta de Coutinho da divisão

---

<sup>31</sup> DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 55.

<sup>32</sup> PÁDUA, 2004, p. 42-43.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 59-61. Esta questão será mais desenvolvida mais para frente, quando tratamos sobre tais cartas e suas repercussões nas capitânicas do Pará, Maranhão e Piauí.

<sup>34</sup> PRATT, 1999., p. 65. PEREIRA, 2013, p. 43. DEAN, 1996.

da América Portuguesa em Vice-reino do Grão-Pará e Maranhão e Vice-reino do Brasil. Também será apresentado o governador D. Diogo de Sousa, no Maranhão

Capítulo II: *Os olhos do Império no sertão do Maranhão e Piauí: os minerais e a fauna na perspectiva dos naturalistas*. Os exploradores naturalistas foram dois os principais, Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira, que adentraram os sertões do Maranhão e Piauí em busca de gêneros naturais. Dentre esses gêneros, nesse capítulo se destacam a fauna e os minerais como produtos que poderiam contribuir na economia do Império Português. Exemplo dessa pesquisa foi a avaliação sobre o inseto da cochonilha para a produção tintória, e na parte dos minerais, a busca pelo salitre, matéria-prima na feitura da pólvora.

Capítulo III: *A busca pelo ouro verde: estudos sobre a flora lusa-americana*. O elemento mais estudado no período foi a flora. Os pesquisadores Dias Cabral e Pereira foram em busca de gêneros que pudessem contribuir para a economia Imperial. São plantas que tivessem utilidades alimentar, estética, feitura de cordas, papeis e até para uso fumageiro do tabaco, uso para construções de móveis e naval. Destaque para as pesquisas das plantas de uso medicinal, como foi o caso da quina. Ainda neste capítulo, se avalia a política conservacionista e estratégica das chamadas madeiras reais, que tinham uso estratégico pelo Império para a Marinha Portuguesa. Outra política que não pode ser menosprezada para o período foi a formação de jardim botânicos com o objetivo de aclimatar gêneros exóticos e domesticar os nativos. Desse modo, os jardins teriam um aspecto laboral para o desenvolvimento da agricultura.

Por fim, o capítulo IV - *Ciência e agricultura para a Glória da Coroa*. Neste capítulo se analisa como os relatórios de agricultura exigidos por D. Rodrigo de Sousa Coutinho davam um panorama das práticas realizadas pelos produtores rurais de então. Assim, também é apresentada a visão daqueles que avaliavam tais práticas dos lusos-americanos e apontavam práticas que deveriam ser desenvolvidas para melhorar a produção econômica. Soma-se a isso a vinda de impressos científicos com foco na agricultura, tanto de gêneros com potencial estratégico para a Coroa, como os relativos às culturas agrícolas praticadas na região.

## CAPÍTULO I

### POLÍTICA E CIÊNCIA EM PORTUGAL: PERSPECTIVAS DE UM ESTADO ILUSTRADO E SUA NATUREZA

#### 1.1. - D. Rodrigo de Sousa Coutinho: trajetória, política e ciência

A ciência e a política estão entrelaçadas no período setecentista. Ao analisar as trajetórias políticas do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho e dos governadores das regiões estudadas se pode visualizar tal questão. Esse indivíduo que viveu na metade do século XVIII e veio a falecer no começo do XIX é um retrato da geração da qual fez parte. Em todos os aspectos, como a família de origem, a formação acadêmica, a sua filosofia e principalmente a sua atuação política permitem que a vida de Sousa Coutinho seja um ponto de partida para apresentar a geração de 1790. Neste último caso, é um conceito historiográfico que, como muitos outros, assim como também é o caso do Iluminismo, têm seus problemas, mas que permitem articular esta pesquisa para entendimento do pesquisador e do leitor.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745-1812) era um diplomata e político ilustrado no final do século XVIII. Sua ascensão política em um dos principais cargos da administração do Império Lusitano no final do Setecentos se dá por um lado por causa de sua base familiar-política, por outro por que demonstrou sua excepcionalidade para ciência e para política, ou pelo menos assim se fez acreditar a seus contemporâneos mais próximos.<sup>35</sup> Era afilhado de Sebastião de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, mas segundo Nívia Pombo, isso mais lhe atrapalhou do que ajudou, além do que é sabido de seu defeito mecânico por vias maternas.<sup>36</sup> Também setores da corte questionavam a legitimidade de Sousa Coutinho, pois os ministros do Conselho Real foram escolhidos por D. Maria, mas ele foi pelo príncipe regente D. João tendo em vista o afastamento da rainha por motivos de saúde mental, de modo que alguns punham em dúvida se o príncipe

---

<sup>35</sup> SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *O Palácio de Queluz e o mundo Ultramarino: circuito ilustrado* (Portugal, Brasil, Angola, 1796-1803). Niterói: Tese de doutorado (história) apresentada pela Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 65. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “Política e Natureza, no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Sousa Coutinho”. In. *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 69-70.

<sup>36</sup> Defeito mecânico estaria relacionado principalmente ao modo de distinção da nobreza em relação aos demais, pois segundo o pensamento do período os nobres não poderiam fazer trabalhos braçais, e por isso, qualquer ancestral que tivesse vivido de trabalhos ‘não dignos’ da nobreza, poderiam ser considerados com defeito mecânico.

teria este direito estando a monarca viva.<sup>37</sup> Mas é fundamental se pensar que Coutinho se tornou ministro da Marinha e Ultramar, cabendo-lhe a responsabilidade pela política do Império, sobretudo no que se refere a política colonial. Coutinho vinha de uma família que se mantinha próxima dos cargos chave da administração portuguesa. É o caso de seu pai, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que foi governador de Angola. Já seu irmão mais novo, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, foi governador do Grão-Pará por mais de uma década.<sup>38</sup> Outro irmão, D. Domingos Antônio Sousa Coutinho, que ficou mais conhecido como Marquês de Funchal, foi embaixador na Inglaterra e um dos articuladores da vinda da família real portuguesa para a América.<sup>39</sup>

O historiador Kennedy Maxwell desenvolveu o conceito “geração de 1790” para tratar sobre Sousa Coutinho os seus mais próximos que se “beneficiaram” com as políticas ilustradas do Marquês de Pombal. Assim para Maxwell tal conceito caracterizaria uma elite formada por instituições acadêmicas como o Colégio dos Nobres e a Universidade de Coimbra.<sup>40</sup> No caso da primeira, foi formado no período pombalino; já a última, reformada no mesmo período. A ideia era capacitar os filhos da nobreza para assumir postos chaves na administração.<sup>41</sup> Neste viés, do século das Luzes, há uma mudança significativa na visão sobre quais indivíduos seriam os melhores para os postos de comando, em um estado do Antigo Regime, em que ainda mantinham os nobres a primazia. Mas se antes do século XVIII era em razão da suposta origem beligerante dessa classe, esse seria o momento também da valorização do conhecimento científico, daí era preciso formar essa elite.<sup>42</sup>

Com isso, a estrutura de formação de quadros capacitados para que a nobreza tivesse formação a contento para assumir cargos na estrutura burocrático do Império Português foi se formando ao longo do século XVIII. Como já destacado, o pombalismo reestruturou diversos aspectos da educação neste mesmo Império a fim de atingir tal

---

<sup>37</sup> D. Maria foi afastada do governo por questões de saúde mental, assumindo assim a regência seu filho D. João.

<sup>38</sup> Cf. PAIM, Antônio. A corte no Brasil. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Revista Estudos Filosóficos*. São João del Rei, n. 3, 2009.

<sup>39</sup> Cf. CARVALHO, Débora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro. *D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho: um diplomata português na Corte de Londres (1807-1810)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

<sup>40</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2006.

<sup>41</sup> FALCON, Francisco José Calazans. *Despotismo esclarecido*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 26.

<sup>42</sup> RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

objetivo. A formação do Colégio dos Nobres e a reforma da Universidade de Coimbra era um dos elementos em que esta reestruturação pode ser demonstrada, como já foi comentado anteriormente. Exemplo disso é a formação da Academia Real das Ciências de Lisboa e do Observatório da Marinha após o período pombalino<sup>43</sup>. D. João, com o afastamento de sua mãe, D. Maria, assume a regência. O príncipe teve uma educação religiosa, mas também com bases iluministas. Intelectuais como Antônio Domingues do Paço, o naturalista Manuel do Cenáculo e o matemático Miguel Franzini foram seus professores. Segundo Magnus Pereira, D. João tinha forte apreço pela ciência e essa sua característica fazia com que Sousa Coutinho o atraísse para os projetos político-científicos.<sup>44</sup>

A ideia é de uma “geração de 1790” segundo Maxwell, que seria, neste sentido, herdeira das reformas pombalinas, além de um contexto da valorização do conhecimento técnico pela nobreza. Se na metade do século XVIII havia uma deficiência no quadro de indivíduos da elite que não possuíam formação adequada para as demandas técnico-científicas, e que fora inclusive criticado por aqueles que ficaram conhecidos como estrangeirados, no final do Setecentos já não se poderia dizer o mesmo. Ou seja, neste período já havia quadros formados dentro do próprio Reino para atuarem como estadistas com formação acadêmico-científica que atendesse as demandas de então. Neste contexto é que nos deparamos com indivíduos como D. Rodrigo e D. Francisco de Sousa Coutinho, D. Diogo de Sousa e D. João Pereira de Amorim: ministro e governadores coloniais que são objeto de estudo de nosso trabalho.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho era filho das reformas administrativas pombalinas e suas escolhas para ocupar os cargos-chaves da burocracia imperial tinham essa base, em que indivíduos formados academicamente, ou pelo menos, que demonstrassem notório saber científico, eram preteridos. Foi o caso dos governadores que indicou para assumir os estados coloniais. Tais características ficam evidenciadas à luz das fontes documentais, quando se depara com esses administradores tratando em termos científicos questões técnicas da burocracia. Ou quando fica mais evidente que a natureza

---

<sup>43</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “Política e Natureza, no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho”. In: *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

<sup>44</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, 2014, p. 507.

era parte fundamental do projeto econômico português e que para dominá-la era preciso conhecê-la.<sup>45</sup>

Assim, ordens eram enviadas a esses governadores para que pudessem perscrutar o território de suas administrações e indicassem as potencialidades econômicas presentes na natureza local, como a flora, a fauna e os minerais.<sup>46</sup> Além do mais, parte também fundamental deste trabalho é analisar a relação dos governadores com os que iam fazer a recolha e classificação dos materiais naturais, notavelmente os exploradores, homens de ciência, além de outros indivíduos que não tivessem formação acadêmica, mas que tivessem por uma razão ou outra capacitação para tal. Também eram os governadores que mediavam as necessidades entre tais exploradores e a alta administração sobre as exigências dos projetos naturalistas-utilitários, e que para tanto era preciso compreensão no conhecimento que tratavam.<sup>47</sup>

Tais questões também devem ser pensadas a partir das práticas e da realidade em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho estava inserido. E apesar de sua inegável importância na história do Império Português na virada do Setecentos para o Oitocentos, é notável que tinha suas dificuldades políticas. A primeira no âmbito familiar, em razão de sua mãe possuir defeito mecânico, ou seja, quando um indivíduo possuía uma trajetória que poderia ser considerada desonrosa para a nobreza, como por exemplo algum parente ter exercido trabalhos não dignos para o período, como trabalhos manuais. O seu pai, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, como secundogênito, na impossibilidade de ganhar mais alto grau em sua família, foi em busca de fortuna, o que foi possível por meio de um casamento vantajoso financeiramente, mas que trazia alguns constrangimentos na corte, como o citado anteriormente. Tal aspecto fazia com que atribuições da nobreza e títulos pudessem ser repensados para os seus parentes e para o próprio D. Rodrigo.<sup>48</sup>

---

<sup>45</sup> CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e político colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*, v. 17, n. 31, 2011, p. 85-86.

<sup>46</sup> DIAS, Maria Odila Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol.278, p. 117. CAROLINO, Luís Miguel. “Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um científicos”. In: GESTERIA, Heloísa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Século XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 193; 196.

<sup>47</sup> COSTA JÚNIOR, Flávio P. UM MARANHÃO ILUSTRADO? História e correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa 1798-1801. – Dissertação (mestrado em história social) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.

<sup>48</sup> SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. O Palácio de Queluz e o Mundo Ultramarino: Circuitos ilustrados (Portugal, Brasil, Angola, 1796-1803). Niterói: Tese de doutorado (História) apresentada na Universidade Federal Fluminense, 2013.

Outro aspecto que faz parte da trajetória da família Sousa Coutinho é a família de Pombal. Tal relação se faz inclusive familiar, com D. Rodrigo sendo afillhado do próprio marquês, e já D. Francisco, seu irmão, sendo afillhado do também irmão do Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.<sup>49</sup> Tal relação com toda certeza possibilitou boa situação para D. Rodrigo e sua família, sobretudo no auge do pombalismo. Porém também repercutiria em setores contrários a Sebastião de Carvalhos e Melo. Nesse aspecto, somado que a escolha de D. Rodrigo foi realizada pelo príncipe regente D. João, levou a dificuldades com figuras públicas. Esse era o caso do Marquês de Ponte e Lima (D. Tomás Xavier de Lima Teles da Silva), ferrenho opositor de D. Rodrigo. Enquanto este era o ministro da Marinha e Ultramar, aquele era do Erário Real. As divergências se faziam sentir, sobretudo quando as competências específicas precisavam se inter-relacionar.<sup>50</sup>

Somam-se a esse estranhamento entre D. Rodrigo e Ponte Lima, as propostas em que aquele parecia extrapolar sua competência e transpassava a que seria deste. Nesse aspecto, a memória sobre o melhoramento de sua Majestade, tratava de questões econômicas que poderiam se esperar do ministro do Erário Real. Desde antes da chegada para ocupar o cargo ministerial, D. Rodrigo já demonstrava tais preocupações econômicas, inclusive estabelecendo algumas questões que considerava essenciais para melhorar a propriedade econômica do Império. D. Rodrigo se mostrava antenado com os estudos econômicos de seu tempo, inclusive influenciado pela leitura de Adam Smith. Não por menos que, quando da morte do Marquês Ponte Lima, foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho que assumiu o lugar no Erário.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho manifestou tendências de valorização do conhecimento científico para o desenvolvimento econômico. Por isso é notável como tal estadista desenvolveu ou ampliou atividades relativas à ciência. Fruto dessa valorização que já vinha se desenrolando ao longo do século XVIII, como com a reforma da Universidade de Coimbra, processo esse que vinha ocorrendo em outras universidades europeias.

---

<sup>49</sup> Tanto Mendonça Furtado como Dom Francisco de Sousa Coutinho foram governadores da parte setentrional da América Portuguesa, o primeiro no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759) e o último no Estado do Grão-Pará e São José do Rio Negro (1790-1803).

<sup>50</sup> COUTINHO, Rodrigo de Sousa. Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811). Lisboa: Banco de Portugal, 1993, v. 2. p. 15.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho era um estadista do Iluminismo. As mudanças que foram implementadas por ele, assim como havia sido na gestão do Marquês de Pombal, eram para consolidar o Absolutismo Ilustrado em Portugal. Importa aqui analisar em nosso trabalho o uso da ciência para esse projeto. Exemplo disso foram as reformas na Marinha em sua gestão com o estabelecimento de órgãos acadêmicos que pudessem construir um conhecimento pragmático por meio dos mapas. Ainda através do referido ministro é possível avaliar as relações com lugares de saberes modernos, como a Academia Real das Ciências de Lisboa e a Tipografia do Arco do Cego. Essa última, fundada pelo próprio a fim de divulgar por meio de impressos a todo Império a cultura científica, ou em termos da época, trazer “Luzes” para o entendimento. Também neste viés pode ser pensado o Correio, que para isso era preciso modificar as dinâmicas presentes até aquele momento com este tipo de serviço e inclusive sendo auxiliado por seu irmão no que se refere à circularidade de correspondências na geografia amazônica. Junto com isso, as expedições científicas, para compreensão da natureza e como aproveitá-la em benefício da Fazenda Real, era um dos principais objetivos de Sousa Coutinho.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho exigia relatórios sobre os mais diversos assuntos, como censos sobre a população do Império, chamados na época de mapas populacionais, apresentando quantitativos sobre as populações em cada região administrativa, bem como o quantitativo de casas, trabalhos, igrejas e outras informações. No quesito economia, os relatórios de cada capitania tratavam sobre aspectos do que era comercializado, do quadro de vassalos capacitados para dar conta de trabalhos técnicos, dos plantios e possibilidades de desenvolvimento econômico. Os relatórios sobre a agricultura de cada capitania ilustram bem isso, pois eram exigidas dos governadores informações esmiuçadas sobre quais as culturas que eram praticadas, quais as que eram exportadas e as que eram para o mercado interno.<sup>51</sup>

Tais informações detalhavam as técnicas e tecnologia empregadas nos cultivos e processamentos de cada atividade agrícola. Estes documentos traziam conhecimentos atualizados sobre a situação de cada canto do Império Português e logo possibilitavam perspectivas melhores para as tomadas de decisões fundamentais. D. Rodrigo era sócio e um dos fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa. Essa instituição surgiu no

---

<sup>51</sup> DIAS, 1968, p. 118.

período mariano, em 1779, como espaço de conhecimentos que ajudariam na formação técnica da sociedade portuguesa. As políticas da Coroa que se relacionassem com a ciência perpassavam por tal instituição, juntamente com a Universidade de Lisboa. Em dado momento a Academia deveria receber 4:800\$000 rs anuais da Coroa.<sup>52</sup>

A Formação da Tipografia e Calcografia do Arco do Cego para publicar memórias e traduções que versassem sobre o mais moderno conhecimento científico, com destaque para a botânica, foi fundamental na política desenvolvida por Sousa Coutinho. Por meio destes impressos, o ministro tinha o objetivo de difundir conhecimentos úteis que pudessem ser utilizados pelos súditos da Coroa portuguesa espalhados pelo mundo.<sup>53</sup> O interesse pragmatista dessa política era que em posse desse conhecimento, estes teriam a possibilidade de desenvolver a economia do Império, quando aplicassem os ditos ensinamentos difundidos. Os impressos, dentre outros assuntos que se podem destacar, versavam sobre a aclimação de plantas exógenas, principalmente as de origem asiática que ainda no século XVIII possuíam valor de mercado significativo em Europa<sup>54</sup>, bem como aquelas voltadas para o desenvolvimento das práticas agrícolas de gêneros tradicionais na América, como foi o caso do algodão e da cana-de-açúcar. Ainda se somavam obras voltadas para o estudo mineralógico, com destaque para o salitre, matéria-prima necessária para se fazer a pólvora.<sup>55</sup> Foram mais de 80 obras publicadas nos quase três anos de existência da dita tipografia (1798-1801) e que foram devidamente circuladas nas capitanias.<sup>56</sup>

Para cargo de diretor do Arco do Cego, Sousa Coutinho escolheu o luso-mineiro Frei José Mariano da Conceição Veloso. Indivíduo emblemático, possuía destaque nas pesquisas historiográficas atuais, pois demonstrava a relação que o ministro Coutinho

---

<sup>52</sup> SILVA, António Delgado da. *Colecção de Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*. Suplemento à Legislação de 1791-1801. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1828, p. 591.

<sup>53</sup> Vandelli apontava que a falta de instrução e educação dos lavradores traziam consequências negativas para economia do Império Português. Cf. Memória sobre a agricultura deste Reino, e de suas Conquistas. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, p. 172.

<sup>54</sup> KURY, Lorelai Bilhante. A natureza da nação: o clima e a gente do Brasil (1780-1836). In. FRANCO, José Luiz de Andrade *et al* (orgs.). *História Ambiental, vol. 2: territórios, fronteiras e biodiversidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p. 14-15.

<sup>55</sup> SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto, 1798-1805*. São Paulo: Annablume : Fapesp: Campinas: Unicamp, 2002.

<sup>56</sup> WEGNER, R. "Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial". *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 11, p. 131- 140, 2004, p. 133. FILGUEIRAS, Carlos A. L. *Frei José Mariano da Conceição Veloso, polímata do Brasil colonial*. Belo Horizonte: Departamento de química (UFMG), 2010?. Disponível em: <https://bibliotecaquimicaufmg2010.files.wordpress.com/2012/02/frei-josc3a9-mariano-da-conceic3a7c3a3o-veloso.pdf>. Acesso em: 14/10/2019, p. 9.

tinha com os quadros técnicos da América. Veloso não teve formação universitária, e seu conhecimento sobre a natureza se formou na própria colônia.<sup>57</sup> Sua educação foi realizada no convento franciscano de São Boaventura de Macacu e depois no Convento de Santo Antônio, ambos localizados no Rio de Janeiro. No último foi onde estudou teologia e filosofia, depois se tornou professor de geometria, retórica e história natural.<sup>58</sup>

O conhecimento de Veloso o fez ideal para realizar uma expedição naturalista pelo Rio de Janeiro que levou 8 anos. Ocorreu no período em que o ministro da Marinha e Ultramar era Martinho de Melo e Castro, indivíduo que comparado com Pombal e Sousa Coutinho, tem-se pouco estudado a sua postura ilustrada, mas são inegáveis seus atos de estadistas ligados à ciência, pois também fomentou viagens naturalistas, como a citada acima, de Joaquim Veloso ao Rio de Janeiro, bem como a de Alexandre Rodrigues Ferreira na Amazônia portuguesa, o que demonstra principalmente o interesse lusitano pelo conhecimento da natureza de suas conquistas. Ainda sobre a expedição de Veloso, outro político importante foi o Vice-rei do Estado do Brasil, D. Luís de Vasconcelos, que também manteve seu apoio à expedição de Veloso ao sertão luso-fluminense.

Como resultado da expedição naturalista de Veloso tem-se a feitura de sua obra “Flora Fluminensis”, que por mais que fosse do desejo e empenho do autor, não pôde vê-la publicada enquanto estava vivo. É provável que isso tenha se dado pela extensão da obra, com 1640 ilustrações, o que tornaria muito onerosa a publicação. Mas ainda que houvesse essa frustração em sua trajetória de vida, não significou que não pôde se beneficiar de sua viagem filosófica, pois ganhou respaldo perante os intelectuais portugueses. E por meio da viagem ao Reino em 1790, a convite do ex-vice-rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos, pôde ampliar suas ligações com personas chaves do Império português. Levou consigo nessa viagem amplos materiais naturais a serem musealizados, guardados em 70 caixões, o que em conjunto com sua obra possibilitou trânsito no Real Museu da Ajuda e Academia Real das Ciências de Lisboa. Tais acontecimentos

---

<sup>57</sup> WEGNER, R. *op. cit.*, p. 132. Veloso tinha como nome de batismo José Veloso Xavier e era conterrâneo e primo de Joaquim José da Silva Xavier, mas conhecido como Tiradentes, que foi um único condenado com pena capital em razão da Inconfidência Mineira (1789). FILGUEIRAS, Carlos A. L. *Frei José Mariano da Conceição Veloso, polímata do Brasil colonial*. Belo Horizonte: Departamento de química (UFMG), 2010?. Disponível em: <https://bibliotecaquimicaufmg2010.files.wordpress.com/2012/02/frei-josc3a9-mariano-da-conceic3a7c3a3o-veloso.pdf>. Acesso em: 14/10/2019, p. 5.

<sup>58</sup> FILGUEIRAS, Carlos A. L. *Frei José Mariano da Conceição Veloso, polímata do Brasil colonial*. Belo Horizonte: Departamento de química (UFMG), 2010?. Disponível em: <https://bibliotecaquimicaufmg2010.files.wordpress.com/2012/02/frei-josc3a9-mariano-da-conceic3a7c3a3o-veloso.pdf>. Acesso em: 14/10/2019, p. 5.

chamaram a atenção de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que ao assumir o ministério da Marinha e Ultramar o trouxe para sua órbita junto com outros que tinham formação ou inclinação científica.<sup>59</sup>

À frente da Tipografia do Arco do Cego, Veloso traduziu, prefaciou e comentou obras científicas, demonstrando sua erudição. Esteve diretamente envolvido na monumental obra *Fazendeiro do Brasil*, dividida em 11 volumes, entre os anos de 1798-1806, que tratava de temas voltados diretamente para a agricultura, como algodão, açúcar, cacau, corantes e etc. Eram artigos que tratavam sobre gêneros que já eram praticados nas capitanias, mas também referentes aqueles que a Coroa acreditava que virtualmente poderiam ter peso nas transações comerciais internacionais, como seria o caso do anil. O intuito era difundir conhecimentos modernos que pudessem desenvolver a economia portuguesa. Também foram publicadas obras de outros súditos portugueses (tanto das conquistas como do reino), e temas como mineralogia, criação de animais, economia e até manuais de desenhos fizeram parte do catálogo da referida tipografia.<sup>60</sup>

Desconhecemos até o presente momento estudos que tratem do desenvolvimento direto da agricultura com base nessa política editorial de Sousa Coutinho-Veloso. É possível que em razão das propostas de mudanças das práticas já consolidadas ao longo do tempo haveria certa resistência por parte dos produtores. Por outro lado, a documentação e artigos acadêmicos têm demonstrado que o interesse pela compra dos impressos que foram enviados para as capitanias lusa-americanas não foram a contento, não como pelo menos esperava a alta administração portuguesa.<sup>61</sup> Veloso aponta que práticas que exigissem mais acuidade técnica e que não tivessem a certeza de lucro já garantidos, como por exemplo investir em anil em vez de algodão, não despertavam o interesse dos produtores.<sup>62</sup> Outros autores daquele período apresentaram perspectivas

---

<sup>59</sup> FILGUEIRAS, Carlos A. L. *Frei José Mariano da Conceição Veloso, polímata do Brasil colonial*. Belo Horizonte: Departamento de química (UFMG), 2010?. Disponível em: <https://bibliotecaquimicaufmg2010.files.wordpress.com/2012/02/frei-josc3a9-mariano-da-conceic3a7c3a3o-veloso.pdf>. Acesso em: 14/10/2019, p. 6.

<sup>60</sup> LUNA, Fernando. Frei José Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2009, p. 147. Alguns volumes do *Fazendeiro do Brasil* ficaram inéditos, com manuscritos depositados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Cf. FILGUEIRAS, Carlos A. L. *Frei José Mariano da Conceição Veloso, polímata do Brasil colonial*. Belo Horizonte: Departamento de química (UFMG), 2010?. Disponível em: <https://bibliotecaquimicaufmg2010.files.wordpress.com/2012/02/frei-josc3a9-mariano-da-conceic3a7c3a3o-veloso.pdf>. Acesso em: 14/10/2019, p. 9.

<sup>61</sup> DIAS, 1968.

<sup>62</sup> WEGNER, R. “Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial”. *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 11, p. 131- 140, 2004, p. 135.

semelhantes, como Vicente Jorge Dias Cabral, Joaquim José Sabino e Alexandre Rodrigues Ferreira.

Ainda assim, mesmo diante do pouco caso de boa parte dos produtores, não fizeram das obras publicadas debaixo da política editorial do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a produção existiu e foi parte considerável de um conjunto de elementos da prática política dele. Outra característica importante de Sousa Coutinho é que ele não se valia somente de reinóis, mas também de indivíduos nascidos nas colônias para desenvolver conhecimentos técnicos. Também fez parte dessa difusão da ciência escritores luso-americanos, como foi o caso de João Manso.

Neste sentido é que se observa um dialogismo entre as publicações impressas e os conhecimentos manuscritos elaborados em América. Assim, se por um lado as publicações eram primazia do reino português, tendo em vista a proibição das tipografias nas regiões coloniais, por outro, a elaboração de saberes sobre a agricultura e natureza das colônias eram elaboradas *in loco*.<sup>63</sup> Neste aspecto, esses conhecimentos eram dirigidos aos estadistas que poderiam compor uma obra com tais informações. Autores pediam licença para ir a Portugal para publicarem obras que tratassem sobre tais temas. Foi o caso do luso-mineiro Dias Cabral ou do português Joaquim Sabino, ambos residentes no Maranhão no final do século XVIII e que por razões desconhecidas não conseguiram publicar suas obras.

O fato é que o conhecimento sobre a natureza era peça fundamental na política de Sousa Coutinho, e por isso ele incentivou explorações naturalistas para se conhecer a fauna, a flora e os minerais. A ciência aqui seria ferramenta para tomadas de medidas econômicas por parte da administração central do Império Português. Oswaldo Munteal Filho lembra que estas pesquisas tinham finalidades muito específicas e que eram pautadas naquilo que ele conceituou como naturalismo-pragmático, ou seja, o estudo sobre a natureza realizada pelos agentes reais que pudessem auferir algum retorno financeiro para o Império.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> PEREIRA, Márcio Mota. A circulação de impressos pragmáticos publicados pela Tipografia Literária do Arco do Cego na Capitania de Minas Gerais. *Estudios Históricos*. Uruguai, n. 14, 2015, p. 2.

<sup>64</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “Política e Natureza, no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho”. In: *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

Neste período havia uma rica quantidade de pesquisa sobre a natureza. Trabalhos que hoje conhecemos como sendo de botânica e agronomia, naquele período faziam parte da filosofia natural.<sup>65</sup> E eram os filósofos naturais que elaboravam estudos pragmáticos sobre como poderia ser o aproveitamento do meio ambiente para a economia de então. Para tanto era preciso mandar indivíduos capacitados para os sertões do Império para que se fizessem recolhas e análises preliminares, desenvolvendo o conhecimento. Não foi na gestão de Sousa Coutinho que tais pesquisas iniciaram, mas já na do seu antecessor pesquisas eram realizadas neste sentido. Caso mais cabal e conhecido foi o da expedição de Alexandre Ferreira Rodrigues pela Amazônia. No entanto, é na administração de Sousa Coutinho que tais práticas ficam mais sistematizadas e em mais lugares. Segundo Raminelli, as viagens naturalistas antes de Sousa Coutinho eram em regiões maiores e por mais tempo, enquanto no ministério dele eram mais curtas em tempo e espaço.<sup>66</sup>

A relação com a pesquisa realizada em América e as publicações feitas em Portugal estavam intimamente relacionadas. A exploração científica realizada por indivíduos capacitados ou autodidatas a mando da Coroa gerou variadas quantidades de materiais manuscritos e que eventualmente poderiam ser publicadas. Como impressos, a obra possuía maior reprodução e as pesquisas alcançavam maior circularidade. Com isso, o saber sobre o próprio Império teria uma maior divulgação, inclusive para conhecimento dos próprios súditos nos diversos cantos do mundo onde abrangia a fronteira imperial portuguesa. Era um diferencial importante diante da tradicional política de segredismo lusitano, a fim de preservar as informações dos inimigos estrangeiros sobre elementos estratégicos econômicos.<sup>67</sup> Porém, ainda que houvesse este risco, com Sousa Coutinho era mister que o entendimento sobre a natureza fizesse parte da realidade dos súditos, em especial os das colônias.

Veloso, diretor escolhido por Sousa Coutinho a frente da tipografia do Arco do Cego, ficou conhecido pela seguinte frase: “sem livros não há instrução”. Os impressos eram ferramentas dentro da política colonial para divulgar o conhecimento acerca da natureza e da agricultura, e com isso poderiam ser utilizados com vantagem financeira à

---

<sup>65</sup> VARELA, Alex Gonçalves. *Atividades científicas na “Bela e Bárbara” capitania de São Paulo (1796-1823)*. São Paulo: Annablume, 2009.

<sup>66</sup> RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

<sup>67</sup> Um dos exemplos mais conhecidos pode se destacar o do veto a publicação da obra do Antonil na metade do século XVIII em razão de tratar sobre os mais importantes produtos econômicos de então na América Portuguesa: ouro, açúcar e tabaco. No final deste mesmo século, por meio da Tipografia do Arco do Cego foi publicado parte da obra. Por fim, só no século XX, a obra completa veio a luz.

Fazenda Real. Os escritores poderiam ser do Reino ou da América, preferencialmente com formação universitária, mas não obrigatoriamente (caso inclusive do próprio Veloso) funcionário do alto escalão ou da base hierárquica, militares, civis ou religiosos. O que importava era que tais indivíduos fossem considerados capacitados para dar conta da pesquisa, ainda que no final do século XVIII se preferisse os de formação. O fato é que o conhecimento sobre o meio ambiente do Império Português teve uma divulgação por meio das publicações, ainda que a administração central mantivesse controle de tais informações.

Também faziam parte dos impressos advindos da Tipografia do Arco do Cego (e de outras com incentivo da Coroa) obras estrangeiras traduzidas para o português. Tais eram aquelas que contribuiriam para o pragmatismo-naturalista, que versassem o que havia de mais moderno sobre o conhecimento científico. Principalmente dos ingleses, franceses e espanhóis em suas exitosas experiências coloniais. A preocupação com a divulgação destes conhecimentos não seria outra, senão o desenvolvimento da agricultura e da exploração da natureza em benefício econômico do Império. E efetivamente a circularidade das obras, tanto as de origem portuguesa, como as traduzidas, foram realidade no final do século XVIII e começo do XIX como parte da política da Coroa, que tinha como fiador D. Rodrigo de Sousa Coutinho.<sup>68</sup>

Mas não seria qualquer obra que poderia fazer parte deste bojo de incentivo à leitura no Império Português. O século XVIII foi marcado pela Revolução Americana e a Francesa, o que acendeu o alerta na elite portuguesa em relação aos ideais revolucionários, receando que tais pudessem influenciar politicamente os súditos, principalmente os coloniais.<sup>69</sup> Assim, a censura sistemática fazia seu papel de expurgar qualquer conteúdo que pudesse atentar contra a dignidade e união territorial do Império sob autoridade da família real dos Bragança. Como lembra Munteal Filho, qualquer conhecimento que tivesse circulação dentro das fronteiras multicontinentais portuguesas deveria ser para a Glória da Coroa, e em caso contrário, deveria ser rechaçado e punido.<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> PATACA, Ermelinda Moutinho; LUNA, Fernando José (Orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: Edusp, 2019. COSTA JÚNIOR, 2016.

<sup>69</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

<sup>70</sup> MUNTEAL FILHO, 1999.

Todavia, no caso da Casa Literária do Arco do Cego, não passava por órgãos censórios, tamanha a confiabilidade de tal política e empenho de Veloso e Coutinho.<sup>71</sup>

Assim a política editorial realizada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho tinha como objetivo divulgar conhecimentos que pudessem capacitar melhor os súditos e a partir disso fazer com que tais pudessem se valer do conhecimento científico para uso econômico. Para tanto era preciso construir tais saberes e foi por meio da experiência de administradores coloniais e expedições científicas que se tentou alcançar tal objetivo. Além do mais, o envio de relatórios por parte dos governadores, como por exemplo os que versavam sobre agricultura, também foi outro fator que fez com que houvesse maiores conhecimentos sobre a região em que administravam.

Essa é uma característica fundamental do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho e talvez uma das que mais se destaca em comparação com seus antecessores, pois foi ele quem se dedicou à formação da Cacografia e Tipografia do Arco do Cego, onde eram publicadas e “reeditadas” obras científicas com imagens sobre o que de mais moderno se tinha sobre o tema acerca da natureza.<sup>72</sup> Além do mais, o ministro fez questão de que tais obras fossem vendidas em todo Império Lusitano, com destaque para América Lusitana. As imagens também faziam parte do conhecimento. Produzidas nas pesquisas naturalistas nos sertões, poderiam ser reproduzidas nos impressos, aumentando a precisão e o conhecimento acerca do assunto tratado.

A Tipografia do Arco do Cego teve vida curta, mas ainda assim foi bastante produtiva em torno de 80 obras (36 de autores lusos-americanos, 46 traduções, 6 obras em latim). Impressiona a quantidade e a velocidade da circulação de tais obras na América. O que é provável que tenha levado a falir a dita tipografia e o patrimônio ter sido transferido para a Tipografia Régia.<sup>73</sup> Ademais, obras publicadas por outras tipografias e que tinham temática assemelhada também foram remetidas para as conquistas por ordem do ministro.

---

<sup>71</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, 2014, p. 506.

<sup>72</sup> COUTINHO, Mirian Marques. *D. Rodrigo de Souza Coutinho e reformismo ilustrado: manutenção e exploração da América portuguesa no final do século XVIII*. Niterói: Dissertação de Mestrado (história) apresentação a Universidade Federal Fluminense, p.12. Cf. WEGNER, R. “Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial”. *História, Ciência e Saúde* Manguinhos, vol. 11, 2004.

<sup>73</sup> PEREIRA, Márcio Mota. A circulação de impressos pragmáticos publicados pela Tipografia Literária do Arco do Cego na Capitania de Minas Gerais. *Estudios Históricos*. Uruguai, n. 14, 2015, p. 3.

Sousa Coutinho manteve o interesse em conhecer melhor o território do Império Português com foco principal na América Lusitana. Por isso, incentivou a prática da exploração territorial e a confecção de mapas.<sup>74</sup> Ciente de que era necessário formar técnicos capacitados que pudessem atingir tais objetivos, formou instituições acadêmicas para tanto. Tais instituições estavam diretamente ligadas à Marinha Real, que era braço fundamental na manutenção da integridade imperial. O Observatório Real da Marinha era uma destas instituições. Fundada em março de 1798, tinha como finalidade realizar observações astronômicas, assim como o ensino da astronomia, e servindo como órgão auxiliar de estudos realizados na Academia Real da Marinha (fundada em 1779).<sup>75</sup> Esta tipologia de estudo sobre os corpos celestes possuía seu aspecto pragmático, pois era importante para se determinar longitudes e latitudes em um momento no qual se buscavam cada vez mais exatidões nas representações espaciais. Ainda em 1798, em junho, foi instituída a Sociedade Real Marítima Militar e Geográfica, com o objetivo de impulsionar a produção cartográfica náutica, terrestre e hidrográfica do Império, inclusive com produção impressa.<sup>76</sup> Essa instituição teria a função de corrigir mapas anteriores e também seria a responsável por permitir a comercialização controlada de tais produções.

A Sociedade da Marinha tinha em seu nome completo as funções que iam ser de sua alçada: ‘Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas e Militares’. A informação gráfica e, sobretudo cartográfica, fez parte do poderio de qualquer Império colonial. E Portugal não seria diferente, por isso o conhecimento de seus domínios ultramarinos era necessário, assegurado por uma instituição com bases científicas. Também não seria mero acaso tal instituição nascer no seio da Marinha. Ciência e poderio bélico andavam e andam juntos. No caso do pragmatismo Iluminista, este conhecimento seria para manter intacto o

---

<sup>74</sup> DIAS, 1968, p. 128.

<sup>75</sup>CAROLINO, Luís Miguel. “Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico.” In. GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 198;200.

<sup>76</sup> FARIAS, Poliana Cordeiro. “Comunicar por via impressa todas as melhores obras: a difusão de conhecimentos náuticos sob o ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho”. *Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Disponível em: < [http://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=956](http://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=956) >. Acesso em 02 de nov. de 2018 às 17:34. O nome completo da referido instituição era: Sociedade Real, Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares. CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e político colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*, v. 17, n. 31, 2011, p. 86.

Império Português. Nas palavras do alvará que institui a Sociedade da Marinha, assim se traduzem essas ideias:

Eu a Rainha Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que desejando Eu por todos os modos possíveis ampliar e favorecer aqueles úteis conhecimentos, que tem uma conexão mais iminente, seja com a grandeza e aumento da Minha Marinha Real e Mercante, seja com a melhor defesa dos Meus Estados, seja com a extensão das luzes, de que depende o mais exato conhecimento de todos os Meus Domínios, para poder elevá-los ao melhor estado da cultura, e promover as comunicações interiores, assim como favorecer o estabelecimento de Manufaturas, que se naturalizam facilmente, achando-se uma situação territorial, que mais lhe convenha: e sendo-me presente de uma parte a falta e penúria, que sente a Minha Real Marinha e Mercante de boas Cartas Hidrográficas, achando-se até na necessidade de comprar das Nações Estrangeiras, e de se servir muitas vezes de algumas, que pela sua incorreção expõe os Navegantes a gravíssimos perigos [...].<sup>77</sup>

A criação da Sociedade da Marinha é um dos exemplos de como o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho fazia para modernizar a instituição.<sup>78</sup> A confecção de mapas corretos serviria de segurança tanto para defesa como para circulação de informações que eram vitais para um império colonial. Neste sentido também havia a preocupação demonstrada pela Coroa Portuguesa em relação à defasagem em conhecimentos espaciais internos. É sintomático que esteja no próprio alvará, como uma das justificativas para a formação dessa nova instituição científica, que os portugueses tinham de buscar o conhecimento da geografia do próprio Império em outras nações estrangeiras. E mesmo assim, tais cartas geográficas não eram seguras. Por isso a feitura de cartas também fazia parte de um projeto de confeccionar um mapa que abrangesse com o máximo de detalhes possível o próprio Império e que, nas palavras da lei de então, “nada tem que invejar” das outras nações, que já faziam algo similar.<sup>79</sup>

A Sociedade Real da Marinha teria por meio do alvará a seguinte composição:

A Sociedade será composta de quatro Presidentes Honorários, que serão os quatro Ministros de Estado, presidindo sempre, quando se acharem presentes, o Ministro de Estado, que for mais antigo no lugar entre seus Colegas; dos Oficiais de Marinha e do Exército, que eu for servida escolher; dos Lentes efetivos e Substitutos das duas Academias de Marinha; dos Lentes da Academia Militar do Exército; de dois Lentes da Universidade de Coimbra, e dos Opositores da Faculdade de Matemática, a quem Eu for servida fazer esta graça; e finalmente do Diretor Geral dos Desenhadores, Gravadores, e Impressores, encarregados da excursão de tão importante trabalhos.<sup>80</sup>

---

<sup>77</sup> SILVA, António Delgado da. *Coleção de Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações. Suplemento à Legislação de 1791-1801*. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1828, p. 492-493.

<sup>78</sup> Entre elas também se destaca a construção de um laboratório químico e dispensatório farmacêutico, cf. SILVA, 1828, p. 460.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 493.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 493.

Na hierarquia da Sociedade da Marinha fariam parte os ministros de Estado, que eram quatro, sendo que todos seriam presidentes honorários, e presidiria de fato o que fosse o mais antigo entre eles. Na falta de todos os ministros, presidiria o oficial como maior patente. Os demais integrantes estariam ligados às academias militares, à Universidade de Coimbra e ao diretor dos desenhadores. Já sobre como seria o funcionamento organizacional, era por meio da divisão de duas classes: “a primeira destinada para as Cartas Hidrográficas; a segunda para as Cartas Geográficas, Militares e Hidráulicas”.<sup>81</sup> Os membros de cada classe poderiam comparecer à reunião da outra. Também era estabelecido que haveria premiação àqueles que melhor se destacassem na contribuição nas ciências cartográficas.<sup>82</sup>

A primeira classe responsável nos termos do decreto para cartas hidrográficas era, para ser mais exato, de cartas marítimas. Ao atribuir as finalidades dessa classe, o alvará não só estabelecia a feitura cartográfica, mas também avaliava as cópias que seriam vendidas com preços atribuídos pela mesma. Tais somente seriam vendidas, sejam as estrangeiras ou as do Reino, depois de passar por acurada avaliação da dita classe. Essa seria uma forma de controle de qualidade por meio da Sociedade Real da Marinha, evitando erros que poderiam atrapalhar os negócios da Coroa. Além de acadêmicos que compunham as reuniões, também seriam conclamados marinheiros reconhecidamente hábeis para auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos.<sup>83</sup>

Ainda sobre a primeira classe, não estaria ligada somente às funções diretamente atribuídas à cartografia marítima, mas também estaria pelo controle de qualidade de um importante instrumento, como as agulhas de marear (bússola). A preocupação estava associada com a falsificação ou de má qualidade deste objeto, o que trazia diversos inconvenientes. Logo era preciso garantir, por meio da Sociedade Real da Marinha, a qualidade para que compradores e a própria Marinha se mantivessem em segurança operacional. Por isso, também seria a Sociedade que estabeleceria os valores. Ainda a mesma classe hidrográfica ficaria também responsável pela elaboração de mapas celestes e tábuas astronômicas.<sup>84</sup> Neste sentido, o navegar e a cartografia marítima não estavam somente ligados ao conhecimento da hidrosfera, mas também da atmosfera em razão do

---

<sup>81</sup> SILVA, 1828, p. 493.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 497.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 494-495.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 495.

uso das correntes de ventos, e estratosférica, pois as estrelas seriam importantes indicativos de como se guiar em alto mar.

Já em relação à outra classe, responsável pelas cartas geográficas, militares e hidráulicas, estaria na incumbência de organizar a publicação de uma carta geográfica-topográfica do Reino. Tal mapa deveria ser caracterizado com a maior perfeição matemática e com estudos astronômicos. O termo hidráulico aqui é em razão da necessidade de se confeccionar mapas relativos aos canais que eram utilizados no Reino, tanto para transporte como para a fertilização agrícola. Logo esta classe seria responsável por analisar e representar de forma gráfica a geografia do Reino.<sup>85</sup>

O estabelecimento da Sociedade Real da Marinha seria uma das estratégicas organizações que nasceriam com D. Rodrigo de Sousa Coutinho a frente do ministério da Marinha e Ultramar. Demonstra mais uma vez o empenho dele em fortalecer a burocracia do Império Português com informações. Tal situação era de se esperar em uma administração de um império colonial. Todavia, o que de fato tem distinguido o ministro em seu aspecto Ilustrado, aparelhando o Estado com instituições que desenvolvesse conhecimentos com a suposta precisão científica. As duas classes que compunham a Sociedade Real da Marinha seriam responsáveis por garantir a seguridade do saber, que no caso seriam os mapas.

## **1.2. - Proposta de um vice-reinado austral e um setentrional na América Portuguesa**

D. Rodrigo de Sousa Coutinho propôs, como melhor forma de se gerenciar a América Portuguesa, dividi-la em duas regiões administrativas: uma que ia da capitania do Ceará até o Rio Grande do Sul, e a outra que ia do Piauí à capitania do Rio Negro, abrangendo assim as do Maranhão, Grão-Pará, Goiás, Mato Grosso. O Rio de Janeiro seria sede do território austral e Belém a do setentrional. Juridicamente, seriam dois vice-reinos e que se justificariam pelas dimensões que abrangeriam. Essa proposta é apresentada na “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América”. A preocupação em se fazer um estado colonial a parte no Norte, também poderia se correlacionar com a extensa fronteira que a região fazia com partes imperiais

---

<sup>85</sup> SILVA, 1828, p. 496.

do ultramar holandês, inglês, francês e espanhol, o que justificaria por si só uma dinâmica militar e diplomática própria.

Não era, contudo, uma ideia nova no contexto do Império Português, sobretudo por que a relação política em torno da geografia da América possibilitaria essa visão. Notavelmente, a percepção da natureza foi parte estratégica para manter o controle sobre a região. Sousa Coutinho é taxativo em afirmar que o domínio do rio Amazonas, além dos que desaguam nele, foi fundamental para manter o controle do Grão-Pará e Rio Negro frente ao poderio espanhol. Por isso, além das questões geopolíticas do período, para ele era também o meio ambiente fator que legitimava a necessidade da feitura de um vice-reinado ao Norte, em suas palavras:

Para segurar os meios da nossa superior força é que com olhos políticos se deve estabelecer a divisão das nossas capitanias, e aí salta aos olhos a necessidade que há de formar dois grandes centros de força, um ao Norte, e outro ao Sul, debaixo dos quais se reúnam os territórios que a natureza dividiu tão providamente por grandes rios, a ponto de fazer ver que esta concepção política é ainda mais natural do que artificial.<sup>86</sup>

Chama a atenção que Sousa Coutinho distingue o natural do artificial a fim de que haja respaldo em sua proposta, mas que politicamente sabia utilizar seu conhecimento sobre o meio ambiente para manter assegurado o domínio português. E é através da hidrosfera da América Portuguesa que o ilustre ministro se vale para apresentar o seu posicionamento, tanto para a instituição de um estado ao norte como um ao sul:

Os dois grandes centros são sem contradição o Pará, e o Rio de Janeiro. Todas as capitanias que do centro comunicam com o mar por meio dos grandes rios que desaguam no Amazonas, seja ao Norte, seja ao Sul do mesmo rio, e que de uma parte são os rios Negro e Branco, etc., e da outra o Madeira, o Tapajós, o Tocantins, e todas aquelas capitanias que existem sobre a direção da costa da América que se dirige Levante a Poente, devem depender do governador do Pará, e devem formar um centro de forças que possa resistir ao ataque de algum dos poderosos vizinhos com que confinam os nossos estabelecimentos. Deste modo os governos de Goiás, de Mato Grosso, do Rio Negro, do Pará, Maranhão e Piauí são destinados por natureza a dependerem de um Vice-rei que resida no Pará, e a fazerem com ele causa comum, para defenderem toda a cadeia dos nossos estabelecimentos que desde parte do Paraguai superior se estende até ao Amazonas, e que sustentando a preciosa e privativa navegação do mesmo rio, e cobrindo os interesses estabelecimentos formados nos rios Negro e Branco vem depois findar com as ilhas à embocadura do Amazonas com o governo do Pará, e com a rica costa do Maranhão.<sup>87</sup>

A instituição de uma região administrativa do Império no norte da América era algo que na visão do ministro daria seguridade militar contra investidas inimigas de

---

<sup>86</sup> COUTINHO, 1993, v. 2, p. 50, grifo nosso.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 50.

potências, como espanhóis ou franceses. E nesse sentido Sousa Coutinho acreditava que tal região deveria ter sede em Belém do Grão-Pará. Não explica o porquê nessa capitania, mas se pode levantar questões importantes sobre essa sua visão. Primeiro que Belém já era capital de uma importante jurisdição colonial de grandes proporções, que abrangia as capitanias do Grão-Pará e do São José do Rio Negro, perfazendo significativa fronteira com possessões de outros impérios. Além do mais, década antes a cidade era centro de um estado maior que era acrescido por Maranhão e Piauí, e que segundo Vilaça se desmembrou em razão da elite colonial do Maranhão preferir independência ao Pará.<sup>88</sup>

Desse modo, uma estrutura política maior não seria estranha na região. Inclusive, no período pombalino havia uma entidade para dinamizar a economia da região, que era a Companhia do Grão-Pará e Maranhão. É importante lembrar que no período em que D. Rodrigo estava fazendo tal proposta, o Estado do Grão-Pará e São José do Rio Negro era governado por seu irmão mais novo: D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho. Assim, é provável que caso fosse implementado o vice-reino, D. Rodrigo esperava que seria seu parente o agraciado pela Coroa com a função de vice-rei. Com isso surgiria um estado maior que o antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão, pois também se somaria às capitanias do Goiás e Mato Grosso. Na prática, por meio da documentação analisada, já se nota que havia uma certa influência do Grão-Pará sobre estas capitanias, o que não se pode dizer o mesmo do Rio de Janeiro, que nominalmente era o centro do Vice-reino do Brasil, mas que efetivamente era mais um estado colonial que controlava somente a capitania principal do Rio e as subalternas, como a do Espírito Santo.<sup>89</sup>

A divisão da América Portuguesa em dois vice-reinos ainda estava diretamente atrelada às correntes oceânicas, que deixava a viagem São Luís-Lisboa mais célere do que São Luís-Salvador, por exemplo. O historiador Alírio Cardoso assim trata sobre o tema:

O Maranhão não pertence ao sistema de ventos e correntes oceânicas que define os espaços possíveis da carreira do Brasil. Esta nova conquista inclina-se naturalmente ao sistema alimentado pela corrente Norte Equatorial, e pela contracorrente Equatorial. Além disso, outras duas correntes oceânicas têm influência aqui: a corrente dos Açores, que corre de leste para oeste, e a corrente das Guianas, que corre em direção noroeste e potencializa a conexão entre o norte da América portuguesa e o mar do Caribe. Tais limites não eram, de modo algum, desconhecidos. Ao contrário, há inúmeros testemunhos de

---

<sup>88</sup> SANTOS, Fabiano Vilaça. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Tese de doutorado (História Social), Universidade de São Paulo, 2008.

<sup>89</sup> SILVA, André, 1998.

época que afirmam existir uma separação física ente o Estado do Brasil e o Maranhão.<sup>90</sup>

Desse modo, a aproximação entre as regiões coloniais se deve analisar a partir da perspectiva da possibilidade de comunicação entre si. Por meio das correntes oceânicas as ligações entre Maranhão e Grão-Pará foram maiores com Portugal do que os seus congêneres americanos, o que pode ser parte da explicação de no período da Independência no século XIX somente em 1823, tais regiões se integrarem “a nação brasileira” nascedouro.

E é a hidrografia parte fundamental da proposta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, valendo-se dos rios Amazonas, Negro, Branco, Madeira, Tapajós e Tocantins. Pois seria por meio destes rios que a comunicação seria estabelecida com a nova administração portuguesa na região. Os citados rios eram caminhos que uniam estas capitânicas, inclusive se acreditava na época que havia um rio que ligava o Piauí ao Grão-Pará. Também eram estes rios que eram as veias pulsantes do poder português na Amazônia, em que era feita a circulação de bens e da população, tantos membros de nações indígenas, como vassalos e agentes portugueses. A exploração dos rios fez parte da vida colonial desde o início da entrada dos europeus na Amazônia, conhecimento tal que era familiar às nações indígenas da região. E no século XVIII, período em que eram de suma importância as expedições aos sertões, visto que os rios se mantinham como veias que levam vida ao Império Português em América. Nesse viés, a ligação que tais fluxos das águas doces poderiam conectar as capitânicas era fator de importância para o mundo português. O rio Tocantins era fundamental para estabelecer rota entre o Grão-Pará e o norte de Goiás, bem como é referido que havia desconfiança que o rio Capim fazia ligação entre aquela capitania com a do Piauí.<sup>91</sup>

Nesse quesito, Portugal manteria as possessões americanas por meio do controle efetivo dos rios. Assim, haveria a perspectiva que por meio da hidrografia haveria a justificativa do projeto dos estados coloniais, um ao norte e outro ao sul, pois seria através dos caminhos fluviais que viabilizariam a administração portuguesa efetiva nestas regiões. Segundo ainda Sousa Coutinho, uma das principais razões para tal configuração dual na América Portuguesa era relativo à defesa, pois manteria coesão militar entre as capitânicas próximas diante de um possível inimigo do Império. A proposta traria assim

---

<sup>90</sup> CARDOSO, Alírio. *Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 164-165.

<sup>91</sup> BN (COLOCAR REFERENCIA COMPLETA DEPOIS)

um fortalecimento regional, pois para o referido ministro era evidente que um ataque externo, por exemplo, na capitania de São José do Rio Negro, seria esperado que o contra-ataque partisse das capitanias do Grão-Pará e Mato Grosso, e não da distante Rio de Janeiro, por razões óbvias. A política, nessa visão estadista, estava atrelada à geografia e se assentaria com a administração com base no ambiente natural.

Neste sentido, D. Rodrigo de Sousa Coutinho exigia dos governadores diversas informações sobre as capitanias por eles administradas. Por exemplo, já em 1796, primeiro ano à frente do Ministério da Marinha e Ultramar, Sousa Coutinho exigiu do irmão governador do Grão-Pará que enviasse informações sobre a geografia da região.<sup>92</sup> Estas informações eram acerca das produções econômicas, principalmente no que tange à agricultura. Recenseamento populacional, quantidades de vilas, quantitativo militar, dentre outras informações, eram exigidas dos demais administradores coloniais em Portugal. Era preciso saber da própria administração colonial portuguesa para poder efetivamente governá-la. Assim, saberia o suficiente para tomar as medidas assertivas. O ministro português tinha como característica política, como homem do Iluminismo, fomentar o conhecimento. Exemplo, já referido anteriormente, a feitura de impressos que contivessem conhecimentos da ciência de então. A comunicação seria então parte fundamental em um processo de mão dupla (para conhecer e ser conhecido). A circularidade das informações era uma das prioridades para efetivamente se governar o imenso Império. Isso remete também ao porquê de a política relacionada com o Correio entrar na mira do ilustríssimo Ministro (discutido mais à frente).

Mas mesmo com tais justificativas e em um momento em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho possuía forte influência na administração do Império, qual a razão de não terem sido implementados os dois vice-reinos na América? Até o momento, não foi encontrada documentação que seja mais incisiva para uma justificativa, de modo que é somente possível levantar algumas questões plausíveis. A primeira é que D. Rodrigo não ficou tempo suficiente na pasta da Marinha e Ultramar para tanto, pois em 1801, com a morte do ministro do Real Erário, e principal opositor de D. Rodrigo, o Marquês Pontes Lima, ele assume esse ministério. Mas também não demorou muito para cair desse posto,

---

<sup>92</sup> AVISO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para o [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho], sobre a realização de uma descrição geográfica e topográfica do Estado do Pará, com seus limites, povoações, actividades económicas, militares e financeiras para ser enviada para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Queluz, Portugal. 14/09/1796. AHU-PA, cx. 108, d. 8490.

em razão das conjecturas internas e externas em Portugal, como ser identificado como um anglófilo e que entrava em choque com aqueles que defendiam a causa francesa.<sup>93</sup> Sousa Coutinho somente foi recuperar seu protagonismo na política portuguesa com a vinda da família real para a América.

O fato é que quando Sousa Coutinho foi ministro entre 1796 e 1801, não foi possível implementar os Vice-reinados do Norte e do Sul. Outra questão que pode ser levantada é que em finais do século XVIII e começo do seguinte foi se consolidando a hipótese da vinda da família real portuguesa para América. Inclusive o próprio ministro se mostrava favorável em relação a isso desde a década de 1790, pois apontava que essa região era parte fundamental para manter ativo o poder do Império.<sup>94</sup> Esta questão, que foi se construindo ao longo do tempo, concretiza-se em 1808, na conjectura conhecida como invasões napoleônicas. A partir daquele ano começa uma metamorfose geopolítica dentro do próprio Império Português, com o “Brasil” se tornando centro desse império, o que possibilitaria uma unidade maior na América com a administração central que antes ficava na Europa, e agora ficaria na própria América. Evidente que são precisos maiores estudos para se assegurar tais hipóteses, haja vista que o norte da América Portuguesa ainda se manteve intimamente ligado com a parte peninsular do Império, mesmo diante da situação da corte mais próxima. Prova disso foi a ruptura mais retardada do que o sul, que o fizera em 1822, e o Maranhão e Grão-Pará em 1823.

Mesmo que não se tenha concretizado tal projeto, isto é, da criação de dois vultosos vice-reinos em América, é notável a acuidade que D. Rodrigo de Sousa Coutinho tinha em relação à política dos estados coloniais que existiam naquele período. Isso fica claro diante dos administradores que ele escolhia para cada capitania. Eram geralmente indivíduos capacitados na Universidade de Coimbra e/ou membros da Academia Real das Ciências de Lisboa. Para melhor controlar tais regiões era preciso ter conhecimento sobre a natureza, a agricultura, a hidrografia, a fauna, a flora, os minerais. Com isso, governadores que pudessem instrumentalizar a ciência em favor da Coroa, seriam muito bem-vindos na burocracia estatal. Além do mais, no último quartel do século XVIII, as

---

<sup>93</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2006.

<sup>94</sup> COUTINHO, 1993, v. 2.. LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O império em construção; Primeiro Reinado e Regência*. São Paulo: Atual, 2000, p. 10-11. Osório Pereira destaca que a política científica voltada para o meio ambiente colonial foi afetada com a saída de Sousa Coutinho da pasta da Marinha e Ultramar, o que demonstra mais um aspecto da descontinuidade no âmbito da visão estratégica que o ministro desenhava para a América. Cf. Pereira, 2013, p. 304.

viagens científicas exploratórias nos sertões das capitanias faziam parte da política Iluminista, e logo quem estivesse à frente das governanças coloniais deveriam estar familiarizados com os conhecimentos que seriam levantados.

Por isso, para se entender como a política colonial portuguesa se valeu do conhecimento racional e da ciência para melhor dominar o Império, é preciso perscrutar os governadores e suas práticas políticas. Nesse sentido, o norte e meio-norte da América Portuguesa foram capitaneados por homens de confiança do D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mas que também possuíam credenciais científico-acadêmicas. Na lógica imperial orquestrada pelo Ministro, a geografia, a fauna, a flora, ou seja, a natureza ambiental, deveria ser considerada para a formação da estrutura política que se assentava na região. Inclusive foi por meio desses aspectos que ele formulou o projeto de dois Vice-reinos, destacando a hidrografia lusa-americana. E é provável que visualizasse no seu irmão, D. Francisco de Sousa Coutinho, que já era governador do Grão-Pará e Rio Negro, como vice-rei da estrutura estatal que planejava ao Norte. Para além da relação de parentesco, D. Francisco também possuía o perfil acadêmico que se estava exigindo para o momento. Não por menos, que dentro do projeto de reforma do Correio português, os irmãos Sousa Coutinho foram fundamentais, pois para além de um novo gerenciamento econômico, também era preciso compreender a geografia do ultramar para que pudessem fazer circular as correspondências.

A administração do Império perpassava pela troca de informações entre a parte central, que era o Reino, e as demais partes, que eram as colônias. Assim como havia a proposta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho em formar dois Estados na América, também era preciso reorganizar a circularidade das informações postais. Em tal quesito havia um grande desafio de como as correspondências iriam de Lisboa para os sertões amazônicos, bem como o caminho inverso. A parte norte da colônia era muito extensa e abrangia Rio Negro, Pará, Maranhão, Piauí, Goiás e Mato Grosso.<sup>95</sup> D. Francisco de Sousa Coutinho ficou então responsável para dar a resposta sobre isso. E assim o fez, por meio de uma memória intitulada de “Planos sobre o estabelecimento de Correio Marítimo para as correspondências de Portugal com as colônias da parte setentrional do Brasil”.<sup>96</sup> Nesse

---

<sup>95</sup> Importa ainda lembrar que no período colonial estas duas últimas capitanias eram mais extensas do que os estados que se sucederam homônimos, como Mata Grosso, que veio a se desmembrar formando o Mato Grosso do Sul, e o Goiás, que originou o atual estado de Tocantins.

<sup>96</sup> OFÍCIO (2ª via) do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro], D. Francisco [Maurício] de Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo um plano para o estabelecimento de um correio marítimo para as correspondências

projeto, demonstra uma maturidade acerca do conhecimento geográfico da região e sobre as vias fluviomarítimas da Amazônia.

Mas antes de adentrar a proposta de D. Francisco, importa apresentar a política sobre o correio pelo irmão mais velho e ministro D. Rodrigo. O Correio-mor em Portugal, antes da administração desse, era privativo de uma família: os Gomes da Mata.<sup>97</sup> A prática de conceder monopólios de certos setores econômicos a famílias fidalgas era algo comum na sociedade portuguesa. Porém, desde o período pombalino, com o fortalecimento do Absolutismo Ilustrado em Portugal, certos setores que estavam em posse de terceiros foram sendo tomados pelo controle direto da Coroa. Seria o caso, por exemplo, da educação no Império, que antes era de domínio quase que exclusivo dos jesuítas, mas que na administração de Pombal se tornou de competência governamental. Também seria o caso do Correio-mor, que estava em posse de uma família nobre, mas com D. Rodrigo foi definitivamente integrado à tutela estatal. Foi realizado um acordo com a família Gomes da Mata, que detinha o direito de correio, para recebimento de pagamentos, além de uma pensão vitalícia ao seu principal.

Por meio do decreto de janeiro de 1797, era extinto o Correio-mor e assim se exprime inicialmente:

Tendo-me sido presentes os graves inconvenientes que experimenta não só a Minha Fazenda Real, mas a facilidade das comunicações interiores do Reino, e dos Domínios Ultramarinos, tão indispensável, e necessária em Estados Comerciantes por causa de achar-se entregue a administração do Correio das Cartas a uma pessoa particular, que considera como Patrimônio este importante Cargo Político; sendo igualmente evidente o Direito que Me assiste de reivindicar para Minha Real Coroa, por meio de uma justa indenização, este Emprego Público, cuja alienação temporária não podia de modo algum considerar-se como perpétua, e irrevogável. Fui servida Ordenar a D. Rodrigo de Sousa Coutinho do Meu Conselho de Estado, e Meu Ministro, e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos, que propusesse ao atual Correio-mor do Reino a generosa indenização que Mando publicar com este Decreto, assinado pelo mesmo Ministro de Estado, com a cominação que não aceitando voluntariamente a oferta, ficasse livre a Coroa o reivindicar por meios legais o seu inalienável Direito.<sup>98</sup>

O referido decreto apresenta uma interpretação do direito ao pertencimento da atividade de correio no Reino e domínios ultramarinos. Por meio desse entendimento, o governo atribuía que a família Gomes da Mata detinha a posse do Correio-mor, mas não

---

de Portugal com as suas Colónias da parte Setentrional do Brasil. Belém- Pará. 10/05/1797. *AHU-PA*, cx. 109, d. 8578.

<sup>97</sup> SALVINO, Romulo Valle. Cartas da terra: o Correio-mor e a centralização do poder no Reino e na Colônia. *Postais*: Revista do Museu Nacional dos Correios, nº1. Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Gestão Cultural, 2013.

<sup>98</sup> SILVA, 1828, p. 366.

a propriedade, haja vista ser uma concessão estatal. Logo, segundo o alvará, era legítimo que a Coroa pudesse reaver tal direito por questões estratégicas. Logo o decreto destaca que, por mais que fosse cedido em tempos pretéritos, o direito de posse não era de modo algum perpétuo e poderia ser retomado pelo Reino. Justifica-se ainda não somente pelo direito de Estado de reaver, mas também de mantimento desse mesmo Estado, não só por razões econômicas, mas também para efetiva comunicação à distância. O curioso se dá que a obrigação do Correio-mor de ceder o seu monopólio ao Reino era apresentada como uma oferta. De todo modo, após negociações foram aceitas as condições pela família Gomes da Mata.

O processo de reorganização do Correio se dá ao longo do período em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho esteve à frente do ministério da Marinha e Ultramar. No alvará de março de 1797 é detalhado como seriam os termos do processo de extinção do Correio-mor. Dentre os benefícios concedidos à família Gomes da Mata, estava dignidade nobiliárquica de Conde de Juro, ao principal, que na época era menor de idade além de 40 mil cruzados.<sup>99</sup> Extinto o Correio-mor, cabia então formar outra instituição que estivesse alinhada com as diretrizes reais planejadas por D. Rodrigo. Foi então constituído o Correio Marítimo, e que era de responsabilidade da pasta dele. Em alvará de 20 de janeiro de 1798 são estabelecidos os parâmetros na formação do novo órgão do governo real.<sup>100</sup>

Neste contexto de apropriação direta do governo ao Correio é que se iriam estruturar todas as atividades no Império Português relativas a este tema. Importante questão foi ordenada para que o governador do Grão-Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, fizesse um plano nesse sentido para a parte setentrional da América Portuguesa. É bom deixar claro na geografia colonial quais eram as regiões com que o irmão do ilustre Ministro se preocupou naquele momento. Logicamente as capitanias do Pará e Rio Negro, que eram as administrações suas alçadas. Mas também se somariam as do Maranhão, Piauí, Goiás, Mato Grosso. Evidencia-se assim que eram as mesmas estruturas governamentais que D. Rodrigo planejava na formação do vice-reino do Grão-Pará. Mas

---

<sup>99</sup> SILVA, 1828, p. 386.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 479.

o plano de serviço postal setentrional segundo a óptica de D. Francisco também abarcaria a Bahia e Pernambuco por questões geoestratégicas.<sup>101</sup>

O plano de correio feito por D. Francisco expõe suas estratégias para máxima eficiência no serviço postal, tanto em economia, como em rapidez e logística. Expõe dessa forma como as informações escritas advindas do Reino e de outras partes das colônias poderiam chegar à Amazônia, bem como fariam o caminho inverso. Embarcações céleres como paquetes e igarités por caminhos fluviomarítimos ou por montarias via terrestre, assegurariam o serviço com eficiência aos remetentes e destinatários. Contaria com servidores destinados a isso, bem como uso de mão-de-obra indígena, principalmente para transladações fluviais.<sup>102</sup> Por fim, asseguraria a integração das informações na região, não somente de particulares, mas principalmente das ordens reais e dos governos coloniais.

Deste modo, D. Francisco, por meio do “Planos sobre o Estabelecimento de um Correio Marítimo para as correspondências de Portugal com as suas Colônias da Parte Setentrional do Brasil”, estabeleceria parâmetros que a realeza deveria tomar para manter a eficiência postal na Amazônia.<sup>103</sup> Esta estruturação se faz necessária diante das reformas realizadas por D. Rodrigo, que incluíam tornar o Correio órgão da Coroa, como anteriormente comentado. Assim, o mote de seu irmão governador tinha dois pontos fundamentais: por um lado a celeridade da circulação das informações através das cartas na região, por outro, a melhor economia para os cofres reais. Em ambas as questões, D. Francisco faz propostas com base em seu conhecimento geoambiental e econômico da região, porém pondera que seria por meio da prática que se saberia a melhor forma de atender tal serviço à Coroa.

Aparentemente a proposta que D. Francisco fez para a parte “setentrional do Brasil” (em seus termos), a princípio, era para ser somente em relação ao Estado que governava. Com o Correio marítimo colonial nas mãos da Coroa, o ministro D. Rodrigo exigiu dos governadores apresentações de como se deveria proceder ao serviço postal nas esferas que administravam. Porém, seu irmão foi além e apontou não somente a de sua

---

<sup>101</sup> D. Francisco ainda completa que ajustaria nas correspondências com Açores e Madeira e que poderia também ser estabelecido com Bahia e Rio de Janeiro, caso a estrada que ligasse a duas capitânias fosse concluída, OFÍCIO...AHU-PA, d. 8578.

<sup>102</sup> Nesse sentido, corrobora que a administração colonial portuguesa no século XVIII ainda dependia do conhecimento indígena para seguir as hidrovias amazônicas. Cf. LAPA, J. R. Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, p. 47.

<sup>103</sup> OFÍCIO...AHU-PA, d. 8578..

alçada, mas demonstrou que por razões logísticas era preciso considerar a geografia amazônica e do Atlântico Equatorial. Quando resume seu plano nessa questão, assim descreve:

1. Que o Estabelecimento do Correio Marítimo só para esta Capitania não pode dar utilidade, nem talvez indenizar as despesas do Custeamento, mas que não obstante é indispensavelmente necessário.
2. Que a Carestia de preço nas Cartas não pode salvar este inconveniente, antes inutilizar o estabelecimento, e que o único meio que ocorre é o de fazer servir o mesmo Correio para outras Capitânicas, e quais são as que ele pode abranger.<sup>104</sup>

Nesse caso não seria viável que as correspondências fossem diretamente do Reino para cada uma das capitânicas, mas começassem por uma e fossem em direção às outras, depois retornando, para distribuir o material postal advindo das anteriores. A essa ida e volta, o governador D. Francisco usa o termo “giro”. Acreditava que desse modo haveria uma constância na entrega das cartas, pois segundo ele, eram comuns atrasos e a ineficiência nesse tipo de serviço, o que prejudicava a relação Império Português e a região luso-amazônica.

[...] e por isso então mesmo, e muito mais no tempo de guerra ou de Comboio há incerteza e a interrupção das correspondências chega a um ponto insuportável como ultimamente tem sucedido, quando a facilidade, a prontidão e a regularidade delas são sem dúvida necessárias não só para o Comércio, mas para o Expediente da Administração Pública em todas os seus Ramos, e para recurso das Partes como meios mais próprios e adequados *para aproximar as Colônias da Metrópole para estreitar os laços entre uns e outros Habitantes, e promover a sua recíproca felicidade.*<sup>105</sup>

Como parte integrante do serviço real, D. Francisco tinha como função primordial apresentar aquilo que acreditava ser a melhor forma para a administração dos assuntos da Coroa. E por isso que a elaboração desse plano, além dos aspectos econômicos, também possuía finalidades políticas, como fica claro no trecho acima citado. Aliás, em mais de uma vez o dito governador pondera que mesmo diante de uma arrecadação insuficiente para manter o serviço postal na região, ainda assim seria de suma importância mantê-lo como estratégica ligação entre a colônia e a metrópole. E efetivamente, com a implementação do correio na região, houve inicialmente prejuízos

---

<sup>104</sup> OFÍCIO...AHU-PA, d. 8578.

<sup>105</sup> OFÍCIO...AHU-PA, d. 8578, grifo nosso.

financeiros para a Fazenda Real, o que poderia ser forte indicativo de que os aspectos políticos, nesse caso, tinham preponderância.<sup>106</sup>

D. Francisco, ainda em seu plano de correio, alerta que não seria viável estabelecer valores altos para a entrega das cartas, e que isso seria em verdade um desestímulo ao estabelecimento deste serviço na Amazônia.<sup>107</sup> O que mais uma vez corroboraria a visão desse governador na relação da importância política mais que a econômica. O que não significa que em seu projeto não houvesse preocupação com os custos, mas que ele então cuidou que pudesse ser realizado da melhor forma possível.

O único pois que me ocorre consiste em que o mesmo Correio do Reino, que haja de servir para esta Capitania, sirva também para todas aquelas a que pode abranger sem prejuízo sensível da prontidão, da facilidade, e mais que tudo da regularidade, que é e foi sempre a maior vantagem do Correio, e nesta inteligência julgo que o que se houver de estabelecer para o Pará pode servir também para as Capitânicas do Maranhão, do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e Bahia, sem falar nas de Piauí, Goiás, Mato Grosso e Cuiabá, que por via dela se correspondem com o Reino.<sup>108</sup>

Além de sua proposta abranger o que hoje chamamos de bioma amazônico, D. Francisco avaliou outras capitânicas, como as da Bahia, Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco, para integrarem o giro que o Correio Marítimo deveria fazer. Começaria por meio da transladação das correspondências advindas do Reino através de pacotes (“embarcação ligeira [própria] de levar cartas”).<sup>109</sup> E passaria pelos portos de Bahia, Pernambuco, Paraíba (em Açú), Maranhão e iria até o Pará. Nesta capitania deixaria as malas de cartas em Salinas e receberiam as que estavam lá.

Os pacotes deveriam ter constância, enviados todos os meses, o que manteria sempre uma periodicidade e assim confiança no serviço. Ainda, D. Francisco, demonstra ser minucioso de como deveria ser administrado o tempo em que as embarcações com as cartas deveriam se demorar nos portos. Seriam no máximo de dois dias. Ressalta que esse tempo era bem maior do que o necessário, pois acreditava que seria preciso de fato somente algumas horas. Com isso, para além de deixar e receber correspondência seria o momento de realizar o abastecimento de mantimento e reparos. Calculou assim que o giro completo seria no máximo em 115 dias (Reino-Assu-Salinas-Assu-Reino). Além do mais,

---

<sup>106</sup> Cf. GUAPINDAIA, Mayra Calandrini. O Controle de Fluxo das Cartas e as Reformas de Correio na América Portuguesa (1796-1821). 2019. Tese (doutorado em história) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

<sup>107</sup> OFÍCIO...AHU-PA, d. 8578.

<sup>108</sup> OFÍCIO...AHU-PA, d. 8578.

<sup>109</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario de língua portuguesa*, v. 2, p. 393.

o governador abre a possibilidade, que no caso de os paquetes serem custosos, tais poderiam ser utilizados para transportar outras mercadorias que não atrapalhassem o fluxo de cartas.

Nos portos, os paquetes entregariam e receberiam correspondências. Já a difusão continente adentro seria principalmente por meio embarcações fluviais, como abaixo indicou:

O Correio interior para Rio Negro há de ser precisamente pela navegação do Amazonas até a Barra daquele Rio, dali se deve expedir o Correio próprio para Mato Grosso pela do Madeira, e dois um para o Solimões, outro para o alto Rio Negro até às Fronteiras, as querer-se compreender toda a Capitania, como porém os Brancos, que tem são por ora poucos, e espalhados por seus Sítios, julgo que a correspondência não compreenderá mais que os Diretores e [Párcos] das Povoações dos Índios. Para a navegação de Rio Negro para Mato Grosso se precisam duas pequenas Canoas, a que aqui chamam Igarités, e navegam com seis Remeiros e um Patrão cada uma, para os mais incluídos, mesmo o que desta Cidade houver de ir para Rio Negro pelo Amazonas basta uma para cada um. Este último facilita a comunicação dos Habitantes das Vilas de Gurupá, de todo o Rio Xingu, e pode também servir para Macapá, Cametá, [Portelo], Melgaço e Oeiras, estabelecendo-se comunicação destas Villas para o encontrar em qualquer parte do caminho, que se determine semelhantemente serve para as das Vilas de Santarém, de todo o Rio Tapajós, e Amazonas, conseqüentemente creio que deve indenizar as despesas, e ainda produzir utilidade. Ao princípio julgo bastante que parta todos os meses desta Cidade logo que cheguem as Malas do Reino, depois, conforme a experiência mostrar, se poderá encurtar, ou alargar o prazo, e o mesmo entendo se deve dispor a respeito do Correio para Mato Grosso, e para o interior da Capitania de Rio Negro.<sup>110</sup>

Deste modo, o correio estabeleceria uma ligação fluviomarítima na parte setentrional da América Portuguesa. Capitánias que não tinham costa, era necessário por meio dos cursos de água doce para a chegada e envio das correspondências. Seria o caso das capitánias do Rio Negro, Mato Grosso, mas também de outras partes da do Grão-Pará.<sup>111</sup> As vias seriam por meio dos rios Branco, Negro, Madeira, Xingu, Amazonas, Solimões, Tapajós.

Também seria o caso da capitania do Goiás. A circulação postal poderia ocorrer por meio dos rios Tocantins, Araguaia, Vermelho e Crixás. Este último D. Francisco de Sousa Coutinho aponta com orgulho que foi no seu governo que houve a descoberta dele.<sup>112</sup> Segundo ele, a navegação por tal era mais cômoda para ir em direção à capital.

---

<sup>110</sup> OFÍCIO...AHU-PA, d. 8578.

<sup>111</sup> Em 1799 o governador do Mato Grosso estabelece o Correio fluvial na capitania. Cf. LAPA, 1973, p. 105.

<sup>112</sup> OFÍCIO (2ª via) do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro], D. Francisco de Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa

Acreditava que melhor seria enviar embarcações para a capital e não por outras partes da capitania, pois eram as demais partes economicamente atrasadas. Portanto, não haveria tanta demanda pelo envio e recebimento de cartas. Já no caso do Maranhão, curiosamente, mesmo com porto, no plano do governador a capitania receberia o fluxo postal também por via terrestre:

Para Maranhão o Correio deve seguir por Estrada de terra, desde Ourem, mas da Cidade até esta Vila deve ser por mar, ainda que seja mais breve em pequenas Igarités a viagem do Caieté ou Bragança até a extrema sempre por água, navegando ora pelos fundos das Enseadas da Costa, ora pelos Canais, que atravessam de uma a outras, por que esta é sujeita a muitas irregularidades e acidentes, aquela a nem uns, além de que é mais econômica. Desta Cidade até Ourem precisa o dito Correio ir por água em uma pequena Igarité. D'Ourem vai por terra a Bragança ou Caieté, que fazem ser nove léguas. De Caieté segue a Peria, que fazem ser dezoito, de Peria segue a Gurupi, que fazer ser doze, de Gurupi segue a Maracaçumé, que fazem ser dezesseis, de Maracaçumé a Turiaçu, que fazem ser dezoito, e todas estas setenta e tantas léguas pode andar ou a pé ou a cavalo [...] De Turiaçu em diante segue a Estrada pela Capitania do Maranhão, de que me não compete tratar.<sup>113</sup>

O plano esboçado por D. Francisco não visava a entrega diretamente das correspondências ao Maranhão por via marítima através dos paquetes. Mas elas iriam via Pará através de viagens a pé ou a cavalo e por rios. Não ficam claras as razões do não utilização do porto de São Luís em seu plano, mas é provável que ele acreditasse que a importância da capitania do Pará fosse maior e que por isso a correspondência deveria ir mais celeremente para lá e que a do Maranhão poderia esperar mais. O fato é que o governador não se aprofunda em relação a esse espaço, mas se dedica mais em seu plano em relação à região que administrava. Cabe destacar que na implementação de fato do Correio Marítimo, por mais que boa parte dos planos desse governador fosse aplicada, o porto de São Luís acabou de fato fazendo parte do giro.

Ainda D. Francisco em seu plano de correio para a região, estabelece diretrizes para os funcionários do novo serviço da Coroa. Em sua visão, o principal encarregado do Correio na parte setentrional da colônia teria base na cidade de Belém, não somente como representante do Grão-Pará, mas de todas as capitanias em que vislumbra sua proposta de giro. A esse servidor propõe a priori que seja nomeado como Correio-Mor, mas que poderia ter outro nome. Ademais haveria um escrivão e um recebedor a fim de checagem de listas, distribuição de cartas, arrecadação e etc.. Acreditava que um representante em

---

Coutinho, remetendo um plano para o estabelecimento de um correio marítimo para as correspondências de Portugal com as suas Colônias da parte Setentrional do Brasil. Belém- Pará. 10/05/1797. *AHU-PA*, cx. 109, d. 8578.

<sup>113</sup> OFÍCIO...*AHU-PA*, d. 8578.

cada vila e cidade seria o suficiente para o desenvolvimento do trabalho. Já o vencimento seria por meio de comissões do produto líquido dos serviços prestados. Nesse aspecto, apesar do governador não entrar em detalhes, dá a entender que seria por meio dos lucros do serviço na localidade em que trabalhariam, a ser definido por quem seria de direito. Também aponta como deveria ser escolhido o servidor: por meio de uma lista tríplice feita pela câmara da localidade e escolhido um entre os três pelo governador. Alega que assim deveria ser para melhor confiança de governo. Também fariam parte dos serviços pagos os índios remeiros, que seriam os que efetivamente levariam as correspondências pelos cursos de águas.

O governador do Pará se exime de indigitar algum possível valor que deveria ser pago pelo porte das cartas. O que o leva a afirmar que muito ainda deveria ser avaliado e que diversas questões seriam estabelecidas por meio das práticas. Por outro lado, para ele fica claro que não podem ser valores altos. A razão disso se daria que muitos dos habitantes locais não pagavam pela correspondência que recebiam, trazidas por outros meios. Logo não haveria interesse de a partir daquele momento começar a pagar. Inclusive exemplifica por meio de um indivíduo que tratou com ele sobre o tema, e que tal estimou que 80 réis já seria caro.

D. Francisco de Sousa Coutinho, por meio da administração portuguesa que lhe cabia na estrutura colonial, em razão da melhoria do serviço da Coroa, elaborou um plano de correio para a parte setentrional da América Portuguesa. Com isso demonstrou o seu conhecimento geográfico da região e estabeleceu parâmetros úteis para que a correspondência do Reino e da colônia pudesse ter eficiente circulação. Ele ressaltava que talvez não se pudesse atingir um lucro expressivo por meio de tal proposta, lembrou que era essencial para o funcionamento da política imperial lusitana. Essas questões estão relacionadas diretamente com as mudanças promovidas pelo irmão mais velho, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. E de fato parte deste plano foi adotado na prática nos anos seguintes. Por fim, o Plano de Correio por D. Francisco se interliga diretamente com o Plano de feitura de um vice-reino por D. Rodrigo.

O alvará de janeiro de 1798, sobre o Correio Marítimo, foi estabelecido como seriam enviadas as correspondências para as capitanias do norte da América Portuguesa.<sup>114</sup> Em cada bimestre iriam dois Paquetes com o Correio Marítimo que iria

---

<sup>114</sup> SILVA, 1828, p. 479.

para o porto de Assú, levando as correspondências para as capitanias de Pernambuco, Paraíba, Parnaíba, Maranhão, Piauí e Pará, e iria até Salinas e voltaria ao Reino. O outro iria para as capitanias da Bahia e Rio de Janeiro. É notável a preocupação com a celeridade na comunicação por meio do correio, e por isso é colocado como responsabilidade dos governadores que os pacotes ficassem somente o necessário nos portos. Ainda era estabelecido que no final da rota de cada uma das embarcações, no caso para o norte em Salinas e sul para o Rio de Janeiro, que ficassem somente 15 dias para reparos, e que tal prazo não deveria ser maior se não fosse por razões urgentes. Esse modelo foi o mesmo que foi proposto por D. Francisco de Sousa Coutinho anos antes como comentado acima, com a diferença da adição de outros portos no recebimento das correspondências.

Nesse mesmo alvará é estabelecido que a entrega das correspondências para capitanias interiores como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande seria por conta do governo do Vice-reino do Rio de Janeiro; e as do Mato Grosso e Rio Negro ficariam com o Grão-Pará.<sup>115</sup> No caso específico da capitania do Goiás, o alvará estabelecia que a prática deveria ser avaliada se seria mais cômodo receber do Pará ou do Rio. Com as correspondências já nas capitanias, seriam da responsabilidade dos governadores com as Juntas da Fazenda que as comunicações pudessem ter correta circularidade, e que neste sentido também estaria incluso que chegassem aos destinatários sem demora.

Neste mesmo contexto de estabelecimento do Correio Marítimo também eram determinados os valores do serviço:

Sendo necessário estabelecer o preço que se deve pagar cada Carta, que se enviar pelos Paquetes, assim neste Reino, como no Brasil: Ordeno, que em Lisboa, e nos Portos do Brasil, aonde forem os Paquetes, por cada Carta que pesar até quatro oitavas inclusivamente, se pague oitenta réis; pelas que excederem o dito peso até seis oitavas, se pague 120 réis; pelas que passarem de seis oitavas até oito, se pague cento e setenta réis; e pelas que pesarem mais de oito oitavas, assim como pelos maços, papéis, e Vias, se pague a razão de cento e setenta réis por onça.<sup>116</sup>

O estabelecimento de um correio que não fosse particular, mas sim da administração da Coroa, tinha como função aumentar o poderio do Absolutismo Ilustrado em Portugal por meio do domínio de uma importante parte da sociedade do Império através da comunicação. Por outro lado, também estava ligado aos valores que se poderiam tirar diretamente de tal órgão para a administração real. Assim, estabelecer

---

<sup>115</sup> SILVA, 1828, p. 480.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 480.

preços tinha tal finalidade, e que se consolidaria com as definições por parte das Juntas de Fazenda. E para maior eficiência, havia limitações para que navios mercantes trouxessem correspondências e assim os pacotes do Correio seriam prioritários para circulação das cartas na América.<sup>117</sup> Por outro lado, os pacotes poderiam levar algumas mercadorias.<sup>118</sup> Também seria estabelecida recovagem pública nas capitâneas a fim de melhor administrar o envio e recebimento epistolar. Em outro alvará, o de primeiro de abril de 1799, são feitas outras regulamentações para o estabelecimento do Correio em Portugal. A sede ficaria na rua dos Paulistas no Palácio do Monteiro-mor, para questões administrativas e de valores da correspondências.<sup>119</sup>

A legislação sobre o Correio foi se aperfeiçoando na administração de Sousa Coutinho. No alvará de junho de 1799 foi estabelecido quais seriam os principais funcionários (administrador e escriturários), e que em cada cidade ou vila haveria um lugar de Correio. Também determinou como seria o edifício e como seriam os serviços prestados. Também nesse alvará se exigia eficiência na segurança de não se violar pelos estafetas a correspondência, bem como evitar atrasos, seja na chegada das cartas ou na distribuição delas. Igualmente eram estabelecidos valores por pesagem.<sup>120</sup> Parte desse alvará foi atualizado em 1801 por outro.<sup>121</sup>

Assim D. Rodrigo de Sousa Coutinho tomava como parte importante de sua política o monopólio do correio para Coroa, frente ao modelo anterior que estava nas mãos de uma família particular. Para Sousa Coutinho era estratégico e estava em consonância com sua visão de melhoramento da política colonial, pois estabeleceria comunicação efetiva e eficiente entre metrópole e colônias. Além do mais, ele seguia preceitos inclusive defendidos por Adam Smith, em que o correio deveria ser uma das instituições que deveriam ser controladas pelo Estado. Era preciso assim lucrar para a Fazenda Real com a nova instituição. E isso deveria ser fundamental e faria parte de uma boa administração. Assim seria ligada por vieses importante: primeiro, o estratégico controle do fluxo epistolar de Portugal e pela a rentabilidade direta que se poderia auferir do novo serviço.

---

<sup>117</sup> SILVA, 1828, p. 480.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 481.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 528-531.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 554-560.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 683-684.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mesmo em curto período de tempo frente ao alto escalão do Império Português, no período anterior à chegada da corte real à América Portuguesa em 1808, teve impacto significativo na estruturação da política portuguesa. Estava sem sombra de dúvida antenado com os ideais do Iluminismo Reformador, em que asseguraria o Absolutismo Ilustrado em Portugal. Desse modo, reformulou a marinha com órgãos científicos que poderiam melhorar as tomadas de decisão. Também se importou com a difusão de conhecimento da ciência por meio de impressos que versassem sobre a natureza, a agricultura e os negócios. Sendo que não se importou somente com a circularidade deste tipo de material no reino, mas principalmente nas colônias. Para melhor editoração e publicação de tais obras, formou a tipografia do Arco do Cego em que se responsabilizaria por produzir textos e imagens técnicas. Reformulou instituições, como foi o caso do Correio, que antes era pertencente a uma família particular, e a partir de suas políticas seria parte estratégica de governo. Também propôs a feitura de dois estados coloniais na América que seriam melhor administrados segundo a sua visão.

Nesta questão, ainda ficou bastante evidente na gestão do Sousa Coutinho seu investimento no conhecimento da natureza. E apesar de não ser necessariamente em sua gestão que se iniciaram as expedições científicas nos sertões coloniais portugueses, foi com certeza, uma prática mais sistemática em sua política. Indivíduos capacitados ou com reconhecido conhecimento científico eram enviados para avaliarem a natureza em perspectiva pragmática, a fim de a Coroa possuir uma visão mais próxima da realidade para tomada de decisões que pudessem beneficiar a Fazenda Real. Neste aspecto, que a história ambiental e da ciência é útil para se repensar como tais indivíduos avaliaram os três reinos da natureza, a saber a fauna, os minerais e a flora.

Os governadores escolhidos na gestão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho tinham como uma de suas características serem formados pela Universidade de Coimbra (reformada). D. Diogo de Sousa no Maranhão, João de Amorim no Piauí são exemplos nesse sentido, bem como seu irmão D. Francisco de Sousa Coutinho, que não foi escolhido por ele, mas também mantinha tais características. Naquele momento, a formação acadêmica estava se tornando essencial para os nobres portugueses transitarem pela máquina burocrática do Império,<sup>122</sup> pois este mesmo Império necessitava de gente capacitada para poder dar cabo das demandas administrativas. Assim, a nobreza ia se

---

<sup>122</sup> DIAS, 1968.

firmando também por meio da capacitação, através da formação acadêmica e não só por feitos bélicos ou de seus antepassados como forma de promoção social. Nesse contexto, a ciência se faz elemento essencial para o desenvolvimento econômico português e logo era necessário que os seus administradores fossem cientes desse tipo de conhecimento. É bom lembrar que mesmo aqueles que se formavam em direito, por meio da reforma universitária, haveriam de ter cadeira de filosofia natural e não por menos que os bacharéis em direito também foram empregados nas expedições naturalistas.

### **1.3. – Governo Ilustrado no Estado do Maranhão e Piauí e política de fomento a ciência**

D. Diogo de Sousa, então governador de Moçambique desde 1793, foi escolhido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho para governar o Estado do Maranhão e Piauí no ano de 1798, substituindo D. Fernando Antônio de Noronha. Curiosamente, poucos anos depois Noronha seria nomeado governador no continente africano, em Angola. D. Diogo de Sousa é possivelmente parente de D. Rodrigo de Sousa Coutinho: em um documento direcionado ao governador do Grão-Pará sobre a posse de D. Diogo, é dito que são primos.<sup>123</sup> Com isso as ligações parentais formariam uma confiança nos governos do norte da América Portuguesa com irmão e primo do ministro, sendo que tais governadores comandavam extensos Estados que abrigavam quatro capitanias: Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí. Isto não era novidade no universo dessas colônias, pois décadas anteriores o ministro Carvalho e Melo tinha o irmão Mendonça Furtado à frente do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759) e o sobrinho Joaquim Mello e Póvoas na capitania do Maranhão (1761-1775). É possível que para além destas questões, o que fez D. Diogo ser preterido para o Estado do Maranhão e Piauí foi a sua trajetória política e

---

<sup>123</sup> DOCUMENTO DO PARÁ. Também Meireles corrobora com a ideia de parentesco. Cf. MEIRELES, Mário M. *Dom Diogo de Sousa: governador e capitão-general do Maranhão e Piauí (1798-1804)*. São Luís: SIOGE, 1979, p. 33. Por outro lado, Nivia Pombo afirma que as aproximações entre indivíduos do período se tratavam com parentes por terem sobrenomes parecidos, ainda que não fossem de fato. Cf. SANTOS, 2013.

acadêmica.<sup>124</sup> Doutor em matemática pela Universidade de Coimbra, foi capitão de engenheiros do Real Exército antes de ser governador de Moçambique.<sup>125</sup>

Em ofício de 26 de fevereiro de 1798 do príncipe regente, D. João ordena à câmara de São Luís que D. Diogo de Sousa fosse empossado assim que chegasse ao Maranhão.<sup>126</sup> Curiosamente, por causa da nomeação deste, o então governador D. Fernando de Noronha entrou em atrito com um tal de José Gonçalves da Silva, que fez uma aposta em que afirmava que Noronha não seria atendido em suas reivindicações junto à Coroa com a chegada do sucessor. Não fica claro quais eram essas reivindicações, mas como era comum, Noronha deixou mais uma reclamação epistolar sobre os habitantes locais, queixando-se em especial desse indivíduo.<sup>127</sup> No entanto, com a chegada do sucessor, Noronha o elogia:

Chegou o meu sucessor a esta Colônia em o dia três d'Outubro e tomou posse a vez do dito mês do ano corrente. Nas conferências que temos tido sobre matérias do Real Serviço, observei o unir aos saudáveis esforços d'um espírito iluminado, a fidelidade, o zelo, a inteireza, a imparcialidade, e a prática d'aquelas virtudes sociais que podem solidamente elevar esta conquista à última prosperidade. Uma tão feliz escolha suaviza o meu sacrifício, e logo que o tempo me permitir uma viagem cômoda terei a honra de certificar pessoalmente na Presença de V Ex<sup>a</sup> os mais sinceros sentimentos de agradecido.<sup>128</sup>

Os elogios que Noronha atribuiu ao seu sucessor foram de características de indivíduo pautado em ideais ilustrados para o cargo público. Deste modo, D. Diogo de Sousa estaria nos padrões desejáveis do Iluminismo, com 'zelo', 'imparcialidade', 'espírito iluminado'. Vale mencionar também a postura de Noronha, já que não era a função dele avaliar quem iria substituí-lo, mas mesmo assim o faz para agradar ao

---

<sup>124</sup> No período que estamos trabalhando, nosso recorte espacial é o Estado do Maranhão e Piauí. Como território colonial do período, tal Estado era composto por duas capitanias administrativas: uma, Maranhão, e a outra, Piauí. O governo do Estado do Maranhão e Piauí tinha sede na cidade de São Luís, em que residia o governador do Estado, porém havia um governador subalterno para a capitania do Piauí com sede em Oeiras, mas que hierarquicamente era subordinado ao Maranhão. Em 1811 o Piauí se torna independente administrativamente em relação ao Maranhão.

<sup>125</sup> D. Diogo de Sousa teve uma trajetória política invejável dentro do Império Português: além de governador de Moçambique (1793-1798) e Maranhão (1798-1804), foi governador do Rio Grande de São Pedro do Sul (1809-1814), vice-rei da Índia (1816-1820) e pouco antes de falecer foi ministro de guerra do curto reinado de D. Miguel (1828-1829). Cf. MEIRELES, Mário., p. 21;47-48.

<sup>126</sup> DECRETO do príncipe regente D. João para o Conselho Ultramarino, a nomear D. Diogo de Sousa para governador e capitão-general da capitania do Maranhão. Queluz. 26/02/1798. *AHU-MA*, cx. 96 d. 7850.

<sup>127</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a aposta feita por José Gonçalves da Silva de que o primeiro comboio que chegasse do Reino traria o nome do sucessor do governo do Maranhão. Maranhão. 10/05/1798. *AHU-MA*, cx. 98, d. 7941

<sup>128</sup> OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a chegada do seu sucessor, D. Diogo de Sousa, à capitania e as reuniões que têm tido. Maranhão.07/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8133.

ministro Sousa Coutinho e ao príncipe D. João, indicando a sapiência desses ao escolherem alguém capacitado. Noronha não perde a oportunidade de realizar autoelogio, dando a entender que estava aliviado por saber que quem o iria substituir era alguém de confiança e que logo poderia passar o governo a alguém que não iria afetar o trabalho já realizado por ele.<sup>129</sup>

Em agosto de 1798 toma posse D. Diogo de Sousa.<sup>130</sup> Esse, inclusive antes de chegar se viu em apuros com corsários franceses e quase chegou a naufragar na Baía das Preguiças.<sup>131</sup> Não será o único momento em que franceses foram questão do governo do Maranhão com a Coroa. Em um período em que ainda estavam vivas as preocupações nos estadistas portugueses em relação à Independência das Sete Colônias da América do Norte (1776), a Inconfidência Mineira (1789) e principalmente a Revolução Francesa (1789), eram elementos que poderiam acender inquietações sobre o domínio português sobre as regiões em que mantinha soberania. Sobre o último acontecimento, era algo que gerava grande expectativa e muitos queriam obter informações sobre o que ocorria em França.<sup>132</sup> Em 1799 ocorreu a Conjuração Baiana, inspirada diretamente na Revolução,<sup>133</sup> o que gerou maiores cuidados por parte da administração central do Império. E neste contexto, foi feito o questionamento ao governador D. Diogo de Sousa se havia princípios jacobinos no Estado do Maranhão e Piauí. Ele afirmou que não, mas que se os tivessem, ele seria competente para afastar qualquer subversão ao direito da Coroa Portuguesa sobre a região.<sup>134</sup> Também a preocupação em relação a pirataria, inclusive oriundos de Caiena seria tema presente naquele período.<sup>135</sup>

---

<sup>129</sup> Para uma breve descrição do governo de D. Fernando Antônio de Noronha Cf. CAMÊLO, Júlia Constança Pereira. “Fernando Antônio Soares de Noronha: um imbecil ou um homem de seu tempo?” In. COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche (orgs.). *Maranhão: ensaios de biografia e história*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011.

<sup>130</sup> CARTA dos oficiais da câmara para a rainha D. Maria I, sobre a tomada de posse de D. Diogo de Sousa como governador e capitão-general do Maranhão. São Luís, Maranhão. 20/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8143.

<sup>131</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando conta do ataque francês ao navio em que ele se encontrava. São Luís do Maranhão. 25/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8151.

<sup>132</sup> SILVA, 2013.

<sup>133</sup> MAGALHÃES, Pablo Iglesias. O tradutor dos abomináveis princípios: José Pedro de Azevedo Sousa de Câmara e a circulação dos escritos de Voltaire em Portugal e no Brasil (1790-1834). *História*. São Paulo, v. 35, e. 101, 2016, p. 1-4.

<sup>134</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a existência ou não de "princípios jacobinos" na capitania do Maranhão. São Luís, Maranhão. 04/12/1799. *AHU-MA*, cx. 108, d. 8489.

<sup>135</sup> APEM, Secretária de Governo, livro 47, fl. 2, doc. 6.

Caso emblemático nessa questão foi o documento para a prisão de um tal de Humboldt nos sertões do Maranhão.<sup>136</sup> O caso se refere a Alexander von Humboldt (1769-1859), geógrafo prussiano que naquela altura estava em viagem exploratória na Venezuela e almejava adentrar os afluentes do Amazonas.<sup>137</sup> Não há registros que indiquem que ele tentava adentrar a América Portuguesa, mas em razão das ligações com o governo francês e o perigo que a política de segredismo dos recursos naturais que a Coroa portuguesa acreditava poderem ser afetados, foi dada tal ordem de prisão como prevenção.

Em um dado momento, em outubro de 1800, D. Diogo de Sousa anuncia que não poderia mais exercer o cargo de governador do Maranhão e Piauí.<sup>138</sup> Não explica as razões que o levaram a realizar tal pedido. Somente afirma que seria por “urgente motivo” que o faz requerer ir ao Reino imediatamente e que para tanto era necessário que fosse enviado um sucessor com “brevidade”. D. Diogo estava no governo em torno de dois anos, e os projetos que estava encaminhando não eram para um governo que ia se findar. Todavia, em outro ofício o governador, ainda em outubro do mesmo ano, solicita justamente o contrário, pedindo que continuasse no cargo.<sup>139</sup> O que levou o governador a mudar de ideia em pouco tempo? Ainda não foi possível identificar suas razões. Mas é evidente que abandonar o cargo antes do término natural ou do pedido de entrega do cargo pela Coroa não seria algo muito favorável a carreira do governador. É possível que D. Diogo tenha se arrependido em razão do alto ônus que esta atitude poderia lhe acarretar, bem como sobre sua família.

Pode-se afirmar que a ciência foi parte fundamental da gestão do governador D. Diogo de Sousa. Isso porque a abrangência do conhecimento sobre a natureza do Maranhão e Piauí foram ampliadas por meio das ordens administrativas dele. Enviou naturalistas para o sertão a fim de melhor conhecer o meio ambiente. Tais naturalistas (comentados mais à frente), eram responsabilizados por catalogar e remeter à capital São

---

<sup>136</sup> APEM, Secretária de Governo, livro 49, fl. 41-42, doc. 107. APEM, Secretária de Governo, livro 48, fl. 152, doc. 671.

<sup>137</sup> Apesar de ser mundialmente conhecido hoje em dia, o Humboldt naquele momento era um ‘ilustre desconhecido’, e a preocupação maior era a sua ligação com o governo revolucionário francês.

<sup>138</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a nomeação do seu sucessor, por não poder continuar a exercer as suas funções no governo da dita capitania. 02/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8776.

<sup>139</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pedindo para continuar a prestar serviços na dita capitania. 26/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8813.

Luís os gêneros naturais. Já na sede, D. Diogo de Sousa não somente as remetia tais gêneros para Lisboa, mas também comentava sobre as amostras com fundamentos científicos, inclusive citando autores e se valendo da cultura científica de então. O governador mais de uma vez demonstrou conhecer a terminologia acadêmica e inclusive utilizava das expressões binominais lineanas.<sup>140</sup> Além do mais, projetos ambiciosos do ponto de vista da ciência foram apresentados pelo eminente governador e que coadunavam com a visão estadista do ministro Sousa Coutinho. Foi o caso do projeto de implementação de uma quarta cadeira de estudos nas aulas régias, que seriam a História natural e química.<sup>141</sup> Desse modo estaria formando habitantes capazes de avaliar a natureza por meio da ciência. Soma-se também outro projeto, que seria a feitura de um jardim botânico, que seria um espaço de acomodação de gêneros naturais para realização de estudos. Até o presente momento não foi identificado se ambos os projetos foram implementados, mas ainda assim importa apontar que eles foram debatidos pelo governo de São Luís e de Lisboa, a fim de dinamizar os conhecimentos econômicos sobre a natureza.

O fato é que a ciência adentrava na demanda colonial e tanto governadores como outros indivíduos no serviço da Coroa se valiam desse conhecimento para dar cabo das ordens. Dentre tais estava a de recolher e enviar espécimes naturais da América Portuguesa para a Corte. Era importante que fosse realizada por um ou mais naturalistas. Supunha-se que eles possuíam a capacidade e a perspicácia de avaliar e julgar o que seria fundamental para o estudo no Reino, além de levantar hipóteses e utilidades para o material que seria enviado. Na ausência de um especialista deste gabarito, outros a serviço da Coroa ou mesmo habitantes locais poderiam fazer a extração da natureza e remeter para Portugal: militares, clérigos, vereadores, juízes e etc.<sup>142</sup> No período do governador D. Diogo de Sousa foram os naturalistas Vicente Jorge Dias Cabral e o Joaquim José Pereira aos sertões do Maranhão e Piauí a fim de melhor conhecer as potencialidades da

---

<sup>140</sup> COSTA JÚNIOR, 2016, p. 39-40.

<sup>141</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as dificuldades que tem havido e há para o estabelecimento das novas escolas régias na dita capitania. São Luís, Maranhão. 28/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8767.

<sup>142</sup> DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição das redes de informação no Império português no final dos Setecentos. *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 8, p. 823-838, 2001, p. 806.

natureza. Desse modo o governador se valia principalmente de homens de ciência para realizar pesquisas, algo diferenciado para o período na região.<sup>143</sup>

No Piauí, uma querela política proporcionou descontinuidade nas gestões de governos, trazendo consequências para os planos da Coroa portuguesa, haja vista que o governador D. João de Amorim Pereira, do entorno do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, foi afastado e depois reconduzido ao governo do Piauí. Os embates entre a elite local com os governos escolhidos pelo Reino eram uma constante na região no período.<sup>144</sup> O que se está chamando aqui de “querelas” foi quando o governador D. João de Amorim Pereira, ao acusar parte da elite luso-piauiense sobre as finanças, acabou por ele mesmo ser um dos devassados, sendo obrigado a ir para o Maranhão se defender. Neste ínterim, assumiu provisoriamente Francisco Diogo Moraes o governo do Piauí. Em torno de um ano, foi autorizado pela Coroa que Amorim retornasse ao cargo, o que gerou desconforto por parte do governador interino que não queria devolver o cargo, o que gerou mais impasses, a ponto de um partidário de Amorim ser assassinado em uma briga quando defendia o governador. Tendo em vista todo esse ocorrido, a Coroa decide pedir o retorno de Amorim para Portugal e é escolhido outro governador interino, que também teve dificuldades em administrar a capitania no período.

Dom João de Amorim Pereira assume o governo no final de 1797. Além de dar conta das demandas sobre salitre do governo português, foi um dos pioneiros em propor a mudança da capital do Piauí, defendendo a Vila de Parnaíba, ou que se fizesse uma vila nas margens do Parnaíba.<sup>145</sup> Foi na gestão dele que foram realizados estudos mais sistemáticos sobre os minerais no Piauí. Sua atuação estava em concórdia com D. Diogo de Sousa e D. Rodrigo de Sousa Coutinho. E nesse contexto se inicia a viagem dos exploradores Joaquim José Pereira e Vicente Jorge Dias Cabral. Não se sabe maiores informações sobre Amorim, sua formação e atuação após o governo do Piauí, mas fica claro pela sua correspondência sua atuação científica junto aos demais administradores.

---

<sup>143</sup> COSTA JÚNIOR, 2016, p. 40.

<sup>144</sup> Cf. FONSECA, Rodrigo Gerolineto. A “nobreza da terra”: a constituição de uma elite local na capitania de São José do Piauí – do final do século XVII ao final do século XVIII. *Outros Tempos*. São Luís, v. 9, n. 14, 2012.

<sup>145</sup> COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. V. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, p. 201. VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. *Os fazedores de cidade – uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)*. Tese (doutorado em história). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016, p. 109-111.

Em 21 de fevereiro de 1800, D. Diogo de Sousa relatou a carência de engenheiros para os serviços necessários na capitania.<sup>146</sup> O serviço não foi especificado, mas o governador lembrou ao ministro Coutinho que o próprio Príncipe Regente exigia que se procedesse logo as obras. Assim perfilava o governador sobre quem seria capacitado: “[...]reconhecida a urgente precisão de as erigir, se faz necessário mais de um Engenheiro hábil, que saiba bem desenha-las, calcula-las e dirigi-las [...]”.<sup>147</sup> Um pouco antes, no Piauí, o governador D. João de Amorim Pereira se queixou de que não havia naturalista para executar as ordens de pesquisa naquela região.<sup>148</sup> Ambos os casos demonstram que, para o governo funcionar em sua parte técnica, era fundamental haver indivíduos capacitados. Por outro lado, também demonstram que nem sempre este tipo de mão de obra estava disponível, de modo que não era possível cumprir com presteza as ordens advindas de Lisboa. Os próprios governadores, formados na Universidade de Coimbra, estavam capacitados para avaliar conhecimentos acerca da natureza ou propor questões financeiras por meio de conhecimentos teóricos adquiridos pela formação acadêmica, mas precisavam de indivíduos capazes de executar atividades que exigiam deslocamento e conhecimento técnico, como a coleta e a análise de produtos naturais.

Tendo em vista essa necessidade, a Coroa deu início à capacitação de indivíduos considerados habilitados para trabalhos técnicos. A Universidade de Coimbra reformada tornou-se o lugar de excelência para a formação daqueles que ficariam a serviço da Coroa, em especial os naturalistas. O financiamento de lusos-americanos fez parte da política do Império para preparar estes novos quadros de técnicos gabaritados para avaliar as potencialidades econômicas por um viés naturalista-pragmático. O governador D. Diogo de Sousa tinha ciência das carências existentes no Maranhão e em 1799 explicou as razões de enviar luso-maranhenses para estudar no Reino:

peças hábeis para, depois de aprenderem, voltar para esta Capitania a fim de exercer os empregos de tipógrafos, hidráulicos, médicos, contadores, e cirurgiões, aos quais a Câmara devia estabelecer pensões alimentares enquanto estudassem na Universidade de Coimbra ou na Academia de Marinha de Lisboa.<sup>149</sup>

---

<sup>146</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um engenheiro hábil para futuras obras. São Luís, Maranhão. 21/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, d. 8596.

<sup>147</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>148</sup> OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um naturalista para estudar e descobrir o préstimo das plantas que há neste país. Oeiras, Piauí. 16/08/1799. *AHU-PI*, cx. 22, d. 1166.

<sup>149</sup> AVISOS... apud MEIRELES, Mário. *D. Diogo de Sousa...* p. 63-64.

Foi o caso de um cadete, Antônio Lourenço dos Santos, enviado por D. Diogo de Sousa para estudar no Reino.<sup>150</sup> No documento, o governador informa que o cadete tinha algum conhecimento de aritmética e que trabalhava como mestre de aula do seu próprio Regimento. No entanto, ainda que destacasse a boa conduta do cadete, o governador deixa claro que não saberia dizer mais sobre as potencialidades intelectuais de Lourenço. É informado que ele ia para estudar matemática.<sup>151</sup>

Aparentemente, os militares foram os privilegiados para o estudo no Reino durante o governo de D. Diogo de Sousa. O alferes do Regimento de Linha de São Luís, José Félix Pereira Burgo, também foi autorizado a estudar no Reino.<sup>152</sup> Antônio da Silva Cunha e Manuel Corrêa foram outros que pediram a benesse,<sup>153</sup> mas não se especifica se o local do curso seria a Universidade de Coimbra ou outra instituição. O cadete Francisco de Borja Pereira da Silva foi concedido licença para estudar matemática.<sup>154</sup> Os documentos informam apenas que suas petições foram deferidas e que o governador aguardaria a decisão do Príncipe Regente, provavelmente se referindo às bolsas de estudo.<sup>155</sup> Esta foi mais uma intervenção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e sua política fomentista para melhorar as pesquisas científicas nas possessões do Império Lusitano e, assim, alavancar a economia do Império com o conhecimento das potencialidades da natureza destas regiões. Assim Sousa Coutinho desenvolveu política de fomento com bolsas de estudos para os súditos coloniais estudarem no Reino.

Em outro ofício fica mais claro qual a resposta que se espera do Príncipe Regente: “Resolução do Príncipe Regente Nosso Senhor o estabelecimento das pensões

---

<sup>150</sup>OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a concessão de licença ao cadete Antônio Lourenço dos Santos para ir ao Reino prosseguir os seus estudos. São Luís, Maranhão. 04/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, D.8253.

<sup>151</sup> APEM, Secretaria de Governo, livro 48, fl. 43, doc. 225.

<sup>152</sup>OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a concessão de licença ao alferes do Regimento de Linha José Félix Pereira de Burgos para ir estudar na Universidade de Coimbra, em conformidade com o Aviso de 2 de Agosto de 1799. São Luís, Maranhão. 08/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8579.

<sup>153</sup>OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a pretensão da câmara da cidade de São Luís do Maranhão em mandar Antônio da Silva Cunha e Manuel Correia de Faria para estudarem na Universidade de Coimbra. São Luís, Maranhão. 15/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8587.

<sup>154</sup> APEM, Secretaria de Governo, livro 47, fl. 1, doc. 2. APEM, Secretaria de Governo, livro 48, fl. 77, 371.

<sup>155</sup> SILVA, 2013, p. 193.

para subsistência dos Alunos, que forem estudar as ciências nesse Reino”.<sup>156</sup> Neste mesmo ofício, o governador dá seu parecer acerca de dois suplicantes, demonstrando que haveria alguma avaliação por parte das autoridades do Reino. Ambos os casos foram indeferidos. No caso de Manuel Rodrigues de Castro, o documento recomenda o indeferimento, pois já era avançado em idade e tinha dificuldade de ler e escrever, a tal ponto que o governador considera o pedido como esdrúxulo.

Aparentemente, o fomentismo da Coroa despertou interesse nos luso-maranhenses em estudar no Reino. D. Diogo de Sousa relata que havia uma lista de espera de suplicantes, não informando quantos e quem eram.<sup>157</sup> Ainda neste mesmo ofício, o governador acrescenta que deveria haver uma seleção criteriosa daqueles que almejavam estudos no Reino. Por fim, detalha que havia 250.000 réis anuais para este fim, explicando que o valor seria suficiente para ajudar nas despesas com alimentação, vestimentas, aquisição de livros e matrícula.

Infelizmente, não se encontrou muita informação sobre os estudantes luso-maranhenses após serem enviados para o Reino, mas um caso é ilustrativo de como estes indivíduos estavam se formando. Francisco Diogo Velez, em 1805, solicita permanecer em Portugal para melhorar sua formação, pois era de seu interesse também estudar na Academia da Marinha e, assim, adquirir os cargos de geógrafo, medidor hidráulico e arquiteto dentro da máquina burocrática do Maranhão.<sup>158</sup>

No Pará, dois “moços” foram indicados para cursar medicina na Universidade de Coimbra.<sup>159</sup> Nesse ofício fica claro que eles deveriam se formar e depois retornar para sua capitania de origem. A formação acadêmica daqueles que estavam em solo americano, como já demonstrado, era uma necessidade que a Coroa almejava para que a

---

<sup>156</sup>OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a informação de Manuel Rodrigues de Castro e Severino Ferreira Lustosa pedindo para irem estudar no Reino. São Luís, Maranhão. 16/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8588.

<sup>157</sup> OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a criação de caixas de crédito, por ordem régia de 10 de Maio, a fim de financiar os colonos daquela capitania. São Luís, Maranhão. 14/08/1799. *AHU-MA*, cx. 105, d. 8376.

<sup>158</sup> REQUERIMENTO de Francisco Diogo Velez ao príncipe regente D. João, solicitando autorizar sua matrícula no primeiro ano do curso de Matemática, na Real Academia da Marinha e apresentar a certidão do exame de admissão deste à câmara do Maranhão. Maranhão.30/01/1805. *AHU-MA*, cx. 139, d. 10131.

<sup>159</sup>OFÍCIO do intendente geral da Polícia da Corte e Reino, Diogo Inácio de Pina Manique, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio, para o Reino, de dois indivíduos naturais da cidade do Pará para serem inscritos no curso de Medicina do Colégio das Ciências Naturais de Coimbra, de modo a estarem capacitados a exercer o ofício naquele Estado. Lisboa, Portugal. 22/09/1796. *AHU-PA*, cx.108, d. 8492.

estrutura do Império se mantivesse em pé. O caso do Pará no final do século XVIII não era diferente. No citado documento é indicado o nome de um desses indivíduos: Mateus Valente. Este fez preparatório e tinha se formado em matemática. É descrito como “um moço muito bem-comportado de índole e com talentos” e que ele desejava fazer parte da Marinha, o que mostra um indivíduo que almejava se inserir nas redes sociais do Império desde a formação acadêmica até a experiência militar. Mateus Valente consta na lista dos lusos-americanos formados pela Universidade de Coimbra, primeiramente em matemática e filosofia em 1791 e depois em medicina em 1795. O outro indivíduo não é identificado, mas suspeito que seja Domingos Correia Denis, com a mesma formação de Valente. Não é possível afirmar se eles retornaram para o Grão-Pará. Outro suplicante foi João Amorim Ribeiro Pinto, que se formou em matemática em 1800 e em filosofia em 1807.

A documentação analisada não apresenta indivíduos luso-piauienses interessados em fazer estudos no Reino, como ocorreu no Maranhão e Pará. Não é possível avaliar de forma mais assertiva a razão disso, mas algumas hipóteses podem ser apresentadas a partir do silêncio dessa documentação e dos acontecimentos registrados no Piauí nessa época. A querela dos governadores na região desestabilizou a sociedade local. Quando a estabilidade política foi restabelecida, no fim do decênio de 1810, o contexto era diferenciado. Com a Família Real estabelecida na América Portuguesa, formou-se outra conjuntura, na qual a atual região Sudeste do Brasil tornou-se o centro administrativo de um novo Império. Com isso, inverteram-se elementos comuns entre os portugueses da América que almejavam ir para o Reino, isto é, naquele momento os portugueses de outras partes do mundo almejavam estar na América, o que pode explicar a redução do número de estudantes lusos-americanos em Lisboa. Outra razão que pode explicar a ausência de estudantes oriundos do Piauí é o fato de ser uma capitania subalterna ao Maranhão e que talvez isso não fosse uma prioridade para a administração estabelecida em São Luís.<sup>160</sup>

Esse é um tema relevante em razão das atividades científicas que estavam sendo realizadas no Piauí por meio da supracitada expedição Pereira-Cabral. A formação necessária para essas atividades era fundamental, por isso surpreende a inexistência de

---

<sup>160</sup> A exceção ficou por conta dos luso-piauienses Vasco Fernandes Coutinho, natural de Oeiras, formado em direito em 1782 e em matemática em 1783 e do Clemente Pereira d’Azevedo Coutinho, formado em direito em 1795. Ambos eram filhos do também Clemente Pereira d’Azevedo Coutinho. Desconheço mais dados sobre estes indivíduos.

suplicantes na capitania. Em 1799, o governador D. João de Amorim Pereira comunica em ofício que teria dificuldades em fazer uma avaliação melhor sobre as plantas que serviriam para a produção de papel por não saber de naturalistas residentes na capitania e nem de pessoas capacitadas para a tarefa. A despeito da expedição Pereira-Cabral, aparentemente ignorada por Amorim e que já tinha começado a atuar na região, o governador foi enfático ao afirmar que o conhecimento científico demandava formação.

Os governadores também se preocuparam com a estrutura educacional da região. Por exemplo, D. Diogo de Sousa propôs, em 1800, que, além das cadeiras de filosofia, retórica e gramática, fosse adicionada uma quarta: história natural e química.<sup>161</sup> O governador alegava que esta cadeira seria útil para o conhecimento do território e que seria de grande interesse público. A proposta apresentada pelo governador parecia interessante, pois possibilitaria a formação acadêmica básica acerca do meio natural na própria capitania, algo que até então não existia na América Portuguesa. Todavia, é bem provável que esta cadeira não tenha sido implementada, pois não foram encontrados mais registros na documentação analisada. Neste sentido, é sintomático que, logo após o término de sua expedição pelo sertão piauiense, Vicente Dias Cabral tenha sido contratado como professor em São Luís, mas de retórica e não de história natural. Essa é mais uma evidência de que a cadeira proposta por Sousa ficou somente no projeto.

Curiosamente, se no Maranhão o governador D. Diogo de Sousa queria aumentar a quantidade de cadeiras, no Pará o governador D. Francisco de Sousa Coutinho queria reduzi-la.<sup>162</sup> Para esse governador, as cadeiras de gramática latina, retórica e filosofia se faziam inúteis em uma região considerada tão atrasada. Francisco Coutinho acreditava que bastavam as primeiras letras e o catecismo, nos quais os estudantes aprenderiam a ler, escrever, contar e a doutrina cristã.

No último quartel do século XVIII, a Coroa portuguesa renovou a sua política ilustrada, o que perpassava também pela mudança do ensino. A Universidade de Lisboa

---

<sup>161</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as dificuldades que tem havido e há para o estabelecimento das novas escolas régias na dita capitania. São Luís, Maranhão. 28/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8767.

<sup>162</sup> AVISO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para o [presidente do Conselho Ultramarino], conde de Resende, [D. António José de Castro], remetendo o ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará [e Rio Negro, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho], em que dá o seu parecer sobre vários requerimentos dos professores régios do Pará pedindo a prorrogação do exercício dos mesmos nas suas respectivas cadeiras. Queluz. 15/04/1799. *AHU-PA*, cx. 114, d. 8852.

foi renovada e foram criadas a Academia Real de Ciências de Lisboa, Academia da Marinha, entre outras. A concessão das bolsas de estudo fazia parte dessa política, pois à Coroa interessava formar súditos para atuarem nas várias regiões do Império. A Glória do Império e da Coroa perpassava pelo conhecimento das partes deste mesmo Império, mas com especial interesse na América Lusitana. Tais quadros que iam se formando serviriam para atuar nas demandas coloniais. Por outro lado, indivíduos que tivessem alguma formação ou conhecimento em ciência era empregado em expedições naturalistas. Foi o caso do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e o padre Joaquim José Pereira.

## CAPÍTULO II

### OS OLHOS DO IMPÉRIO NO SERTÃO DO MARANHÃO E PIAUÍ: OS MINERAIS E A FAUNA NA PERSPECTIVA DOS NATURALISTAS

#### **2.1. – A expedição Cabral-Pereira: a ciência adentra os sertões**

A atuação política dos governadores e do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a exploração do meio ambiente se revelou como estratégia importante para perpetuar o domínio colonial sobre a América Portuguesa. A natureza não poderia mais ser esboçada por impressões particulares somente, mas pela Razão científica. Desse modo os governadores e o ministro estariam contribuindo para engrandecer o Império Português. Por outro lado, é evidente que haveria necessidade de se enviar indivíduos capacitados para recolha e análise dos gêneros naturais. Ainda estes precisavam também do conhecimento científico para que fossem cumpridas as ordens advindas da Corte, bem como as dos governos locais. Tais eram filósofos naturalistas que faziam parte de grupos especializados, e com instrumentos e livros científicos iniciavam a pesquisa nos sertões, a fim de recolher utilidades guardadas na natureza.

O Império Lusitano precisava conhecer melhor as regiões que dominavam ou que pretendia se firmar como detentor. Tendo em vista isso é que o conhecimento da natureza era fundamental para garantir a soberania nas diversas partes que alegava ser dono e garantir lucros auferidos desta natureza, ou mesmo assegurar territórios inexplorados, garantindo possíveis potencialidades. Mas como saber quais eram essas potencialidades? Como o Império adentraria as partes mais estranhas e até inóspitas que lhes faziam parte? Seriam então os exploradores que serviriam como “olhos do império” (valendo-se da expressão da pesquisadora Mary Pratt).<sup>163</sup> E foram esses exploradores que, com o viés científico, adentravam os sertões em nome da Coroa, recolhiam e analisavam os gêneros naturais; remetiam esses mesmos gêneros para Lisboa, juntamente com informações pertinentes sobre a natureza que observavam, para o desenvolvimento econômico local por meio da natureza e da agricultura. Os naturalistas enviavam para a sede do governo da capitania e daí iam para Portugal. Governadores, como D. Diogo de

---

<sup>163</sup> PRATT, 1999.

Sousa, não se furtavam também de fazerem análises com bases científicas para acrescentar sobre tais gêneros.<sup>164</sup>

O padre Joaquim José Pereira era vigário de Valença no Piauí quando fez sua terceira viagem como naturalista. Não se tem muitas informações sobre onde nasceu, assim como de sua idade e formação. Não integrava o quadro de formandos da Universidade de Coimbra, o que leva a crer que era autodidata. Vicente Jorge Dias Cabral era natural de Tejuco em Minas Gerais, atual cidade de Diamantina. Se formou em direito pela Universidade de Coimbra, onde provavelmente conheceu o governador do Maranhão, D. Diogo de Sousa. Por razões ainda desconhecidas, Dias Cabral veio para o Maranhão no final do século XVIII para atuar em sua área de formação, mas devido ao seu conhecimento de história natural foi imbuído de trabalhar como naturalista juntamente com o vigário de Valença, Joaquim José Pereira, na expedição aos sertões do Estado do Maranhão e Piauí. Nessa viagem, houve análises para que os três reinos da natureza passassem pela visão científica deles.

Vamos nos referir à expedição Cabral-Pereira em razão dos dois membros principais que a compunham. Evidentemente que não eram os únicos integrantes, mas são escassas as informações sobre os demais. É possível que os outros fossem militares. No livro “Plantas do Brasil: flora econômica do Brasil no século XVIII...”, publicação com as aquarelas da flora realizadas na dita expedição pelo Maranhão e Piauí, em prefácio é informado que o riscador (artista) assinava como “silv.”, e Cabral se referia a ele somente como Antônio.<sup>165</sup> Tiago Bonato levantava a hipótese que era um dos artistas que acompanhou o Alexandre Rodrigues Ferreira em expedição a Amazônia.<sup>166</sup> Em nossa pesquisa só encontramos uma referência ao nome do artista: Antônio Silva. São escassas as informações sobre ele. Em um dado momento é dito que no armazém da Marinha estava sendo confeccionado um cavalete para seu uso.<sup>167</sup> Além do mais, foram identificados os seguintes nomes: João Pereira de Brito, alferes João Leal, porém sem

---

<sup>164</sup> COSTA JÚNIOR, 2016, p. 50-51.

<sup>165</sup> *PLANTAS do Brasil: flora econômica do Brasil no século XVIII; plantas do Maranhão-Piauí*. Organizado, prefaciado e leituras paleográficas por FERRÃO, José E. Mendes *et al.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica de Portugal; Chaves Ferreira Publicações, S. A.; Museu e Jardim Botânico/ Museu Nacional de História Natural, 2002, p. 13.

<sup>166</sup> BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1723-1822)*. – Dissertação (apresentado ao Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

<sup>167</sup> APEM, Secretária de governo, livro 50, fl. 28, doc. 132. Em 1800 é enviado a expedição materiais de trabalho científico e é dito para ser entregue por meio de Antônio da Silva Lopes, o que não fica clara se se trata do riscador. APEM, Secretária de Governo, livro 50, fl. 40, doc. 192.

maiores informações de suas vidas e funções na expedição. Por fim é dito que os filhos da viúva Ana Ribeiro do Espírito Santo também iam, mas do mesmo modo sem explicar a razão pela qual os filhos da viúva não são identificados com o próprio nome; nem sequer quantos seriam.<sup>168</sup> Também há relato documental de envio de indígenas para fazer parte da mesma expedição.

Aspecto importante foi a aparente bicefalia da expedição Cabral-Pereira.<sup>169</sup> Não conhecemos outro caso em que houve duas lideranças em uma viagem naturalista no contexto das expedições realizadas por ordem da Coroa Portuguesa. Não fica claro por quais razões isso se deu. Vicente Dias Cabral trabalhava em São Luís como advogado e foi requisitado pelo governador D. Diogo de Sousa, pois já o conhecia no tempo dos estudos universitários e o considerava bom em filosofia natural.<sup>170</sup> Também não se sabe as razões do luso-mineiro Cabral estar em São Luís no período, mas ele próprio, ao contrário do que o governador esperava, via dificuldades em trabalhar como naturalista, pois segundo ele havia já algum tempo que não estudava mais tais questões.<sup>171</sup> Também não se sabe como foi captado Joaquim Pereira (que possivelmente era autodidata) para os trabalhos científicos no sertão piauiense. Todavia, no caso do último é sabido que já tinha experiência nesse tipo de trabalho, pois já tinha feito parte de uma expedição no Pernambuco, Piauí e até no Maranhão. Desse modo, é possível que a escolha dele se deu em razão da sua experiência efetiva em campo, enquanto no caso de Dias Cabral se deve ao substrato teórico legitimado pela Universidade de Coimbra e pelo atestado do governador.

Por outro lado, esta dupla liderança parece que não foi harmônica. Na principal memória de Joaquim Pereira ele se refere a Cabral algumas vezes, mas Cabral não se refere a Pereira em nenhuma de suas obras, como se o seu companheiro nem existisse.<sup>172</sup> Em carta oficial de Pereira para o ministro Sousa Coutinho, parece se queixar tanto do governador D. Diogo de Sousa como de Dias Cabral, ao reclamar que o trabalho de enviar salitre seria maior se o governador “não tivesse implicado” com a companhia deste.<sup>173</sup>

---

<sup>168</sup> APEM, Secretária de governo, livro 49, fl. 54, doc. 143.

<sup>169</sup> APEM, Secretaria do Governo, livro 48, fl. 52-53, doc. 272. APEM, Secretaria do Governo, livro 48, fl. 53, doc. 273.

<sup>170</sup> CITAR

<sup>171</sup> DOCUMENTAÇÃO.

<sup>172</sup> Cf. GALVES, Marcelo Cheche. Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*. Belém, v. 12, n. 2, 2017.

<sup>173</sup> OFÍCIO do padre Joaquim José Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo] sobre a exploração dos sertões para descoberta de nitreiras naturais;

A expedição Cabral-Pereira tinha como principal finalidade avaliar a possibilidade de extração do salitre natural no Piauí. Ao longo de pelo menos duas décadas havia evidências de salitre nessa capitania (e também na do Ceará), inclusive com envio de amostras para o Reino. Mas se era objetivo principal da referida expedição, não se pode dizer que foi o único. Havia também expectativas da análise de outros gêneros naturais, em especial da flora, com a possibilidade de se encontrar plantas medicinais. Nesse caso ficam evidenciados principalmente os estudos sobre a quina do Piauí, mas também da carnaúba, “paratudo”, entre outros. Também os dois naturalistas trouxeram propostas econômicas para a região, como a construção de nitreiras artificiais e a criação de cochonilha para produção de corantes.

Para melhor avaliar suas pesquisas, a expedição Cabral-Pereira possuía materiais impressos, que contribuía em seus estudos teóricos, como também ferramentas de uso científico, que foram úteis em seus experimentos. Em junho de 1801, Pereira informa quais seriam, indicando o recebimento de 100 mil réis de ajuda de custo e também de impressos científicos. Sobre os materiais para testes:

Comprei por preparos o salitre três tachos, três barris, duas escumadeiras e mais utensílios para preparos a potassa, duas panelas de ferro, duas espátulas, funis, três aros de rosca para segurar os filtros [ilegível] e mais ferramentas [ilegível] e ferro de três [palos] agudo para meter nas terras quente servem experimentos três foices roçadeiras, três machados, duas inchadas, três ancinhos, uma pá de ferro, uma trempe portátil, duas marretas, duas picaretas, duas [aticases] pequenas, um maçarico, um tau e martelo mineralógico, uns regados, um furil, uma lima [ilegível] grande [e] outra pequena, duas verrumas, duas [encho], uma goiva, duas [ilegível].<sup>174</sup>

Mesmo diante da dificuldade da leitura paleográfica, é possível avaliar os instrumentos que o pesquisador estava levando para sua viagem exploratória. Também neste mesmo documento Pereira solicita impressos de química que pudessem servir na pesquisa, referindo-se pelos autores: Enciclopédia Metódica, os livros de Bauna, Macquer, Fourcroy, Morveau, Jornal e Anais de Brugnotelli, Anais de Lavoisier.

Em janeiro de 1800 foram entregues à expedição os seguintes materiais:

[...]Uma dúzia de frascos de boca larga, outra de boca estreita, e meia de frascos brancos acondicionados em seguras frasqueiras e juntamente uma dúzia de Cadilhos grandes, meio dúzia de outros menores, e outra meia dúzia dos mais pequenos. O que tudo for preciso para a diligência que o Bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e o Vigário Joaquim José Pereira se acham

---

quanto recebeu de ajudas de custo e onde aplicou essa quantia; e solicita o envio dos livros mencionados no catálogo que remete. Oeiras, Piauí. 19/06/1801. AHU-PI, cx. 18, d. 1262.

<sup>174</sup> AHU-PI, cx. 18, d. 1262.

encarregados, cuja despesa com os instrumentos competentes se abonará em com o Almojarife dos mesmos Armazéns [da Marinha].<sup>175</sup>

Ainda há relatos documentais que foram enviados para a expedição Cabral-Pereira uma agulha de bitácula e cadinhos.<sup>176</sup> Outros materiais de trabalho foram caixa de faia, duas marmitas de lata, duas caçarolas de lata, uma oitava de tártaro emético, duas onças e meia de Jalapa em pó, duas libras de ‘mana escolhida’ (?), um dito de sal de Glauber, meia onça de cremar de tártaro, duas onças de folhas de Sene.<sup>177</sup>

Ainda que se saiba pouco sobre esses homens, é perceptível, ao se deparar com a documentação, o conhecimento da cultura da ciência que eles articulavam. Exemplo disso é a análise que Cabral apresenta para defender suas razões, que eram contrastantes com as altas expectativas que a Coroa esperava sobre tal assunto:

Os químicos modernos desprezando a antiga mania dos alquimistas e teorias imaginárias têm atendido mais às observações e experiências para decidirem da natureza dos Corpos.

A análise e síntese são os verdadeiros Caminhos, de que se serviram. Ainda, porém resta muito a conhecer ou como diz Macquer que entre os Sais e os outros corpos não há verdadeiros Limites.<sup>178</sup>

Neste sentido, é bom lembrar que a química era uma ciência recente e que se desenvolveu ao longo do século XVIII. Antes a alquimia ou alquímica eram conhecimentos que estudavam as transformações das substâncias, podendo se considerar como antecessoras da química moderna. No entanto, a alquimia estava envolta em misticismo e superstições: ideias como transubstanciação de outros minerais em ouro ou a busca pelo elixir da vida eram questões que tornaram mal afamado esse tipo de conhecimento entre os homens de ciência no período. A química teve que passar por prova de fogo perante a ciência acadêmica, pois certas nomenclaturas poderiam remeter à alquimia. Um dos principais contribuidores da nova ciência (para que adquirisse legitimidade acadêmica), foi o francês Lavoisier, que além de importantes descobertas para esse conhecimento, também renomeou termos que eram utilizados na alquimia,

---

<sup>175</sup> APEM, Secretária de Governo, livro 50, fl. 40, doc. 192.

<sup>176</sup> APEM, Secretária de Governo, livro 50, fl. 41, doc. 195. APEM, Secretária de Governo, livro 50, fl. 54, doc. 257.

<sup>177</sup> APEM, Secretária de Governo, livro 50, fl. 77, doc. 384.

<sup>178</sup> CABRAL, Vicente Jorge Dias. *Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí*. BN-RJ, Seção de Manuscritos, 1803, fl. 40.

justamente para se afastar dela.<sup>179</sup> Neste sentido, Dias Cabral estava se afirmando como homem de ciência identificado com a moderna química.

Cabral se encontrou com Joaquim Pereira em Aldeias Altas (atual Caxias), no Maranhão, em 1799 (no ano seguinte à nomeação de D. Diogo de Sousa para o Estado do Maranhão e Piauí). E daí rumaram em uma viagem filosófica natural (em termos da época), ou seja, uma expedição científica em busca de gêneros naturais. E apesar de também terem levantado algumas questões sobre o Maranhão, o foco principal foi a capitania do Piauí. Não é complicado avaliar o porquê disso. A prioridade, que já foi mencionada, era a busca por salitre natural que pudesse ser explorado. Havia suspeitas de encontra-lo em abundância nessa capitania, pois diversos relatos assim o indicavam, mas a pesquisa dos naturalistas contestou tal visão. Além do mais, também se aproveitou para analisar outros gêneros naturais. Abaixo, tabela dos lugares em que a referida expedição passou, presente na obra do Pereira:

**Tabela 1:** mapa geral do itinerário do sertão da capitania do maranhão (expedição Cabral-Pereira - 1799, 1800,1801, 1802)

FREGUEZIAS	PRODUÇÃOENS NATIVAS	PENHAS	JORNADAS	LEGUAS
Stª Maria de Icatu	Sulfato de soda, ferro	Terra de bolarea	Arraial de Thomas <sup>4</sup> . Olho d'agoa <sup>2 ½</sup> . Riacho da cruz <sup>3</sup> . Onça <sup>3</sup> . Boca da Catinga <sup>3</sup> , urucu <sup>2 ½</sup> . Capivara 2 ½, Várzea do Salitre 3.	23 ½
Aldeas Altas	Caninana	Terra de bolarea	Boca da Mata <sup>3</sup> , Bambuzal 3, Cruz 1 ½, canindé <sup>1½</sup> , Morro 2, Limoeiro 2, Aldeias altas 2, bacaba 8, Sacuritê 4, Santo Antonio beira do rio Parnahiba <sup>6</sup> .	33
Oeiras	Caninana, Capanoza, carbonato de soda, croá, lactuminisnitrato, Macambira, Melão de s. Caetano, Quina, salitre, sulfato de soda.	Granito nitrato e muriático (schistoza)	Jambeiro 5, S. Francisco 5, Todos os Santos 4, S. Pedro 5, Buriti 4, Cortes 3, Sitio do Meio 5, Mancinha 4, Arraial 6, gameleira 5 Canindé 2, Cidade de Oeiras 7, Buriti do Soares 3, Canavieira 3, Riacho do Misto 2, torta do Jenipapeiro 4, Boqueirão 2, Samambaia 4, Bocaina 4, Brejo 3 Bocaina 3, Melancias 4.	89

<sup>179</sup> BRAGA, Marcos *et al.* *Lavoisier e a ciência do Iluminismo*. São Paulo: Atual, 2000. BRAGA, Marcos; GUERRA, Andreia; REIS, José Claudio. *Breve história da ciência moderna, vol. 3: das luzes ao sonho do doutor Frankenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Valença	Caninana, Capanoza, carbonato de soda, croá, lacialuminisnitrato, Macambira, Melão de S. Caetano, Quina salitre, sulfato de soda.	Granito nitrato e muriático (schistoza)	Campos 4, Lagoa 3, tapera 3, Mocambo 2 ½, Canabrava 5, Boqueirão 4, Cados 1, Jaicó 2 ½, Brejo da Onça 4, Almas 4, Ribas Buriti; Cabeceiras 4.	37
Marvão	Capanoza, carbonato de soda, cobre crystal, utorfano, croá, lacialuminisnitrato, Macambira, Melão de S. Caetano, Mica regateo crystalino, Quina, salitre, sulfato de soda.	Granito nitrato e muriático (schistoza)	Cranatá 6, timbamba 2 ½, Stª Rita 3, S. Francisco, Cruz 3, Angico 2, Penha 2, Várzea Grande 2, Muquem 1, Cerca 2, Stª Anna 2, Onça 2, Barra 2, Lapa 3, Piranhas 4, Riacho dos cavalos 5, Tortados 3, Tocano 2, Cana brava 6, Combé 3, Tucoens 3, Salinas 2, Enjeitado 3, Mel 2, Porteiras 2.	70 ½
Piracuruca ou Parnahiba	Capanoza flureto, cobre, carbonato de alumínio, croá, lactuminisnitrato, Macambira, Melão de S. Caetano, muriático aluminosa, nitrato, pedra lume, Quina, salitre, sulfato de soda.		Várzea 3, Capivara 3 ½, S. Luiz 3 1/2, Filipe 3 Stª Anna 2 ½, S. José 1 Caperame 2, Carcundas 4, Angico branco 3, ingazeira 2, Piripiri 2 ½, piedade 5, Piracuruca matriz 5, lontras 6 Jenipapeiro 2, Ladino 2, Boqueirão 3, Gameleira 4, Salina 3, Pendoba 2, outro tanto caminho para a dita matriz 22, Gameleira 5, hiús de baixo 4, jemburanas 3.	96
Campo Mayor	Carbonato de soda, cobre, lactuminisnitrato, Macambira, Melão de S. Caetano, quartzo crystalino, Quina, salitre		Sapucaias 1, Monte verde 4, tapera 2, Porteiras dos peres 3, outro tanto outra vez para a Tapera 3, espirito Santo 3, Madeira cortada 3 ½, Vila de Campo Mayor 4 ½, Vila de Marvão ½, retiro 3, Tapera de baixo 2, Boa Vista 4, Onça 2.	51
Marvão			Boqueirão 2, ingá 3, Salto da Pedra 2 ½, Villa do Marvão ½, Retiro 3, tapera de baixo 2, Boa vista 4, onça 2	19
Valença			São judas 3, Serra Negra 5, Ponta da Serra 2, Brejo 2, Campinhos 3 João Peres 3, Vila de Valença 3 ½, Gado Bravo 4, Saco 2.	29 ½
Oeiras	Marmeleiro branco, pereiro de lista, nitrato de soda, quina	Granito nitrato, Calcárias	A volta 3, tamanduá 2, Cural velho 3, Cidade de Oeiras 4, buriti dos Soares 3, riacho da Mina 2, Jenipapeiro 4, Boqueirão 2, Samambaia 4, Susupara 2 ½, Radiador 5, Jenipapeiro 3, Riachuelo 3, Negrite 3, Boa Esperança 4, Joazeiro 5, Brejo do Jaicó 3, Fazenda do peixe 5 maria preta 4, Jenipapeiro 5, Tabua 2 ½, Serra 2, Torta 4, Calentes 2, Franqueira 2, Olho d´agua da mandioca 3, Canavieira 4, Buriti	121

			dos Soares 3, Cidade de Oeiras 3, Sítio 6, Franqueira 1 ½.	
Jeromenha	Álcali mineral, fixo-muriático, lacluminisnitrato, salitre, Sulfato de soda.	Granito Nitrato, Mareiozas	Papagaio 3, Pitoens 4, Carnahibas 3, S. João 3, Vila de jeromenha 6 Cantendas 2, Campo Grande 4, Iapas 2, Carnahibas 4, genipapeiro 2, Canavieiras 3, Macaúba 3, Gameleira 4, Fazenda Grande 3, Catembi 2, Franqueira 2, Flores 3, Santa Rosa 3. Mato grosso 5	61
Parnaguá	Álcali mineral fixo-muriático, lacluminisnitrato, salitre,	Granito nitrato, Muriaticos, Calcareas, Mareiozas	Acambira 7, Cajazeiras 5, Jenipapeiro 4, Estreito 4, Riacho d'área 1 ½, Buriti Grande 3, rapoza2, buriti das Cacundas 3, rangel 3, Tabua de fora 3, Jeberaba 10, Vila de Parnaguá 3, Fazenda do meio 4, Fazenda de cima 3, Retiro da mesma 2, porções 4, Paraíso de cima 2, Bebedor ½, Pendaiba 1 ½, Pintada 1 1/2, Lourenço 1, Palmeira de baixo 2, Taboquinha 2, Ilhas 1, Vila de parnaguá 6, outros tantos da vila do Jeromenha 13 ½.	167
Jeromenha			Buritizinho 1, Stª Thereza 4, manga 5 rio Parnaíba abaixo/Caroeira do Carvalho 3, dita da Vargem da cruz 1 dita do Itaneira 3, Flores 2, Carahibas 1, Estreito das Araras 2, Queimadas 9, Morro Vermelho 2, Caroeira da pacula 8, Cranatazinho 3, Carueira do negro 4, S. João 2, Carueira da garapa 2.	53
Aldeias Altas			Porto de Stº Antonio 1, Porteira 1 Sítio Exurui 1 ½, Bacabeira 4, Sucurim 1, Correntinho 2, Bacabeira 2, Pindoba 2, Pendahiba 1 Poraque 1, Corrente 1, Buriti do Samque 1 ½, atoleiro ½, Aldeias Altas ½, rio abaixo do Itapecuru/São João 2, Prata 4, Barriguda 11, remanço do Corimá 3, Boa vista 1, Quebra anzóis 2, Rio da prata, 7, Estirão da Sardinha 3, Barra do Codó 10, Cachorro Grande 4	66
Itapecuru			Buraco grande, buraco pequeno 1, Deserto 1, rumo 2, Cranatá 3 Siganas 5, Pau de estopa 2, Itapecuru Mirim 5, Barriguda de baixo 1, passarinhos ½, Quebrei ½, D. Querques 1, Taippu 1, Companhia 2, S. Miguel 2, Croaratá ½, Freguesia ½, Cachoeira forte ½	29

Cidade do Maranhão			Cidade do Maranhão 10 pelas suas bahias	10
				956

A expedição Cabral-Pereira realizou amplas pesquisas sobre recursos naturais do Maranhão e Piauí, mas em especial na última capitania. Observando a tabela acima e comparando com o mapa de Galluzzi de 1761 (anexo-mapa) se nota o zelo pela busca de gêneros naturais na região. Como responsáveis pela avaliação dos produtos que se poderiam auferir para os cofres da Coroa, a pesquisa esteve embasada na cultura da ciência do período e adentrou os sertões para apresentar perspectivas para a política colonial. Não fugiram da mira dos naturalistas a fauna, a flora e os minerais. O amplo material que veio da referida expedição trouxe detalhes técnicos sobre estes três reinos, em especial os dois últimos. No caso dos minerais, o salitre foi uma preocupação constante do grupo e inclusive leva a crer que somente houve a expedição em razão deste gênero, ainda que houvesse outros que poderiam ser avaliados para fins econômicos, como já foi tratado aqui anteriormente. Assim, era fulcral tratar deste tema nas memórias, nos diários e nas cartas sobre o salitre, pois a importância estratégica do tema no período se fazia fundamental na política colonial portuguesa.

## **2.2. – Salitre e outros minerais na perspectiva da expedição Cabral-Pereira**

A diligência sobre o salitre era algo que se fazia presente na preocupação da administração central do Império na América Portuguesa, a fim de libertar Portugal da dependência da importação da referida matéria-prima.<sup>180</sup> No final do século XVIII ficou legada para a história uma boa quantidade de documentos sobre o tema no Piauí. Por isso tal minério fez parte da investigação pela expedição Cabral-Pereira, tendo em vista os relatos que asseveravam a ocorrência do referido gênero. No entanto, com a mesma expedição chegou à conclusão que não havia salitre em grandes quantidades como muitos faziam crer, e que a instalação de uma nitreira artificial também demandaria avolumados recursos. Deste modo, para entender a política do Império Português para o Piauí, é fundamental que se possa seguir o rastro destas fontes para compreender como a estratégia econômica de Estado de então se deu em relação à parte mineral da natureza.

---

<sup>180</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, 2014, P. 500.

Em 1796, Antônio Correia Furtado de Mendonça, mestre de campo do terço da vila de Alcântara, afirmou ter encontrado salitre e que estava remetendo para Portugal. Ele trata como uma grande descoberta.<sup>181</sup> Em agosto de 1798, D. Fernando de Noronha envia mais dessa matéria-prima para Lisboa.<sup>182</sup> A importância sobre o tema pode ser expressas nas palavras desse governador do seguinte modo quando tratou sobre a busca por gêneros naturais:

Vs fará as mais exatas diligências ao fim de ver se conseguimos fazê-las exportáveis para Europa [...]. Não posso, contudo, deixar de recomendar a Vs, o primeiro artigo do salitre com preferência a todos os outros, não só pela utilidade que resulto ao Estado de uma descoberta tão importante, como porque S. Majestade ultimamente me incumbiu desta diligência [...]. Acharás Vs um pequeno livro de extrair o salitre [...].<sup>183</sup>

Já no governo de D. Diogo de Sousa era frequente tratar sobre o tema em correspondências oficiais. Em 1799, ele acusa que muitos afirmavam ter descoberto salitre e que assim almejavam reconhecimento.<sup>184</sup> Mas ele garantiu que investigações mais precisas seriam garantidas com o naturalista Vicente Jorge Dias Cabral, que já estava em expedição pelo Piauí. A ida dele, mais de Joaquim Pereira era uma preocupação de uma avaliação precisa e científica para saber com exatidão a possibilidade que se apresentava da recolha de salitre natural no Piauí. Entre os anos de 1799 a 1802 foram enviadas atualizações sobre a diligência desse tema.<sup>185</sup>

---

<sup>181</sup> OFÍCIO do mestre-de-campo do Terço da vila de Alcântara, Antônio Corrêa Furtado Mendonça, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre as descobertas de cochonilha, cânhamo silvestre e, recentemente, de salitre. Alcântara, Maranhão. 9/10/1796. *AHU-MA*, cx. 92, d. 7597.

<sup>182</sup> OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo amostra de quina, de folha de tabaco, de salitre e de casulos de seda silvestre. Maranhão. 23/08/1798. *AHU-MA*, cx. 100, d. 8078.

<sup>183</sup> APEM, Secretaria de Governo, livro 47, fl. 30-31, doc. 128.

<sup>184</sup> OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a procura do salitre. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8264.

<sup>185</sup> OFÍCIO do governador do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as diversas pesquisas efetuadas na Capitania relativas às minas de salitre e utilização de cânhamo e madeira para o fabrico de papel. São Luís, Maranhão. 15/08/1799. *AHU-MA*, cx. 105, d. 8379; OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí D. Diogo de Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a devassa do salitre no Piauí e sobre outros produtos da natureza de que se remete memórias e diários feitos por Vicente Jorge Dias Cabral. São Luís, Maranhão. 02/12/1799. *AHU-MA*, cx. 108, d. 8487; OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um canudo de latão com desenhos, ramos ressecados e descrições botânicas. São Luís, Maranhão. 25/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8759; OFÍCIO (2ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a descoberta de salitre pelo coronel Francisco da Costa Rebelo e das indagações feitas pelo bacharel Vicente Dias Cabral acerca da mesma. São Luís, Maranhão. 24/02/1801. *AHU-MA*, cx. 115, d. 8926; OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia,

Na memória de Dias Cabral há uma cessão especial para tratar sobre os minérios, com destaque para o salitre. Ele demonstra sólido conhecimento acadêmico sobre mineralogia, demonstrando fórmulas e constituições dos sais. Como por exemplo, quando trata sobre o sal de Glauber ou sulfato de sódio, material que mais encontrou na capitania do Piauí. Por isso, indicou as utilidades dessa substância. Em primeiro, o sulfato de sódio possuía propriedades medicinais como purgante e efervescente. Também serviria na fabricação de vidro, sabão e na fundição dos metais.<sup>186</sup> O autor informa que encontrou o sulfato de sódio na ribeira do Iguará (distrito de Icatu) e que havia em abundância. Ainda segundo ele, a população local chamava inapropriadamente o sulfato de sódio de salitre e daí a confusão que se fazia acerca da grande quantidade desse material na região.<sup>187</sup> E por meio dessa observação, bem como de testes, Cabral pôde distinguir o material avaliado.

Cercado de colinas, de grandes [sic] matassem redor, coberta de Carnaúbas, abrigada dos calores ardentes, pasto e habitação de animais vacum e cavalari, tudo prognosticava bom êxito da mesma diligência; em poucos dias porém se desvaneceu a mesma esperança achando simplesmente sal de Glauber em vez de Salitre, que se procurava, em tanta abundância a quem em partes era um cascão duro salino, que se quebrava ao pisar dos cavalos.

De diversos lugares da vargem conduzi terra salina para o meu abarracamento; e a poucos passos encontrei em um combro terra aluminosa, que foi para mim presságio infeliz para a achada do Salitre, por ser o ácido sulfúrico do alumen estranho ao nitro.

Lixiviei a terra, depois de a ter exposta por alguns dias ao al Livre, nos banguês de coiro cru, ora simplesmente; ora com a lixivia forte do angico vermelho (Memos. alcalin. Rubr. n) para subministrar a base da potassa e descompor-se o Nitro cúbico ou com a base de terra, se o houvesse; e evaporando o líquido nunca apareceu salitre algum e tudo confirmou ser o sal da vargem o de Glauber.<sup>188</sup>

As experiências provocadas por Cabral com o intuito de saber se havia salitre, acabou por comprovar em sua maioria ser sal de Glauber. Foram realizadas em seu relato pelo menos quatro tipos de experiência e a conclusão a que se chegava era a mesma: “E sendo tão bem certo que o Sal de Glauber nada tem de comum com o nitro, senão o acidificante geral ou a base do ar puro, que entra na composição dos ácidos, impossível é o retirar dele o nitrato de potassa ou nitro vulgar”.<sup>189</sup> Lugares que abundavam essa substância que ele encontrou: Ribeira do Calindé, Itaim, riacho do Frade a das Guaribas,

---

João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, sobre método e condição com que se deve proceder na extração do salitre, pela qual foi responsável o bel. Vicente Jorge Dias Cabral. São Luís, Maranhão. 22/12/1802. *AHU-MA*, cx. 125, d. 9471.

<sup>186</sup> CABRAL, 1803, fl. 45.

<sup>187</sup> *Ibidem*, fl. 46.

<sup>188</sup> *Ibidem*, fl. 47-48.

<sup>189</sup> *Ibidem*, fl. 49-50

Riachão e Tuti. Afirma que em razão disso as águas são salobras e boas para o pasto de gados.<sup>190</sup> Também Cabral encontrou o sal-gema, conhecido como sal da terra. Assim D. Diogo de Sousa ironiza diante da constatação que não havia a quantidade de salitre que se imaginava no sertão do Piauí:

[...] apesar da várzea impropriamente chamada de salitre, se não ser sal, contudo [ilegível] que a maneira dos viajantes proeminentes as químicas pelos resultados das tentativas de alguns alquimistas investigando a pedra filosofal, ficarem bem recompensados os incômodos e despesas daquela digressão com a descoberta de sal de Glauber.<sup>191</sup>

Apesar de não ter alcançado o objetivo de encontrar salitre em grandes quantidades, Cabral ainda assim enxergava uma oportunidade, em vez de uma viagem debalde. Deste modo, detalhou como se deveria extrair o sal de Glauber, indicando que não haveria maiores dificuldades. Não faltava também em suas observações o melhor período de extração, além dos preços que acreditava que se poderia obter. Nessa avaliação, não deixa de mencionar os melhores lugares para tal empreitada.<sup>192</sup> Assim, Cabral não deixa de considerar a possibilidade da exploração do sal de Glauber (em vez do escasso salitre) e para isso apresentou quais seriam as melhores maneiras de se obter a rentabilidade por esse meio. A natureza no Piauí tinha abundância em tal material, então deveria se aproveitar isso para fins econômicos.

Ainda sobre o sal de Glauber, Dias Cabral, como homem da ciência, ou em termos da época, filósofo naturalista, ver-se-ia questionando qual seria a razão da abundância desse material. Com isso, ele foi em busca das respostas na própria natureza que estava pesquisando, bem como os materiais impressos que carregava. Achou a resposta para sua indagação no reino vegetal, pois onde ele encontrava sal de Glauber, igualmente havia carnaubais. Apresenta cinco pontos que assegurariam sua teoria: 1) a coincidência entre a quantidade de sais e os carnaubais; 2) a abundância maior de sal perto das raízes, debaixo das folhas e troncos velhos; 3) as folhas caídas tinham um pó branco salino que era próprio delas; 4) este pó era enxofre vegetal (chegou a esta opinião por meio de testes); 5) a produção de enxofre vegetal era algo já demonstrado por outros

---

<sup>190</sup> CABRAL, 1803, fl. 50-51.

<sup>191</sup> APEM, Secretaria do Governo, livro 48, fl. 73, doc. 353.

<sup>192</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 53-54.

homens de ciência e por isso seria evidenciado que estava relacionado à salinação do terreno próximo aos carnaubais.<sup>193</sup>

Dias Cabral também encontra salitre (nitrato de potássio), matéria-prima para fabricação da pólvora. Não foi, contudo, a quantidade que estava esperando, contradizendo relatos pretéritos de outrem. Este fato deve ter ocorrido em razão dos populares confundirem o sal de Glauber com salitre. Dias Cabral, como era de seu costume, levantou em sua obra conhecimentos gerais sobre o tema e ao tratar sobre a invenção da pólvora apresenta uma visão curiosa: que tal material possibilitou menos violência do que quando as guerras ocorriam somente com armas brancas. Em suas palavras: “Fazendo-se hoje a guerra mais por indústria, do que a força de braço, já se não veem terríveis batalhas, em que milhares de homens se sacrificam ao furo do ferro. Mais depressa a indústria e a violência do fogo decide a sorte das batalhas”.<sup>194</sup> Parece que Cabral via que a busca pelo salitre para feitura da pólvora seria também uma forma de paz relativa, talvez por acreditar que com a letalidade maior das armas fariam com que houvesse mais precauções nas batalhas.

O fato é que na expedição de Dias Cabral era evidente a importância da pesquisa em relação à possibilidade de extração mineral. E isso se dava pela importância estratégica dos Estados europeus na precisão desta matéria-prima para a feitura de pólvora. Não seria diferente em Portugal, e o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho tinha uma preocupação acerca desse tema. Cabral alerta para o exemplo da França revolucionária de então, que em razão das guerras que ocorriam pós-1789 se voltou para as nitreiras artificiais, isto é, locais de fabrico do salitre.<sup>195</sup> Também não seria desprezada por ele esta possibilidade e nem pela administração central do Império Português, como mais à frente será tratado. Mas a necessidade por tal gênero natural fez com que expedições naturalistas se constituíssem para a busca. Em sua expressão: “a [sic] necessidade segurança do Estado, a teimosa guerra com a maior das Repúblicas da Europa motivou excursões Filosóficas por todo o continente do Brasil, dirigidas pelo mais vigilante ministro de S. A. Real”.<sup>196</sup>

---

<sup>193</sup> *Ibidem*, fl. 54-56. A relação entre plantas e sais também foram objetos de estudos das *Memória sobre as Nitrateiras naturais e artificiais* por José Vieira Couto e por isso um conservantismo pragmático era defendido por esses naturalistas (SILVA, Clarete, op. cit., p. 133).

<sup>194</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 56.

<sup>195</sup> *Ibidem*, fl. 59-60.

<sup>196</sup> *Ibidem*, fl. 60.

A procura por gêneros naturais oriundos da fauna, da flora e dos minerais estava pautada na possibilidade de alcançar valores econômicos que pudessem ser auferidos pelo Estado, permitindo manter a robustez financeira, a fim de continuar as condições políticas e diplomáticas com outros impérios europeus. No caso específico do salitre, havia outra razão além dessa, e seria manter o Estado forte em termos bélicos. Isso se soma com outras diligências que serão comentadas mais à frente no nosso trabalho, como a busca de madeiras que poderiam ser utilizadas nas construções navais, e de cânhamo, matéria-prima nas cordoarias.<sup>197</sup> Nesse sentido, demonstrava-se crucial a busca de salitre na capitania do Piauí, em razão das suspeitas que se iam levantando ao longo do tempo, da possibilidade de se encontrar tão importante matéria-prima. Porém, como já foi destacado, Cabral não via com grandes perspectivas tal possibilidade e isso lhe foi certificado e legitimado pela ciência:

A sua situação de baixo da Zona Tórrida e total extensão entre os Trópicos não me pareceu desde o princípio muito apropriada para a Nitrificação que requer calor temperado. O Nímio calor faz exalar em estado de gás os princípios nitrificantes, sem dar lugar à sua combinação.

As exageradas narrações, que tinham feito ao Ministério da achada do Nitro nesta Capitania; mascaradas com nenhum conhecimento, que havia do País; a pouco conhecia; que eu achava nessas relações me fizeram prognosticar, que a impostura era desmascarada, como referi por escrito nas vésperas de partir para os Sertões.

O meu raciocínio, destituído ainda de conhecimento do país, se verificou infelizmente depois com as observações ocular por espaço de três anos por toda a extensão e largura da Capitania do Piauí.<sup>198</sup>

As descobertas de importantes gêneros naturais que pudessem ser úteis à economia eram logicamente objeto de cobiça por parte da Coroa. Logo aqueles que fossem os descobridores poderiam inclusive ganhar mercê. Na mira disso, a descoberta do salitre, importante matéria-prima para a dinâmica do Império Português, como já se mencionou anteriormente, era um objeto de indivíduos que almejavam a graça real.<sup>199</sup> E ao longo do tempo se intensificou o envio de amostras para o Reino com alegações que seriam o tão cobiçado gênero. Todavia era preciso, no final do século XVIII, ser balizado por meio da ciência. E como os bastiões do conhecimento científico e do governo imperial eram os exploradores Dias Cabral e Joaquim Pereira, seriam eles que confirmariam a tese sobre se havia ou não nitrato nos sertões do Piauí. Se por um lado o interesse por parte

---

<sup>197</sup> APEM, Secretaria do Governo, livro 47, fl. 59, doc. 185. APEM, Secretaria do Governo, livro 48, fl. 91-92, doc. 425. APEM, Secretaria do Governo, livro 49, fl. 2, doc. 7.

<sup>198</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 60-61.

<sup>199</sup> OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a procura do salitre. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8264.

dos supostos descobridores era relativo (que poderia ser questionável), a ciência da qual Cabral e Pereira eram representantes era a garantia da verdade, como prognosticou o primeiro: “o dever do respeito e da verdade me obriga a contar nos Limites da probidade; lembrando-me ser obrigação de não faltar nunca ao perfeito direito de verdade [...]”.<sup>200</sup>

Neste aspecto de detentores da verdade por meio da ciência, em que Cabral e Pereira se assentavam, também estavam imbuídos da responsabilidade como agentes do Império nos sertões do Piauí. Nesse sentido, Cabral pondera que, devido ao investimento realizado na expedição pela Coroa, seria de suma responsabilidade que eles não faltassem com a verdade, mesmo que ela não fosse corresponder com a necessária ambição que havia por parte da administração central do Império. “A diligência do Salitre sempre foi considerada como uma das principais de que fui encarregado. Não me poupei ao trabalho (e falo por experiência própria), visitei imensas serras, observando as nitreiras já conhecidas e investigando novas”.<sup>201</sup> Assim, demonstram cuidado na busca de tal matéria-prima, conhecendo os espaços que haviam de pesquisar. Cabral se vale, pois, de seu conhecimento para demonstrar o que era o salitre: “O Nitro, ou Salitre, ou Nitrato de Potassa, é um sal neutro composto de ácido Nítrico; álcali fixo vegetal; ou Potassa. 100 partes de nitro contém 30 de ácido, 63 de álcali; e 7 de água”.<sup>202</sup> Ainda segundo sua descrição, aponta teorias sobre a formação do salitre com base nos conhecimentos científicos que dominava. Com isso também apresenta formas de como se pode conseguir tal material: “os turcos o tiram por meio da incineração das folhas e ramos do Loureiro. Também se obtém da urina podre, a cal, do vitriolo tudo misturado e exposto ao ar por muito tempo”.<sup>203</sup>

O salitre era igualmente útil na medicina, pois era “calmante, adoçante, refrigerante, diserélico [sic] e antisséptico”.<sup>204</sup> Outras finalidades que se poderiam valer da referida matéria-prima, segundo Cabral: sua base servia para dissolver o ouro; salga das carnes; tinturaria; produção do frio artificial. O autor também aponta lugares em que havia nitreiras naturais que se podiam explorar no mundo, como na Índia, países “Mongalis”, América Meridional e etc. Acreditava que havia na América Portuguesa,

---

<sup>200</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 61.

<sup>201</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 62.

<sup>202</sup> *Ibidem*, fl. 63.

<sup>203</sup> *Ibidem*, fl. 64.

<sup>204</sup> *Ibidem*, fl. 66.

mas não informa onde. Mas asseverava que eram pobres as do Piauí e também as do Ceará, como ele sabia através do também explorador Câmara Arruda.<sup>205</sup>

É bom frisar que nesse período no Ceará também estava acontecendo uma expedição coordenada por João da Silva Freijó. Como Cabral e Pereira, Freijó estava na incumbência de encontrar salitre, mas especificamente nessa capitania. Era recente a emancipação administrativa do Ceará relativa a Pernambuco e chama a atenção que coincide o mesmo ano que ocorreu tal fato com o início da expedição em busca do nitrato no local. E assim como aconteceu no Piauí, onde havia notícias de terras salitrosas na região e por isso era de suma importância fazer uma avaliação acurada, do mesmo modo não foram encontradas significativas reservas de salitre que pudessem ser exploradas. Somam-se a isso os desentendimentos que Freijó teve com as autoridades locais.<sup>206</sup>

Tanto a missão de Dias-Pereira como a de Freijó em busca por salitre demonstram um aspecto da visão estratégica de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Era o eminente ministro que encaminhava as expedições para os sertões em busca da valiosa matéria-prima da pólvora. Na região de Minas Gerais, no mesmo período, José Vieira Couto também estava na incumbência dos estudos mineralógicos por ordens de Coutinho. Estava no alvo de pesquisa desse naturalista ouro, diamantes, cobalto e também o salitre. Em Minas, Couto avalia a exploração do Monte Rorigo, que segundo ele parecia ser uma nitreira natural.<sup>207</sup>

A expedição Cabral-Pereira circulou pela capitania do Piauí, investigando a possibilidade de encontrar salitre *in natura*. Segue uma descrição realizada por Cabral sobre a trajetória deles:

Dei princípio na Cidade de Oeiras cabeça do Piauí, continuei pela ribeira das Guaribas, ainda pertencente ao termo da Cidade e entrei na freguesia de Valença, passei a Cratius pela travessia da Serra Grande denominada o Coroaá, tornei a passar a Serra. A Serra no Lugar das Queimadas; dirigi o rumo para a Serra dos Matões ramos da Serra Grande, que já é do termo de São João da Paraíba; repassei a Serra Grande na travessia da Gameleira, entrando algumas léguas pela Capitania do Ceará; tornei sobre os mesmos passos na travessia e me encaminhei as Vilas do Campo Maior, Marvão,

---

<sup>205</sup> *Ibidem*, fl. 67-68.

<sup>206</sup> SILVA, Felipe do Amaral. *João da Silva Freijó: Uma análise acerca de sua expedição empreendida à Capitania do Ceará em fins do século XVIII e início do século XIX*. 2009. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009, p. 49, 61.

<sup>207</sup> SILVA, Clarete, 2002. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, 2014, p. 516.

p. 131. O nome Monte Rorigo (Serra de Cabral) foi dado por Couto para homenagear D. Rodrigo de Sousa Coutinho. O topônimo não se manteve.

Valença e Cidade de Oeiras, dando muitas voltas e rodeios para visitar as nitreiras, minas metálicas e outros produtos interessantes. Compuo ter andado desde Junho de 1800 até Março de 1801 mais de 500 Léguas.

No mês de outubro de 1801 parti para Parnaguá pelo caminho de Jurumenha seguindo a estrada real do Rio Grogueia; e tendo percorrido pelas ribeiras do Paraim, Palmeiras e Curumatá voltei para Jurumenha pela estrada encostada a Serra, que desce do Rio Preto pela ribeira do Curimatá, atravessa a Grogueia e vem acabar na Parnaíba. Nesta viagem compuo ter andado mais de 300 léguas.<sup>208</sup>

Essas palavras demonstram uma parte do percurso da expedição. E ainda que Cabral tivesse alertado que o Piauí não seria uma grande mina de salitre como em antanho outros indivíduos davam a entender, o naturalista encontrou sim salitre *in natura*: mas pouco e heterogêneo, logo ficando evidente que a exploração não seria viável. Cabral verificou todos os lugares que acreditava que se suspeitasse de encontrar tão importante gênero, porém foi debalde. Com que o arguto pesquisador se deparou foram outros tipos de sais os quais a população local chamava indevidamente de salitre.<sup>209</sup>

Destes lugares o com maior potencial encontrado foi em Engenho de Brejo. Cabral reservou especial atenção para tratar sobre essa localidade. Ficava a 22 léguas de Oeiras, nas serras. Mesmo sendo onde encontrou melhor salitre na região, ainda assim, segundo ele, não era comparável a Nitreiras de Lima, indicando que não havia em expressivas quantidades que pudessem ser exploradas. O salitre era bom pois, segundo ele, “arde rapidamente, e contém pouco muriático.”<sup>210</sup> Também Cabral corrigiu uma informação que havia sido enviado ao Reino: “É pois a Ribeira das Guaribas a mais rica de Salitre e não a do Ituí, da qual o Ministro faz especial recomendação por se confundirem as amostras que até então foram”.<sup>211</sup>

Não seria, porém, viável a exploração do salitre mesmo nos lugares que se mais encontrou no Piauí. Algumas razões levanta Cabral para isso: 1) o espaço das nitreiras eram curtos, ou seja, localidades com pouco salitre para se explorar comercialmente; 2) boa parte é localizada em escarpas, o que dificultaria a extração; 3) a altura dos lugares era um fator de dificuldade de trabalho, pondo em risco de vida aqueles que fossem trabalhar; 4) O salitre era, nos termos do autor, “melindroso”, ou seja, questões pluviométricas e solares e o fogo acabavam com essa matéria-prima; 5) só foi encontrado em cavidades dos rochedos e não em planícies; 6) Em termos atuais, poderia se dizer que

---

<sup>208</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 69-70.

<sup>209</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 75-76.

<sup>210</sup> *Ibidem*, fl. 80.

<sup>211</sup> *Ibidem*, fl. 81.

não era um recurso renovável, pois Cabral observou de onde foi extraído, não se renovou de imediato (o que parece que seria algo esperável por ele); 7) somente era achado em pequenas profundidades; 8) não havia mão-de-obra e os mantimentos não seriam baratos.<sup>212</sup>

A questão sobre o salitre no Piauí perdurou ao longo dos séculos seguintes. No século XX, uma comissão de engenheiros estadunidenses viajou ao Piauí para pesquisar sobre o salitre. Não se sabe dos resultados dessa empreitada, pois, segundo parece, tiveram que abandonar as pesquisas devido a Primeira Guerra Mundial.<sup>213</sup> Em 1940 é publicado o *Boletim 47* com o título de *Salitre no Piauí*. O referido livro era financiado pelo Estado brasileiro, tinha como objetivo averiguar a possibilidade da exploração do dito minério. Porém, o engenheiro responsável e autor do livro, mesmo não citando Cabral (provavelmente não conhecia) chega a conclusões parecidas com as do lusomineiro:

Diante dos fatos observados, dos resultados obtidos na prospecção, das investigações sobre a fisiografia da região, chegamos em definitivo à opinião pessimista sobre o valor das ocorrências de salitre na região de Pimenteiras. O salitre se apresenta unicamente nas faces verticais das escarpas, ou em certas saliências, sem continuidade e com teor insignificante. Pelas plantas anexas onde se acham localizados os pontos de coleta de amostras, claramente infere-se o nenhum interesse das ocorrências sob ponto de vista econômico. Os resultados das análises são de tal natureza que não interessa avaliação do restrito cubo de arenito contendo nitratos.<sup>214</sup>

Século antes, a expedição Cabral-Pereira já tinha chegado à mesma conclusão: que não era economicamente viável a exploração das nitreiras naturais do Piauí. Diante das expectativas frustrantes, Cabral apresenta como solução a feitura de nitreiras artificiais. Tal visão não era de modo algum peculiar por parte dele, mas era uma alternativa econômica e militar que se vinha desenhando na administração do Sousa Coutinho. José Vieira Couto aponta também essa opção no caso da capitania de Minas Gerais. Em São Paulo, João Manso igualmente defendia essa estratégia. A própria obra de Manso tratando sobre o tema estava em circulação na América Portuguesa, inclusive no Maranhão. Tal impresso era produzido por meio da política editorial que o mencionado ministro fomentava. Nunca é demais afirmar que o envio e a ordem de vendagem de tais obras (incluindo aí as que tratavam sobre salitre) também faziam parte desta política, ou

---

<sup>212</sup> *Ibidem*, fl. 85.

<sup>213</sup> OLIVEIRA, Gabriel Mauro de Araújo. *Salitre no Piauí*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral: 1940, p.37-38.

<sup>214</sup> OLIVEIRA, 1940, p. 78.

seja, não bastava produzir e esperar que os indivíduos se interessassem, mas era facilitado para que se chegasse tais materiais nas possessões ultramarinas, permitindo que os vassallos nas colônias tivessem acesso mais fácil.

D. Diogo de Sousa afirmou ter recebido cinco exemplares de cartas de João Manso relativas às nitreiras artificiais.<sup>215</sup> As ditas cartas foram impressas em folhetos e distribuídas pela América Portuguesa. Tinham como conteúdo o projeto realizado por Manso na Vila de Santos: o estabelecimento de uma nitreira artificial. É revelador que tais impressos vinham em um momento que havia o projeto de se fazer algo semelhante nos campos de Anajatuba no Maranhão. A referida localidade era próxima à ilha, onde havia gado. Os excrementos bovinos poderiam ser utilizados na feitura de salitre.

Como já anunciado anteriormente, a expedição Cabral-Pereira também passou pela reflexão sobre a possibilidade da feitura de nitreiras artificiais. Com estas palavras ele demonstra sobre como fazer:

A decomposição das substâncias animais e vegetais é meio mais apropriado que retém achado para a nitrificação. A mistura das terras calcárias, da terra húmus denegrada com aquelas substâncias formão a base das nitreiras artificiais. Por essa razão o salitre se acha na estribarias, currais, adegas, nos edifícios e caliças velhas.<sup>216</sup>

Com essas informações Dias Cabral assevera que o ambiente do Piauí, com terras salinas e a natureza própria, poderia ser usado para fazer salitre artificial. As técnicas são especificadas por ele. O estabelecimento de nitreiras artificiais era algo que era defendido tanto por Cabral, como por Pereira. Porém o primeiro enxergou dificuldades em aplicar isso na realidade local. E dos maiores problemas seria os recursos humanos. Em sua visão, Cabral assevera: “O povo do Sertão desde o princípio da povoação [...], que foi mal acostumado, entregue sempre à moleza, despreza o trabalho”.<sup>217</sup> Nesse caso, o autor não confiava na mão-de-obra local, pois segundo ele, eles não queriam trabalhar, como é indicativo em continuação ao seu rígido discurso:

A miséria e a fome não têm sido estímulos suficientes para se entregar ao trabalho. Eu procurei todos os meios de brandura, prometendo fartura, sossego de suas pessoas e que nem seriam recrutados (do que no Sertão há grande aversão) entretanto que me ajudassem; nada foi bastante; se alguns dias

---

<sup>215</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção dos cinco exemplares da carta escrita por João Manso Pereira relativas às nitreiras artificiais. São Luís, Maranhão. 14/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113,d. 8787.

<sup>216</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 86.

<sup>217</sup> *Ibidem*, fl. 93

trabalhavam, logo desapareciam e não mais [sic]. Todo o trabalho para o povo do Sertão é insuportável, menos o de andar à cavalo.<sup>218</sup>

Cabral apresenta a população sertaneja como preguiçosa, desinteressada pelo trabalho, e que segundo ele, mesmo diante das vantagens que se apresentavam, não foram aceitas de bom grado pelos locais. O fato é que só temos a perspectiva do Cabral, não sendo possível afirmar quais foram as condições reais oferecidas aos sertanejos e quais seriam suas razões para declinar o trabalho nas nitreiras. Cabral ainda se queixa dos valores da mão-de-obra: jornal (pagamento) diário seria de 160 réis e mais 80 réis para alimentação.<sup>219</sup> Também vê problemas na questão geográfica, pois os lugares salitrosos estavam centralizados na capitania com distância média de 50 léguas do Rio Paraíba.<sup>220</sup>

Uma solução que Dias Cabral introduz e que não está presente no diário do Joaquim José Pereira era o uso da mão-de-obra indígena (não específica de qual nação). Curioso que não é mencionada esta hipótese em outra parte de sua obra, mas ao fazer, não somente incidia sobre a possibilidade nas nitreiras como também em outras culturas que já havia tratado:

Por esta infeliz raça de Indianos pode-se tentar um estabelecimento de nitreiras; e de purificação de Sal de Glauber, principiar e adiantar por método regular a cultura da Cochonilha a droga de grande preço no Comércio, extrair a cascas, raízes, gomas e resinas preciosas pôr os seus usos na Medicina e nas artes.<sup>221</sup>

Inclusive Cabral, em um projeto de plantação de trigo no sertão, também defendia o uso da mão-de-obra indígena. As razões específicas para se valer do trabalho indígena eram por motivos econômicos. Enquanto um trabalhador não-indígena custaria em torno de 240 réis diários, o indígena valeria 80 somente. A alimentação seria da responsabilidade deles mesmos, que deveriam plantar legumes, grãos, batata e também fabricar farinha. Cabral propõe ainda que o pagamento fosse recolhido em um cofre da aldeia:

Recolhido a um cofre os jornais diários de todos os Índios; dele se tirarão as despesas necessárias para o sustento e medicamentos nas enfermidades para cobrir-lhe a vergonha nudez com saias, camisas, calções de pano de algodão e o mais restante se repartirá em igual para todos atendendo sempre as dignidades de Principal, Sargento-mor e capitão; por que assim como plantam uns os mantimentos para sustento comum de todos, assim também o numerário se deve repartir por todos.<sup>222</sup>

---

<sup>218</sup> *Ibidem*, fl. 93-94.

<sup>219</sup> *Ibidem*, fl. 94.

<sup>220</sup> *Ibidem*, fl. 94.

<sup>221</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 94-95.

<sup>222</sup> *Ibidem*, fl. 95-96.

Neste sentido, Cabral aponta como pagamento para comunidade daqueles que trabalhassem nas nitreiras (e também na cultura da cochonilha e outros) a fim de melhor financiar a produção e exploração. Na visão dele seria benéfico, pois o pagamento seria útil para vestir os indígenas, pois para o europeu e seus descendentes os indígenas viviam nus e por isso era preciso os civilizar, vestindo-os, ignorando a cultura dos nativos. Ademais, a renda do cofre também serviria para manutenção das ferramentas de trabalho. Também alerta que em razão do princípio do empreendimento ser custoso, era necessário empregar uma quantia maior, no início, aos indígenas, inclusive para adquirir ferramentas e vestuários. Cabral manifestou que deveriam haver administradores inteligente que haveriam de receber salários.<sup>223</sup> E faz relação das ferramentas necessárias: “caldeiras, tachos, escumadeiras, cristalizadores, caixas de Lavagem e de condução, carros, bois, bancos, arados, facas, machados, foices e muito outros instrumentos, que só a prática há de ensinar”.<sup>224</sup>

Para cobrir as despesas iniciais Cabral lembra que havia o cofre dos índios do Maranhão, provavelmente se referindo ao aldeamento por meio do diretório, e que ainda segundo ele tal capital estava sem uso. Propõe ainda que fossem feitas premiações aqueles que melhores resultados tivessem com a cochonilha, salitre e até com a cultura do trigo. Igualmente alegava que isenções (não especifica quais nem como) seriam fatores de incentivos nessas novas produções. Para ele tais perspectivas financeiras seriam inclusive uma forma de combater o ócio da população sertaneja, que em sua visão prejudicavam a si mesmos.<sup>225</sup>

Apesar da maior ocupação sobre o salitre, tanto Cabral como Pereira também se importaram com outros minerais. Este foi o caso do carbonato de sódio, que foi encontrado no Piauí e que poderia ser utilizado na tinturaria, fundições, fábrica de vidros e sabões. Também tratam sobre o alume de potássio, presente no meio ambiente luso-piauiense, e que possuiria utilidades medicinais (adstringente, séptico e dessecativo). Outras utilidades seriam: “purificar a água que se quer beber; para preparar os couros, endurecer o sebo e para fazer receber a tinta nas balas das imprensas, dispõe o papel e o pano para tomar a cor, torna menos inflamáveis os madeiros, retarda a putrefação das substâncias animais”.<sup>226</sup> Soma-se ainda o uso na tinturaria. Cabral também lembra que os

---

<sup>223</sup> *Ibidem*, fl. 96-97.

<sup>224</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 97.

<sup>225</sup> *Ibidem*, fl. 97-98.

<sup>226</sup> *Ibidem*, fl. 111.

habitantes pouco se valem do alume, utilizando em casos bem específicos como curar feridas feitas por animais e higienizar pequenas escoriações. Também era usada na hora de curtir a sola de boi. Acreditava assim mesmo que se poderia valer de tal substância nas fábricas de chita, curtumes dos couros e até para apagar incêndio. O único trabalho na perspectiva dele seria o transporte do material no sertão. Outrossim, foram encontrados metais como chumbo e indícios de ferro que se poderiam explorar.

A pesquisa realizada por Cabral-Pereira no Piauí para identificar salitre fazia parte de um conjunto estratégico para a produção do salitre a fim de conquistar independência do Império Português frente à exportação dessa matéria-prima. Ao não encontrar nitreiras *in natura* exploráveis, a administração colonial avaliava a feitura de nitreiras artificiais. Tal projeto já se desenhava nos Campos de Anajatuba no Maranhão, e Cabral e Pereira também já sinalizavam algo nesse sentido para o Piauí. Como já foi salientado, D. Diogo de Sousa recebeu cinco impressos, que seriam as Cartas de João Manso tratando sobre nitreiras artificiais.<sup>227</sup> A circularidade de livros que tratassem diretamente sobre o salitre e a potassa também fazia parte da política de Sousa Coutinho sobre o tema. São obras traduzidas para o português a fim de dar divulgação à mineralogia moderna, mas também práticas realizadas na própria América Lusitana, como foi o caso das obras de Manso, comentadas a seguir.

A carta de Manso sinalizava que se poderia usar urina humana para a feitura de salitre. Daí a importância de lugares povoados para se erigir nitreiras artificiais. Ainda na mesma obra destaca que as cinzas das figueiras eram parte importante no processo de feitura de salitre, e que na região de Santos tinham em abundância.<sup>228</sup> Também Manso apresenta a estruturação arquitetônica que tal empreitada deveria ser “Feito de paus toscos, e coberto de palha o edifício à maneira das Olarias e Ranchos desse país, contanto que seja de beirada no chão, e o mais baixo que for possível”. Desse modo o autor se importa em detalhar desde o ambiente até as técnicas e instrumentos usados:

No meio formarei um grande tanque forrado de argila para evitar despesas, cujos lados susterei com tabuas, e estacas. No centro deste tanque há de girar continuamente, mas com movimento vagaroso, uma pequena roda movida por outra, ou pela máquina aqui chamada de manjolo, a fim de conservar a urina,

---

<sup>227</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção dos cinco exemplares da carta escrita por João Manso Pereira relativas às nitreiras artificiais. São Luís, Maranhão. 14/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8787.

<sup>228</sup> PEREIRA, João Manso. *Cópia de uma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na Vila de Santos, da Capitania de São Paulo*. Lisboa: Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1800, p. 5-6.

de que se há de ir enchendo este tanque por meio de canos, que vão dá fora da Nitreira, em contínua agitação.

Lançando-se diariamente urina neste tanque misturado com cal, levando ele de 12 até 20 pipas; há líquido suficiente para uma grande Nitreira. Porque o rendimento dela não perde tanto da excessiva quantidade de matéria putrescível, quanto do seu manejo, evitando, quando está da nossa parte, a evaporação dos princípios componentes do ácido, e dispondo bem as cousas para uma completa putrefação.<sup>229</sup>

O plano de Manso também visava presos e indígenas para conseguir a urina.<sup>230</sup> Curiosamente ele não pondera sobre os escravizados negros. Outra preocupação do autor é a quem comandaria a produção, que segundo ele deveriam “ser Filósofos, ou ao menos capazes de conhecerem, que não o são”.<sup>231</sup> Aparentemente, os filósofos que ele relata são os de formação, com conhecimento na filosofia da natureza, que tinham conhecimentos químicos. Na falta de gente desse cabedal, dever-se-iam escolher indivíduos que tivessem experiência na área. Cita um cabo e um soldado que o acompanhavam que estavam aprendendo sobre o trabalho na nitreira. O eminente pesquisador ainda lembra que se devem aproveitar as covas dos cemitérios, onde se poderia adquirir salitre. Remete terra salitrosa e corrobora que tem por base no químico Jean-Antoine Chaptal para apontar o uso dos cemitérios, e justifica de antemão qualquer questionamento de cunho religioso:

Não me tenha por um profanador das cousas sagradas, nem se persuada, que inquieto as cinzas dos mortos, mas que cuido na saúde dos vivos, renovando as terras das sepulturas, que será bom que, para o futuro, levem alguma mistura de cal, para com maior facilidade absorverem os pestilentos vapores, de que estão cheios os nossos Templos.<sup>232</sup>

Manso não perde a oportunidade de se defender de possíveis críticas com bases religiosas ou mesmo da cultura popular que exalta o “respeito aos mortos”. Mas a ciência de João Manso Pereira é imanente e é voltada para o interesse dos vivos, ou seja, é imbuído de pragmatismo que traga soluções concretas para a realidade da sociedade colonial. Por um lado, a sua avaliação contempla a obtenção do salitre, importante matéria-prima para manter as bases bélicas; por outro, remete à saúde pública, que cada vez mais ganha importância na visão dos iluministas como parte importante das estratégias de segurança das vidas. Manso ainda propõe que se usem os restos mortais de baleias para o fabrico de terra salitrosa, pois ao serem processadas as carnes dos cetáceos para o fabrico de azeite, era desprezada boa parte. Mais uma vez atribuí as possibilidades de usos das condições presentes para obter resultados positivos para a Coroa. Em suas

---

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 8-9.

<sup>230</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>231</sup> *Ibidem*, p. 12-13

<sup>232</sup> PEREIRA, 1800, p. 14-15.

palavras, “para se gerar o Salitre bastam duas substâncias, uma que apodreça, e dê origem ao ácido nítrico, e outra, que lhe subministre a potassa”.<sup>233</sup> Nesse caso, Manso acreditava que era preciso serem obrigados por força de lei os produtores de azeite, para que igualmente produzissem salitre.

A política portuguesa estava atenta na descoberta de nitreiras naturais em seu Império. Mas também apostava na construção de nitreiras artificiais, a fim de aumentar a produção. Em ambos os aspectos carecia de formação técnica para dar conta da aplicação dos conhecimentos necessários. Por isso, consta no período o envio de impressos que tratavam sobre o tema. Assim, a Coroa esperava que se pudesse difundir conhecimentos úteis entre seus súditos no intuito de alcançar seus objetivos. Tais obras eram, por um lado, textos formados por experiências realizadas por lusos-americanos, como foi o caso do João Manso Pereira, comentado anteriormente, mas eram principalmente por obras traduzidas para o português. A circularidade de tais obras atingia as capitânicas da América Lusitana, como foi o caso do Maranhão.

Uma dessas obras que alcançou solo luso-maranhense foi a “Alografia dos álcalis vegetal ou potassa, mineral ou soda e dos seus nitratos”. Trata-se de um compilado de textos organizado pelo editor da tipografia do Arco do Cego, Joaquim Veloso. O referido impresso continha textos de diversos autores europeus (principalmente da França e da Inglaterra) que tratavam sobre questões mineralógicas, devidamente traduzidos para português, para assim melhor atingir os súditos lusitanos de aquém e além mar. Autores consagrados como o já citado químico Chaptal faziam parte dessa composição, por exemplo. Mas o último estudo era do próprio Joaquim Veloso, demonstrando mais uma vez a relação entre trabalhos realizados em espaços acadêmicos estrangeiros, mas também das experiências próprias dos portugueses.<sup>234</sup>

No Grão-Pará no período em que D. Rodrigo era ministro da Marinha e Ultramar, foram feitas pesquisas para tentar identificar a possibilidade da extração de tal minério. E assim foi feito na Ilha de Joanes (Marajó), onde se acreditava haver nitreiras naturais, mas que a pesquisa demonstrou ser em vão, pois a análise das amostras havia demonstrado ser sal marinho.<sup>235</sup> Curiosamente, e o que reforça mais uma vez a liderança

---

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 15

<sup>234</sup> LUNA, Fernando. Frei José Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2009, p. 148; 151.

<sup>235</sup> BN, [VER NUMERO REFERENCIA COMPLETA]

de D. Francisco na região, é que D. Rodrigo recomenda a ele que continuasse a enviar correspondência para incentivar os seus colegas do Piauí e de Goiás a seguirem na busca por nitreiras naturais nas regiões que administravam.<sup>236</sup>

Apesar de pontuais e escassas documentações que tratam sobre o salitre no Grão-Pará, se for comparado com outras questões, como a exploração das madeiras, o fato é que existem e são significativas para o entendimento da política do período. São relatos de pesquisas sobre lugares em que poderiam haver nitreiras, como foi o caso da possibilidade de se achar nas margens do rio Araxá<sup>237</sup>. O interesse na busca por tão importante descoberta ainda se traduz nas palavras de um tal José Ferreira, no Macapá de 1798. Nesse caso ele relata as ordens da procura do mineral dadas pelo governador Sousa Coutinho, e que assim o fazia, inclusive já em análise de uma suposta nitreira natural. Cabe ainda nas palavras de José Ferreira sobre o recebimento de uma memória que tratava sobre o tema para melhor fazer o seu trabalho. Infelizmente não se importou em informar qual seria a memória. Avisa ainda que precisaria de mão-de-obra. Ferreira, mesmo não apresentando resultados promissores, destacou que estava extraíndo potassa vegetal para se usar na experiência com salitre, e que tal potassa estava sendo enviada para Lisboa para análises.<sup>238</sup>

Não se acharam maiores informações sobre quais foram os resultados na busca pelo salitre realizada por José Ferreira. Mas a insistência de Lisboa para que se encontrasse se manteve.<sup>239</sup> A preocupação em encontrar tal matéria-prima em natureza americana era tamanha, que a política colonial se importou em cuidar da capacitação daqueles que estariam reservados à busca do níveo minério. Nesse caso, foi enviada a obra “Memória ou extracto sobre o salitre, transladada do Manual do Artilheiro” de autoria de Theodoro D’urtubie<sup>240</sup>.

O estudo sobre os minérios, em especial o salitre, trouxe uma visão de como a política portuguesa poderia lidar com a informação que há algum tempo vinha sobre o Piauí ser rico nesse minério.<sup>241</sup> Porém os pesquisadores que ficaram incumbidos desta

---

<sup>236</sup> BN.

<sup>237</sup> APEP 534, DOC 99.

<sup>238</sup> APEP 336, DOC 70

<sup>239</sup> APEP 542, doc 3

<sup>240</sup> E não somente foi possível identificar a circulação de tal impresso no Pará na documentação estudada, como felizmente se pôde visualizar tal obra inserida no códice 542 do APEP.

<sup>241</sup> Em 1810, agora como Ministro de Guerra do Império Luso-brasileiro, D. Rodrigo de Sousa Coutinho ordena novamente saber do salitre no Piauí, aparentemente ignorando as conclusões de Cabral anos antes. [CITAR DOC]

tarefa apresentaram suas razões científicas, que iam ao contrário do que se esperava. Cabe, no entanto, destacar que tanto a pesquisa realizada pela supracitada expedição como os interesses da Coroa portuguesa em relação à natureza americana eram mais amplos, o que se nota nos diversos estudos realizados no período. E apesar desses estudos e interesses políticos estarem voltados principalmente para a flora e os minerais, também houve espaço para atentar sobre o estudo da fauna. Neste aspecto, a fauna também fazia parte do conjunto da pesquisa científica, pois explorar a fauna também seria uma forma de controlar a natureza e assim utilizá-la para fins econômicos de forma pragmática. Diante do interesse por parte da administração central do Império Português, consequentemente também esteve nas atenções dos governadores locais, bem como dos exploradores naturalistas.

### **2.3. – A análise do aproveitamento da fauna no uso econômico**

A fauna também fazia parte do controle do território por parte da Coroa em relação às suas colônias, e nesse sentido deveria também esse gênero da natureza servir para fins comerciais. Os animais americanos sempre chamaram a atenção da nobreza europeia, e os colecionadores reuniam tais seres em *ménageries*, demonstrando o poderio de seus detentores, pois não era barato possuir animais exóticos, tanto em questões de valores para os adquirir, como dependendo da espécie, para mantê-los. Reis europeus costumavam possuir viveiros de animais exóticos, o que além de demonstrar riqueza e status era também símbolo do poderio do domínio colonial, pois a fauna vinha principalmente das conquistas.<sup>242</sup> Desde o início da colonização europeia em América, animais eram trasladados pelos oceanos, sejam vivos ou embalsamados, além de serem destinados à algum colecionismo particular, principalmente a partir do século XVIII. Começaram a fazer parte também de coleções para estudos, como gabinetes e museus científicos. Acrescenta-se que os animais eram de serventia na medicina, tanto indígena, como dos lusos-americanos.<sup>243</sup> E apesar da documentação portuguesa do período não ser tão intensa sobre a fauna, como era em relação aos minerais e principalmente à flora, não

---

<sup>242</sup> THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 328.

<sup>243</sup> RIBEIRO, Márcia Moisés. Medicina e flora em São Paulo. In. MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 89. LAPA, J. R. Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, p. 60.

foi de modo algum esquecida por parte da Coroa, mas provavelmente naquele momento parecia mais viável a exploração econômica dos vegetais.

No Maranhão, foram remetidas aves para Reino no começo do Oitocentos.<sup>244</sup> No documento infelizmente não há especificações de quais espécies e nem a quantidade. É possível que os envios de aves fossem em razão das plumas, pois faziam parte do comércio das vestimentas europeias, integravam parte das indumentárias, inclusive os chapéus.<sup>245</sup> De todo modo não é possível mensurar quais seriam os interesses por parte da administração do Império Português em relação às aves advindas do Maranhão sem maiores informações. Cabe apontar que neste período o Frei Joaquim José Veloso publicou uma obra sobre o tema. Nesse impresso são apresentados alguns usos econômicos das penas: “se usam para escrever, etc. Das plumas, ou penugens para se encherem os colchões, almofadas e travesseiros [...]”.<sup>246</sup> Em outro momento o governador D. Diogo de Sousa indica que estava enviando um filhote de jacaré para Europa. O animal poderia ir para compor algum *ménagerie* ou talvez seria para estudos, não fica claro. O jacaré ia vivo e deveria assim chegar em Portugal, inclusive foram feitas instruções para assim ocorrer. Entre 1774 e 1790, a pesquisadora Alessandra Monteiro identificou um total de 119 animais enviados para a Corte com destino aos jardins reais, com grande variedade de espécies de mamíferos (onças, antas, cutias, etc.), répteis (tartarugas) e aves (urubus, papagaios, araras, etc.).<sup>247</sup>

D. Diogo de Sousa se preocupou com a regulamentação da caça de baleias. E neste sentido é importante frisar que esse tipo de caça foi algo presente na história colonial na América. Simão Estácio da Silveira já apresentava no século XVII a possibilidade ilimitada do extrativismo vegetal, mas também animal. Esse autor propagandeou para possíveis interessados em ir ao Maranhão (que naquela conjectura era uma região que abrangia também o Grão-Pará) que havia alimentação farta com frutos, caças e pescas

---

<sup>244</sup> OFÍCIO (2ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de aves para o Reino. São Luís, Maranhão. 26/02/1801. *AHU-MA*, cx. 115, d. 8934.

<sup>245</sup> VANDELLI, Domingos. Memoria sobre algumas produções naturais das Conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se Proveitam. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, p. 191.

<sup>246</sup> VELOSO, José Mariano da Conceição (org. e trad.). *Aviário brasílico ou galeria ornitológica das aves indígenas do Brasil*. Lisboa: Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1800, p. 13.

<sup>247</sup> Alessandra Monteiro apresenta um retrato amplo sobre o envio de animais do Maranhão para a Corte, especialmente no período em que Martinho de Melo e Castro esteve no ministério da Marinha e Ultramar. Cf. *Ilustração e natureza: Uma história ambiental no Maranhão Setecentista? (1773-1790)*. 2017. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017, p. 68-73.

disponíveis na natureza.<sup>248</sup> Essa visão seria significativa no mundo europeu, haja vista que os bosques eram utilizados para a caça, fazia parte do direito exclusivo da nobreza desde pelo menos a Idade Média. Afirmar que havia animais à disposição de qualquer um que quisesse abater era algo que seria encantador no imaginário europeu sobre a América. Parecia que assim como a flora, a fauna seria *ad aeternum*, e a caçada de animais para o consumo sem nenhum controle não seria problema, em razão de que sempre haveria disponibilidade na natureza. Mas não seria assim na visão do governador D. Diogo de Sousa, já no final do XVIII, que tentou regulamentar a caça das baleias no Maranhão.

O interesse pela caça às baleias se dava, para além do consumo da carne, pela extração do “azeite de baleias”, ou ainda também conhecido por “azeite de peixe”, usado na alimentação, iluminação, construção civil, feitura de sabão, velas e calafetagem das embarcações.<sup>249</sup> A Cachalote (*Physeter macrocephalus*) foi uma das mais visadas pelos baleeiros, isso porque o azeite que se retirava do animal era considerado melhor e rendia mais; do crânio do animal se retirava o espermacete e do estômago o cobiçado âmbar-gris.<sup>250</sup> O primeiro usado em boticas e na fabricação de velas, e o segundo na perfumaria como fixador de odores.<sup>251</sup> Desde o começo do processo de colonização, a pesca de baleias fez parte do monopólio real. Com a Companhia da Pescaria de Baleias nas Costas do Brasil (1765), o monopólio ficou em posse da família Quintela e outros sócios.<sup>252</sup>

Vandelli atribui importância fundamental a caça às baleias e lembra que tal empreitada já havia gerado lucros expressivos aos Holandeses, e que deveria ser praticada em toda a costa da América Portuguesa e em Cabo Verde, e não somente na Bahia e Santa Catarina.<sup>253</sup> Em 1790, José Bonifácio de Andrada e Silva escreveu a *Memória sobre a Pesca das Baleias*, refletindo sobre as condições que em era praticada a caça dos cetáceos.

---

<sup>248</sup> Cf. SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão*: dirigidas aos pobres deste Reino de Portugal. São Paulo: Siciliano, 2001.

<sup>249</sup> OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. A pesca e os pescadores: recursos naturais e conflito social. In. MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 127.

<sup>250</sup> PAZ, Marcelo de Oliveira. *Companhia de Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*. Dissertação (mestrado em Estudos Brasileiros). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015, p. 20; 117-118; 121. COMERLATO, Fabiana. O desenho de baleias nos diários de bordo de navios baleeiros norte-americanos do século XIX. In. COMERLATO, Fabiana; QUIROZ, Daniel. *Baleias e Baleeiros [livro eletrônico]: patrimônio cultural e conservação ambiental*. Pelotas: BasiBooks, 2019, p. 11.

<sup>251</sup> ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial (notas prévias de um trabalho em preparo). *Revista de História*. São Paulo, v. 15, n. 32, 1957, p. 416; 422.

<sup>252</sup> PAZ, p. 64.

<sup>253</sup> VANDELLI, Domingos. Memória sobre algumas produções naturais das Conquistas, as quais ou são pouco Conhecidas, ou não se Proveitam. In. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, p. 191.

A partir desse texto é notável a mudança de mentalidade acerca de como se poderia ser feita a caça de modo mais sistematizado e controlado, evitando a diminuição da população de cetáceos. Uma das críticas que o autor faz é em relação à estratégia realizada pelos caçadores de primeiro atacarem os baleotes a fim de atrair as fêmeas adultas, que por meio do instinto, iam em socorro dos filhotes e ficavam vulneráveis. Andrada é contrário a essa prática por não ser rentável a extração do azeite dos baleotes e por que estava comprometendo a gerações futuras de animais.<sup>254</sup>

João Manso Pereira propõe que sejam construídas nitreiras que utilizariam os restos mortais das baleias para a produção de salitre. Porém, Manso acreditava que era necessário obrigar os produtores de azeite a darem a sua parte de salitre. Por outro lado ele relata que não pode realizar tal experiência em razão de não haver nenhuma caça às baleias no período (dá a entender que na região onde estava).<sup>255</sup> No último quartel do século XVIII a baleação não parecia ser mais tão rentável como antes, tanto em razão da diminuição populacional desse animais, como também pela concorrência com ingleses e estadunidenses, que se valiam de técnicas mais efetivas.<sup>256</sup> Nesses aspectos que no final da mesma década e começo do século XIX, é expedido o alvará de extinção da Cia da Pesca das Baleias, e também fica cada vez mais clara a ideia defendida por D. Rodrigo de Sousa Coutinho de modernizar esse tipo de comércio. Assim é que se insere a forma como D. Diogo de Sousa se vale da regulamentação e melhora dessa economia no Maranhão. Conforme alvará de 1801:

Eu o Príncipe Regente Faço saber aos que este Alvará com força de lei virem: Que havendo consideração às grandes vantagens que podem resultar à minha Real Fazenda, e aos povos, de se abolirem os contratos da pescaria das baleias, e do estanco do sal do Brasil, ficando livre a todos o empregarem-se nestes dois interessantes ramos de comércio nacional; por quanto, pelo que respeita à pescaria das baleias, não sendo esta limitada como até agora a certas costas do Brasil, mas estendendo-se a todas, e até ao alto mar, conforme o praticam as nações mais industriosas da Europa, *haverá necessariamente maior abundância de azeite de peixe*, e por consequência uma diminuição sensível no preço atual deste gênero tão precioso para o serviço da marinha, fábricas, e uso particular[...].<sup>257</sup>

---

<sup>254</sup> ANDRADA e SILVA, José Bonifácio. Memória sobre a Pesca da Baleias, e Extração do seu Azeite; com algumas reflexões a respeito das Nossas Pescarias. In. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo II. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1790, p. 398-399.

<sup>255</sup> PEREIRA, 1800, p. 15-16.

<sup>256</sup> ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial (parte II). *Revista de História*. São Paulo, v. 16, n. 33, 1958, p. 165-167.

<sup>257</sup> COUTINHO, 1993, v. 2., p. 247-248 (grifo nosso). O mesmo texto pode ser achado em SILVA, António, 1828, p. 694.

No caso acima fica evidenciado que para a Coroa e segundo a perspectiva do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o monopólio de origem pombalina era um entrave para o desenvolvimento do comércio lusitano. Era preciso abolir e permitir um comércio mais livre para assim diminuir os valores do azeite de baleia, que como consta no próprio alvará, era útil para “marinha, fábricas e usos particulares”. Ainda o mesmo alvará estabelece:

Sendo indispensável favorecer, e promover as pescarias das baleias no momento em que as declaro livres: Ordeno aos Governadores, e Juntas da Fazenda que façam toda a possível diligência para conseguir a venda das fábricas, e escravos das armações compreendidas no seu distrito; e que não aparecendo compradores, ponham em administração as pescarias, ou procurem estabelecer algumas sociedades de negociantes, que encarregando-se da escravatura, e mais objetos a elas pertencentes, se incumbam de continuar, e ampliar as ditas pescarias, sem contudo se lhes conceder privilégio algum exclusivo, pois hei por abolido; ficando obrigados ao pagamento dos direitos, que se julgarem competentes, e a satisfazer à minha Real Fazenda, o que da mesma receberem [...].<sup>258</sup>

No Grão-Pará, na gestão de D. Francisco de Sousa Coutinho em 1790 e 1791, foram enviados serpentes e quadrúpedes para o Real Gabinete.<sup>259</sup> Não há detalhes sobre estes seres e nem das plantas que também acompanhavam a remessa. O destino era o Real Gabinete da Ajuda. Ambos os documentos foram assinados por Luís Pereira Cunha<sup>260</sup>, e em um destes documentos ele pede mercê em favor de seus filhos, que na época eram militares com patente de alferes. O pedido era para que os filhos fossem nomeados como escrivães. Chama a atenção que o pedido possa ter ocorrido em uma correspondência que trate de questões naturais, que por um lado não era estranho que o requerente fizesse um pedido logo após demonstrar um trabalho realizado a serviço da Coroa, por outro lado, há uma valorização do trabalho com questões naturais, o que quiçá possa ter dando base para requerer em favor da família.

Em outra correspondência do governador Sousa Coutinho para o ministro Martins e Melo, envia carnes salgadas, dentre elas a do peixe-boi.<sup>261</sup> As carnes iam em três barris e parece que eram para ser provadas pelo próprio ministro. Sobre a carne de

---

<sup>258</sup> COUTINHO, *op. cit.*, p. 249-250. Também em SILVA, António, *op. cit.*, p. 695-696.

<sup>259</sup> OFÍCIO de Luís Pereira da Cunha para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de várias plantas e animais para o Gabinete Real de Lisboa a bordo da charrua "Águia [e Coração de Jesus]", de que é comandante o tenente do Mar António José Monteiro. Pará. 12/07/1790. AHU-PA, cx. 99, d. 7906; OFÍCIO de Luís Pereira da Cunha para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo caixões com produtos naturais e barris com animais, para o Gabinete Real pela fragata "Princesa do Brasil", de que é comandante o tenente do mar António José Monteiro. Pará. 10/10/1791. AHU-PA, cx. 101, d. 8006.

<sup>260</sup> Foi sogro de Alexandre Rodrigues Ferreira, responsável pela remessa das coleções de ARF para Lisboa.

<sup>261</sup> AHU-PA, D. 8230.

peixe-boi, o governador a supervaloriza, afirmando que a considera melhor que a própria “carne” (provavelmente de gado bovino). As ditas carnes iam de charrua para Lisboa, mas tinham chegado ao governador por meio de uma canoa. Segundo ele, estavam salgadas há dois meses e foram provadas naquele momento, e que ainda estavam muito apetitosas, e assim esperava que chegassem no Reino, inclusive ordenou que fosse trocado o sal. Esse envio de um alimento peculiar da região amazônica para Europa seria uma forma de conhecer os sabores da região? É provável, já que é enviado em pequena quantidade e diretamente para o ministro Melo e Castro.

Além do peixe-boi, da alimentação amazônica também fazia parte a tartaruga.<sup>262</sup> Assim como o pirarucu, as duas primeiras carnes poderiam ser salgadas para conserva e de grande porte.<sup>263</sup> Com as tartarugas era possível, além do consumo de sua carne, fazer as conhecidas manteigas de tartaruga, isto é, azeite que poderia ser usado tanto para consumo alimentício, como para uso na iluminação. Existem diversas espécies de quelônios que eram, e são ainda, ilegalmente consumidas. Mas a mais consumida era a *Podocnemis expansa*, que para Kelerson Costa, por ser mais numerosa, maior e que mais beneficiaria os ribeirinhos, ficou conhecida como *tartaruga verdadeira*.<sup>264</sup> A abundância dessa carne fez parte da narrativa colonial e por isso não passou despercebida por crônicas ainda no século XVII, como Simão Estácio da Silveira, frei Cristóvão de Lisboa, João Felipe Bettendorff, Antônio Vieira. Já no período setecentista, autores como João Daniel, Ribeiro Sampaio e Alexandre Rodrigues Ferreira não deixaram de incluir suas visões sobre o tema. Além de diversos autores, como Emílio Goeldi, o que demonstra que ao longo do tempo a caça da dita espécie era parte fundamental da alimentação amazônica.<sup>265</sup>

A *P. expansa* tinha um diferencial importante que a tornava atrativa para caça: o período de desova. A espécie vai para as praias de águas doces depositar os seus ovos em grande comunidade. Cada uma deposita em torno de 100 a 150. Em terra, a fêmea vulnerável facilmente era capturada pelos pescadores, que faziam a prática de *viração*, que colocava o animal com casco virado para baixo.<sup>266</sup> Assim se aproveitava tanto a

---

<sup>262</sup> LAPA, 1973, p. 61.

<sup>263</sup> COSTA, Kelerson Semerene. Templos de Tânatos, templos de Eros: a exploração da tartaruga nas praias amazônicas. In. FRANCO, José Luiz de Andrade *et al* (orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 262. CASCUDO, Luís Câmara. *História da alimentação brasileira*. São Paulo: Global, 2011, p. 152; 425-426.

<sup>264</sup> COSTA, Kelerson, *op. cit.* p. 263.

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 264-265.

<sup>266</sup> IHERING, Rodolpho von. *Dicionário dos animais do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1968, p. 677.

carne do animal adulto, como da ninhada que era útil para se fazer *manteiga de tartaruga*. Apesar das narrativas advirem desde o século XVII, é no XVIII que a preocupação com a alta quantidade de extermínio fez parte daqueles que analisavam a situação. Esse foi o caso apontado por Alexandre Rodrigues Ferreira. Segundo Ihering, para se fazer 1 quilo de manteiga, era preciso 275 ovos, e ainda ele, no século XVIII, no Amazonas atingiu 8168 quilos.<sup>267</sup>

Também os insetos faziam parte dos estudos naturalistas-utilitários do período na América Portuguesa. Dentre os que poderiam trazer algum benefício econômico estava a cochonilha (*Dactylopius coccus*).<sup>268</sup> Em 1796, no Maranhão, Antônio Furtado Mendonça, mestre de campo do terço de Alcântara, já afirmava que havia encontrado.<sup>269</sup> Já em 1798, o governador D. Fernando de Noronha informa ter recebido impressos científicos, entre os quais estava o *Método de preparar a cochonilha*<sup>270</sup>. Também foi enviada uma planta que os populares a nomearam por cochonilha: “por ser a de que o inseto assim denominado se alimenta”.<sup>271</sup> Em outro momento D. Fernando trata do envio de amostras do bicho-da-seda, que se averiguou que havia em grande abundância nos

---

<sup>267</sup> *Ibidem*, p. 677-678

<sup>268</sup> Sobre a cochonilha: “é um inseto parasita de certos gêneros de cactos, chamados de nopal pelos nativos habitantes da Nova Espanha [e no Brasil urumbeba]. O macho é voador, enquanto a fêmea se fixa nas palmas da planta, onde cresce e se reproduz, em um ciclo que dura cerca de 2 meses. Da carapaça dessecada da fêmea, de cor marrom-avermelhada, produz-se o corante, a partir da decocção em água” (FERAZ, Márcia Helena Mendes. A rota dos estudos sobre a cochonilha em Portugal e no Brasil no século XIX: caminhos desconhecidos. *Química Nova*, São Paulo, vol. 30, n. 4, p. 1032). Em razão de se considerar um corante alimentar não prejudicial à saúde, comparado com outros sintéticos, atualmente o uso da cochonilha é comum (mas que o consumidor possa imaginar) como corante em sorvetes, biscoitos, goma de marcar, dentre outros pela indústria atual. Em rótulos pode ser identificado como “corante natural carmim de cochonilha”, “corante natural carmim”, “corante cochonilha”. Cf. SOTERIOU, Helen; SMALE, Will. Por que você pode ter comido insetos toda a vida – sem saber. *BBC News – Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43958618>. Visitado em: 02 de jun. de 2021.

<sup>269</sup> OFÍCIO do mestre-de-campo do Terço da vila de Alcântara, Antônio Corrêa Furtado Mendonça, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre as descobertas de cochonilha, cânhamo silvestre e, recentemente, de salitre. Alcântara, Maranhão. 9/10/1796. *AHU-MA*, cx. 92, d. 7597.

<sup>270</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando Antônio de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar o recebimento das memórias sobre o loureiro linamomo, o modo de se fazer salitre e o seu extracto, de se preparar a cochonilha e sobre a reforma dos alambiques. 02/04/1798. Maranhão. *AHU-MA*, cx. 97, d.7886. Este impresso foi traduzido pelo frei José Mariano da Conceição Veloso e publicado em 1797.

<sup>271</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão D. Diogo de Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo duas caixas com plantas medicinais e uma com cochonilha. São Luís, Maranhão. 02/07/1800. *AHU-MA*, cx. 111, d. 8654. O texto não identifica qual é a planta, mas é possível que seja uma espécie de cacto conhecido vulgarmente como “palmatória” no Piauí.

sertões de Pastos Bons (como se referiam ao sul da capitania do Maranhão) em razão dos cajueiros e mangabeiros, que eram as plantas das quais o inseto se alimentava.<sup>272</sup>

Com a exceção da obra de Dias Cabral sobre o sertão do Piauí, que trataremos mais à frente, todas as menções acima foram bem pontuadas e não trouxeram mais informações, a não ser que havia uma busca pela cochonilha, e em menor grau ao bicho-da-seda. Mas ainda assim é significativo, pois se evidencia mais uma vez a tentativa de diversificação econômica, desta vez por meio do uso de insetos. A cochonilha seria uma forma de incrementar a economia tintória colonial, que junto com o anil e outros corantes sempre foram alvos do interesse português.<sup>273</sup> No caso da cochonilha, seria obtido o vermelho carmim, que no final do século XVIII tinha um mercado lucrativo dominado pela Espanha, por meio de seus domínios americanos. Enquanto memórias sobre o tema eram traduzidas por Veloso, como a *Memória sobre a cultura da Urumbeba e sobre a criação da Cochonilha*, e um tomo do Fazendeiro do Brasil dedicado ao tema, D. Rodrigo de Sousa Coutinho ordenou que Hipólito José da Costa – que estava em viagem a estudos na América do Norte por dois anos (1798-1800) - no momento passando pelo México - deveria conhecer mais sobre a cochonilha e se possível adquiri-la secretamente, bem como também a planta da qual se alimentava o dito inseto.<sup>274</sup>

O interesse do Império Português não se fazia por menos diante das possibilidades econômicas que se poderiam auferir da criação da cochonilha. Entre os séculos XVI ao XIX o corante carmim do referido inseto era um dos principais no mercado europeu, e a Espanha, por meio de suas Conquistas, principalmente na província de Oaxaca, Nova Espanha.<sup>275</sup> Por isso, tal cultura era monopólio real e era policiada por meio da política segredista espanhola.<sup>276</sup> Com a Revolução Industrial e a demanda tintória das fábricas têxteis, valorizaram-se os mais diversos corantes, em especial o da

---

<sup>272</sup> OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo amostra de quina, de folha de tabaco, de salitre e de casulos de seda silvestre. Maranhão. 23/08/1798. AHU-MA, cx. 100, d. 8078.

<sup>273</sup> REIS, Alexander Lima. Ciência e técnica na produção do corante do anil e da cochonilha no Rio de Janeiro colonial (1772-1789). *Meridional Revista chilena de Estudios Latinoamericanos*, número 3, 2014. PAPAVERO, Nelson; CLAPS, Lucía. *Alguns dados históricos sobre a cochonilhas do carmim (Hemíptero, Homóptera, Dactylopiidae)*: notas sobre etimologia, seu cultivo no Brasil no século XVIII e na primeira metade do século XIX. São Paulo: NEhiLP/ FFLCH/ USP, 2014, p. 63-65.

<sup>274</sup> FERAZ, *op. cit.*, p. 1034. PAPAVERO; CLAPS, *op. cit.*, p. 86.

<sup>275</sup> SILVA, Carlos Sánchez; BOSA, Miguel Suárez. Evolución de la producción y el comercio mundial de la grana cochinilla, siglos XVI-XIX. *Revista de Indias*, v. 66, n. 237, 2006, p. 475.

<sup>276</sup> COLL-HURTADO, Atlántida. Oaxaca: geografía histórica de La Grana Cochinilla. *Investigaciones Geográficas Boletín*, 36, 1998, p. 78.

cochonilha e do anil. Somente no último quartel oitocentista, com o desenvolvimento das tintas artificiais, que a produção cochonilheira entra em crise.<sup>277</sup>

Neste sentido é bom pontuar que dado o valor econômico que a cochonilha tinha, tanto o inseto como a planta nopal (*Opuntia cochenillifera*, no Brasil conhecida vulgarmente por urumbeba) que a cochonilha se alimentava, bem como as técnicas de extração do corante, eram mantidos em vigilância pela Espanha, a fim de evitar que outra nação se apoderasse dessa economia. O francês Thiéry de Menonville conseguiu contrabandear cochonilhas e os cactos do qual o inseto se alimentava. Desse espólio tirado do Império Espanhol, ele fez uma memória exaltando tal feito, além de apresentar as técnicas de extração do corante. Essa mesma memória foi traduzida e circulada no Império Português por meio das políticas editoriais apoiadas por Sousa Coutinho. Em suma a administração portuguesa se portava do seguinte modo sobre a cochonilha no período: 1) as procurava nas capitânicas da América Portuguesa; 2) obtinha informações e amostras do próprio inseto em terras estrangeiras; e 3) divulgava por meio de impressos as técnicas do processamento do corante e outras informações pertinentes sobre a valiosa cultura.

Em prefácio na memória de Menonville, Veloso aponta até as razões ambientais para se fazer essa cultura, pois o cacto urumbeba, planta cochonilheira, poderia ser cultivado em terreno arenoso como em costas.<sup>278</sup> O que Veloso estava apontando é que mesmo lugares ruidosos para o plantio poderiam ser aproveitados para a plantação do cacto urumbeba, que além de alimentício, proporcionaria uma economia significativa por meio do corante produzido através da cochonilha. Neste caso, apesar de Veloso não citar o árido sertão da caatinga, é possível que também pudesse ele já ter esse entendimento no período.

Dias Cabral, em sua obra ainda inédita, “Coleção das Observações dos produtos naturais do Piauí”, reserva uma parte para tratar diretamente da cochonilha e sua viabilidade de cultura no Piauí. Nela o naturalista apresenta informações de conhecimento geral das importâncias econômicas que se podiam auferir do corante carmim, destacando que os espanhóis possuíam o monopólio, o que lembrava muito as informações já

---

<sup>277</sup> SILVA; BOSA, *op. cit.*, 2006, p. 475.

<sup>278</sup> VELOSO, Joaquim Conceição. [“Prefácio”]. MENONVILLE, Thiery de. *Memória sobre a cultura da Urumbeba e sobre a criação da Cochonilha, extraída por Me. Berthollet das Observações feitas por M Thiery de Menonville e copiada do V. Tomo dos Anais de Química*. Lisboa: Oficina João Procópio Correa da Silva, 1799, p.4.

prestadas em impressos editados por Mariano Veloso. O que pode ser sinal que Dias Cabral já havia tido contato com estas obras em algum momento. Também demonstra sua erudição, recorrendo inclusive às informações de Lineu para explicar o gênero. Mas sua convicção é principalmente na potencialidade e vantagem que se poderia obter na região:

As muitas composições, que se fazem com a cochonilha na tinturaria das Lãs, Algodão, e seda; o alto preço por que se vende, o grande consumo deste gênero, tudo concorre para aumentar as riquezas de uma nação vizinha e rival, com a qual podemos competir nesta parte; uma vez que se subministrou os meios favoráveis as nossas vastas colônias para melhoramento e aumento de um gênero tão precioso, o qual cresce naturalmente nelas debaixo de clima favorável aos olhos dos seus habitantes, que o desprezo, como coisa, inútil, e indigna da ocupação dos homens.<sup>279</sup>

O utilitarismo que Cabral demonstra diante do encontro destes insetos que havia em grande quantidade no sertão do Piauí se choca com o desinteresse por parte de seus habitantes. A atração econômica pela cochonilha estava diretamente relacionada com a ambição que se poderia obter com os valores comerciais que tal gênero poderia proporcionar e que proporcionava para a Espanha, o que corrobora na afirmação de Veloso: “A latitude do Rio de Janeiro ao Sul, é a mesma do México ao Norte. Deste se exportam todos os anos 880 arráteis, os quais, segundo sábios calculadores Negociantes Holandeses, lhe deixam o lucro de 15 milhões, 50690 libras Francesas”.<sup>280</sup> Veloso, após estas palavras, conclui que a cochonilha é uma riqueza maior que a prata no México, pois enquanto em outras partes do mundo se produzia a prata, e conforme ele, somente o México produzia o supracitado corante. Dias Cabral acreditava que as condições no Piauí eram tão boas ou melhores que as do México para tal produção, e que neste viés estava o seu descontentamento em relação ao desinteresse dos habitantes luso-piauienses: “E deveríamos nós então desprezar o que naturalmente se produz nas nossas colônias para vir comparar por grosso mercado aos Espanhóis?”<sup>281</sup>

A cochonilha presente no sertão do Piauí, segundo Cabral, não era fato descoberto recentemente. Afirma que ouviu falar de um italiano por nome Maceroni, no tempo do governador José Feliz de Meneses, que já havia recolhido e enviado amostras para Lisboa.<sup>282</sup> Também Cabral alega que encontrou a cochonilha em diferentes localidades da capitania, “tanto nos terrenos de agreste, e de mimoso, como nos campos descobertos e da caatingas, arenosos e marnosos [sic], de pedregulho e altas serras, ainda

---

<sup>279</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 20.

<sup>280</sup> VELOSO, *op. cit.*, p. 6.

<sup>281</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 21.

<sup>282</sup> *Ibidem*, fl. 21

no mais eminente delas”.<sup>283</sup> A visão utilitarista de Cabral apontava para amplo potencial econômico que se poderia obter naquele ambiente: “o clima do Piauí é próprio para a cultura da Cochonilha e não nos permite ter inveja do México a este respeito”.<sup>284</sup> Ou seja, tudo corroborava para um importante meio de enriquecimento e que se apresentava plausível de se fazer nas condições naturais presentes, o que fazia o autor somente enxergar os entraves antrópicos: “Quando uma planta ou animal cresce bem naturalmente em algum clima, é regra infalível que melhor provirão com a cultura e cuidado do homem”.<sup>285</sup>

Ponto importante na cultura da cochonilha é o cultivo da planta da qual o inseto se alimenta. Logo tal assunto também fez parte da atenção de Dias Cabral. A planta que atribuiu como suprimento alimentar da cochonilha é o cacto palmatória (*Tacinga palmadora*). E foi nela que encontrou populações do animal presente nos sertões. A referida planta faz parte do ecossistema da caatinga. Informa que desejava que fosse plantada no jardim botânico, que à época da escrita era um projeto a ser realizado na cidade de São Luís. Por ser um cacto, o autor acreditava que seu plantio seria positivo em terras exaustas do plantio do algodão e do arroz. Assim, ele também avaliava reaproveitar terrenos que houvessem perdido nutrientes e que não serviriam mais para o plantio de importantes culturas da época.

Todavia Dias Cabral assinalava um defeito da palmatória: sua pequena estatura. Segundo ele, seria ruim que aqueles que fossem recolher os insetos tivessem que se curvar para pega-los. Mas ao apresentar o defeito, cabia-lhe trazer a solução. E Dias Cabral encontrou um tipo maior que chamava de “palmatória comprida”, encontrada no Maranhão.<sup>286</sup> A importância que Cabral atribui a tal gênero pode ser vista com a relevância da representação em aquarelas científicas, como a iconografia dos referidos cactos, a palmatória-da-cochonilha (Figura 4) e a outra, designada como palmatória-comprida (Figura 5). Dias Cabral determinou que fosse enviada a segunda para o jardim botânico que ia ser construído em São Luís.

Em memória apresentada na Academia das Ciências Real de Lisboa, Joaquim de Amorim Castro também reflete sobre a criação da cochonilha no sertão, no caso em

---

<sup>283</sup> *Ibidem*, fl. 22.

<sup>284</sup> *Ibidem*, fl. 22.

<sup>285</sup> *Ibidem*, fl. 22.

<sup>286</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 26

Jacaípe, termos da Vila de Cachoeira. Trata também da palmatória como útil para prosseguir nessa economia.<sup>287</sup> O autor observa que há muitas dessas plantas na região e que por isso era mister a cultura da cochonilha, haja vista que as condições naturais se mostravam favoráveis. Como outros observadores, acreditava que deveria haver incentivo por parte da Coroa para que tal empreitada pudesse atingir o sucesso. Todavia, ele pontuava que não poderia ser por meio da coação real, pois acreditava que assim mais atrapalharia do que ajudaria. Castro acreditava que pudesse interessar aos habitantes locais na economia do corante carmim os auxílios fiscais e até a concessão de terras.<sup>288</sup> Lembra que os lavradores de cana e tabaco não poderiam se somar com a cultura cochonilheira, haja vista que coincidia o trabalho escravizado no verão no corte da cana ou no preparo do tabaco, que seria justamente nesse momento o tempo da recolha do referido inseto.<sup>289</sup>

Dias Cabral apresenta a cultura da cochonilha como um projeto viável e interessante para os lavradores da terra: “lembre-se que um pequeno terreno cultivado produz muitas libras, e que uma só libra de cochonilha vale mais que quatro bois de cinco anos”.<sup>290</sup> Cabral, por experiência e pelo que já se demonstrava em outras fontes de sua autoria, sabia que os produtores da terra eram conservadores e não eram muito empolgados em cambiar as práticas comerciais com as quais já tinham certa familiaridade. Neste sentido, tanto ele, como outros autores ilustrados tinham que defender estratégias que pudessem incentivar culturas em potencial. Como a cultura do cacto e da cochonilha seriam uma diferença significativa, era preciso demonstrar a rentabilidade e as oportunidades de maiores lucros para aqueles que potencialmente as poderiam utilizar. Com isso Cabral aponta duas vias que se poderiam somar com a cultura da cochonilha: uma seria por meio do cercado de árvores como o jenipapeiro, aroeira, cajazeira, jatobazeiro, pequizeiro, utilizando das propriedades que cada planta possuía. Outra via seria a que se utilizassem outros insetos, como o bicho-da-seda e as abelhas silvestres, somando-se com a cochonilha.<sup>291</sup>

---

<sup>287</sup> CASTRO, Joaquim de Amorim. Memória sobre a cochonilha do Brasil. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo II. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1790, p. 135.

<sup>288</sup> *Ibidem*, p. 139-140.

<sup>289</sup> *Ibidem*, p. 140-141.

<sup>290</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 30.

<sup>291</sup> *Ibidem*, fl. 30-31.

Tudo o que Dias Cabral expôs em sua obra sobre a cochonilha seria em defesa da potencialidade econômica desta cultura no Piauí. Como parte do território do Piauí é de caatinga (ou nos termos dele, arenoso) e que não serviria para outras plantações, com o plantio de cactos como a palmatória seria possível ampliar a economia por meio do corante carmim de origem animal. O autor chega a afirmar que seria desleixo não implementar na região tal cultura: “[o] Piauí não é menos apropriado para a produção da cochonilha, do que o México, e que se senão tirava utilidade era por desleixamento da nação Portuguesa”.<sup>292</sup> Também a crítica recai no desinteresse por parte dos habitantes locais: “a ociosidade é maior inimigo do Sertão. Os habitantes sofrem a fome, e não plantam o pão que os pode sustentar, nem a árvore de fruto para refrigério”.<sup>293</sup> Como muitos outros ilustrados, Dias Cabral reconhece que deveria haver interferência direta por força de lei para incentivar a cultura supracitada na região. A experiência na cultura da cochonilha nas Conquistas espanholas se demonstrava árdua e a preocupação com chuvas, predadores, animais (ratos, aves e outros) que poderiam prejudicar a safra. Por isso era preciso um trabalho devotado.<sup>294</sup>

Faltam mais estudos para se saber qual foi a real participação na economia portuguesa dos corantes, em especial do carmim da cochonilha. Porém, por tudo referido acima é evidente que havia um articulado projeto de criação do inseto para produção tintória por parte do Império Português. E a razão para isso se dava diante do lucro advindo dessa produção realizada pela Espanha, o que fazia com que a vizinha ibérica também adejasse para si parte desse mercado. A demanda no final do XVIII e início do XIX, sobretudo diante do crescimento das indústrias têxteis, também seria fator para legitimar tais planos. Com isso, ações concretas foram realizadas, como a impressão e circulação de livros que tratavam sobre o tema, bem como a feitura de pesquisas *in loco* da viabilidade por parte dos naturalistas. O valor da ciência atestaria mais uma vez que o preço do conhecimento seria necessário para Portugal confrontar os demais Estados.

No que se refere ao bicho-da-seda (*Bombyx mori*) não há maiores referências no Maranhão. Em 1798 é afirmado que foram enviados casulos do bicho-da-seda para Portugal e que se esperava remeter mais. Tais vinham do sul da capitania do Maranhão,

---

<sup>292</sup> *Ibidem*, fl. 32.

<sup>293</sup> *Ibidem*, fl. 32.

<sup>294</sup> VELÁZQUEZ, Víctor Salazar. Historia natural, cría y beneficio de la grana cochinilla em las imágenes científicas y técnicas de la memoria de José Antonio Alzate. Disponível em: [https://fundacionrotava.org/media/web/files/page163\\_\\_07\\_Victor\\_Salazar.pdf](https://fundacionrotava.org/media/web/files/page163__07_Victor_Salazar.pdf). Acesso em: 18 de jan. de 2021, p. 23.

pois segundo a correspondência eles preferiam se alimentar dos frutos do cajueiro e mangaba brava, e era na referida localidade que abundavam estas plantas.<sup>295</sup> Ainda em 1798, o governador Noronha ordena que seja enviada de Pastos Bons seda silvestre ou como chamavam os populares de ‘seda de aranha’. Sobre isso exige:

Primeiro, se há abundância da dita seda; segundo, o tempo próprio de se apanhar; terceiro, a árvore que ais insetos a fabricam; quarto a denominação do sítio ou terras em se encontram; quinto a qualidade da [seda da] aranha ou lagarta que foram remeter [...].<sup>296</sup>

Em 1789, Vandelli já tratava sobre o bicho-da-seda do Pará e Maranhão e segundo ele eram maiores do que os que eram conhecidos pelo europeus.<sup>297</sup> Curiosamente, em um volume do Fazendeiro do Brasil, o que trata sobre a cochonilha, em prefácio feito por Veloso, ao declarar as possibilidades de maiores descobertas na natureza americana, indica algumas já feitas, “como a do Doutor Arruda, de um novo Índigo, mas também de *novos Bombyces, como a dos Casulos, vindos do Maranhão*, e de novas Cochonilhas, como a que apresentou o Doutor Muzzi, encontradas no araçá [...]”.<sup>298</sup> A tentativa de encontrar novos espécimes na natureza americana que pudessem ter utilidades equivalentes aos já conhecidos gêneros usados pelos europeus, não era nova naquele momento. Mas é com as pesquisas sendo realizadas por meio de expedições científicas e com remessas para laboratórios em Portugal que se tem um diferencial no período.

No caso da seda no Maranhão, em pouco mais de dois anos já havia informações impressas que circulavam sobre as descobertas, o que revela o entusiasmo na exploração das potencialidades naturais que Portugal dominava. E por outro lado também mantendo o interesse nos antigos gêneros, e por isso mesmo ainda havia a tentativa de conseguir cochonilha do México e provavelmente também o bicho-da-seda em outra região. Também a obra de Dias Cabral trata sobre o bicho-da-seda no sertão do Piauí. A espécie encontrada nesta capitania era três ou quatro vezes maior que a que era conhecida pelos

---

<sup>295</sup> OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo amostra de quina, de folha de tabaco, de salitre e de casulos de seda silvestre. Maranhão. 23/08/1798. AHU-MA, cx. 100, d. 8078.

<sup>296</sup> APEM, Secretaria do Governo, livro 47, fl. 62, doc. 192.

<sup>297</sup> VANDELLI, Domingos. Memória sobre algumas produções naturais das Conquistas, as quais ou são pouco Conhecidas, ou não se Proveitam. In. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, p. 192-193. Curiosamente o autor levanta a hipótese que as teias de algumas aranhas em América poderiam ser úteis no fabrico de seda.

<sup>298</sup> VELOSO, Mariano da Conceição. “[prefácio]”. In. VELOSO, Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil, [...] coligido de Memórias Estrangeiras, por Fr. José Mariano da Conceição Veloso*, tomo II, parte 3. Of. João Procópio Correa da Silva: [Lisboa], 1800, p. 10-11, grifo nosso.

européus segundo ele. Ademais afirma que encontrou em diversas plantas, inclusive cajazeiras, aroeiras e uma espécie de árvore conhecida como unha de gato.<sup>299</sup> Mas o parecer do Dias Cabral informa que a melhor a criação seria na cajazeira, apesar de encontrar maiores infestações na aroeira. No entanto a justificativa de preferir aquela do que esta, dá-se por “em todo ano tem folhas com que se podem sustentar as Larvas”.<sup>300</sup> Dias Cabral informa que enviou pelo menos duas remessas de tal gênero.

O controle do Império colonial não somente se fazia sobre seres humanos, mas também em relação à flora e fauna. No último caso, havia projetos que pudessem utilizar meios para que houvesse rendimentos para a Coroa. Desde a caça do peixe-boi ou da baleia, bem como a produção da manteiga feita das tartarugas amazônicas, ou ainda uma cultura sistematizada de insetos dos quais se pudesse obter corante ou a seda. A fauna também fez parte dos interesses ilustrados da administração a fim de melhor organizar a produção econômica. Assim a fauna seria parte da política de controle da Coroa portuguesa. E o conhecimento científico era a principal forma de avaliação de como seriam utilizadas tais criaturas em benefício da própria Coroa. Os animais dentro da fronteira eram parte integrante que também poderia servir para o desenrolar da economia imperial.

Deste modo, eram os três reinos da natureza parte constituinte da política científica do Reino Português. O extrativismo mineral, como parte que poderia ser retirada da litosfera para riqueza direta, como era o caso do ouro, mas também em relação ao salitre para desenvolver a força bélica de Portugal. Já com a fauna, por meio do extrativismo animal ou da caça, poderiam se extrair óleos, alimentos e até tintura com a cochonilha, e inclusive começar a criação. Mas em relação à biosfera, seria a flora que teria mais atenção, dadas as potencialidades econômicas: medicina, construção civil e naval, cordoaria, tinturaria, alimentação e indústria de papel. Assim, o estudo relativo às plantas era parte fundamental em um período em que as minas auríferas ao sul estavam se esgotando e não havia outras tão ricas descobertas até aquele momento. Seria então por meio da busca das drogas do sertão, plantas nativas que a diversificada natureza americana possuía, que se esperava obter valores econômicos significativos. Mas era necessário descobrir. E para tanto, era mais necessário ainda adentrar o sertão das

---

<sup>299</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 200.

<sup>300</sup> *Ibidem*, fl. 202.

capitanias em busca de espécies conhecidas e desconhecidas para saciar tal ambição. E para chegar tão longe, os exploradores tinham a tutela da ciência.

## CAPÍTULO III

### A BUSCA PELO OURO VERDE: ESTUDOS SOBRE A FLORA LUSA-AMERICANA

#### **3.1. – Análises das plantas nativas por meio do naturalismo-pragmático**

O pragmatismo da ciência auxiliava no interesse da Coroa em avaliar as potencialidades que a natureza ultramarina poderia reservar aos cofres reais. E isso era fundamental para que fossem enviadas expedições aos sertões da América e outras partes do Império Português. E foi a flora que cativou tanto os homens da ciência como os estadistas. No século XVIII e no começo do XIX, a botânica foi um ramo importante do conhecimento que floresceu. Autores como Buffon e Lineu eram avidamente lidos e debatidos, podendo-se notar suas influências na documentação colonial. Seja para fins ornamentais, medicinais, alimentícios, construção civil ou naval, as plantas ficaram registradas em uma gama variada de materiais produzidos no período, como cartas, mapas, manuscritos, impressos etc. Além do mais, o estudo dos vegetais estava intimamente ligado com a domesticação para a realização da agricultura mais produtiva, com técnicas mais modernas do período.

O fato é que foram remetidas diversas amostras de gêneros naturais para o Reino a fim de serem estudadas ou transplantadas em um dos jardins botânicos. Em um dado documento, foi reportado que foram enviadas sementes de plantas que tinham flores formosas e de cheiro agradável. Apesar de não condizer aparentemente com a demanda do Reino de materiais que fossem úteis, como ervas lenhosas, medicinais ou madeiras de construção, plantas com características ornamentais eram bem-vindas em jardins da nobreza e em espaços públicos, espaços estes que eram de sociabilidade e prazer desta mesma nobreza. Também a perfumaria era parte integrante do uso da flora pela economia de então, e por isso a importância do envio desse tipo de planta.

As flores para uso ornamental eram uma realidade europeia no final do XVIII. Keith Thomas expõe que, na Inglaterra setecentista, havia um intenso mercado de flores, e inclusive havia interesse em espécies exóticas a fim de fazer parte de coleções particulares. Importante frisar que as flores eram cultivadas por boticários e cirurgiões com finalidades medicinais também. Assim, a floricultura fazia parte da cultura europeia,

tanto para o embelezamento, como para usos mais práticos, como na medicina e na perfumaria. É possível que houvesse um mercado de flores em Portugal, e daí a importância de obter outras espécies para aumento da variedade no Reino. Apesar de o próprio Thomas supervalorizar a característica do apreço pelas flores como quase exclusivamente inglesa, alegando assim que nos anos de 1830 não havia lugar de venda desse tipo de planta em Portugal, outro historiador britânico, Russell-Wood, ponderou que havia sim um espaço no mercado português para a perfumaria e que as flores estariam inseridas. O fato é que, no final do XVIII, foram solicitadas mudas e sementes de plantas com flores cheirosas e formosas.

Neste sentido, o manuscrito de Dias Cabral sobre a flora luso-piauiense, apesar de focar nas plantas medicinais encontradas na capitania, não deixou de fora ponderações sobre plantas que poderiam ser apropriadas como ornamentais: “considerarei úteis com algumas [plantas], que não podem desmerecer estimação para ornato dos jardins Reais pelo delicioso aspecto e cheiro gratíssimo”. Este foi o caso de “quatro patacas vermelhas e amarelas”, que além de terem usos medicinais por meio da raiz da qual se fazia um purgante, antifebril e regulava a menstruação (principalmente a vermelha), também era considerada muito apreciável aos olhos, e por isso Dias Cabral afirmou: “de ambas tenho espécies vivas para serem remetidas aos Jardins Reais, as quais podem servir de ornato pela elegância e beleza da flor”. Também trata do maracujá de moita (ou rasteiro), que “pode servir para as cobertas dos Jardins pela galantaria da sua flor”. O angico branco, flor de jardim, fruta de onça, angélica branca do campo, cururu dos rios, caroba grande, são alguns nomes vulgares de plantas que poderiam ter algum uso estético destacado na obra desse autor. Algumas até não havia outro uso para o ser humano que fosse para esta finalidade. Neste sentido, mesmo em uma expedição científica que tinha por objetivo encontrar gêneros naturais que pudessem saciar o pragmatismo de então, também estava disposta a procurar por elementos da natureza que pudessem ser considerados esteticamente agradáveis e logo compor os jardins.

Para além da questão estética que poderia ser buscada nas flores, também estava ligada ao conhecimento científico. Nota-se na documentação da época, tanto manuscrita como impressa, que a descrição dos elementos florais de um vegetal era de suma importância no entendimento classificatória do mesmo. E por isso nas imagens realizadas nas expedições se dava certo destaque para as flores, inclusive desenhando-as em conjunto, com o todo representado, como em separado (Figuras 1, 2, 6, 7).

D. Diogo de Sousa, como homem de formação acadêmica, possuía conhecimentos que possibilitavam indicar e comentar sobre os diversos aspectos da natureza da região que administrava. E em seu governo foram enviados diversos gêneros naturais, e na grande maioria comentados por ele, às vezes até demonstrando erudição ao citar obras acadêmicas sobre o tema. Exemplos claros de como a ciência e a atividade política estavam entrelaçadas neste momento foram os envios de amostras de ervas lenhosas, principalmente com o interesse na fabricação de papeis. Em um destes casos, o próprio governador traz seus comentários junto à descrição realizada pelo bacharel Vicente Dias Cabral sobre uma planta conhecida como erva de São Caetano ou Melão de São Caetano (*Momordica charantia*). Esta planta estava sendo enviada para Portugal para maiores avaliações, o que não quer dizer que os pesquisadores presentes na América já não estivessem dando algumas informações sobre. No ofício em questão, o governador D. Diogo de Sousa, que remete as amostras e também comenta sobre o tema, demonstra uso do conhecimento das memórias portuguesas, pois se refere a uma escrita por Manuel Arruda da Câmara. Deste modo, tal espécime não era necessariamente desconhecida, mas mesmo assim Cabral e Sousa apresentam suas avaliações sobre a possibilidade econômica do uso da citada planta.<sup>301</sup>

Tal espécime foi recolhida no Piauí e Dias Cabral apresentava vantagens econômicas da planta, cujo linho era de péssima qualidade, mas que poderia ser útil na produção de papel.<sup>302</sup> É bom lembrar que o fabrico do papel não era banal naquele período, mas essencial para o funcionamento da máquina administrava imperial, em um momento em que papel era caro. Para ressaltar esta importância, Dias Cabral utiliza a retórica histórica para reafirmar a importância da escrita entre as civilizações e os diversos materiais dos quais se valeram como suporte para as palavras (pedras, madeira, até chegar ao papel), citando em especial os egípcios e os chineses. Também é fator essencial que, segundo ele, havia em abundância essa planta na região. Dias Cabral ainda apresenta os valores medicinais da erva São Caetano, considerada boa no tratamento de doenças de pele, além de indicar que alguns indivíduos acreditavam que também tinha propriedades febrífugas. Cabral desconfiava que tal erva possuía propriedades abortivas e por isso poderia ser utilizada na regulação da menstruação.

---

<sup>301</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um fardo e dois sacos com erva de São Caetano. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8757.

<sup>302</sup> APEM, Secretaria do Governo, livro 48, fl. 98, doc. 449.

A procura por plantas que produzissem linho aparece com certa frequência na documentação. Foram enviadas amostras de diferentes plantas lenhosas para serem analisadas em laboratórios em Portugal. Mas apesar dessas remessas para avaliação acadêmica no Reino, os documentos não se furtam em tratar das observações e experiências já realizadas no território de origem dos vegetais. Na verdade, este tipo de observação *in loco* fazia parte da pesquisa conforme os manuais da época, pois era a forma de se saber qual o tempo de desenvolvimento da planta, o tipo de terreno e o período em que se desenvolvia, se no tempo de estiagem ou de chuva, por exemplo.

Em um destes casos foram enviadas dez amostras de plantas lenhosas diferentes para fazerem experiências em laboratórios da Corte. Tais amostras foram recolhidas por um capitão de milícias, José de Carvalho, que também apresentou suas observações de cada uma delas, que foram numeradas:

\* N° 1 Lhe uma espécie d'arbusto que foi apanhado sem estar sazonado e sem flor: esteve n'água por espaço de cinco dias.

\* 2° Lhe outra espécie d'arbusto quase semelhante ao acima também foi apanhado sem estar sazonado, e sem flor: esteve n'água pelo igual espaço de tempo supradito.

\* 3° Outra espécie d'arbusto que também não tinha flor nem se achava sazonado: esteve n'água pelo mesmo espaço de tempo que o acima.

\* 4° Lhe também outro arbusto de diversa qualidade dos que ficam referidos: esteve n'água sete, para oito dias; sendo apanhado sem estar sazonado, e sem flor.

\*5° São duas estrigas da mesma qualidade apanhadas em diverso tempo, por isso se mostra ser uma estriga mais pequena do que a outra porém ambas foram apanhadas sem terem flor nem semente, por essa razão não estavam sazoadas: estiveram n'água cinco para seis dias

\* N° 6 É outra qualidade d'arbusto que parece ser de boa qualidade também foi apanhado sem estar sazonado nem ter flor e esteve n'água por espaço de seis dias o Envira [sic] = É a lasca de um certo pau de sua natureza mole e também se bota n'água onde está até se curtir e leva mais tempo do que os mencionados acima; desta qualidade costumam os Nacirices [?] fazer cordas para o serviço.

\* N° 7 Malva Branca que veio d'Alcântara.

8° Outra espécie de Malva que veio de Guimaraens a qual parece ser de melhor qualidade do que a antecedente: foi apanhada em sação competente mas não há certeza do tempo que levou a macerar.

9° Mesma qualidade de N° 8 vinda da mesma parte, porém foi apanhada antes de estar na verdadeira sação e muito demorada na maceração.

\* 10° Vulgarmente chamado Quiabo: esteve em água oito dias para se poder macerar ao ponto que teve da amostra tinha já dado todo o fruto e achava-se já quase seco com muito poucas folhas.<sup>303</sup>

Todas as amostras enviadas tinham especificações do período de sazoadamento e de maceração, além de dar breves especificações sobre o tempo que estiveram em água.

---

<sup>303</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de diferentes amostras de linho para o Reino. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8756.

Tais informações auxiliavam no entendimento daqueles que iriam fazer a análise no Reino. Isso estava em consonância com os tratados científicos do período, em que não adiantava somente remeter amostras, mas era preciso especificar em que condições tais gêneros foram recolhidos da natureza e se possível apresentar algumas experiências realizadas *in loco*. No caso da flora isso fica mais evidenciado, pois a influência do terreno e do clima são fundamentais para se entender como se dava o desenvolvimento das plantas.

Outra tipologia de planta e que era vista como rico potencial para economia local foi o tabaco (*Nicotiana tabacum*). O tabaco tinha importância fundamental nas capitanias do Pernambuco e da Bahia, mas aparentemente não foi demonstrado interesse por parte dos habitantes do Maranhão e Pará. O que não quer dizer que não houvesse mercado para tal produto, inclusive interno, mas que era tímido se comparado com aquelas primeiras capitanias citadas. E a razão disso se dava, segundo a memória sobre a agricultura do Alexandre Rodrigues Ferreira, pelos produtores no Maranhão e Pará não acreditarem que haveria espaço no mercado com a hegemonia de Pernambuco e Bahia.<sup>304</sup>

Nativo da América, o uso do tabaco fazia parte das práticas culturais, sociais e medicinais das diversas sociedades indígenas do continente. Além de ser fumado, era também mascado, pitado ou bebido.<sup>305</sup> Já no século XVI estava sendo comercializado em Portugal. Em 1560, o diplomata francês Jean Nicot conhece a dita erva e, interessado na suposta cura de enxaqueca para quem pitasse, enviou amostras para França para uso da rainha Catarina de Médicis, que sofria desse mal. Mas o que era para a realeza, caiu no agrado dos nobres. E posteriormente, em homenagem a Nicot, o gênero foi batizado de *Nicotiana*.<sup>306</sup> O desenvolvimento da cultura fumageira era importante como moeda de troca para outros produtos e, diferente da canavieira, não era preciso de avolumado capital, pela facilidade do cultivo e facilidade para se obter um produto de alta rentabilidade.<sup>307</sup>

---

<sup>304</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Estado presente da Agricultura no Pará*. BN-RJ, Seção de Manuscritos, 1786. Nardi informa que o comércio ao longo do tempo foi em geral mais localizado ou de consumo próprio dos que lavravam tabaco. Cf. NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 48.

<sup>305</sup> NARDI, *op. cit.*, p. 23

<sup>306</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>307</sup> NARDI, *op. cit.*, p. 35.

O tabaco fazia parte da medicina da época, como fica exposta acima sobre enxaquecas. Alguns autores também acreditavam que a bebida de infusão das folhas do tabaco era antifebril.<sup>308</sup> Antonil, no século XVIII, pondera sobre os benefícios da erva:

Eu, que de nenhum modo uso dele, ouvi dizer que o fumo do cachimbo, bebido pela manhã em jejum moderadamente, desseca as umidades do estômago, ajuda para a digestão e não menos para a evacuação ordinária, alivia ao peito que padece fluxão asmática e diminui a dor insuportável dos dentes.<sup>309</sup>

Ainda Antonil, mascar também teria os seus benefícios, mas recomenda moderação, pois em demasia “altera o gosto, faz grave o bafo, negros os dentes, e deixa os beiços imundos”. Já pitar, segundo ele, apesar de que era a forma mais consumida, era a que considerava menos sadia. Tanto em aspectos físicos como espirituais, não era, segundo sua visão, uma prática boa. Mesmo diante disso, o autor se importou em destacar a importância econômica do tabaco bem como seu uso para a saúde.

O tabaco possuía um mercado seguro e governadores como D. Diogo de Sousa avaliaram as possibilidades de incrementar tal cultura na capitania do Maranhão. Em setembro de 1800 o governador envia amostras de tabaco dessa capitania. Esse documento mostra o conhecimento de D. Diogo sobre o tema, pois avalia que apesar de ser conhecido vulgarmente de petum pela população local, acredita que era em realidade de um gênero já catalogado pela ciência de então, designando o nome científico binominal: *Nicotina fruticosa*. Mas não parece que o governador tenha sido atendido na atenção que acreditava merecer a análise das amostras, pois em outro documento aparece uma ordem de suspender o envio de outras amostras dessa matéria-prima para o Reino. Não fica claro em que condições foram dadas tais ordens, mas ainda assim o governador insiste que fossem pelo menos avaliadas as que já haviam sido enviadas, pois estava certo de que eram boas e que possuíam potenciais econômicos.

Flores, ervas lenhosas, tabaco são exemplos de como a flora estava na mira da Coroa portuguesa a fim de incrementar sua economia. Era preciso, por questões de sobrevivência política diante das demais potências europeias, diversificar sua economia. Assim, a manufatura de plantas das quais se pudessem obter perfumes, papel, fumo ou outros era parte dessa valorização do uso de vegetais na América Portuguesa. Não por

---

<sup>308</sup> ABREU, Jean Luiz Neves. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, 2007.

<sup>309</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011, p. 205.

menos que é por meio da pesquisa científica que se almejava descobertas importantes para chegar a esse fim. Logo, o conhecimento que se estabelecia sobre a natureza americana seria uma forma de encontrar uma nova mina, dessa vez verde.

Vegetais que possuíssem propriedades medicinais eram também do interesse do Império Português, pois tais poderiam ser convertidos em fonte de renda para esse mesmo Império. Plantas como a quina, que possuía características febrífugas, seriam úteis em um período em que a mortandade por doenças não era algo a se ignorar. A medicina, que cada vez mais ia se afastado de práticas mágicas e religiosas, precisava de respaldos na ciência para ampliar os materiais farmacêuticos que poderiam se adquirir em América. Mas como experimentar a diversidade da flora deste continente para encontrar novas drogas medicinais? Logicamente se valendo da experiência milenar de povos que já viviam na região. O europeu evidentemente conhecia a biota de seu continente de origem. E assim era conhecedor de quais as plantas medicinais, tóxicas, alimentares e quais poderiam ser úteis no cotidiano. Mas no caso da América tiveram que aprender com os nativos. Os missionários possuíam estudos sobre fármacos deste continente desde os primeiros séculos da colonização. No século XVIII seria a ciência que, com prerrogativas de objetividade, necessitava apurar por meio de testes para se avaliar se determinada planta possuía ou não efeitos medicinais.

Assim, o governo apresenta a ordem para que o governo do Maranhão remetesse ao Reino “todas as cascas, sementes, raízes, gomas, plantas, reputadas aqui como medicinais”.<sup>310</sup> Nesse caso é de se supor que conhecimentos populares e indígenas fossem fundamentais para se saber quais plantas tinham tais propriedades. Mas por outro lado esta avaliação de “reputação medicinal” precisaria passar pelo crivo científico na administração portuguesa, ou seja, se o conhecimento europeu de então aceitaria, mediante testes, que determinada planta possuía propriedades medicinais ou se deveria ser classificada como conhecimentos supersticiosos. Ainda no referido documento, D. Diogo afirma que além do envio das amostras também seriam enviadas junto informações sobre possivelmente de onde e como foram recolhidas, quais as propriedades que se acreditavam que possuíam e a tipologia. Para tanto foram enviadas tais ordens também para o bacharel Vicente Dias Jorge Cabral. Desse modo poderia passar por uma prévia

---

<sup>310</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ficar na inteligência de remeter todas as cascas, raízes e sementes, que se reputarem medicinais. São Luís, Maranhão. 17/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8793. Ordem semelhante ocorreu na Bahia (PEREIRA, Rodrigo, 2013, p. 285-286).

avaliação por este naturalista, como inclusive ficou evidenciado pela correspondência dele em relação a alguns vegetais, que segundo ele, eram na verdade reputadas por medicinais pela população, mas por razões supersticiosas e não por motivos comprováveis. Cabral chegou a entrar em atrito com um tal de Inácio Pires, que segundo ele erroneamente apontava que algumas plantas eram salutares sem nenhuma comprovação.

No Grão-Pará, ordem semelhante foi dado ao governador D. Francisco de Sousa Coutinho:

Igualmente aprovou a Sua Majestade de tudo o que V. S. fez a respeito de tentar a descoberta da Quina, e novamente lhe manda recomendar não só a continuação dos mesmos esforços sobre este objeto, *mas que V. S remeta todas as Cascas, e Frutos em que se conhecerem virtudes Medicinai*s, para se experimentarem no Hospital da Marinha, e igualmente que mande as Sementes de todas as Plantas dessa Capitania, com os nomes do País, para aqui se cultivarem e se lhe aplicar o nome Botânico. Também algumas Plantas vivas em Caixas, serão aqui muito interessante para o Jardim Botânico.<sup>311</sup>

A busca pela quina é parte fundamental da política do naturalismo-utilitário praticado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A ideia seria de se valer da exploração de uma árvore medicinal como fonte para endossar a economia do Império Português. Isso era algo presente na realidade de sucesso da política colonial espanhola e algo que também almejava o vizinho e rival ibérico. Ainda nesse trecho documental é possível vislumbrar que a Coroa não se limitava somente em busca de uma espécie, mas também esperava por potenciais descobertas que pudessem atingir um uso racional e econômico equivalente à quina. Não por acaso, são mencionados dois espaços de abrigo da ciência no período: Hospital da Marinha e o Jardim Botânico. Seriam nesses lugares que os estudos poderiam confirmar ou não o uso medicinal, bem como é atestado no referido documento que seria realizado o batismo científico, conforme as regras botânicas. É dito que foi encontrada quina na Amazônia portuguesa e que houve certo entusiasmo com tal situação. Cabe notar que nesse caso, o governador D. Francisco observa que a flor da árvore amazônica é branca, enquanto na estampa que tem em mãos, a espécie mais conhecida, a peruana, é vermelha. O que o leva a propor pesquisas mais aprofundadas sobre a encontrada no Grão-Pará.<sup>312</sup>

Sobre tais aspectos, importa salientar que o governador D. Francisco de Sousa Coutinho havia recebido tanto desenhos como pelo menos um impresso que tratavam

---

<sup>311</sup> BN, D. FRANCISCO, grifo nosso.

<sup>312</sup> APEP, CD 534, doc. 99.

sobre o tema. Consta no códice 542 da Secretaria de Governo da APEP um impresso junto aos documentos manuscritos discorrendo sobre a quina com o título: “Descrição da Quina Quina (Chincona das Officinas. L)”. São somente três páginas, mas mostra como houve acuidade descritiva e como tal estava em mãos do governador na Amazônia. Assim o conhecimento externo de um impresso servia para comparar com o que estava sendo encontrado na Amazônia Lusitana. A busca por uma espécie de quina na América Portuguesa parece ter encontrado em cada uma das regiões. Osório Pereira afirma que havia uma quina baiana. Já o próprio D. Rodrigo de Sousa Coutinho em carta a Brotero atesta uma espécie encontrada no Mato Grosso.<sup>313</sup>

Na expedição Cabral-Pereira foram catalogadas uma grande quantidade de plantas que poderiam ter alguma utilidade para o ser humano. As descrições eram detalhadas com uso de termos científicos e a preocupação de encontrar algum fim pragmático, e que na maioria das vezes era medicinal. Grandes variedades foram reportadas como desconhecidas pela ciência, ainda que bem familiarizadas com o conhecimento popular. Por isso elas já possuíam nomes vulgares e ganharam nomes científicos por meio de tal expedição. A escolha dos nomes se dava pelas características do vegetal, mas também poderia ser em homenagem a alguém ou algum lugar. Foi o caso do velame preto, velame branco e velame miúdo, que ganharam os nomes científicos de *Administer roderius*, *Administer souza* e *Administer coutinius*, respectivamente, fazendo as honras a como assinava D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Figura 8, 9, 10, 11). Esta não seria a única vez que Dias Cabral não perdia a oportunidade de elogiar o ministro em sua obra. E também não era um caso isolado, outros homens de ciência nomearam gêneros naturais com o nome do ilustre ministro na época.<sup>314</sup>

A pesquisa que Dias Cabral fez no Piauí demonstra uma riqueza potencial sobre ervas medicinais que ainda eram usadas pelos habitantes da capitania e cuja potencialidade ainda era ignorada até aquele momento pela administração central do Império. Cabral catalogou os termos populares, assim como os nomes científicos também do período, com alguns inclusive desenvolvidos por ele, como o citado anteriormente.

---

<sup>313</sup> COUTINHO, Rodrigo de Sousa. Documento nº20. Anuário da Sociedade Broteriana, ano X. Alcobça: Tipografia Alcobacense, 1944, p. 39.

<sup>314</sup> Cf. KURY, Lorelai Bilhante. “Homens de ciência no Brasil: império colonial e circulação de informações (1780-1810)”. *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 11, p. 109-129, 2004, p. 115.

Ademais também apresentou as prováveis utilidades ao ser humano que se poderiam tirar de tais plantas, conforme tabela abaixo:

**Tabela 2:** plantas catalogadas por Dias Cabral em sua obra

Nº	Nome vulgar	Científico	Propriedades
1	Bananeira brava	<i>Amomum aquaticum</i>	Se extrai um corante roxo
2	Canina de marvão	<i>Justicia marvensis</i>	Medicinal, combate a enfermidades venéreas e purgante antivenenosa.
3	Quatro patacas vermelha	<i>Symphytum purgans</i>	Purgante, antifebril e regula a menstruação; também foi caracterizado como de uso ornamental
4	Quatro patacas amarela	<i>Symphytum vulgare</i>	Mesmo usos da quatro pataca vermelha, com o detalhe que alguém afirmou para Cabral que a vermelha era mais útil.
5	Quatro patacas do Maranhão	<i>Symphytum insular</i>	Afirma só ter encontrado da Ilha do Maranhão, ignora usos, mas acredita que seja igual as das outras desta espécie
6	Pau de leite	<i>Genahuba illustris</i>	Purgante, uso em emplastos, bom tônico.
7	Carnaúba	<i>Excelsa coutinia</i>	Construção de casas, objetos; medicinal; comida para gado; e usos salinos no terreno
8	Coroá	<i>Pinguin</i> [?]	Cordoaria
9	Macambira Rasteira	Não informa	Fabrico de papel, alimento para gado e farinha
10	Paratudo cascudo (dentre outros nomes, depende da região)	<i>Bauhinia vulgaris</i>	Antifebril e combate o catarro; alguns acreditam que ajuda contra veneno de cobra
11	Patatudo liso	<i>Bauhimia levis</i>	Antifebril
12	Palmatória de Cochonilha	<i>Monogynia cactus</i>	Serve para cultura da cochonilha e alimentação
13	Palmatória comprida	<i>Cactus ficus indica</i>	Idem
14	Betônica do Piauí	<i>Phryma repons</i>	Combate o catarro
15	Castanheira do Piauí	<i>Bombax castanea</i>	Alimento e construção, mas afirma que precisava de pesquisas para saber melhor seus usos
16	Chainana ou baba de veado	<i>Monodelphia polyand</i>	Usada em tumores
17	Ipecacuanha do Peru (ou Brasil)	Não informa	Uso como purgante
18	Baca ovada	Não Informa	Ornamental e serve em banhos
19	Velame Preto	<i>Administer roderius</i>	Antivenérea e purgante
20	Velame Branco	<i>Administer souza</i>	Idem
21	Velame Miúdo	<i>Administer coutinius</i>	Idem
22	Velame cheiroso	<i>Administer adoratissimus</i>	Desconhecidos os usos
23	Aroeira	<i>Insectifera</i>	Madeira de construção, também serve como criadouro do bicho-da-seda

24	Angico Vermelho	<i>Mimos alkalina rubra</i>	Madeira de construção; fabrico de sabão; cataplasmas para membros fraturados; tinturaria
25	Angico Branco	<i>Mimosa alkalina alba</i>	Não há conhecimentos sobre as propriedades, mas sugere que seja utilizada como ornamental
26	Flor de jardim	<i>Lachenalia tricolor</i>	Ornamental
27	Cipó de Grajal Amarelo	<i>Didunamia angiospermia seranum</i>	Idem
28	Quina-quina		Antifebril
29	Postemeira	<i>Pavetta officinalis</i>	Cura tumores internos
30	Contra-erva de folhas redondas	<i>Dorstenia caapia</i>	Sudorípara, antifebril e contraveneno
31	Contra-erva de folhas compridas	<i>Dorstenia coitunica</i>	Idem
32	Purga de caninana	<i>Chiocacea caninana</i>	Purgante antivenéreo
33	Jenipapeiro manso	<i>Espécie primeira doméstica</i>	Alimento e madeira para utensílios
34	Jenipapeiro de purga	<i>Genipa purgam</i>	Purgante
35	Fruta de onça	<i>Gardenia minor</i>	Antifebril e ornamental
36	Cururuapé (ou timbó)	<i>Patinia timbo</i>	Antivenérea e usada por indígenas para matar os peixes
37	Falso Cururu	<i>Paulinia braziliensis</i>	Alguns acreditam que possui as mesmas qualidades da referida acima, porém Dias Cabral desconfia disso
38	Cururu dos Rios (Barrete de Clérigo)	<i>Paulinia fluviatilis</i>	Ornamental em razão de sempre possuir flores
39	Para-tudo rasteiro	<i>Dux eximius</i>	Uso para febres intermitentes
40	Pique vulgar	<i>Didacea popularis</i>	Uso da casca do fruto e do tronco podem produzir tinta preta; a polpa era alimento dos pobres e ricos; produção de óleo para alimento como para iluminação; como era alimento para animais silvestres, os caçadores esperavam perto desta árvore; a madeira é de construção de navios
41	Caroba grande	<i>Nectarifera arbórea</i>	Ornamental e antivenéreo
42	Carobinha de folhas partidas	<i>Nectarifera diversifol</i>	Não havia informações sobre esta espécie
43	Carobinha pequena crespada	<i>Nectarifera rugosa</i>	Antivenérea
44	Carobinha pequena lisa	<i>Nectarifera minor</i>	Idem
45	Manacá	<i>Brovalia demissa</i>	Idem
46	Pau d'arco amarelo	<i>Seranum rectum</i>	Corante
47	Pau d'arco roxo	<i>Seranum minor</i>	Não informa
48	Caribeira vulgar	<i>Seranum carahiba</i>	Uso para rodas de carro de boi
49	Pequeno pau d'arco	<i>Seranum arbustivum</i>	Não informado
50	Velame de folhas serradas	<i>Administer serratus</i>	Não havia conhecimento sobre usos

51	Velame de folhas partidas	<i>Administer sinuatus</i>	Idem
52	Velame de folhas enrugadas	<i>Administer rugozus</i>	Cura moléstias cutâneas e se acreditava que curasse tumores internos
53	Marmeleiro branco	<i>Administer maximus</i>	Corante amarelo e cura sarnas
54	Marmeleiro preto	<i>Administer pecudum</i>	Servia de alimento para o gado
55	Pinhão roxo	<i>Ricinoides gosupefolia</i>	Não informa
56	Pinhão branco	<i>Ricinoides cuscas</i>	Purgante, eméticas, “mata lombrigas”, cura hidropisia
56	Raiz de Tiú	<i>Ricinoides annua</i>	Purgante e antivenenosa de cobras
57	Salsa de filhos em feixe	<i>Smilax fascicula</i>	Antivenérea
58	Salsa de três folhas	<i>Smilax trifólia</i>	Não informa
59	Mutamba (ou pau de embira)	Não informado	Usado em moléstias de peito; cordoaria

A diversidade de plantas medicinais é apresentada como um rico potencial a ser aproveitado pela Coroa. Boa parte dessas ervas poderia ser utilizada como antifebril, antivenérea, purgante e outros benefícios. É bom ter em vista que Dias Cabral não soube informar sobre todas as propriedades das plantas que analisou e que algumas ele considerou como potenciais, mas que precisavam de mais estudos. O autor mantém o nível técnico descritivo sobre cada gênero que passou por suas avaliações criteriosas. Pela quantidade, fugiria do propósito deste trabalho descrever cada uma para além da tabela acima. Para título de demonstração, serão comentados mais adiante alguns desses vegetais, principalmente aqueles que se destacam em sua narrativa escrita.

Assim caracteriza uma planta conhecida como “falso cururu”:

Com folhas biternadas de pecíolos marginais, folíolos ovais; caule escandente gavinioso, bem como o pecíolo comum: raiz de tronco grosso, curto e áspero e fibroso. O povo o confunde com o antecedente [isto é, o cururu apê que anteriormente tinha explicado] atribuindo-lhe a mesma virtude antivenérea; porém enquanto a mim com menor razão.<sup>315</sup>

Já sobre o cururu dos rios:

Tem os folíolos quase arredondados: fruto é uma Cápsula membranácea, triangular, com três sementes uma em cada célula nas extremidades das membranas. Cresce nas vizinhanças dos rios e riachos; eu a vi florida em todo tempo, razão por que é boa para os Jardins. Algumas pessoas chamam planta Barrete de Clérigo.<sup>316</sup>

Do para-tudo rasteiro:

É um arbusto, que cresce até 7 ou 8 palmos nos agrestes do Estado do Maranhão, e na mesma Ilha com tronco e caule simples, folhas pinadas com

<sup>315</sup> CABRAL, 1803, fl. 268.

<sup>316</sup> CABRAL, 1803, fl. 270-271.

impar de dois por de comprido, folíolos opostos, duros, quase ovados, cotanilhosos com um ponto alto na extremidade delas e pecíolos curtos. O tronco despido de folhas, reto da grossura de 5 ou 6 polegadas, cor acastanhada. Enflora de grande panícula, espessa; flores de calis ciathiforme, 5 dentado, breve com corola de 5 pétalos iguais, oblongos, reflexos, esverdinhados; nectário de 10 pétalos e retos, formando um tubo: estames dez com filetes breves insertos na parte exterior das extremidades dos pétalos nectários: antenas com presas, pegadas pelo centro, [?] único filiforme, germe superior contanilhoso: o pedúnculo curto, na base do qual existe uma glândula arredondada.

[...]A casca da raiz tem muito uso nas febres intermitentes já aplicada em Cozimento; já ralada e bebida em água da fonte ou aguardente. [...]

No Maranhão chamam erva de Gafanhoto; no Sertão Paratudo, na Bahia Calunga, segundo o meu parecer, cuja casca tem grande credo para curativo das febres.<sup>317</sup>

Nestes exemplos, é visível o *modus operandi* de Cabral. O detalhamento técnico se valendo de termos científicos teria que ser o mais claro possível, a ponto de se formar uma imagem por meio das palavras. Não havia espaço em sua obra para descrições vagas, objetivando dar ao leitor descrições precisas do que era analisado. Boa parte destas descrições foi acompanhada de aquarelas, que reforçavam suas explicações. Também é peça chave e já destacada em outras partes deste trabalho que Dias Cabral se valeu também do conhecimento popular, porém sempre com uma postura crítica, como foi o caso do falso cururu. E assim é igualmente com o para-tudo rasteiro, também identificada com outros nomes regionais.

Cabral dá certa atenção à carnaúba (Figura 3), provavelmente porque é uma árvore que caracterizava e ainda caracteriza a vegetação piauiense: “É a nossa Carnaúba uma das Palmeiras mais úteis do Sertão, e a mais vulgar, a cada passo se encontram várzeas de grande extensão cobertas de carnaúbas. Elas nesta Capitania entram na construção das choupanas dos pobres e casas dos ricos”.<sup>318</sup> Em outra parte afirma que não havia residência em Oeiras que não tivesse algo feito da carnaúba. Além do mais, servia também para construção de objetos como bengalas e ponta de flechas. Também destaca a utilidade das folhas na feitura de objetos, provavelmente balaios, mas não diz quais. Serve ainda o fruto como alimento para o pasto e faz da raiz remédio antivenéreo.<sup>319</sup>

Das plantas medicinais a que mais se destaca na documentação é a quina. Ainda no governo de D. Fernando de Noronha, uma espécie nativa do Piauí e que era chamada de quina “e que produzia os mesmos efeitos da casca pruviana [peruana]” foi enviada

---

<sup>317</sup> *Ibidem*, fl. 271-273.

<sup>318</sup> *Ibidem*, fl. 154.

<sup>319</sup> *Ibidem*, fl. 159.

para o Reino.<sup>320</sup> Neste caso, é dito que a casca foi extraída em Campo Maior, freguesia de Piracuruca, na capitania do Piauí. O governador afirma que já foram feitos testes com essa planta, e que um tal de cirurgião Alvarenga havia curado muitos com ela. D. Fernando acrescenta que há em abundância na região desta quina nesta região, e que no período em que foi governador interino no Ceará (capitania vizinha) ele também havia enviado em quantidade para o ministro Luís Pinto de Sousa Coutinho. A informação sobre tal quina do Piauí chegou, até onde se sabe pela primeira vez, na administração central do Império em 1787, ainda no governo luso-maranhense de José Teles da Silva.<sup>321</sup> Em 1789, no primeiro tomo das Memórias da Academia Real de Ciência de Lisboa, Vandelli se refere ao achado em Piracuruca da planta semelhante à quina peruana.<sup>322</sup> Em 1795, D. Fernando informa que a encontrou, mas não havia mão-de-obra qualificada para extrair.<sup>323</sup>

A quina teve atenção especial por parte dos dois líderes da expedição científica realizada no Piauí: Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira. O primeiro logo destaca que a quina encontrada no Piauí não é a mesma espécie do Peru, ou Piton dos franceses ou de São Domingos. Chega a esta conclusão por meio das memórias que possuía em mãos, como a Quinografia Portuguesa, coletânea de memórias que tratavam sobre o tema e que foi organizada pelo incansável José Mariano da Conceição Veloso; Dias Cabral, igualmente, se vale de uma memória do Dr. Arruda, provavelmente se referindo ao Câmara Arruda, todavia não foi ainda identificado de qual obra se trata. Ele indica que é uma que trata sobre velames. Lembra Dias Cabral que Arruda foi seu contemporâneo na Universidade de Coimbra, o que expõe como havia uma interlocução

---

<sup>320</sup> OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo amostra de quina, de folha de tabaco, de salitre e de casulos de seda silvestre. Maranhão. 23/08/1798. *AHU-MA*, cx. 100, d. 8078.

<sup>321</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, José Teles da Silva, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a descoberta da quina e o desenvolvimento da sua produção com vista à exportação. Maranhão. 26/10/1787. *AHU-MA*, cx. 70, d. 6060.

<sup>322</sup> VANDELLI, Domingos. Memória sobre algumas produções naturais das Conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se Proveitam. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, p. 196.

<sup>323</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Fernando Antônio de Noronha, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre o comércio de quinquina e alteração que os espanhóis fazem neste produto. Informa que não pode enviar a descrição da árvore porque os homens que trabalham em sua extração não possuem conhecimentos suficientes para o fazer. São Luís, Maranhão. 02/07/1795. *AHU-MA*, cx. 87, d. 7257.

entre o conhecimento científico que se estava construindo por meio de uma geração pós reforma naquela universidade.<sup>324</sup>

A circularidade de informações sobre os gêneros naturais se faz presente na obra de Dias Cabral, e a intertextualidade se aflora a fim de se obter novos conhecimentos sobre o tema. Por isso, se valendo da *Quinografia Portuguesa*, afirma que a quina do Piauí ainda não era conhecida pela ciência e nem era a Quina de Pernambuco. O trecho que o Cabral está se referindo da *Quinografia* é este:

Em execução das Ordens de Sua Majestade foi o ano passado remetido do Governo do Piauí a Estampa de uma planta, com o nome de Quina Cerejeira, pela semelhança que julgam ter com as cerejas, que nasce em muita abundância naquele Governo, afirmando ter sido descoberta por um Sargento Mor Português que fora do Mato Grosso com certa comissão ao Peru, e que vira nas terras Espanholas, por onde passara, etc. Mas a vista das Estampas da Quina, que se apresentam nesta coleção, se conhecerá, pela diferença das figuras quanto, a remeteram, delas difere. Como, o que a delineou, ignorava, que devia copiar a flor, tal qual, não posso atinar com o seu verdadeiro gênero, e só conjecturo pelo seu talhe, que será um Solano.<sup>325</sup>

O autor acima trata da imagem reproduzida na obra e que tenta identificar de qual espécie é. Mas corrobora em afirmar que era um gênero novo para o conhecimento científico e daí o entusiasmo por parte de Cabral em face da descoberta. Chama a atenção no impresso da *Quinografia Portuguesa* que a tal planta encontrada no Piauí é referida como quina cerejeira, mas este termo nunca é utilizado por Cabral, quiçá por não concordar com tal característica. É bom lembrar que, na *Quinografia*, quem tratou sobre a referida planta parece ter tido contato somente por meio de ilustrações e que, inclusive, havia se lamentado por não haver a representação da flor. Já Cabral a analisou *in loco*. Foi ele quem apresentou a planta detalhadamente, ainda que não fosse ele que a tivesse primeiro descoberto (isto é, como parte oficial do governo, pois os habitantes locais evidentemente já a conheciam). Também não foi possível identificar até o momento de quem se trata o tal sargento-mor citado no impresso. Dias Cabral confirma que tinha enviado outros desenhos coloridos, além de informações, mas, segundo ele, foram perdidos no mar (sem dar maiores explicações de como isso ocorreu). Há uma imagem da quina do Piauí (Figura 13).

---

<sup>324</sup> *Ibidem*, fl.217.

<sup>325</sup> VELOSO, José Mariano da Conceição (org. e trad.). *Quinografia portuguesa ou coleção de várias memorias sobre vinte e duas espécies de quinas*. Lisboa: Oficina de João Procópio Correa da Silva, 1799. p. 160-161.

Dias Cabral atesta que mesmo não se tendo encontrado a “quina original” na região, havia uma que os populares chamavam de quina. Tal assertiva apontava por uma necessidade econômica de não tendo aquilo que outros governos possuíam, no caso os espanhóis, poderia se obter o mesmo resultado por outros elementos naturais. Dias Cabral se fia na sabedoria popular, pois assegura que lhe contaram que há pelo menos 50 anos os moradores se valiam dessa planta para curar as enfermidades. Por outro lado, este conhecimento popular precisava passar por uma avaliação criteriosa científica, daí o próprio ponderar: “depõe muito em seu favor [sobre os efeitos medicinais da quina do Piauí] para merecer examinar-se com cuidado se mais convém aplicar-se em maior ou menos [sic] dose do que a quina Oficial em cozimento de infusão, ou em pó”.<sup>326</sup> Como parte própria da ciência, havia a necessidade de testes e desses testes se extrair a melhor forma de uso. Dias Cabral igualmente apresenta pragmatismo característico de sua geração: “talvez que depois de feita a sua verdadeira análise química e séria aplicação nos hospitais Reais por Médicos sábios, venha a nossa quina a substituir o lugar da Pruviana [peruana] com proveito dos enfermos e aumento de [comum] de nossas Colônias”.<sup>327</sup>

Dias Cabral, no referido texto, ainda critica o tal sargento-mor citado na Quinografia (também não apresenta o nome do indivíduo). O caso é uma forma interessante de se observar como o conhecimento de então estava tendo circularidade. Neste viés, é apresentado um indivíduo que supostamente possuía conhecimento sobre a quina, pois esteve em território espanhol e no Piauí ele encontrou a mesma espécie (o tal sargento que não é informado o nome). Mas é Dias Cabral, em posse do impresso, que já alertava desconfiar dessa informação, corrobora para apontar o erro do sargento-mor.

Cabral, como em outros gêneros que apresenta em sua memória, caracteriza a quina do Piauí conforme a ciência de sua época:

Calis partido em seis fios, persistente, e coroa fruto, corola monopétala, fendida em sei lacínias, que não chegam ao meio do tubo, reflexas, ovato acuminadas, tubo infundibiliforme.

Estames seis filiformes, do comprimento da Coroa, anteras alongadas, pegadas pela extremidade; unisulcadas longitudinalmente Pistilo único, simples, estigma crassiusculo, fendido em duas partes.

Fruto capsula compressa, obovada, coronada, estriada longitudinalmente; composta de duas pequenas Capsulas, unidas por descipimentos paralelos, cada uma de duas válvulas, e um loculamento, e que se abrem pela parte

---

<sup>326</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 220.

<sup>327</sup> *Ibidem*, fl. 220.

Superior Muitas sementes, quase orbiculares, de orla membranáceas imbricadas.<sup>328</sup>

Deste modo, o autor demonstraria exatidão nos termos técnicos sobre o assunto. Também ainda se valendo dos termos científicos, Cabral descreve troncos, ramos, folhas, flores e etc. Também se importa em tratar sobre como usar e como chegou às informações sobre a quina do Piauí. Cabral, mesmo diante de toda a terminologia acadêmica, também perscrutava entre a população local para ganhar mais informações, o que lhe assegurou que tal planta serviria para febres contínuas e intermitentes: “Conheço homens idosos, que contam prodígios dela de tempos passados, mas ainda restam muitos exames a fazer: [ilegível] dos homens não deve ser o alvo de asseverações vagas, e populares para com facilidade decidir-se da bondade de qualquer simples”.<sup>329</sup> Ciência e conhecimento popular se entrecruzam nas observações do arguto pesquisador, mas sempre ele, como homem de ciência, reserva a si asseverar com as palavras finais por meio das pesquisas.

Sem muitos detalhes, Dias Cabral afirma que a quina do Piauí serviria também para tinturaria. Porém, não apresenta qual seria a tipologia do corante e nem a forma de extrai-lo. Todavia essa observação seria um indicativo de mais um gênero que se somaria com os que já haviam sido apresentados pelo autor como úteis para se obter tintas.<sup>330</sup> Tal característica seria mais um atrativo para sua exploração, pois quanto maiores utilidades em um elemento natural, mas chamativa seria sua exploração. E se potencializava mais ainda diante da evidência da abundância desta espécie de quina na região. Cabral, em sua viagem exploratória pela capitania do Piauí, a encontrou em quase todas as partes. Mas foi principalmente na Serra de Ibiapaba e suas proximidades. Por outro lado, relata que não encontrou na costa marítima.<sup>331</sup>

Dias Cabral também tratava da localidade da quina e da tipologia. Mais uma vez, o detalhamento se faz necessário para assim melhor tomar as resoluções. Diferencia por exemplo a quina da caatinga e a quina de riachos, sugerindo nomes nos locais onde eram encontradas.

Quina das Caatingas: tem tronco simples, ereto, cutícula áspera [sic] denegriga ; córtex arroxado escuro. Habita nas Caatingas e se encontra em maior abundância a flor branca ou amarelada.

[...]

Quina de Riachos: É de muitos troncos, ou um subdividido em muitos, a cutícula lisa acinzentada, córtex amarelado, ou embranquecidos, os ramos

---

<sup>328</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 222-223

<sup>329</sup> *Ibidem*, fl. 224.

<sup>330</sup> *Ibidem*, fl. 224.

<sup>331</sup> *Ibidem*, fl. 225.

espalhados sem copa. Habita nos lugares frescos e é mais rara a flor arroxada.<sup>332</sup>

Neste caso do detalhamento, não era somente por mera cultura científica do período, haja vista que em outros gêneros não trouxera tamanhas explicações, senão o que seria essencial. Mas o caso da quina tinha como particularidade que Dias Cabral e a Coroa vinham como potencial econômico e logo os cuidados na descrição deveriam ser maiores. Esta visão que superestimava a quina em detrimento de tantas outras plantas medicinais presentes no Piauí estava provavelmente relacionada com o comércio que havia desta planta na Europa e que era dominado pela Espanha, o que reflete também sobre o que se assemelha a situação sobre a cochonilha. Não por menos que são estes dois gêneros que tem capítulos específicos na obra de Dias Cabral.

Também o cuidado que o autor demonstra em descrever com maiores detalhes a quina está ligado à qualidade do produto, haja vista que havia a preocupação real na falsificação desse gênero, e que por isso deveria haver uma fiscalização da remessa de tal gênero. Neste caso da diferenciação física não coaduna com as diferenças nas propriedades medicinais, pois Cabral não tinha conhecimento sobre qual das duas eram melhores na cura de febres e que só com análises químicas realizadas em gabinetes poderia chegar-se a uma conclusão. Porém, antes que atingisse este resultado, ele se deparava com a sabedoria popular que não fazia distinção de uma ou de outra nos benefícios. Porém, Cabral não aceita tal hipótese por completo, justamente pelas diferenças, como fica evidenciado abaixo:

É certo que sendo a primeira variedade [a da caatinga] mais amargosa e resinosa e lignosa; a segunda [de riacho] menos amargosa, e resino, não pode deixar de haver variedade nas suas virtudes Médica, obrando talvez uma como antifebril diretamente e outra indiretamente, uma exercitando a sua ação no sistema nervoso e outra no muscular ou na massa dos humores. Porém querendo entender o meu juízo a mais do que devo e limitando-o a simples observação, digo que a quina das Caatingas sendo mais salina, mais amargosa, resinosa e lignosa, me parece menos apropriada para ser aplicada em pó, e que será mais estimulante, do que a quina dos riachos.<sup>333</sup>

As diferenças apresentadas observadas por Cabral, ainda que não pudessem ser comprovadas naquele momento, levantavam suspeitas das diferentes propriedades que se poderiam obter das ditas plantas, tanto qualitativas como quantitativas. Logo, mesmo apesar de o conhecimento popular não reputar diferenças nos efeitos e a ciência de gabinete ainda não tivesse a oportunidade de estudar com mais afinco o tema, Cabral

---

<sup>332</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 229.

<sup>333</sup> *Ibidem*, fl. 231.

usava do seu conhecimento *in loco* para apresentar uma observação que se somaria com as pesquisas que ainda seriam realizadas no Reino.

O esmero de Dias Cabral em sua descrição sobre a quina traz um curioso uso do material que estava em sua posse. Neste caso, o autor se vale da obra do Manuel Jacinto Gama, que trata sobre a canela para tratar da forma como seria extraída a casca da quina.<sup>334</sup> A importância estratégica da quina para a Coroa é evidenciada pelos inúmeros registros de busca de tal planta na natureza lusa-americana. Porém, para melhor explorar tal gênero era preciso também se pensar em aspectos da cultura agrícola. Cabral não acreditava, no entanto, que se pudesse fazer isso em curto ou médio prazo. Primeiro por que ele não encontrou tal cultura no Piauí. Ademais, afirma que não teve tempo suficiente para estudar formas do plantio, pontuando somente que a planta nascia em diversos tipos de terrenos: “a quina dá-se em todos os terrenos secos e frescos, de montes e planícies, de pedras arenosas e [sic] marnosas, porém sempre em mato, poucas vezes se encontra no campo raso”.<sup>335</sup> Assim ressaltava que havia em diversas localidades da capitania. Também alega que a referida planta nascia de sementes, no entanto demorava para alcançar a idade adulta. Por essas questões, Cabral chega à conclusão que a melhor forma de proveito econômico seria mesmo através do extrativismo.<sup>336</sup>

Cabral levanta questões importantes sobre a extração da quina e a relação dos habitantes e o meio ambiente. E isso é algo fundamental de se avaliar, pois expõe como ele demonstra sua visão conservacionista, ou seja, como melhor seria realizada a exploração sem destruir por completo os recursos naturais. Assim, consciente que a natureza não é infinita, Cabral, como outros homens de ciência de então, refletia como os recursos naturais poderiam ser auferidos economicamente de forma inteligente, sem esgotá-los.<sup>337</sup> No caso específico da quina, o autor tinha receios da devastação que os moradores vinham realizando nas matas locais. Alega que houve um tempo que abundava em madeiras de construção, mas que em suas palavras “já era sensível a falta [de madeiras de construção]”.<sup>338</sup> Por isso era preciso tomar medidas legais para uma preservação tática. A Coroa deu apoio a visão de Cabral:

---

<sup>334</sup> Cf. GAMA, Manoel Jacinto Nogueira da. *Memória sobre o loureiro cinamomo vulgo caneleira do Ceilão*. Lisboa: Oficina Patriarcal, 1797.

<sup>335</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 233.

<sup>336</sup> *Ibidem*, fl. 234-235.

<sup>337</sup> Esta questão será tratada mais afrente quando a nossa pesquisa adentrar sobre o tema da conservação das matas.

<sup>338</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 236.

Ofício se não deixar queimar ou destruir as matas onde houverem árvores de Quina

Por ordens expedidas em Ofício do Exmo Ministro d'Estado dos Negócios Ultramarinos com data de 17 de Setembro, me determina o Príncipe Regente Nosso Senhor se não cortem, queimem, nem por modo algum se devastem as matas dessa Capitania, onde houverem árvores de quina: o que em consequência VM assim fará executar a maior severa observância § O Bacharel Vicente Jorge Dias Cabral incubo a compra de algumas produções do Piauí, pedidas pelo Ministério, para cuja despesa vão ordens da Junta da Fazenda ao [Provedor diz] Governo, o recomendo a VM, haja de auxiliá-lo [...].<sup>339</sup>

Dias Cabral então propõe que fossem estabelecidos incentivos aos proprietários de fazendas para que não houvesse mais destruição das matas, concedendo o corte da quina para aqueles que pudessem lucrar com esse gênero.<sup>340</sup> Apesar de parecer contraditório, é na verdade parte de uma visão pragmatista, pois com uma possível proibição dos cortes e das queimadas das matas, não chamaria o interesse dos latifundiários em conservá-las, e muito pelo contrário, como já se levantou algumas hipóteses, que com lei de conservação das matas de 1797, de certo modo teve até o efeito inverso.<sup>341</sup> Nesse sentido, no caso dos habitantes não serem incentivados economicamente a conservar, eles não o fariam. Assim, Cabral propõe manter um controle da extração da quina por parte dos vassallos, e com a arrecadação dos impostos sobre o produto, traria na visão do autor uma solução viável para manter o interesse dos comerciantes locais. Para além, ele acreditava que seria necessário tabelar valores da quina e controlar o consumo interno e a exportação para manter estabilizados os preços.<sup>342</sup> Cabral também se mostrou preocupado com as queimadas realizadas pelos habitantes, pois destruiria muitas quinas. Nesse caso também surge o problema de que o uso do fogo seria uma forma útil nas caatingas para abrir caminho e manter a criação de gado. A solução que apresenta é que somente se incendiasse a região onde não houvesse muitas quinas, e no contrário se deveria evitar os incêndios.<sup>343</sup>

A conservação das quinas deveria passar também pelo processo correto de extração da casca. Nas palavras de Dias Cabral: “no corte da quina deve haver economia e fazer-se em tempo apropriado. Sem economia tudo se desordena. Os homens deslumbrados com o cômodo presente se esquecem do futuro”<sup>344</sup>. Essa preocupação se fazia tanto pela conservação para melhor se aproveitar a natureza, como pelos valores

---

<sup>339</sup> APEM, LIVRO 49, fl. 29, doc 74. 10 janeiro 1800.

<sup>340</sup> *Ibidem*, fl. 237

<sup>341</sup> DEAN, 1996.

<sup>342</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 237.

<sup>343</sup> *Ibidem*, fl. 239-240.

<sup>344</sup> *Ibidem*, fl. 241.

econômicos que se poderia obter do gênero. Nesse sentido o mesmo autor atesta: “Quando há 3 anos se pagou nesta Cidade de Oeiras por 10\$000 V. s arráteis de quina, foram tantos a tirar quina pelos matos, que logo decaiu repentinamente de preço até nada valer, como hoje nada vale [...]”.<sup>345</sup> O custo-benefício da referida planta medicinal na região deveria ser atraente aos locais, mas para isso era preciso de uma administração competente. Assim, a retirada das cascas não poderia ser de qualquer jeito, mas por meio de técnicas eficazes, tanto para melhor aproveitamento econômico, como também a fim de conservar de forma estratégica. O naturalista expõe que a remoção das cascas sem cortar o tronco levaria a morte muitas dessas plantas, por isso para ele era preciso cortar o tronco, e ao nascer os rebentos, deixar somente dois ou três.<sup>346</sup> Outrossim, se deveria aproveitar não somente o tronco, mas os ramos também. Indica ainda o melhor período para o extrativismo da quina: a partir de maio, não ficando claro até que mês, mas provavelmente até julho, por ele considerar que seria o outono local. A razão desse momento seria, segundo ele, porque “a seiva estava melhor”.

Ora sendo regra que as cascas das árvores se devam recolher no Outono, e as resinas na Primavera; parece que neste clima sendo tudo inverso, e a Primavera venha com o princípio do Inverno tempo, em que a seiva se põem em grande movimento; não podem então os sucos deixar de estar muito aquosos, pouco salinos, menos resinosos e extrativos.

[...] Eu jugo depois da variedade das nossas estações que o tempo apropriado para a descorticação e recolha das resinas é de Maio por diante, que eu considero como Outono, quando a seiva está mais trabalhada e preparadas, e principia a ter mais quietação, sem haver ainda grande aderência ao ligno.<sup>347</sup>

Cabral tinha preocupação também no momento da exportação para que não houvesse falsificação. Lembra que já houve casos de pessoas que vieram a óbito em razão de fraudes de medicamentos. Conhecer bem o produto era fundamental para que não se pudesse dar margem àqueles que almejassem se beneficiar por meios erráticos. Lembra que quando a quina atingiu bons valores, alguns indivíduos se aproveitaram disso e retiraram cascas de outras árvores que não eram as quininas, e as venderam como se fossem. Para que não houvesse tais problemas e assim difamar o comércio, Dias Cabral propõe que fosse feita uma junta de homens conhecedores do produto e que as avaliassem nos portos em que seriam embarcados. Soma-se a isso também a documentação despachada

---

<sup>345</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 242.

<sup>346</sup> *Ibidem*, fl. 243.

<sup>347</sup> *Ibidem*, fl. 246-247.

por autoridade indicando quantitativos, lugar e tempo das extrações. Também seriam responsáveis pela qualidade das plantas que seriam vendidas.<sup>348</sup>

O referido autor ainda afirma que encontrou quina do Piauí na Ilha de São Luís, quando ia da Vila do Paço do Lumiar em direção à ermida de São José de Ribamar. “Da fábrica do Anil até chegar ao riacho da Maioba encontrei vários paus; assim como também daí ao riacho de São João, que já fica próximo da Vila, e daqui até a referida Ermida de São José”.<sup>349</sup> Levanta que em razão das muitas roças na ilha haveria destruição da referida planta, principalmente por causa das queimadas. Observou algumas diferenças em tamanhos e tempo de florir da quina na localidade. Essa não seria uma observação gratuita, mas importava saber como seria dado o desenvolvimento de uma planta com potencial econômico em distintos espaços, no caso específico da diferenciação entre o clima litorâneo insular e do sertão piauiense.

No que tange à quina, assim concluiu Dias Cabral em sua memória:

Do que temos dito vê-se que a nossa quina não é propriamente tal, mas sim uma árvore algum tanto semelhante a Quinaquina do Peru, ou Chinchona oficial; a qual deve-nos merecer atenção pelas suas propriedades antifebril e antisséptica, para que feitos os necessários exames se decida, se pode bem substituir a do Peru com proveito dos enfermos, o interesse nacional, sendo primeiramente reguladas as doses, e a competente preparação. A nossa quina não é a única casca antifebril, que temos no sertão, os diversos Paratudos gozam da mesma propriedade, e talvez que com a mesma razão, se pudesse denominar Quinas bem como a Capa da raiz do Paratudo Rasteiro, ou erva de Gafanhoto.<sup>350</sup>

Cabral se demonstra entusiasmado com a quina do Piauí, mas ele ainda esperava melhores estudos sobre a referida planta. Para tanto ele também aponta que havia outras que se tinham observado com funções semelhantes à da quina, como o caso da popularmente conhecida como para-tudo. Com isso, o naturalista dá a entender que mesmo que não vingasse o comércio da quina, haveria outras que poderiam substituí-la. Assim, o Império Português tinha interesse em fazer parte do comércio das plantas medicinais, e por isso a busca por tais gêneros era fundamental nas expedições científicas. Por outro lado, outras variedades de plantas também estavam na visão pragmatista dos estadistas portugueses. Como, por exemplo, as madeiras de construção.

---

<sup>348</sup> *Ibidem*, fl. 248-249.

<sup>349</sup> CABRAL, *op. cit.*, fl. 249-250.

<sup>350</sup> *Ibidem*, fl. 253.

### 3.2. – Lei de conservação das matas e o estudo do uso das madeiras

As madeiras foram parte essencial na manutenção econômica e bélica do Império Português. Não somente em razão da construção civil, mas principalmente da feitura de navios. A Ilha da Madeira, em África, foi nomeada dessa forma em razão de ser importante espaço de árvores que tinham bons troncos para uso naval. A América Portuguesa possuía rica variedade de madeirames úteis para a construção naval. Não era qualquer espécie que poderia ser útil para fins navais. Dentre outras características, o lenho deveria ser leve e resistente.<sup>351</sup>

Mas em tempos de Iluminismo não bastava explorar os recursos em favor econômico: era preciso, além do conhecimento, saber explorar de forma racional. Um pouco antes da chegada do novo governador, D. Diogo de Sousa, o seu antecessor, D. Fernando de Noronha enviava diferentes amostras de madeiras para a Corte para fins de pesquisa científica.<sup>352</sup> Neste mesmo período foram enviados aos governadores dos Estados da América Portuguesa ordens para a preservação dos paus reais, isto é, matas com árvores que seriam de extração controlada pela Coroa.<sup>353</sup> A questão da conservação das matas neste caso não se trataria de um conservacionismo ambientalista do período atual, mas de uma estratégia por parte do Império em melhor explorar os recursos.<sup>354</sup> O cuidado em preservar manteria o controle do uso das florestas que possuíam madeiras úteis a economia portuguesa.<sup>355</sup>

Desse modo, tal documento que foi enviado aos diversos governadores também o foi ao Maranhão ainda na administração de Noronha.<sup>356</sup> Ficam claros os objetivos no documento, quando foi reconhecida a importância econômica das “madeiras e paus de construção” vendidos às nações estrangeiras, e que isto beneficiaria economicamente a Marinha Real, e para tanto era preciso manter um controle nos cortes. O regulamento que se estava estabelecendo se dava por meio do controle dos espaços naturais que eram

---

<sup>351</sup> RAMOS, 2004.

<sup>352</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo a relação das amostras de diferentes madeiras que seguiram no bergantim Europa. Maranhão. 01/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8128.

<sup>353</sup> APEM, Secretaria de Governo, livro 47, fl. 32, doc. 136. APEM, Secretaria de Governo, livro 47, fl. 33-34, doc. 145.

<sup>354</sup> DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 68.

<sup>355</sup> DEAN, 1996.

<sup>356</sup> OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando conta do estado em que se encontram as diligências relativas às matas. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8263.

estratégicos para a Coroa, de tal forma que deveriam ser reservados à Coroa. Lugares estes como matas e arvoredos no litoral ou à margem de rios. Estabelecia leis severas para que se alcançasse tal finalidade, primeiro com a proibição de se dar sesmaria em regiões nestas condições; segundo, aqueles que já haviam recebido terras em tais lugares deveriam ser ressarcidos com terrenos nos sertões; e terceiro, estabelecia penas aos incendiários e desmatadores.

Ainda segundo essas determinações reais, era preciso demarcar e conhecer melhor sobre estes espaços, inclusive com a feitura de mapas. Conhecimento é parte estratégica sobre como gerenciar a economia da natureza, logo era preciso, além da delimitação, a confecção de cartas cartográficas que especificassem tais localidades (costas, rios, desembocaduras).<sup>357</sup> Também a lei ordenava que fosse conhecida a tipologia das madeiras, indicando-se nomes, propriedades e utilidades. Mais uma vez fica evidenciado que a catalogação da natureza era uma estratégia da política por meio da ciência, e o domínio do espaço se dava pelo conhecimento sobre o próprio espaço. Como em outros casos já citados neste trabalho, esperava-se o envio das amostras naturais, neste caso das madeiras com as informações sobre tais.

Talvez o que mais se apresenta de original nas colônias nessas medidas citadas seria o estabelecimento de um administrador destas matas.<sup>358</sup> Eles seriam responsáveis pela conservação de tais espaços tendo cuidados na economia dos cortes, pela condução da referida matéria-prima e pelas questões dos valores de venda. Com isso, estes administradores seriam responsáveis pelo que chamamos nos tempos atuais de logística. No escoamento das madeiras, os rios seriam caminhos a serem percorridos por meio de jangadas para levar até as praias e daí para a Europa. Também se preconizava saber da fertilidade e extensão das matas. O estabelecimento desta política ficaria sob a responsabilidade dos governadores, que deveriam manter a lei e o cuidado com aqueles que já possuíam terreno nas regiões que estavam sendo declaradas da Coroa.

O controle por meio das leis que especificam o que deveria ser conservado e que medidas seriam tomadas para manter a conservação, bem como o estabelecimento de administradores e como esses deveriam gerir tais espaços, reflete a política sobre a natureza e como o conhecimento científico reforça tal política. No Maranhão foram

---

<sup>357</sup> Lembrar que mapas neste período além do sentido atual de representação do espaço por meio de desenhos, também era relacionado a contabilidade de algo.

<sup>358</sup> OFÍCIO...AHU-MA, D. 8263.

enviadas às câmaras das mais importantes vilas esta ordenança. Ao diretor de Viana foi estabelecido para se conhecer as matas da bacia hidrográfica do Mearim e Grajaú. Este último deságua no primeiro, que deságua no oceano. São rios extensos que iam do sul ao norte da capitania, o que demonstra a amplitude que a pesquisa estava por fazer.<sup>359</sup> Todavia, somente a câmara de Alcântara fez a análise dos terrenos ao redor da cidade e enviou amostras de madeiras.

Apesar das câmaras das vilas não se mostrarem interessadas em cumprir os desígnios sobre o meio ambiente por parte da Coroa, ainda assim foi possível avaliar algumas questões sobre a natureza com a resposta da câmara de Alcântara. O capitão Luís Antônio Sarmiento Maia apresentou algumas informações exigidas pela administração. Uma delas foi indicar os tipos de árvores e seus usos conforme a tabela abaixo:

**Tabela 3:** Relação das madeiras e seus usos, segundo o capitão Maia

Ordem	Nome	Quantidade	Usos e características
1	Pequi	Abundante	Pipas para aguardente, carros de boi, remos
2	Bacuri	Abundante	Tablado para assoalho, porta, janelas
3	Tatajuba	Raras	Canoas
4	Sucupira	Abundante	Assoalho, portas e janelas de fora das residências e parte das embarcações
5	[Liro]	Abundante	Assoalhos de casas, mas que não ficam expostas ao sol e chuva, ou seja, interna.
6	Inhaiba	Abundante	Esteios de casas
7	Massaranduba	Informa que não há tanto como o Inhaiba	Esteios de casa
8	Jutaí	Grande quantidade em Pericumã	Engenhos do mar [?] e rodas para carroças
9	Pau D'arco	Abundante em Pericumã	Esteios de casa, “serve a toda qualidade de vigamento, por ser

<sup>359</sup> Atualmente o Mearim possui 99 mil km<sup>2</sup> e o Grajaú 21 mil km<sup>2</sup>.

			de grande resistência”
10	Pau [Paranha]		Forro de casas, portas interiores
11	Cedro		Serve para todo tipo de obra, tanto interior, como exterior.
12	Paricá		?

Por fim, cita o Pau-santo, cumaru, Jacarandá, canela-de-veado e baratiana, mas destaca que são “tão delgados, que poucos chegam a ter quatro polegadas de diâmetro no âmago da sua grossura.” Logo, indica que nem todas as madeiras seriam boas para uso da Coroa. Maia destaca os usos das madeiras, principalmente para a construção civil, com pouco destaque para o uso em embarcações. Também apresenta informações sobre a disponibilidade de cada espécie, que, à exceção da Massaranduba e da Tatajuba, taxa como abundantes, o que demonstraria um potencial econômico significativo que poderia se auferir das matas da capitania do Maranhão.

Como já foi afirmado, a lei da conservação das matas não foi somente enviada aos Estados do norte e meio-norte, mas para outras partes da América Portuguesa. As recepções foram diversas, mas tanto na literatura especializada como nas nossas fontes não foram de modo algum positivas. A historiadora Regina Horta apresenta o caso de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que criticou a citada lei e que como solução aponta que tivesse maior valor de mercado para que os habitantes não fizessem derrubadas indiscriminadamente.<sup>360</sup> Também ocorreram questionamentos pelos proprietários de terra na Bahia colonial.<sup>361</sup> No Maranhão, o governador D. Diogo de Sousa apurou com os luso-maranhenses sobre como seria aplicada tal ordem. O fato é que este indicou em correspondência administrativa para o Reino que seria inviável. Assim ele afirma: “nesta capitania não há, segundo me dizem os conhecedores do país [isto é da região], matas contínuas de paus de construção, mas que nas margens dos rios Mearim, Grajaú e Parnaíba, onde habitam os gentios”.<sup>362</sup> Apresenta, neste trecho, questões

<sup>360</sup> DUARTE, 2005, p. 70.

<sup>361</sup> PEREIRA, 2013, p. 190.

<sup>362</sup> OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as diligências relativas às matas. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8265.

relativas aos indígenas que não foram mencionadas na lei sobre a conservação das madeiras reais. Neste caso, os indígenas, no supracitado trecho referidos como gentios, seriam um dos empecilhos de se catalogar a região dos rios Mearim, Grajaú e Parnaíba. Justamente são estes rios que estariam nas condições estabelecidas pela lei da conservação das matas, por serem navegáveis, com desembocadura no mar e com madeiras de construção ao redor.

Todavia, se soma ainda como empecilho a distância entre as regiões onde havia madeira e o mar, bem como, segundo D. Diogo de Sousa, o fato de este tipo de comércio ser “desprezado” na região. E a essas questões se somam a problemática da indenização aos já agraciados com sesmaria. No citado documento, aparentemente D. Diogo parece defender mais o viés dos súditos do Maranhão do que da própria visão da Coroa em sua política conservacionista. Sendo assim, ele apontou possíveis soluções que aparentemente mais beneficiariam os colonos. Propõe ele que os moradores só não deveriam derrubar paus reais se soubessem que a Fazenda Real precisasse delas. Evidentemente, tal solução ficou muito simples e o governador parecia andar por uma linha muito tênue entre a vontade Real e a dos habitantes que poderiam se sentir prejudicados. Finaliza o governador com estas palavras: “no entretanto devo declarar a V. Ex.<sup>a</sup> que esta minha opinião não resulta do próprio exame, e por isso não pode servir de base a última [e] qualquer determinação decisiva.”<sup>363</sup>

As questões da conservação ambiental foram se construindo ao longo do século XVIII, mas principalmente no último quartel. A crítica à destruição ambiental estava presente, por exemplo, em textos de Domenico Vandelli, ainda na década de 1780. E apesar de ele jamais ter vindo à América, era por meio dos relatórios enviados por seus discípulos que ele pôde debater sobre a realidade da destruição.<sup>364</sup> Em memória a Academia Real de Ciências de Lisboa, assim se manifesta sobre o assunto:

Entre as plantas das Conquistas existem muitas desconhecidas dos Botânicos, e principalmente árvores de muita utilidade, ou para construção de navios, casas, e trastes; ou para tinturaria. Porém no Brasil muitas delas com o tempo se farão raras, e dificultoso o seu transporte, não havendo pelo costume introduzido de queimar grandes bosques nas bordas dos rios para cultivar a maior parte de milho, ou mandioca; e acabando-se a fertilidade deste terreno

---

<sup>363</sup> OFÍCIO ... AHU-MA, cx. 102, d. 8265.

<sup>364</sup> PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 15.

em poucos anos passam a fazer novas queimas, deixando inculto o que antes foi cultivado: e assim se destroem imensas árvores úteis, e de fácil condução.<sup>365</sup>

Esse tipo de crítica se fez aumentada ao longo do tempo, principalmente com indivíduos relacionados com Vandelli, como, por exemplo, Alexandre Rodrigues Ferreira, Manuel Arruda Câmara, Baltasar da Silva Lisboa, José Bonifácio de Andrada, dentre outros.<sup>366</sup> Era tão estratégica a conservação das matas que foi preconizada inclusive em um dos mais importantes livros que circularam pela América Portuguesa: “O Fazendeiro do Brasil”. Trata-se de uma coletânea de obras traduzidas sobre culturas agrícolas que o organizador e tradutor frei José Mariano Veloso achou importante para o desenvolvimento econômico do Império. No prefácio do primeiro volume, feito por Veloso, o autor relaciona a questão conservacionista com o desenvolvimento agrícola.<sup>367</sup> E assim o autor levanta as seguintes questões:

Mas por ventura a Natureza será tão liberal, por não dizer monstruosa, na produção destas matas preciosas, que, suposta sua abundância nos Reais Domínios de VOSSA ALTEZA, possamos satisfazer as nossas necessidades presentes, e a dos vindouros, dispondo delas com a mesma franqueza, sem economia alguma, sem o receio de virem a faltar no futuro? Ou acaso a sorte do Brasil poderá vir a aproximar-se a da Europa, e particularmente a de Portugal, onde já se sente a sua falta?<sup>368</sup>

O que parece já um texto ambientalista da atualidade é, na verdade, um texto que trata da conservação da natureza para melhor ser utilizada pelo Império Português. Veloso responde as próprias questões de forma taxativa: “as matas são finitas”. Assim, trazer a comparação com Portugal faz todo o sentido na história ambiental, pois se por um lado a parte americana do Império parecia um espaço edênico com enorme riqueza florestal, por outro a parte europeia que vinha sendo devastada ao longo de séculos e se acentuado com a Revolução Industrial, já trazia certa deficiência em bosques e florestas.<sup>369</sup> Assim, o autor

---

<sup>365</sup> VANDELLI, Domingos. Memória sobre algumas produções naturais das Conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se Proveitam. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, p. 194.

<sup>366</sup> PÁDUA, 2004, p. 16. Ainda Pádua, ao longo de seu livro apresenta uma visão interessante por parte destes conservacionistas, que a destruição do meio ambiente estava intimamente ligada ao sistema escravista, e que deste modo seria preciso abolir tal sistema para efetivamente se conseguir manter preservado a natureza para se pudesse usá-la de forma sábia.

<sup>367</sup> VELOSO, José Mariano da Conceição (org. e trad.). *Fazendeiro do Brasil, melhorando na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o que melhor se tem escrito sobre o assunto* (tomo I, parte 1). Lisboa: Régia Oficina Tipografia, 1798b, p. 15-16.

<sup>368</sup> *Ibidem*.

<sup>369</sup> Importa frisar que o meio ambiente na América já vinha sofrendo com ações antrópicas antes da chegada dos europeus por diversos povos, que foram cunhados simplesmente de indígenas. Segundo Duarte negar que tais povos tinham influências transformadora na natureza seria uma forma de negar a humanidade a estes povos, considerando-os como parte da natureza não-humana.

de forma assertiva defende que caso o cuidado com a conservação não seja cumprido, a América poderia se tornar pobre na natureza como já estava na Europa. Ele lembrava que o que se destrói na natureza, pode-se levar séculos para que a própria natureza possa recuperar.

Ainda segundo Veloso, o sistema praticado em solo americano era devastador e nem um pouco racional. Lembra ele que a agricultura é o maior responsável por tal devastação, inclusive com os engenhos que se preferia instalar às margens dos rios ou à borda do mar, em razão da facilidade do escoamento. Igualmente lamenta pela mineração realizada em Minas Gerais, que destruiu parte da vegetação nativa. E levanta mais questionamentos sobre como era o tratamento das matas na América Portuguesa:

Acrescente-se quanta madeira não é preciso para o consumo das grandes povoações de beira mar, assim para os edifícios, como para o fogo: quanta lenha se não gasta diariamente nos fogões de um continente, onde senão contentam com carvões, mas só com achas; onde se não fazem carvões das cepas, ou raízes das árvores, mas dos troncos; onde ainda hoje se ignora que hajam turfas, e carvão de pedra, ou qualquer outro combustível. Afinal, a que se transporta a Europa anualmente, assim para particulares, como para o público. Tudo isto faz ver que todos os anos se descobrem muitas milhas, ou léguas de terras cobertas de matos, que tarde, ou nunca, se tornarão a cobrir sem a circunvolução de muitos séculos; que se estragam muitos milhares de generosas madeiras, que só deveriam ser cortadas com prudência, e discrição, e só para fins necessários, que não pudessem ter substituição de outra natureza.<sup>370</sup>

Este trecho é claro em apresentar as preocupações com a devastação das matas que vinha ocorrendo na América Portuguesa, o que faz com que o autor levante cuidados por parte da Coroa com os seus vassallos no uso das madeiras. Como é praxe dos ilustrados em identificar o problema, mas também apresentar a solução, Veloso aponta outros usos de outros materiais, em vez dos troncos das madeiras, e assim garantir o uso racional quando necessário da natureza americana. Para Veloso, citando D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a destruição das matas ao longo de 200 anos de colonização tem posto em xeque a própria manutenção do Império, pois o próprio desmatamento tem afetado a economia em um círculo vicioso. Exemplificando, citou os engenhos, que precisam das matas para o combustível. Segundo Veloso, a Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, possuía em outros tempos sete engenhos, mas que em sua época somente havia um e ineficiente.<sup>371</sup> Demonstra, assim, Veloso, o pragmatismo tão caro na cultura ilustrada de então, ou seja, que o uso racional e controlado da extração das madeiras tinha razões

---

<sup>370</sup> VELOSO, 1798b, p. 21.

<sup>371</sup> *Ibidem*, p. 22.

econômicas. Não respeitar esta lógica significaria literalmente trazer prejuízos econômicos.

A conservação tática da natureza possuía, ainda conforme Veloso, outras questões, e que a experiência e a ciência não poderiam se furtar a não olhar: a climatologia e como isso era influenciado pela devastação da natureza e afetava a economia humana. Em um trecho da supracitada obra aparece a seguinte avaliação:

Ainda há outro mal na falta dos matos, em nada inferior, a estes que acabei de dizer, e só tocarei de passagem, e vem a ser, redução da terra a um sequeiro, porque, a proporção que aqueles se devastam, as águas minguam, as chuvas faltam. As matas não só abrigam, as que a terra tem recebido em seu seio, em entancado para as despesas diárias do globo, mediante as fontes, contra a evaporações, a que abrigam a sucções dos ventos, e os raios do Sol; mas também por meio dos seus ramos, como pontas elétricas atraem, as que se espalham pelo ar. Eles desatam as nuvens, e obrigam a descerem copiosas águas. [...] O desconhecimento desta ordem da Natureza, fez que as Maurícias, as quais, antes das derrubadas dos seus matos, eram aquosas, fossem secas ou depois por sua falta.<sup>372</sup>

O conhecimento científico, mais uma vez, traz importantes questões que poderiam ser feitas pelos súditos na colônia para que mantivessem a economia da Coroa positiva. E este conhecimento já apontava o conservacionismo como forma de garantir esta rentabilidade. Devastar a natureza não teria somente consequências no mau aproveitamento das madeiras, mas afetaria a pluviosidade, que consequentemente traria consequências negativas para agricultura. Ao trazer um exemplo ilustrativo, seria uma forma de o autor apontar que estas consequências existiam e já eram vivenciadas por outros e que se pudessem ser evitadas, era preciso o fazer, para que tais efeitos não afetassem o uso das matas. Citar as Ilhas Maurício não foi algo infundado, pois, como lembra Regina Horta, era nas ilhas que os efeitos antropogênicos na natureza eram mais sentidos.<sup>373</sup>

Veloso afirma que talvez a seca nos sertões pernambucanos se deva a esta carência de matas. Mas, apesar de apontar todas essas questões alarmantes sobre a natureza, aponta certa confiança: “a estes grandes males, é que VOSSA ALTEZA vai atender com as sábias, e providentíssimas leis, que ultimamente promulgou para sua conservação”.<sup>374</sup> Nisso Veloso assume, como outros ilustrados, que era por meio de leis, ou seja, obrigando de forma legal os vassallos a preservar a natureza, que se manteria

---

<sup>372</sup> VELOSO, 1798b, p. 23

<sup>373</sup> DUARTE, 2005, P. 54-55.

<sup>374</sup> VELOSO, *op. cit.*, p.24.

assegurada a natureza. Ademais, mostrou-se também confiante nos lusos-americanos que tais obedeceriam às novas diretrizes de caráter conservacionista e assim garantiria íntegra o uso de forma racional do Império da natureza. Porém, aponta ainda empecilhos por meio das práticas antigas que precisavam ser modificadas: “Mas é preciso que abandonem a tosca e grosseira economia rural dos antigos inquilinos do Brasil [...]”<sup>375</sup>. Neste trecho trata dos indígenas e da técnica da coivara, que consistia em colocar combustão na mata para depois plantar no lugar. Tal técnica que foi aprendida com os índios eram largamente utilizadas pelos portugueses e seus descendentes na lavoura. Para o autor, tal técnica era devastadora e desperdiçava recursos que poderiam ser obtidos da natureza, mas que eram lambidos pelo fogo.

Mais uma vez, Veloso apontava o problema, mas também trazia a solução. Para ele, era preciso modernizar as técnicas agrícolas com uso de instrumentos de metal para “limpar” o terreno. Seriam enxadas, arados, charruas. Também deveria se usar mais animais (cavalos, bois, muares) para preparar a terra, do que escravos. E, em vez da combustão da mata para se usar a cinzas como fertilizante, deveria se usar estrume. “Em uma só palavra, tudo quanto a sábia e iluminada Europa usa nas suas lavouras, conhecerão então os multiplicados proveitos, de que priva a sua cega, pernicioso, e antiga rotina de derrubadas”,<sup>376</sup>

No caso do uso da madeira na América Portuguesa, há uma questão social de trabalho que parece se manter desde a chegada do europeu e o seu interesse no pau brasil: o trabalho indígena. Neste sentido, em São Luís, no final do XVIII, há documentos que atestam que o trabalho de uso da extração de madeira era feito por indígenas da Vila do Paço.<sup>377</sup> No Pará, no mesmo período, em correspondência oficial, o responsável pela engenharia naval cita que, nas obras da construção de novos navios, era utilizada mão-de-obra indígena.<sup>378</sup> Na memória feita por Luiz Maia Sarmiento, o autor explica as razões porque era contrário a este tipo de trabalhador.<sup>379</sup> Já Barreto defendia os indígenas como

---

<sup>375</sup> VELOSO, 1798b, p. 24.

<sup>376</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>377</sup> APEM

<sup>378</sup> OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro], D. Francisco [Maurício] de Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar e dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre os trabalhos de construção das duas charruas, solicitando a protecção e gratificação do mestre, alguns carpinteiros e índios empregados naquela construção, assim como alguns dias de serviço para os índios carpinteiros e informando ter atribuído àquelas charruas os nomes de "São João, o Magnânimo" e de "São Carlos, Augusta". Pará. 18/07/1795. AHU-PA, cx. 105, d. 8327.

<sup>379</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo em anexo a

fonte de conhecimento e mão-de-obra na Bahia, inclusive denunciando os maus-tratos a esses povos realizados nos aldeamentos coloniais.<sup>380</sup>

O controle do uso das matas de forma racional estava diretamente relacionado com a saúde econômica do Império. Desse modo o envio para os governadores de como deveria ser tal controle foi fundamental para que a política imperial se organizasse por meio de leis. Era preciso repensar o espaço, determinando quais eram as formas legítimas de se explorar o meio ambiente. A meta governamental seria a extração das madeiras de forma racional e técnica, pautada em um sentido conservacionista para melhor utilização e exploração da natureza para fins econômicos sem devastá-la por completo. Além desta citada lei, também este tema foi preconizado por um dos principais impressos que circulou no Império, o *Fazendeiro do Brasil*, o que também pode ser avaliado como uma outra forma de circularidade da informação acerca do conservacionismo tático do Império em relação à sua principal colônia. Evidentemente que tais informações, conhecimentos e leis não eram unanimidade entre os vassalos coloniais, de forma que gerou reações contrárias a tal iniciativa.

### **3.3. – Jardins botânicos: domesticação das plantas nativas, aclimação das exóticas e desenvolvimento agrícola para a glória da Coroa portuguesa**

A busca, a pesquisa e o controle legal das madeiras de construção foram temas dos naturalistas que estiveram na América. O estudo sobre a flora e como isso se fez um braço da política colonial portuguesa são aspectos fulcrais da manutenção do domínio sobre o imenso Império, principalmente sobre a maior e mais importante porção territorial no Atlântico Sul. Todavia, é importante ressaltar que o que conhecemos como agronomia, também fazia parte do que chamamos de conhecimento botânico. Tais elementos fazem parte da mesma moeda na virada do XVIII para o XIX. Daí é fundamental entender que as pesquisas naturalistas feitas em “matas virgens” estavam diretamente relacionadas com o espaço antropogênico onde se realizava a agrícola. Ambas as facetas de investigação acerca das plantas eram pensadas para a glorificação do Império Português, e foram separadas tematicamente nesta tese para fins de investigação histórica e compreensão dos leitores. Assim, entender que os trabalhos dos naturalistas também estavam relacionados

---

descrição do método que se pratica na capitania para cultivar e manipular os géneros que se exportam para o Reino. Maranhão .30/04/1798.AHU-MA, cx. 97, d. 7924.

<sup>380</sup> PEREIRA, 2012, p. 154.

com a domesticação, transplantação e aclimação para uso econômico é elementar para entendimento da política colonial.

Nesse sentido, os jardins ou hortos botânicos foram parte fundamental como espaço laboratorial do conhecimento da ciência de então. A relação entre política, economia e história natural fez com que os impérios assentassem jardins botânicos, pois como espaço de saberes poderiam conferir força econômica e militar. Importava conhecer a ervolaria para distinguir, por exemplo, o remédio do veneno e como ambos poderiam ser úteis ao comércio. As madeiras trariam segurança militar, com a construção de frotas bélicas navais, assim como também para uso marítimo-fluvial para o comércio. Da flora ainda se extrairia alimentos, corantes, cordoaria e outros produtos.<sup>381</sup> Tais aspectos já foram demonstrados ao longo dessa pesquisa. Acrescenta-se que os jardins botânicos foram instrumentos de pesquisa para compreender sob a luz da ciência a melhor forma de como se aproveitar cada um desses elementos. E por isso, mais do que mero colecionismo, tais espaços almejavam conter o máximo de vegetais das mais variadas espécies, localidades e utilidades para desenvolvimento do saber.

As descobertas na América trouxeram certa curiosidade sobre os animais e plantas que nunca haviam sido vistos pelos europeus. Nesses aspectos, o colecionismo se fez presente no período, o que fazia com que o conhecimento se ampliasse. Os gabinetes de curiosidade, espécie de ancestrais dos museus, traziam diversos elementos do Novo Mundo. Já os jardins poderiam remeter a um aspecto importante da cultura cristã: o paraíso. Assim, o imaginário sobre o jardim do Éden, lugar de formação e vivência do ser humano antes do pecado original, segundo os relatos bíblicos, era um lugar de fartura e livre de sofrimento. Desse modo, a valorização dos jardins se tornou um aspecto importante também do imaginário religioso.<sup>382</sup> Segundo Regina Horta, era como se os europeus desejassem retornar para o primeiro momento da criação, que na tradição judaico-cristão era o Jardim do Éden.<sup>383</sup>

A formação dos jardins botânicos foi parte importante no desenvolvimento do conhecimento da botânica. Ainda Horta, afirma que os primeiros jardins botânicos modernos foram estabelecidos na península Itálica, mais precisamente nas cidades de

---

<sup>381</sup> PEREIRA, Rodrigo Osório. *O Império Botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia atlântica colonial (1768-1808)*. 2013. Tese (doutorado em história) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, p. 89.

<sup>382</sup> THOMAS, Keith, op. cit., p. 281.

<sup>383</sup> DUARTE, 2005, p. 57.

Pádua, Veneza e em Pisa. No da primeira, o espaço era dividido em quatro partes, simbolizando os quatro cantos do mundo, com cada parte com plantas correspondentes aos continentes que representavam.<sup>384</sup> Porém, tais tipos de espaços não foram uma característica estritamente peninsular, mas surgiram congêneres no resto do continente ao longo dos séculos XVI ao XVIII. Tais estabelecimentos consolidavam uma política ligada ao conhecimento utilitarista, em que permitiria melhores estudos sobre a flora e como melhor utilizá-la para fins econômicos.<sup>385</sup>

Os jardins botânicos seriam constituídos em seu quadro técnico pelos naturalistas, que geralmente estavam à frente da coordenação, bem como da pesquisa e análise dos vegetais cultivados. Também seriam esses os responsáveis por adentrar os sertões em busca de novas espécies para coletá-las, catalogá-las e remetê-las aos jardins.<sup>386</sup> Nesse contexto é notável como estes indivíduos seriam um elo entre o espaço natural e o antrópico, ou seja, da apropriação do meio ambiente natural e reorganizando para os propósitos políticos. Assim fica evidenciado que seriam nesses espaços que o utilitarista na política agrarista imperial atuaria, pois seriam esses espaços estabelecidos para o melhoramento agrícola. Exemplo claro em relação a isso foi a aclimação do café na cidade de Paris, advindo da Ásia por meio do jardim de Amsterdã. De Paris foi aclimatado nas colônias francesas, como o caso de Caiena. Segunda a tradição historiográfica foi daí que foi contrabandeada a planta para Belém em 1727.<sup>387</sup>

Os jardins botânicos eram projetados para a domesticação da natureza. Domesticar é controlar. E assim como se dava por meio do processo colonial em relação aos seres humanos que estavam dentro das fronteiras imperiais portuguesas, também fazia parte desta mesma política colonial o domínio do meio ambiente. Os jardins botânicos seriam a forma de modelar um espaço controlado para avaliar e estudar a flora nativa. Soma-se à função a aclimação dos gêneros exóticos. Em parte, se tratava de um laboratório *lato sensu* em que se tentava domesticar as chamadas drogas dos sertões (flora nativa) e aclimatar as especiarias (exóticas), como por exemplo a canela. Nos jardins botânicos era esperado se descobrir qual seria o melhor tipo terreno, o melhor período e o melhor modo de se plantar determinada espécie e, conseqüentemente, descobrir qual seria o melhor aproveitamento do conhecimento adquirido para fins econômicos. E por

---

<sup>384</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>385</sup> DUARTE, 2005.

<sup>386</sup> SANJAD, 2001, p. 29.

<sup>387</sup> *Ibidem*, p. 31.

fim, as pesquisas nos jardins botânicos também serviram para desenvolver a agricultura local e o comércio, sempre importante para o Império Português nos trópicos. Essas questões faziam parte do pensamento agrarista dos meios intelectuais de então, valorizados por meio da ciência.<sup>388</sup>

A feitura de jardins não era experiência nova na América Portuguesa, como os jardins particulares da Academia Científica do Rio de Janeiro (até 1770), o de Antônio José de Araújo Braga em Barcelos (década de 1780) e o zoobotânico feito por Landi, e que se manteve até a sua morte, em 1791, em Belém.<sup>389</sup> Mas o primeiro como projeto colonial foi o de Belém em 1798. A formação desse emblemático espaço no Grão-Pará foi uma estratégia política importante realizada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pois tinha como objetivos reanimar o comércio de gêneros que já estavam consagrados no mercado europeu (plantas exóticas), mas também incentivar novos artigos advindos da natureza local (plantas nativas). Tal diretriz estava diretamente entrelaçada com as viagens e análises dos naturalistas, como já foi comentado em nossa pesquisa. Estava ainda ligado pelo incentivo editorial e distribuição de impressos científicos na colônia para melhor desenvolver a agricultura (abordado especialmente no último capítulo).

As plantas nativas estavam na mira das expedições naturalistas. Nota-se que, nelas, a análise das potencialidades estava centrada nas pesquisas e por isso a descoberta de novos gêneros era essencial para o sucesso dessas expedições. Mas não bastava identificar quais características utilitárias se poderiam obter de uma determinada planta, era preciso também indicar modos viáveis da comercialização de tal gênero. Era necessário se ponderar no modo da recolha, processamento e transporte. Essas questões aparecem nos textos elaborados por Cabral e Pereira. Foi o caso da quina do Piauí, lembrando que aquele destacou que não era possível em curto prazo fazer o cultivo para a comercialização de forma logisticamente positiva, e por isso o extrativismo era o meio melhor para obter a comercialização. Mas isso não quer dizer que tal possibilidade tenha sido totalmente descartada, pois foram enviadas mudas da dita planta para a implementação no jardim em São Luís.

O caso das plantas nativas e sua acomodação em jardins botânicos permitia um ambiente de controle para melhor estudo. As análises já estavam sendo feitas na natureza

---

<sup>388</sup> SANJAD, 2001, p. 18.

<sup>389</sup> *Ibidem*, p. 85.

pelos naturalistas, mas também seriam seguidas nos gabinetes e jardins. Consta tanto na expedição de Alexandre Ferreira, como na de Cabral-Pereira a remessa de espécimes nativos para o Jardim da Ajuda. Os valores econômicos possíveis poderiam ser somente ponderações dos naturalistas, como seria o caso das quinas do Pará e a do Piauí, mas elas tinham como base aquilo que já era praticado pela Espanha com a quina do Peru e logo poderia formar uma porta de entrada para Portugal no vantajoso comércio de medicamentos. Assim, ter um espaço de aprendizagem da melhor forma de se cultivar as nativas era um modo de assegurar uma “logística”.

Por outro lado, é elementar se pensar nas plantas nativas, mais conhecidas como drogas do sertão, que já possuíam mercado próprio. O cacau, a salsaparrilha, o anil, as madeiras de construção, eram verdadeiras minas para a economia portuguesa. Se, por um lado, as descobertas feitas pelas expedições apresentavam potenciais vegetais que poderiam fazer parte do rol comercial do Império português, por outro a avaliação de como poderia se auferir mais com o que já se dava lucro era parte essencial também dos estudos naturalistas. O fato é que, naquele momento, as ditas drogas dos sertões ainda eram obtidas através do extrativismo, e por isso desenvolver técnicas agrícolas que pudessem melhorar o que já era positivo era muito bem-vindo. Assim, o jardim como laboratório para a agricultura das drogas do sertão era um fomento ao comércio que já tinha grande fôlego na economia colonial amazônica. A bem da verdade, importa salientar que, até o século XIX, são as nativas e não as exóticas que eram predominantes nas finanças da Amazônia.<sup>390</sup>

Mas nem só às plantas nativas estava ligado o projeto dos jardins, pois as exóticas também tinham espaços próprios. As especiarias orientais, como cravo, canela, pimenta do reino, dentre outras, sempre fizeram parte da atenção da política econômica do Império Português.<sup>391</sup> Os controles de tais seguimentos financeiros seriam fundamentais para o fortalecimento econômico de Portugal. Foi devido a essas mercadorias que as Grandes Navegações foram iniciadas pelos reinos Ibéricos. A Carreira da Índia, dos séculos XV ao XVII, foi importante fonte de lucro português. No século XVIII, a realidade financeira já seria outra. Primeiro porque a concorrência com as demais

---

<sup>390</sup> Nelson Sanjad lembra que o cacau no XVIII e borracha no XIX, logo plantas nativas, eram a principal economia na Amazônia. E que por mais houvesse incentivo as exóticas como o algodão, arroz e café, nunca conseguiram suplantam as indígenas (2001, p. 80). Exceção clara foi no Maranhão, onde o algodão e arroz eram os principais gêneros de comércio.

<sup>391</sup> LAPA, 1973, p. 122.

nações europeias tornara a rota do Oriente mais onerosa com a diminuição da presença portuguesa na Ásia, restringindo-se a algumas cidades.<sup>392</sup> Por outro lado, a distância entre Portugal e a Índia exigia maiores investimentos do que para a Carreira da América.<sup>393</sup> Assim, no período setecentista, a política portuguesa ainda via com interesse as conhecidas especiarias, mas o local de origem já não seria tão favorável para um comércio lucrativo. A solução seria a aclimação das especiarias em América.

Almeida aponta que o processo de aclimação não é algo simples. Primeiro era preciso obter sucesso no transporte das plantas e sementes da Ásia para a América, o que poderia passar por problemas, como as mudanças de clima, latitudes e até desleixo por aqueles que deveriam ter cuidado.<sup>394</sup> Chegando-se à região de destino, deveria se avaliar qual seria a melhor região, terreno, tempo, processo de semear e plantar, defesa contra pragas e etc.<sup>395</sup> Neste ponto é que os jardins também seriam fundamentais como espaço de estudo e observação do cultivo das especiarias, trazendo avaliações objetivas de como essas plantas se desenvolveriam em solo americano. As experiências seriam para trazer segurança na possibilidade do plantio das espécies exóticas, e assim garantir uma produção viável.

É certo que não era desde aquele momento que o incentivo à cultura das exóticas se fazia sentir nas capitanias lusas-americanas, no entanto, a experiência gestada em um local de ciência era significativamente nova para a realidade de então, e por isso não é de se desprezar tal iniciativa. Nisso se verifica a circularidade de informações no império multicontinental que era Portugal. Do Reino, a teoria dos acadêmicos e políticos; da Índia Portuguesa, o conhecimento técnico do lugar de origem de tais espécimes; da América Portuguesa, as observações que se iam fazendo do cultivo das exóticas na própria região. Não por menos que é nesse período que obras que tratavam sobre a canela e a pimenta estavam circulando na América. Como foi o caso do cinamomo (canela), com um folheto escrito pelo Vice-rei da Índia portuguesa e enviado para a América portuguesa por ordens do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Em alguns casos, tais impressos vinham acompanhados com mudas das plantas que se iam aclimatar.<sup>396</sup> As plantas também

---

<sup>392</sup> ALMEIDA, Luís Ferrand de. Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. *Revista Portuguesa de História*, t. XV, 1976, p. 346-347; 360.

<sup>393</sup> RAMOS, 2004.

<sup>394</sup> ALMEIDA, *op. cit.*, p. 410.

<sup>395</sup> *Ibidem*, p. 410.

<sup>396</sup> MENESES, Francisco da Cunha. *Memória sobre a cultura do Loureiro Cinamomo, vulgo caneleira do Ceilão, que acompanhou a remessa de plantas da mesma terra de Goa para o Brasil*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

advindas das colônias iam para ser aclimatadas nos jardins do Reino. É o caso das sementes de uma pimenta originária do Maranhão, que iam para serem plantadas no Jardim da Universidade de Lisboa.<sup>397</sup>

Os jardins botânicos coloniais e do Reino se intercomunicavam por meio de informações e permutas de plantas entre seus congêneres. Ocorria isso entre os jardins da Ajuda, Belém, Rio de Janeiro, Olinda, Salvador. Daí não ser mero acaso tal política ter se iniciado na cidade de Belém. O fato é que o espaço ambiental era propício, tanto pela nímia natureza amazônica, mas também devido à conjectura geopolítica que trazia a possibilidade de desenvolver o comércio dos gêneros de então. No caso, o Jardim de Belém seria importante ponto para receber contrabando de plantas protegidas de Caiena, colônia francesa. Portugal, com interesse em abocanhar parte do mercado conquistado pelos impérios rivais, estava atento à possibilidade de adquirir tais gêneros naturais. Evidentemente, assim como Portugal mantinha controle e vigilância sobre vegetais que possuíam valores expressivos, a Espanha e a França também o faziam.

As colônias francesas em América mantinham rígido controle para que não fossem contrabandeadas espécies que pudessem ser usadas por seus rivais para lhe tomar mercados consolidados ou potenciais. O jardim La Gabriele, em Caiena, era um importante espaço de conservação dessas preciosas “minas verdes”. A construção do Jardim de Belém, para além do objetivo da aclimação das exóticas e domesticação das nativas, também seria ponto de captação dos gêneros de La Gabriele.<sup>398</sup> Assim, a política de segredismo e espionagem dos impérios coloniais perpassava também por uma guerra de controle da biosfera, levando a conflitos diplomáticos, bélicos e contrabando bióticos.

Nessa disputa entre Portugal e França sobre o domínio botânico, houve perdas e ganhos de ambos os lados. Em 1807, com a entrada do exército francês em Portugal, uma das primeiras medidas dos invasores, sob orientação do naturalista francês Geoffroy Saint-Hilaire, foi pilhar as coleções botânicas do Complexo da Ajuda e seu riquíssimo jardim. Do espólio, foram levados diversos materiais recolhidos por expedições naturalistas, inclusive os trabalhos de quase dez anos de Alexandre Rodrigues Ferreira.<sup>399</sup> Por outro lado, o príncipe regente D. João, refugiado na América Portuguesa, por meio

---

<sup>397</sup> BROTERO, Félix. Documento nº 7. *Anuário da Sociedade Broteriana*, ano X. Alcobaca: Tipografia Alcobacense, 1944, p. 34.

<sup>398</sup> SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. In. *Revista USP*, São Paulo, v. 30, 1996, p. 114-115.

<sup>399</sup> PEREIRA, 2013, p. 67.

de uma política revanchista, ordenou a invasão de Caiena em 1809, assegurando posse territorial ao nascedouro Império Luso-brasileiro para além do Oiapoque.<sup>400</sup> Fato é que a política portuguesa não perderia a oportunidade de ter sob controle o também valiosíssimo jardim de La Gabriele e todas as riquezas verdes que continha. Logo, no próprio documento de rendição se assegurava que não seria nada destruído da preciosa coleção desse jardim. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro de Guerra, mandava remeter de Caiena pés de cravos, bem como se preocupava em tomar a noz moscada.<sup>401</sup> Exemplo objetivo do resultado da tomada desse lugar foi a apropriação da espécie de cana d’Otaiti, presente em La Gabriele e que produzia muito mais açúcar do que a principal espécie que Portugal cultivava. Não por menos, a nova espécie adquirida ficou conhecida no Brasil como cana-caiana e se tornou usual no século XIX na feitura de aguardente.<sup>402</sup>

É possível afirmar que havia uma disputa pela natureza entre as potências imperiais, seja por meio da disputa territorial ou pelo monopólio de determinadas biotas. Estratégias para se apossar dos gêneros naturais que pertenciam ao rival fazia parte da batalha pela hegemonia. Logo, o controle biológico de tais gêneros poderia ser desafiado por conflitos bélicos, mas também por guerras do conhecimento. A espionagem e contrabando poderiam ser importantes estratégias, mas seria a ciência uma das principais armas. Era por meio do conhecimento científico que se poderiam assentar bases de estabelecimento de força para afetar o adversário, sobretudo no que tange ao econômico. Sem esse tipo de conhecimento não seria possível operacionalizar os gêneros naturais de forma útil ao Império. Desse modo, o investimento português na ciência era uma forma concreta de se fortalecer frentes aos seus rivais. E espaços como os jardins botânicos seriam como quartéis, nos quais se fortaleceria a nação portuguesa. Não por menos que o governador do Grão-Pará na década de 1790, D. Francisco de Sousa Coutinho, defendia a invasão de Caiena já no período de sua administração. Isso não somente para assegurar o Cabo Norte para o Império e evitar maiores disseminações do pensamento revolucionário francês, mas também tomar o complexo do Jardim La Gabriele.<sup>403</sup>

---

<sup>400</sup> SLEMIAM, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da Nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 24.

<sup>401</sup> ALMEIDA, 1976, p. 405-406.

<sup>402</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro, Garamond, 2014. CASCUDO, Luís Câmara. *Prelúdio da cachaça: etnologia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1986, p. 67.

<sup>403</sup> SANJAD, 2001, p. 92.

O Jardim de Belém era lugar para o recebimento das variadas espécies botânicas advindas do Reino e de outras partes da América, bem como da própria Amazônia. Sanjad afirma que, em 1800, eram 82 espécies (exóticas e nativas), totalizando 2.354 pés. E seriam:

[...] 546 bananeiras, 300 pés de “cana de açúcar da terra”, 300 de “cana de açúcar da Índia”, 125 de caneleiras e 50 pés de “anil manso”. Dentre as preciosidades vindas de Caiena, constam abricós (5 pés), frutas-pão (9), abacateiro (1), cravos da Índia (49), jacas (10), jasmims (2) e maracujás (24). Outras espécies exóticas têm a sua proveniência anotada, como a “quina do Suriname” (1 pé), os “jasmims do Cabo da Boa Esperança”(4), ou “Jasmims da Itália”(4), “as goiabeiras do Mato Grosso” (5) e as “jacas da Bahia”. Ao lado das exóticas, aparecem as plantas nativas da Amazônia, como a baunilha (17), o cacau (8), a casca preciosa (22), a copaibeira (9), “o cravo da terra” (43), a seringueira (5) e muitos outros vegetais conhecidos pelos usos na farmácia, alimentação, construção e indústria.<sup>404</sup>

Sanjad ainda contabilizou mais 51 espécies (451 pés) de madeiras nativas, que, provavelmente devido ao espaço que ocupavam, ficavam “fora do cercado”. Totalizando tudo, havia ali 2.805 pés de 140 espécies diferentes.

No mesmo período, houve propostas de se fazer jardins botânicos em São Luís e Oeiras. No último caso, D. Diogo de Sousa afirmou que ainda não havia iniciado a feitura de tal espaço em razão das despesas que se poderiam ter, pois - sem maiores informações - afirmou que era preciso preparar a terra. Também se mostrou receoso se havia efetivamente necessidade de fazer um horto no Piauí.<sup>405</sup> É bom lembrar que D. Diogo respondia também pelo Piauí como governador do estado maior que abrangia as duas referidas capitânicas e que naquele momento o governador subalterno do Piauí estava sofrendo processo, D. João de Amorim, e o interino no comando era Francisco Morais. No caso do Maranhão, parece que o projeto avançou um pouco mais, mas não foi encontrado até o presente momento documentos que atestam a conclusão, mas somente o plano de se construir um. Mário Meireles trata o jardim botânico de São Luís como uma obra completa e importante na administração de D. Diogo de Sousa, mas não faz

---

<sup>404</sup> SANJAD, 2001, p. 92.

<sup>405</sup> OFÍCIO do [governador e capitão-general do Maranhão], D. Diogo de Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre os insultos dos índios no Piauí; as diligências relativas à descoberta do salitre; as razões porque não foi possível estabelecer o horto botânico; as providências militares para as promoções e regulamento do Regimento de Milícias; o indeferimento da pretensão do governador interino do Piauí, [Francisco Diogo de Morais], e a nomeação de José Pedro Fialho para ouvidor do Piauí. São Luís-Maranhão. 01/10/1800. *AHU-PI*, cx. 34, d.1223.

referências documentais.<sup>406</sup> Por outro lado, Jobim afirma que só foi implementado um espaço desse tipo na cidade depois da Independência.<sup>407</sup>

Em carta datada de novembro de 1799 a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Félix Brotero afirma que entrou em contato - também por escrito - com Dias Cabral, dando orientações sobre como proceder com o jardim que se ia construir em São Luís. No contexto em que Brotero, como responsável pelo Jardim da Universidade de Coimbra, entra em contato com diretores dos jardins coloniais. No caso do Maranhão, o projeto de um horto botânico com Dias Cabral à frente, reafirmava a ligação do conhecimento acadêmico com a prática naturalista. A ligação com os jardins no além e aquém mar é fundamental para se refletir a política de então com foco no conhecimento botânico.<sup>408</sup>

Mesmo não havendo documentação que ateste a efetivação do jardim botânico em São Luís, inclusive na possibilidade de ser mais um projeto português que não saiu do papel, é essencial se pensar que havia tal projeto, e que é possível apresentá-lo à luz dos documentos do período. Importa refletir que o “intento” desse jardim era em seguir as mesmas linhas do que havia em Belém, e por isso se relaciona com outros elementos que já estavam ocorrendo no Maranhão e Piauí. Primeiramente, que plantas exóticas e impressos que tratam sobre os temas estavam sendo remetidos para essas localidades. A canela e a pimenta são uns dos exemplos que se pode destacar nesse sentido. Assim, é bem possível que estavam destinadas ao espaço do horto botânico, pois seria o destino ideal para a prática da aclimação e realização de estudos botânicos, como já ocorria na congênera belenense.

Por outro lado, a formação do jardim de Belém e o projeto de formação dos do Maranhão e Piauí, a partir de 1798, é no período da expedição Cabral-Pereira nos sertões dessas capitânicas. E estava na mira desses naturalistas a busca por plantas nativas que tivessem potenciais econômicos, como amiúde já foi discutido em nosso trabalho. Nesse aspecto é que a documentação deixa indícios de que, se não houve uma efetivação, pelo menos havia uma estruturação de horto botânico em São Luís. Isso porque as plantas que

---

<sup>406</sup> MEIRELES, 1979.

<sup>407</sup> JOBIM, 1986 apud Nelson Sanjad, 2001, p. 86.

<sup>408</sup> BROTERO, Félix. Documento nº 7. *Anuário da Sociedade Broteriana*, ano X. Alcobaca: Tipografia Alcobacense, 1944, p. 29-30. GUIMARÃES, Jorge. Brotero, Félix de Avelar, 1744-1828. *Biblioteca Digital de Botânica*. Disponível em: <http://bibdigital.bot.uc.pt/index.php?menu=3&language=pt&tabela=geral>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020. PRESTES, Maria Elice Brzezinski. O século dos jardins. In. MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 135.

eram remetidas para essa cidade estavam destinadas a tal propósito, como fica evidenciado no trecho abaixo:

Ill.mo ex.mo Senhor = Tenho que responder ainda a outro Ofício de V. Ex.<sup>a</sup> de 23 de Janeiro do corrente ano acompanhado das relações do Governador do Piauí D. João de Amorim, e da cópia do Aviso de 19 de Novembro de 1798 *ao horto Botânico, que se há de construir nessa Capital* afim de cultivar-se nele as plantas indígenas úteis, e as exóticas, como também as árvores de construção para depois se transportarem as matas Reais.<sup>409</sup>

O jardim de São Luís deveria receber plantas nativas (indígenas no termo do documento), exóticas e as madeiras de construção, advindas do sertão do Maranhão e Piauí.<sup>410</sup> Também iam desenhos e as pesquisas realizadas *in loco*, pois era de suma importância que, antes da transplantação, já houvesse informações sobre as características de crescimento, maturação, florescimento de cada planta. A remessa de plantas do sertão para a cidade de São Luís é aspecto relevante para se conhecer como estava lidando com os gêneros naturais. As ervas eram colocadas em caixas com tamanho proporcional com terras do mesmo lugar de onde foram retiradas.<sup>411</sup> Caso houvesse brotos, eram colocados também nas caixas. O envio tinha que ser cauteloso, para que chegassem vivas a fim de se obter sucesso no plantio. O transporte era dificultoso, pois tinha que ser por terra e as estradas não estavam em boas condições, como reclama Dias Cabral. Nesse contexto, ele assevera que por meio do rio Parnaíba tinha suas dificuldades:

Este Rio fica muito distante do centro da Capitania, e por ele já não se navega como em outro tempo quando a Vila de João era o lugar aonde ia ter todo o Comercio do Sertão, e a conduzir-se de propósito em pequenos cascos pelo Calindé no rigor do Inverno atue o grande rio Parnaíba, daqui embarcas a Villa, e dela a Cidade se fará muita despesa, nem será fácil restabelecer agora o antigo comercio da Parnaíba, quando os Sertanejos estão afeitos a conduzir tudo para Aldeias Altas, e a navegação do Itapecuru é menos perigosa, do que a barra da Parnaíba, por todas estas razões [sic ]parece-me acertada a condução por terra [...].<sup>412</sup>

No trecho acima, o Parnaíba não seria viável para o transporte das plantas para São Luís. Cabral expõe as razões tanto em questão espacial, que não se compensaria ir de Oeiras em direção ao rio, bem como lembra que naquele momento, segundo ele, não era mais tão utilizado o dito rio para o comércio. Assim, a condução seria por terra no Piauí; chegando ao rio Itapecuru, em Aldeias Altas, seguiria para São Luís. Já sobre as estradas

---

<sup>409</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um canudo de latão com desenhos, ramos ressecados e descrições botânicas. São Luís, Maranhão. 25/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8759, nosso grifo.

<sup>410</sup> APEM, Secretaria do Governo, livro 48, fl. 94, doc. 435.

<sup>411</sup> *Ibidem*.

<sup>412</sup> *Ibidem*.

de terra, Cabral também possuía reclamações, pois eram ruins. E para se solucionar isso afirma que deveria se valer da lei para obrigar os habitantes próximos a estrada com contribuição pecuniária para melhorar as condições dessa via. Seria necessário fazer a limpeza tirando troncos, matos e galhos que surgissem e também a construção de pontes sobre riachos para facilitar a viagem, principalmente no período de chuvas. O arguto bacharel lembra que isso seria um bem público para todos, habitantes, comerciantes, servidores da Coroa e etc.<sup>413</sup>

Cabral trata de deixar recomendações de como deveria se lidar com as plantas que seriam transportadas para São Luís. Primeiro, que se deveria colocar em caixas próprias com terra local. Tais deveriam ser colocadas pequenas no princípio do período chuvoso, explica que assim deveria ser por que seria o momento do crescimento das plantas e que seria melhor para recolher sem maltratar as raízes. O cuidado no caminho deveria ter toda a atenção de quem as transportasse, evitando que tomassem muita chuva, sol e movimentos que pudessem afetar a vida delas. É sintomático que a forma como Cabral trata a proteção que se deveria dar às plantas era a de um bem delicado, de grande valor.

Os referidos inconvenientes cessões cobrindo-se as plantas com couros de boi de maneira que nunca se ofendam as suas extremidades, sendo sustentados os caixões em duas hastes rijas, bem seguras elevadas dos cantos dos lados externos dos caixões, aonde se atem nas horas de muita chuva, ou calor. Deve também haver cuidado de recolher nos pesos os caixões as horas do meio dia, quando se descansa e deixados à noite ao sereno, menos havendo invernadas pelas razões ponderadas. Sucendo não chover nos dias da jornada, ou em alguns dela se deverão regar os caixões, não deixando nunca ficar a terra seca, nem também muito molhada e as horas competentes da manhã antes do sol aquecer. Finalmente para evitar o grande movimento, se devem conduzir os cavalos a mão, e nunca soltos; e estes hão de ser dos escolhidos das Fazendas Reais pois que os embargos pelo caminho de magros e fracos achem a cada passo.<sup>414</sup>

O cuidado com as plantas que estavam sendo enviadas era algo primordial para o sucesso de estabelecer um jardim botânico em São Luís e enviar outra parte para o Reino. Como já indicado, não foi possível até o presente momento por meio documental indicar se tal projeto seguiu adiante. O que de fato dá para se averiguar é que a expedição Cabral-Pereira, que adentrou os sertões do Maranhão e principalmente do Piauí, e que além de avaliar se havia salitre que pudesse ser utilizado, também averiguou as potencialidades dos usos da flora luso-maranhense e luso-piauiense. E não somente, mas

---

<sup>413</sup> OFÍCIO...AHU-MA, D. 8759.

<sup>414</sup> *Ibidem*.

ainda se estabeleceu (ou pelo menos se projetou) um espaço para receber tais plantas em um jardim botânico na capital do estado colonial, ligando as relações de pesquisa *in loco* e o envio para um lugar de observação.

Eu aconselhei aos dois novos Inspectores dos Jardins Brasilienses, que não se deviam limitar a ter toda a sorte de plantas preciosas Asiáticas, mas que fizessem todo o possível por obter qualquer vegetal proveitoso conhecido no nosso Planeta; que não deveriam desprezar qualquer espécie útil da Europa, porque eu considerava o Brasil como capaz de dar toda a sorte de vegetais; que as plantas Europeias, trigos, e outras frumentáceas, vinhas, oliveiras, hortaliças e pomares de todo gênero de frutas, como também plantas medicinais, árvores silvestres úteis a Marinha, tinturaria, e outras artes, todos podiam lá dar-se e frutificar muito bem, fazendo tentativas com os ditos vegetais nos diferentes graus de latitude, e sabendo-se escolher os diversos climas, exposições e terrenos, que há na mencionada colônia desde o Amazona até a Ilha de Santa Catarina: eu lhe disse enfim, que não perdesse de vista, que os Jardins novamente estabelecidos não só deviam servir para o progresso da agricultura de todo o Brasil, mas ainda para estabelecer uma circulação de vegetais úteis entre o Brasil e o Reino, e entre o Brasil e outras coloniais da Nação, e que eu estava pronto para cooperar com eles, quanto me fosse possível para tão interessante fim.<sup>415</sup>

A carta de Brotero para D. Rodrigo de Sousa Coutinho nos informa questões valiosas para o entendimento da visão política sobre o meio ambiente daqueles que cercavam o ilustre ministro. Nota-se que, para aquele, não eram somente as asiáticas que deveriam fazer parte da atenção dos que estivessem à frente dos jardins coloniais, mas até as europeias e todas aquelas que fossem úteis, independentemente de sua origem, mas sim pelo valor que se poderia auferir. Nesse sentido, o olhar dele era amplo e via na América Portuguesa, em sua diversidade de climas e terras, a possibilidade de se plantar o que se desejasse. Nesse viés é que os jardins seriam espaços privilegiados para o estudo e a aclimação das espécies. Além do mais, seriam diretamente ligados entre si, formando elo não só entre o Reino com as demais colônias, mas também entre as próprias colônias.

Nos séculos XVI e XVII, o governo português desestimulou a aclimação de drogas asiáticas no continente americano. A lógica estava atrelada à Carreira da Índia, em que os portugueses dominavam a comercialização desses gêneros. Não era de interesse

---

<sup>415</sup> BROTERO, 1944, p. 30.

da Coroa que tal comércio fosse afetado por uma concorrência entre a parte americana e asiática. Chegou-se inclusive a se destruir, por ordens reais de D. Manuel I, plantios das especiarias orientais. Somente o gengibre, por se tratar de uma raiz, parece ter escapado dessa destruição. A política de aclimação das especiarias orientais se tornou mais sistemática na segunda metade do século XVII. As razões do investimento maior na Carreira Americana do que na Asiática se dava por maior concorrência com Portugal nessa região com as potências holandesa e inglesa; aproximação maior com do continente americano com o Reino; os riscos menores de naufrágios.<sup>416</sup>

E assim seguiu na centúria seguinte. Frutas como a manga, jaca, coco se adaptaram facilmente ao meio ambiente americano. Já as experiências de plantio da pimenta do reino não foram tão positivas inicialmente. Exemplo foi o do frei João de Assunção, que lançou as sementes em tempos diferenciados na Bahia, a fim de saber qual seria o melhor momento para o plantio, que, no entanto, trouxe resultados debalde. O mesmo religioso acreditava ainda que a canela que já estava aclimatada em território americano, não era da mesma qualidade da do Ceilão.<sup>417</sup> Em 1715, por ordem de D. João V, deveriam ser enviadas caneleiras e pimenteiras da Bahia para o Maranhão. Tal ordem foi cumprida pelo Vice-rei do Brasil no ano seguinte, pois acreditava-se que o Maranhão se assemelhava com a Índia.<sup>418</sup>

Segundo Almeida, a política de aclimação das espécies orientais se manteve ao longo do reinado de D. João V, sempre no interesse de tornar a América Portuguesa em um centro desse tipo de condimento a fim de atingir o mercado que estava sendo dominado pelos holandeses. Todavia, no período pombalino, aparentemente, parece diminuir essa tendência, e só reacendendo o grande interesse de aclimatar as asiáticas no final do XVIII e no começo do XIX. Ainda Almeida atribui a quatro fatores essenciais para essa volta do interesse: Reforma da Universidade de Coimbra (1772), formação da Academia das Ciências de Lisboa (1779), a política realizada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801) e a chegada da família real portuguesa à América (1808).<sup>419</sup> Todavia, segundo Amaral Lapa, mesmo diante de todo esse incentivo à produção de

---

<sup>416</sup> LAPA, 1973, p. 114-115. RUSSELL-WOOD, 1998, p. 232.

<sup>417</sup> ALMEIDA, 1976, p. 395-396.

<sup>418</sup> ALMEIDA, *op. cit.*, p. 396-397. LAPA, 1973, p. 129.

<sup>419</sup> ALMEIDA, *op. cit.*, p. 399-400.

especiarias, não foram suficientes nem para o abastecimento interno. Ele dá exemplo da Bahia, que em 1798 ainda importava cravo, canela e pimenta.<sup>420</sup>

Exemplo da ligação entre o conhecimento sobre a natureza e sua aplicabilidade na agricultura é quando o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho questiona ao naturalista Vicente Jorge Dias Cabral se é possível plantar trigo no Maranhão. E a resposta desse foi afirmativa. Cabral afirma compreender a necessidade de se plantar tão valiosa planta em solo do Império Português, no caso específico, no norte da América Portuguesa. O objetivo era claro: mudar a economia importadora dessa matéria-prima, e quiçá cambiar, se tornar em exportadora.<sup>421</sup> Cita um caso de um padre que plantou tal gênero em África e que prosperou. Assim, segundo o naturalista, fazendo paralelismo que se é possível vingar trigo em um lugar que, segundo suas palavras, era “de clima ardentíssimo” (o continente africano), era então plenamente viável tal cultura em território lusomaranhense. Inclusive já estava em processo de experimentação o plantio, mas que ele não tinha resultados, pois ficou aos cuidados de Joaquim José Pereira, de quem não tinha naquele momento informações.

Para Cabral, curiosamente, o problema de se plantar trigo no norte da América Portuguesa não seria o clima, mas a “nímica fertilidade” do solo, o que fazia vigorar todo tipo de plantas e assim não exigiria esforço por parte de seus habitantes. Desse modo, qualquer cultura que necessitasse de maiores trabalhos não cativava o interesse dos luso-americanos. Ainda Cabral, afirma que havia observado que “as nossas colônias do Norte são menos industriosas que as do Sul”. Para reafirmar isso, Cabral, que era de Minas Gerais, elogia os trabalhos realizados nessa capitania, na de São Paulo e na do Rio Grande do Sul, destacando o fabrico da manteiga, queijo, tecidos, carnes, comercializando inclusive no Rio de Janeiro. Lembra que nessas paragens não havia a diversidade de caminhos fluviais que o Norte possuía.

[...] Ainda digo que a nímica fertilidade se opõe a cultura da terra, por manto [?] aos povos acostumados e a pouco trabalho, e grandes Colheitas não se acomodaram facilmente de maior trabalho, com pouco interesse, logo que assim aconteça na cultura de algum gênero menos apropriado ao clima da terra, e que por isso requeira maior indústria. Portanto só com boas Leis agrárias, se conseguirá abastança de trigo, e não de outra maneira [...]

---

<sup>420</sup> *Op. cit.*, p. 138.

<sup>421</sup> Vandelli também defendia o plantio de trigo na América Portuguesa. Cf. Memória sobre algumas produções naturais das Conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se Proveitam. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, p. 189.

Tanto Cabral como outros naturalistas defendiam a intervenção por meio de leis para que o Império conseguisse alcançar o que almejava, que neste caso seria o plantio de trigo. As reclamações dos súditos americanos não eram raras por parte dos que avaliavam sobre a agricultura local. Curiosa é a comparação e distinção entre as capitanias que o naturalista fez, colocando oposição entre o Norte e o Sul. De todo modo, pondera que seria necessário saber sobre como se faria a transplantação do trigo, e que somente seria possível por meio da experiência.

Parece indubitável que nesta Capitania crescerá bem o trigo, e que só temos a experimentar, qual seja a estação própria, e qual o amanho da terra, se se deverá semear no princípio do inverno, ou se para o fim. Se a terra precisa de muito ou pouco estrume se deve, ou não ser muito revolvida.<sup>422</sup>

Cabral também indica possível região melhor para o trigo: Ribeira do Iguará (afluente do Rio Munim). Segundo ele, por não possuir terreno “areento” e por se caracterizar por campos. E que caso houvesse necessidade de estrume, não seria difícil conseguir com a quantidades significativas de gados.

A avaliação que Cabral faz sobre o trigo é algo presente na política de então, principalmente para as especiarias orientais por meio da transplantação. Portugal necessitava economicamente se fortalecer diante das demais potências europeias e o incentivo do plantio de gêneros já consagrados no mercado de então fazia parte desse aspecto. Assim, é possível se notar em nossa pesquisa dois sentidos que se complementam na política agrícola e no conhecimento científico do período: se, por um lado, havia a pesquisa sobre como transplantar plantas exóticas bem conhecidas no comércio, também se analisavam plantas nativas que poderiam ser inseridas no mercado. Por isso, era preciso construir espaços onde se pudessem manter o controle da pesquisa, tanto da adaptação das plantas exóticas em terras americanas, como da domesticação das nativas.

As políticas dos jardins botânicos estavam relacionadas ao desenvolvimento do conhecimento sobre a flora. O pragmatismo se faz sentir a partir da perspectiva que estes jardins seriam laboratórios para a melhoria da economia agrícola. Dessa forma, culturas que já eram praticadas na região ou alhures (como as asiáticas), bem como para domesticar as que eram nativas selvagens e que se sabia sobre usos em benefício dos seres humanos, ou melhor, da Coroa, eram destinadas para este espaço. Logo, os jardins eram uma outra face da política econômica do Império Português, visando à agricultura. A

---

<sup>422</sup> OFÍCIO... AHU-MA, d. 8757.

dimensão tratada para este setor na política colonial estava evidenciada pela enorme gama de documentos, memórias manuscritas, impressos e outros materiais sobre o tema no período. Desse modo, a avaliação da natureza (selvática) estava intimamente relacionada com o estudo da agricultura (antropogênica). Botânica e agronomia não eram coisas distintas neste momento. Se o estudo científico da natureza era o domínio da própria natureza, a fim de se obter vantagens econômicas, a flora, sob as lentes científicas, também seria a raiz do sucesso agrícola.

## CAPÍTULO IV

### CIÊNCIA E AGRICULTURA PARA A GLÓRIA DA COROA

#### 4.1. – Relatórios agrícolas: Luzes sobre as produções na América Lusitana

No último quartel do século XVIII o Império Português fomentou expedições científicas para as diversas partes de seu território pluricontinental. Tais expedições tinham por objetivo avaliar a natureza a partir das potencialidades econômicas possíveis de se extrair de tais ambientes. Porém, havia um outro aspecto intrinsecamente unido a este, que era o de avaliar de forma crítica a agricultura praticada nas diversas partes do Império. O pensamento agrarista, que defendia a ênfase econômica na agricultura, estava em voga na Europa setecentista, seja com os fisiocratas franceses ou os próprios portugueses. E eram os naturalistas (filósofos naturais) que, somando com suas pesquisas nas descobertas da natureza, também os responsáveis por apontar soluções científicas para o desenvolvimento da agricultura imperial.<sup>423</sup> Deste modo, estes indivíduos eram partes fundamentais na formação política a ser tomada pela Coroa a partir dos conhecimentos formados por eles nas regiões visitadas. Assim, produziam documentos, como as memórias sobre a agricultura local, que se somavam com as informações prestadas pelos administradores da região e eram enviadas para Lisboa. Mas o inverso também acontecia: eram enviadas informações de como melhorar a agricultura, seja por meio de políticas autorizadas pela Coroa, seja por meio de impressos científicos, que serão comentados na parte final deste capítulo.<sup>424</sup>

Esta relação de pesquisa científica da natureza com o desenvolvimento agrícola fica clara com a memória que Alexandre Rodrigues Ferreira escrita em 1784 com o título de “Memória sobre o estado presente da agricultura no Pará”.<sup>425</sup> Trata-se de suas primeiras memórias como naturalista imbuído de compreender e fazer compreender melhor a natureza da região.<sup>426</sup> Não por acaso que trata especificamente sobre agricultura,

---

<sup>423</sup> CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. “Tapuia – A inversão do índio da Amazônia nos relatos da Viagem Filosófica (1783-1792)”. In: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). *A Amazônia dos viajantes: história e ciência*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011, p. 56.

<sup>424</sup> PEREIRA, Márcio Mota. A circulação de impressos pragmáticos publicados pela Tipografia Literária do Arco do Cego na Capitania de Minas Gerais. *Estudios Históricos*. Uruguai, n. 14, 2015, p. 2.

<sup>425</sup> FERREIRA, 1786.

<sup>426</sup> Alexandre Ferreira chega em dezembro de 1873 em Belém.

pois este período é o momento em que intelectuais exercem suas visões agraristas como soluções econômicas para o Império Português.<sup>427</sup> Esta memória atendia às demandas dos sócios da Academia das Ciências de Lisboa, que almejavam mais informações sobre a práticas agrícolas na capitania, como o próprio autor apresenta ainda no começo da obra.<sup>428</sup> Não parece, no entanto, uma obra completa, pois não foi publicado no período e o original se mostra ainda embrionário, com rasuras e grifos nas palavras, geralmente com outras palavras escritas acima das tachadas. Ainda assim, é uma rica fonte, que apresenta bem os gêneros plantados na região no período. Ferreira apresenta os seguintes objetivos com este escrito: desenvolver a agricultura local, aclimatar gêneros já bem conhecidos (provavelmente referindo-se a especiarias asiáticas), possibilitar facilidades de carregamento e fazer prosperar o comércio do Império Português. Tais questões se relacionam com a amálgama econômica entre comércio, agricultura e navegação, além do experimento de outros gêneros.<sup>429</sup>

Ferreira afirma que a agricultura do Grão-Pará estava arruinada, mas que havia solução para tal situação. Para tanto, tratou de particularidades dos gêneros que eram significativos para o comércio, bem como aqueles que acreditava possuírem potencial. É sobre o anil de que trata primeiro. O autor informa que este gênero poderia ser melhor aproveitado, mas que naquele momento a cultura estava abandonada, o que o faz lamentar, pois considera que a anileira era tão comum na região do Rio Tocantins quanto era a malva em Portugal. Ferreira, de forma erudita, busca na história da região demonstrar que houve, em tempos pretéritos, incentivos para tal produção, mas que, mesmo assim, não havia vingado esta cultura. Neste sentido, cita que, em 1680, os produtores não pagavam impostos por seis anos e, nos quatro seguintes, só a metade. Não

---

<sup>427</sup> Apesar deste pensamento agrarista que tinha perspectivas reformistas da agricultura, repensando esta prática econômica por uma agricultura moderna, não implica dizer que se trata de uma visão fisiocrática, pois não pertencia a estes pensadores portugueses, como no caso do Ferreira ou Vandelli uma defesa liberal da economia. Muito pelo contrário, os autores do Iluminismo Português estavam a todo momento clamando a Coroa intervenções estratégicas para melhoria da agricultura.

<sup>428</sup> A Academia das Ciências de Lisboa é parte integrante do desenvolvimento da agricultura, os sócios elaboravam suas memórias econômicas propondo melhorias para o Império, e em sua maioria tratavam sobre a agricultura, e por isso a visão de Alexandre Rodrigues Ferreira que também era sócia da dita academia era fundamental para o conhecimento de seus pares, aparentemente esta obra não circulou no meio destes acadêmicos. LIMA, Ana Paula dos Santos. *Prática científica no Brasil – Colônia: ilustrado luso-brasileiro a serviço da natureza (1786-1808)*. Feira de Santana, Dissertação de Mestrado (Ensino, Filosofia e História da Ciência), apresentada à Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008, p. 55. MUNTEAL FILHO, 2001a, p. 493.

<sup>429</sup> PATACA, Ermelinda Moutinho. *Mobilidades e permanências de viajantes no Mundo Português: entre práticas e representações científicas e artísticas*. São Paulo: Tese de livre-docência – Universidade de São Paulo, 2015, p. 195-196.

surtiu o efeito esperado, ou nas palavras do autor: “frustrou-se”. A Coroa também concedeu mão-de-obra escrava ameríndia àqueles que a solicitassem em 1711 para este tipo de plantio, mas também não teve o efeito esperado. Já em 1764, a Coroa concedeu dez anos de isenção sobre o referido gênero, mas mais uma vez não houve o retorno esperado. Em 1773 e 1774, mais incentivos, inclusive com o envio de um manual com o título *Instrução de as fabricar [anil]*, que tinha como modelo o que tinha sido feito no Maranhão, mas houve pouco interesse por parte dos habitantes. Em 1777, mais incentivos (não explicados pelo autor), mas também sem retorno.

Alexandre Rodrigues Ferreira assinalou que houve projetos do plantio de anil no Rio Negro, Macapá, Ilha de Joanes e até com envios de manuais de como processá-lo, além de mão-de-obra com os diretórios indígenas, mas tudo debalde. Ferreira deixa claro que tanto o anil do Pará como do Rio Negro era de boa qualidade, inclusive avaliada pelo Laboratório Real. A Coroa tinha interesses na produção tintorial deste gênero ao ponto da alta disposição em ceder, mas parece que os moradores não pareciam tão empolgados mesmo diante de tantas facilidades concedidas. O autor não apresenta a razão deste desinteresse, mas é possível que diante de outros gêneros que permitiam lucros mais acertados para os moradores seria o motivo pelo qual não se importavam com tal gênero.

O anil ou índigo (*Indigofera tinctoria* e outras espécies) é um vegetal possível se extrair a corante azul. A Revolução Industrial tinha nas indústrias têxtil sua principal força, elementos tintoriais ganhavam importância comercial. Ao longo dos séculos, tal planta foi obtido da relação Europa-Ásia que se intensificou ao longo do século XV ao XVII com as rotas marítimas, mas no XVIII, Portugal e Espanha privilegiaram trocas comerciais com a América, que se demonstrou ser uma rota mais segura.<sup>430</sup> Por isso tal gênero tem importância nas estratégias coloniais para a Amazônia portuguesa.<sup>431</sup> Foram remetidas diversas amostras de anil para Portugal, afim de avaliações sobre a qualidade deste gênero fosse realizada no Laboratório de Lisboa e o próprio Ferreira fez suas análises e as remeteu para Lisboa.<sup>432</sup>

---

<sup>430</sup> Destarte até meados do século XVII havia uma dissuasão pela produção das especiarias asiáticas, mas no XVIII a Coroa modifica esta política e tomados medidas ao contrário, com incentivo, como o próprio Ferreira citara. SCHWARTZ, Stuart B. “A Economia do Império Português”. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 34; 41-42.

<sup>431</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael; CARDOSO, Alírio. “As cores da conquista: produtos tintórios e anil no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)”. *Locus: revista de história de Juiz de Fora*, v. 20, n. I, 2014, p. 74-75.

<sup>432</sup> BAENA, 1969, p. 231-232; PATACA, 2015, p. 222.

Outra cultura que não passou despercebida por Ferreira é a da cana-de-açúcar. Deste gênero elenca que tanto os engenhos reais como as engenhocas priorizam a produção de aguardente, o que fez o autor se lamentar, por acreditar que a produção de açúcar seria tão boa como os da Bahia, pois era mesma espécie de cana.<sup>433</sup> Chambouleyron demonstrou que, ao longo do século XVIII, houve intensa política de incentivo à produção de açúcar na região, mas que os habitantes locais se interessavam mais pela aguardente.<sup>434</sup> Deste modo, mesmo que a Coroa almejasse uma outra direção para a política econômica na região e que realizasse investidas tanto por meio do incentivo como pela obrigatoriedade da lei, os agricultores, na medida do possível, agiam conforme seus próprios interesses econômicos, preferindo, neste caso, a produção da aguardente do que a do açúcar. A razão disso é que apesar da cana ser a mesma da Bahia e Pernambuco, estas regiões já estavam consolidadas na produção de açúcar, já a aguardente atendia perfeitamente o mercado interno.

Já do algodão, Ferreira apresenta uma tabela de exportação que vai do de 1773, com 150 arrobas, a 1782, com 6.200 arrobas, tendo como pico o ano de 1780, com 6.801. É de se desconfiar da forma como estes números se fazem quase todos “redondos” e também do autor não entrar em detalhes de como esse produto teve esse desenvolvimento em quase duas décadas. Mas Ferreira explica alguns pormenores, como o período em que o algodão serviu de moeda e o controle da qualidade deste mesmo algodão.

Do tabaco, Ferreira expôs que havia o interesse da Coroa na produção local, inclusive com incentivo aos diretórios indígenas para que trabalhassem nessa cultura. Porém, segundo o autor, assim como o açúcar, o que pesou contra este gênero foi de já ser cultivado para a exportação por Pernambuco e Bahia. Deste modo, a melhor forma seria continuar voltado para o mercado interno, que tinha certo alcance devido aos rios amazônicos e por não concorrer com outras partes da América Portuguesa.<sup>435</sup> Esta situação já foi alertada por Ermelinda Pataca, segundo a qual o Império Português não almejava que partes diferentes que o compunham na América concorressem entre si, mas que se complementassem economicamente para o bem do próprio Império.<sup>436</sup> Da baunilha

---

<sup>433</sup> As engenhocas são menos complexas do que os engenhos reais, aquelas eram geralmente movidas pela força humana e estas por animais ou moinhos de rio.

<sup>434</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia, 2010, p. 139-145.

<sup>435</sup> CORREA FILHO, Virgílio. *Alexandre Rodrigues Ferreira: vida e obra do grande naturalista brasileiro*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 40.

<sup>436</sup> PATACA, 2015.

Ferreira expõe que este gênero seria bom para exportação e que seu cultivo é propício no terreno local.

Alexandre Ferreira mantém o tom crítico sobre a agricultura local e faz um balanço das décadas anteriores. Segundo ele, mesmo com todo o incentivo da Coroa, os lusos-paraenses não se importaram com o aumento da produção. Exemplos de tais benéncias: doação das terras jesuíticas após a expulsão desta ordem, isenções para o cultivo do café e da canela e o trabalho de indígenas nos diretórios. Mas, ainda assim, gêneros tão importantes como o cacau e a baunilha não estavam na ordem da balança financeira a contento.

Alexandre Ferreira também avaliou as potencialidades das madeiras nativas da Amazônia, citando as que achou mais úteis. Explica da castanheira o uso das cascas da castanha aparentemente seria para uso do fogo (texto um pouco ilegível). Da Monguba para o fabrico de cordas. Da casca de outra (não foi identificada pela paleografia) utilizada para os arcos dos barris. Da castanha da Andirobeira o uso do azeite para as luzes (o termo ‘azeite’ foi riscado pelo autor e em cima colocado ‘sebo’). Da seringueira a resina da borracha. Da iutahi se refere a uma resina chamada de Iutaicica, ou copal. Pau D’arco para feitura de quilhas e sobrequilhas. Castanheira para mastreação. Maçaranduba: vigas, flechas e couceiras. Sapucaia: quilhas, sobre quilhas e cadestes. O angelim, camará e piqueá para os liames. Pau amarelo, roxo, penima, cotiara para marcenaria. Sucupira-vaçu para construção naval.

O autor cita mais árvores e suas utilidades, mas que não foi possível decifrar pelo fato de o documento estar danificado. Assim, Ferreira demonstra uma imensa potencialidade nas matas, que serviria para o Império Português, inclusive na construção naval, “sem falar de infinitos produtos que se tiram das raízes, troncos, ramos, cascas, entrecascas, gomas, resinas, folhas, flores, frutos, e sementes”.<sup>437</sup> O autor traz ainda a preocupação sobre o corte desregrada das árvores, algo que na década seguinte esteve presente na própria política da Coroa para o controle do corte. Avisa que encontrou berinjelas, repolhos, alfaces, quiabos, couves e outros na região. Apresenta um tal de Abrantes, que tem uma horta bem cuidada. Curiosamente, ao tratar das frutas, parece ignorar a grande variedade nativa da região, limitando-se a reclamar da falta de laranjas.

---

<sup>437</sup> FERREIRA, 1786, pdf 33-34

O texto também se refere ao trabalho na agricultura e neste ponto que enxerga os maiores problemas econômicos. Se por um lado o autor se mostra ambíguo no que concerne ao trabalho indígena, que no período já havia sido abolido legalmente escravidão dos indígenas, por outro acreditava que os trabalhos por jornais desses povos não haviam contribuído significativamente na economia local. É categórico que quem mais se beneficiou com esta política foram os chefes das aldeias indígenas que usavam tal mão-de-obra em benefício próprio. Também distingue os indígenas de outros quando coloca os “mansos” (que são ocidentalizados) aos selvagens, que mantêm suas culturas e que segundo ele atacavam os vassallos da Coroa e atrapalham os negócios e a agricultura. A estes Ferreira afirma que não são vassallos, mas sim inimigos da Coroa e por isso deveriam ser combatidos e escravizados para o trabalho da agricultura local. O autor ao longo do período que esteve nas expedições científicas analisou os diversos grupos indígenas.<sup>438</sup> Ferreira não foi o único que tratou os indígenas não ocidentalizados como empecilhos ao desenvolvimento agrícola, mas outros autores como Raimundo Gaioso e José Sabino, como demonstraremos mais frente alegavam que estas populações atrapalhavam o comércio. Antônio Baena, ao tratar sobre a década de 1780, afirma que os povos indígenas “atacantes” eram os Timbiras, Carajás, Apinagés, Gaviões.<sup>439</sup>

Ferreira elenca diversos problemas que impossibilitavam a boa agricultura. O excessivo comércio das drogas do sertão, para o autor, seria um empecilho para este desenvolvimento, pois segundo ele em vez de utilizar a mão-de-obra indígena no extrativismo, deveria ser para a agricultura. Ademais Ferreira apresenta um pensamento conservacionista que foi característica da década seguinte a esta memória, pois para ele com o extrativismo também trazia consequente destruição as matas.<sup>440</sup> Aqui se percebe que Ferreira valoriza mais a agricultura como forma de desenvolvimento comercial do que o extrativismo. E mesmo o extrativismo praticado não era a contento para a economia.

Já no caso do trabalho escravo africano, aponta que com o fim da Companhia do Comércio Geral do Grão-Pará e Maranhão teve fim os abusos (não são ditos quais), por outro trouxe o problema que tal Companhia facilitava a vinda de africanos, pois permitia comprar a prazo e com o fim desta trouxe dificuldade para compra de africanos. O autor se porta de forma crítica em relação ao tratamento dos senhores de escravos com

---

<sup>438</sup> RAMINELLE. *Op. cit.*, p. 103.

<sup>439</sup> BAENA, 1969.

<sup>440</sup> PATACA, 2015, p. 215-216. DUARTE, 2005, p. 55. PÁDUA, 2004, p. 70.

os escravos, como uma relação abusiva. Pois o problema segundo ele é que além das doenças e da tristeza acometido aos africanos traficados, os brancos eram cruéis e por isso uma grande mortandade de mão-de-obra. Inclusive por meio da fome e trabalhos pesados.

A Coroa estava ciente da problemática da falta de mão-de-obra na região e dentre algumas medidas, na década seguinte a que Ferreira escreve seu texto, a administração central do Império apresenta uma resolução:

É instruído pelo Ministério de que em Aviso de 16 de Abril de 1798 se ordenou ao Conde de Rezende Dom José de Castro, Vice-rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil que promovesse e auxiliasse a saída dos escravos bons e robustos para a Capitania do Pará ficando livres de pagar Direitos de entrada no Rio de Janeiro todos aqueles que houvessem de ser exportados para o Pará, aonde é preciso dar incremento a Povoação e com ela a cultura, trabalhos, e indústria. E igualmente se lhe comunica que os Navios, que desaferrarem de África diretamente para o Pará transportando escravaria, são isentos de pagar Direitos de entrada e saída.<sup>441</sup>

Esta situação, segundo Baena foi provocada pelo governador de então o Sousa Coutinho. E assim era uma medida de abastecimento de mão-de-obra era uma resposta a um dos principais problemas que Ferreira assinalava e que o Baena corroborou décadas depois quando tratou em sua obra sobre o último quartel do século XVIII. Fica também claro que a vinda de escravizados africanos também tinham por outro objetivo que era o aumentar a quantidade de vassallos da Coroa portuguesa na região. Neste sentido seria uma outra forma de manter assegurado tal região em domínio português frente a preocupações expansionistas espanholas, mas principalmente de um França revolucionário que tinha sua representação mais próxima em Caiena.

A importância do maquinário aparece na narrativa de Ferreira. Somando a falta de mão-de-obra, a carestia de instrumentos que pudesse facilitar o trabalho era outro problema sério para o desenvolvimento econômico. Somente era comum o uso do martelo e da enxada. Acreditava que a charrua e o arado ajudariam na carência de mão-de-obra e tanta as máquinas vivas (as que usam a força animal como bois, cavalos e semelhantes) como as mortas, ou seja, que dispensa força animal seriam necessários para tanto.

Alexandre Ferreira trata do transporte como parte de escoamento dos gêneros para o comércio interno e externo por meio dos rios e por isso mesmo trata das

---

<sup>441</sup> BAENA, 1969, p. 237.

embarcações que acredita serem bastantes precárias para tais atividades. A preocupação com a circulação de indivíduos e mercadorias na infinidade de caminhos fluviais da Amazônia estava inserida nas funções que Ferreira foi imbuído pela Coroa: reafirmar a soberania portuguesa de rios como o Amazonas, Negro e Madeira e desenvolver economicamente a economia local.<sup>442</sup> As viagens científicas de Ferreira foram realizadas após os tratados de limites territoriais entre Espanha e Portugal entre os anos de 1750-1777. O conhecimento da região era uma forma de garantia da soberania e expedições científicas também estavam ocorrendo na América Espanhola.<sup>443</sup> Garantir o monopólio da circulação portuguesa destes rios é garantir a territorialidade portuguesa. E mesmo se Ferreira também apresentasse sua análise sobre transporte terrestre, que também era problemático devido ao preço caro da montaria, são os caminhos fluviais o destaque de sua narrativa.<sup>444</sup>

O autor demonstra preocupação com a agricultura local e aponta que a agricultura é tão importante quanto as minas. Esta comparação é significativa no contexto em que surge, no declínio da extração de metais preciosos na América Portuguesa, o que levou a maior protagonismo para as plantações. Porém, Ferreira, como um observador crítico e naturalista aponta diversos problemas na agricultura. Como por exemplo a coivara, que o já alertava como uma prática paliativa, mas que com tempo enfraquecia a fertilidade do solo. Mesmo assim continuavam a pôr fogo em um mesmo terreno amiúde. Além das queimadas, afirma que se deveria pôr estrume para fortalecer os nutrientes da terra.

Em sua conclusão sobre o “Estado presente da agricultura do Pará”, Alexandre Rodrigues Ferreira aponta como principal problema a mão-de-obra que é faltosa.<sup>445</sup> Para resolver isso sugere a escravidão dos índios selvagens e o restabelecimento de uma nova Companhia para fornecer escravos africanos com preços praticáveis de compra pelos moradores. Assim Ferreira diante de suas análises como naturalista, aponta diversos problemas e que era necessário resolve-los a luz do conhecimento da política econômica.

---

<sup>442</sup> GARCIA, Margarita Eva Rodriguez. “Lejos del gabinete: viajes científicos a la América portuguesa e española (1777-1792) y representación de la naturaleza”. *Memorias: revista digital de historia y arqueología desde el caribe colombiano*. Año 11, nº 25, Barranquilla, jan.-abril 2015, p. 149.

<sup>443</sup> Cf. RUIZ, Víctor Peralta. “La frontera amazónica em el Perú del Siglo XVIII: una representación desde la Ilustración”. *Brocar*, 30, 2006.

<sup>444</sup> Cf. KETTLE, Wesley Oliveira. *Ciclopes e profetas no vale amazônico: visões de natureza no tempo das demarcações (1750-1799)*. 2015. Tese (doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

<sup>445</sup> CORREA FILHO, Virgílio. *Alexandre Rodrigues Ferreira: vida e obra do grande naturalista brasileiro*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 40.

Ao eleger a mão-de-obra como a principal fonte dos transtornos na região, apresenta a solução tanto no trabalho nativo, como o africano, todavia no trabalho compulsória escravizados.

Outra fonte para se entender as duas décadas finais do XVIII e no caso específico acerca da agricultura é o relato de Antônio Baena. Ao tratar sobre o Rio Branco afirma que na região havia cacau, baunilha, capaúba (provavelmente copaíba), anil, salsaparrilha. Ademais o autor acreditava que o terreno seria propício para se plantar café, algodão e arroz. Porém apresenta algumas dificuldades naturais como a grande população de gafanhotos na região e as inundações. O referido rio seria bom para navegação, exceto nas partes de cachoeiras e que havia bastantes tartarugas o que poderia ser feita manteiga dos ovos. Já na região do rio Madeira ressalta que este nome não é por acaso, havendo preciosas madeiras ao derredor. Havia ainda quantidades significativas de cacau, salsaparrilha, estopa, guaraná, anil, cupaúba (deste último afirma haver menos). Ainda afirma que seriam necessárias mais pesquisas na região afim de averiguar existência de puxiri, quina e cravo. Havia na região a feitura de manteiga dos ovos de tartarugas e tracajás.<sup>446</sup>

Na administração de D. Rodrigo de Sousa Coutinho exigia dos governadores o máximo de informações possíveis das capitanias que estavam a frente, e nisso as questões agrícolas também estavam presentes:

Recebe o Governador um Aviso de 14 de Setembro de 1796, no qual se lhe prescreve que anualmente remeta a Secretaria de Estado uma exata e individual informação do estado políticos da Capitania com as mais circunstanciadas Relações, Mapa, Listas assim Civis como Militares do aumento da Povoação, *da Agricultura, da Indústria e do Comércio*, das rendas atuais da Fazenda Real, e de todos os mais objetos que constituem um Estado feliz e prospero; donde se possam tirar a benefício do mesmo estado as maiores e mais estáveis vantagens, devendo ter o mais particular cuidado a administração da Justiça, e a fiel e pontual arrecadação dos impostos e tributos.<sup>447</sup>

Neste período a coleta de informações se valorizou como parte da forma de governar melhor cada parte de seu pluricontinental Império Português. E é com D. Rodrigo de Sousa Coutinho que essas exigências da feitura de quantitativos populacionais e comerciais, conhecidos na época como mapas, sobre cada região do Império. E a agricultura é parte fundamental dessa política como em um longo trecho do livro de Baena a instrução real para a região:

---

<sup>446</sup> BAENA, *op. cit.*, p. 220.

<sup>447</sup> *Ibidem*, p. 232, grifo nosso.

1 ° A Precisa exação dos Mapas de População. 2° A preferência das culturas tanto do comum como dos indivíduos à cata dos gêneros da espessura. 3° A indicação dos meses rurais. 4° A necessidade de agricultar cacau, café e urucum. 5° A declaração de que depois de extraído o dízimo e a sexta parte do produto da lavoura o remanescente seja aplicado as obras do público interesse da Povoação tais como os desembrenhamentos dos broncos Silvícolas, os dotes de Orfãs, Donzelas e Viúvas, os pagamentos dos Mestre e Mestras dos Rapazes e Raparigas, as reedificações das Igrejas, e outras de semelhante importância. 6° A designação do número individual das tripulações das canoas do comércio e do tempo da sua partida das Povoações. 7° A determinação de ir uma expedição colhedora das produções imediatas da Natureza extrair das selvas estopa, breu, sumaúma, goma e resinas durante que as raparigas e rapazes estejam nas capinações e colheitas dos cultivos. 8° A exigência de remeter-se o algodão descaroçado pela Indianas casadas, e o arroz descascados pela solteiras e rapazes a quem se pague esta lida. 9° A increpação de serem os Diretores os que tem feito odioso o diurnal trabalho a homens naturalmente indolentes como são os Tapuias, já convertendo a resulta dele em seu peculiar proveito, já dizendo-lhes que das roças do comum pertencem as produções ao Rei: e tudo isto em desprezo do Alvrá de 7 de Junho de 1755. 10° A repreensão de estorvarem os Diretores, e até dissuadirem os Tapuias do matrimônio, fomentando desta guisa a depravação de costumes, que é neles mui vulgar. 11° A providência departidamante dada sobre os moradores adjuntos as Povoações; e sobre as canoas dos Chatinates munidas das licenças indispensáveis. 12 ° A insinuação das pescarias para sustento dos habitantes, e para a salgação. 13° Finalmente a correção da prática observada pelos antigos Rurícolas na plantação do cacau, café e urucum, e na manipulação da massa da última planta..<sup>448</sup>

O texto acima fica claro a política econômica que a Coroa esperava do Grão-Pará e perpassa pelo desenvolvimento agrícola local. É notável a preocupação com culturas como cacau, café e urucum, ou seja, gêneros potenciais e que faziam parte do extrativismo ou da aclimação, não somente incentivando o plantio, mas a melhor forma de plantar. E para melhor poder realizar tais desenvolvimentos pressupunha conhecimento sobre a região e daí exigir do governador informações sobre os “meses rurais”, o quantitativo populacional, as preferências dos habitantes em relação aos cultivos e informações sobre as navegações fluviais. Além dos cultiváveis também se esperava o extrativismo de “estopa, breu, sumaúma, goma e resinas” nas selvas daqueles que cultivavam. E o trabalho indígena também se faz importante nesta narrativa, aproveitando os que estavam ocidentalizados e ansiando por “civilizar” os que são “bravos”.

No decênio de 1790, quando o estado do Grão-Pará e Rio Negro era governado por D. Francisco de Sousa Coutinho, Baena aponta grandes transformações positivas na região: surgem fábricas de panos de algodão, de calibre e cordas de piaçaba, e uma de anil; O Jardim Botânico; uma Olaria; o estabelecimento da cultura de arroz no Rio

---

<sup>448</sup> BAENA, 1969, p. 223-224.

Branco; um lugar de se fazer velas de cera; incentivo do uso do arado para sementeira e o anil; o “amansamento do Mundurucus”.<sup>449</sup> E assim ainda traz elogios a administração:

Erige um Jardim Botânico nas terras de São José pertencentes à Fazenda Real por doação de Hilário de Sousa e sua Mulher: e assim executa a Carta Régia de 4 de Novembro de 1796, que mandou estabelecer-lo para aperfeiçoar e ampliar com atividade e inteligência as culturas já existentes, e animar as novas, quais as da Pimenta, Canela, Árvore do pão, Jalapa, Barbadine, Noz moscada, Linho cânhamo, Teca, Cravo da Índia, e outra especiarias, praticando-se primeiro em pequeno as culturas destas plantas, que depois hajam de se difundidas por toda a Capitania.<sup>450</sup>

Nesta parte fica claro que o Jardim Botânico faz parte de uma série de medidas que têm por objetivo melhorar e alargar o cultivo na região. O controle de um espaço artificial que possibilitaria ampliar o conhecimento sobre a flora, era uma forma de ampliar sobre a agricultura. Por isso os jardins foram importantes na política da Coroa para a região.

Em 30 de abril de 1798, o então governador D. Fernando de Noronha envia para o reino um ofício com a descrição da agricultura praticada na capitania do Maranhão.<sup>451</sup> Este tipo de relatório era uma exigência do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho para todos os governadores da América portuguesa. Havia, assim, o interesse da administração central por informações das mais diversas regiões do Império para que se pudesse implementar políticas de melhorias na agricultura e na economia como um todo. O relatório em questão não foi o único texto que trouxe reflexão sobre as condições da agricultura local.

No começo do ofício, o governador indica que ele foi elaborado por “um dos lavradores” mais inteligentes da capitania. Por muito tempo a historiografia julgou que fosse Raimundo Gaioso em razão do conteúdo e da forma de escrever ser muito semelhante com um livro desse autor. No entanto, um ofício da Secretaria de governo atesta que a autoria era de um capitão chamado Luís Antônio Maia, sobre o qual pouco se conhece.<sup>452</sup> Neste ofício o governador é claro em indicar o referido capitão para elaborar o parecer sobre a agricultura local.

---

<sup>449</sup> BAENA, 1969, p. 234

<sup>450</sup> *Ibidem*, p. 235-236.

<sup>451</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo em anexo a descrição do método que se pratica na capitania para cultivar e manipular os géneros que se exportam para o Reino. Maranhão 30/04/1798.AHU-MA, cx. 97, d. 7924.

<sup>452</sup> APEM, Secretaria de governo, livro 47, fl39, n° 171. Para ver textos que defenderam a autoria de Raimundo Gaioso vide: NOGUEIRA, Raimundo Cardoso. “Notas” (prefácio). In. GAIOSO, Raimundo

O ofício de 1798 apresenta de forma esmiuçada os tipos de culturas agrícolas praticados na capitania do Maranhão, bem como as técnicas empregadas. Trata das principais, como algodão, açúcar, arroz, mandioca; mas também apresenta algumas secundárias, com potencial de expansão, como a mamona e o café. Antes de adentrar sobre cada um desses gêneros o ofício apresenta o método de plantio geral:

E ainda que até trabalho se costuma vencer em 50 dias pouco mais, ou menos, é sempre praticado nos ditos Meses, segundo o Estio principia mais ou menos cedo, e também porque nesta Capitania principia a chover, e acaba si umas partes mais cedo, do que amostras, diferenças, que nunca costuma exceder a 60 dias pouco mais ou menos. Os roçados se praticam primeiramente de foice, e depois de machado toda a madeira grossa. O primeiro se chama furar o roçado, e o segundo derrubar.

Acabado o roçado, dá-se-lhe 30 até 40 dias para secar, e seco que esteja se lhe lança o fogo. Depois de queimado o roçado, segue-se o fazer as coivaras que é ajuntar aquele mato, e alguma madeira mais Delgada, ou que ficou mal queimada, e junta que seja, tornasse-lhe a lançar o fogo. Este trabalho costuma ser mais ou menos, quando o roçado fica mais mal, ou bem queimado. Concluindo o trabalho das coivaras, segue-se plantar o que se pratica logo que principiam as águas. Faz os Meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro é mais próprio para as plantações.<sup>453</sup>

Nesta breve passagem do texto, o relatório aponta o período de estiagem e de chuva e como ele regulava a agricultura na região. Também apresenta a prática tradicional de cultivo: derrubar a mata e realizar a coivara. A coivara era uma técnica indígena e que foi também utilizada pelos portugueses, que consistia na queima da mata para que as cinzas servissem de adubo.<sup>454</sup> Hoje é sabido que tal prática realizada diversas vezes em um mesmo lugar empobrece o terreno. Ademais, no texto é dito quais ferramentas são utilizadas: foice e machado. Após essa breve explicação sobre como se faz as coivaras o autor do relatório aponta que o melhor período para as plantações são os meses em que se iniciam a chuva: dezembro, janeiro e fevereiro.

Após esta explicação geral sobre a prática da agricultura na região, o texto se centra nas explicações cabais sobre o cultivo dos gêneros. O algodão é o primeiro a ser mencionado. O ofício afirma que o caroço era plantado com enxada a uma distância de seis a nove palmos entre os pés. Em seguida, indica que o processo de plantação da mandioca era feito com a ramagem da maniva, isto é, com estacas da planta. Da cana-de-

---

José de Sousa. *Compêndio Histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. São Luís: Instituto Geia, 2011, p.18. LIMA, Edyene Moraes dos Santos. “Raimundo José de Sousa Gaioso: do prestígio ao degredo”. In. COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche (orgs.). *Maranhão: ensaios de biografia e história*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011.

<sup>453</sup> OFÍCIO... *AHU-MA*, cx. 97, d. 7924. É comum entre alguns historiadores utilizar a grafia do período, neste trabalho se preferiu atualizar a grafia, mas respeitando a pontuação de então.

<sup>454</sup> Cf. CABRAL, 2014, p. 124-126.

açúcar informa que se plantava da mesma forma que a mandioca, mas à distância mais curta entre os pés (três palmos). Já o arroz e o gergelim eram cultivados entre a cana-de-açúcar e o algodão. Explica, ainda, que “isto se pratica, quando o Algodão, e a Maniva estão já de 2 até 3 polegadas de crescimento fora da terra. A razão disto assim se praticar, é porque sendo o Arroz plantado ao mesmo tempo das outras plantas, estas ficariam debaixo, e morrendo a maior parte delas.”<sup>455</sup>

A terceira parte do relatório explica quanto tempo decorria entre o plantio e a colheita. No caso do algodão, o intervalo era de oito a dez meses; da maniva, 16 a 20 meses; do arroz, de cinco a seis meses.<sup>456</sup> Também informa que, entre estas plantações, se fazia o cultivo de gergelim, jerimum, milho, feijão, batata e mais um que está ilegível no documento, indicando que os gêneros eram utilizados para alimentar os escravos. Assim, apesar do relatório ser destinado a informar sobre os plantios de exportação, o autor não se furtou a citar, ainda que brevemente, outros produtos de uso local.

Na quarta parte, o autor trata da técnica de colheita, explicitando instrumentos e quantidades. Do arroz expressa que os escravos o recolhiam com trinchetes e o colocavam em cofos, e que um escravo colhia em média três alqueires por dia.<sup>457</sup> O processo de descascar, que poderia ser feito em pilões ou moinhos, ficava por conta de quem o exportava para o reino. Já o algodão era colhido à mão e também colocado em cofos. Dependendo se estava aberto ou não, uma pessoa colhia em torno de oito libras a duas arrobas.<sup>458</sup> Após a colheita, era feito o descaroçamento nos engenhos, o que resultava em duas arrobas de algodão por dia, em média. Em seguida, se inseria em sacas calcadas com os pés para se comprimir o produto ao máximo. O detalhamento da quantidade produzida era um importante indicativo para a Coroa, que almejava conhecer melhor a produção na região.

No que tange à mandioca, o ofício explica o processo de preparo da farinha. A mandioca era levada para uma casa de preparo, onde havia uma roda de ralar e uma canoa

---

<sup>455</sup>OFÍCIO... *AHU-MA*, cx. 97, d. 7924.

<sup>456</sup> O autor observa que a plantação da mandioca em condições de terreno que não seja propício a alagar-se que poderia se manter até 3 anos. Curioso notar também que o texto tem um aspecto didático em suas explicações, pois o autor explica o significado de maniva e de mandioca e que é desta raiz que se faz a farinha.

<sup>457</sup> Trinchete é um instrumento de aço com a ponta da lâmina curva; cofos são cestos feitos de palha de palmeiras; e alqueire é uma medida que varia de região para região, no caso da colônia era mais usado para indicar a quantidade grãos, que poderia ser em torno de 12,5 a 13,5 litros.

<sup>458</sup> Arroba era uma medida utilizada no período colonial e em desuso atualmente, mais ou menos equivalente a 14,69 kg; a libra equivale a 0,453597 kg.

(grande gamela) para aparar o sumo no momento da trituração. Além dessa gamela, havia outras que serviam para espremer a massa, para peneirar a farinha e leva-la ao forno. Segue o resto dos pormenores da produção da farinha:

Chegada a Mandioca da Roça, logo que chega a Casa do forno se rapa muito bem a tirar-lhe a Casca, lava-se, rala-se, espreme-se a massa, peneira-se para lhe separar alguns bocados maiores, depois de peneirada vai para a fôrma e seca que esteja fica pronta para se comer. O Forno é a mesma Figura de uma frigideira com a diferença de ser grande que ordinariamente tem 12 até 16 palmos de Diâmetro. É este forno de barro, ou cobre, é sentado sobre uma grande fornalha, a qual para cozer, ou secar 6 alqueires de farinha, gasta uma carrada de Lenha. Da água q' lança a massa quando se espreme, se extrai a tapioca ou Gomas, a qual assentando no fundo da gamela, que recebe a água que se chama [sic]Tucupi , água inteiramente venenosa. É experiência certa que a Mandioca que rende muito em farinha, dá muita pouca Tapioca, e água rende pouco em farinha rende muito na Tapioca.<sup>459</sup>

Há um cuidado na descrição do processo de feitura da farinha de mandioca, desde as técnicas aos equipamentos usados. Após as explicações sobre a farinha o autor segue tratando sobre o processamento da cana-de-açúcar. Informa, de imediato, que não havia tanto interesse neste gênero em comparação com o algodão e o arroz, porque “fica mais cômodo a cultura destas últimas plantas do que na Cultura da Cana”.<sup>460</sup> Havia, segundo nos informa o texto, três engenhos de cana na capitania. Segue a explicação sobre o processamento da cana:

Para fazer o Açúcar, moe-se a cana, e moída que seja, cozer-se a garapa. Limpa-se com [ilegível] e depois de limpa, se vai passando para as outras caldeiras, e tachos competentes até adquirir o ponto de açúcar. Logo que adquire o ponto de açúcar, lançam esta calda em uma grande gamela, chamada Talha, e desta talha a distribuem para as formas, aonde purificam o Açúcar. Também costumam fazer igualmente o Mel. E para isto logo que algum depois de limpa chega ao ponto de mel, que é antes do ponto de açúcar, a tiram para roça, logo que está frio a dita mel o lançam em vasilhas competentes.<sup>461</sup>

Por fim, ainda sobre a cana, acrescenta que também era feita a aguardente, “deixando primeiramente azedar a garapa alambicando-a depois de azeda”.<sup>462</sup>

A última parte do texto trata de outros gêneros, de segunda ordem em sua explícita descrição, pois só apresenta alguns apontamentos, longe das descrições pormenorizadas feitas até então. É o caso, por exemplo, do gergelim, que servia para temperar alimentos ou em frituras. Do carrapato ou mamona se valiam do óleo para uso na iluminação. O café foi tratado como um gênero com potencial econômico, mas que

---

<sup>459</sup> OFÍCIO... AHU-MA, cx. 97, d. 7924.

<sup>460</sup> *Ibidem*.

<sup>461</sup> *Ibidem*.

<sup>462</sup> *Ibidem*.

ainda era pouco cultivado. O autor explica brevemente a forma de plantio e processamento e ainda dá um palpite sobre como melhorar o gosto do café:

O Café se conserva melhor em Casca do que descascado; e o meio de que nesta Capitania se sevem para o descascar é lançando de molho por espaço de 24 horas, e depois esfrega-lo com as mãos, que deste modo lhe cai fora toda a casca, e depois o deitam ao sol a secar.

Porem quem pretende que o Café lhe altere sem se arruinar, o costume deixar com a casca.<sup>463</sup>

O relatório sobre a agricultura praticada no Maranhão em 1798, feito por Luís Antônio Maia, não foi o único que, no período, registrou informações sobre este tema. A “Memória político-econômica sobre o Maranhão”, do secretário da capitania, Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva, traz em seu texto uma avaliação sobre a agricultura local, mas com uma narrativa crítica.<sup>464</sup>

Joaquim Sabino Faria, como assinava quando não queria colocar seu extenso nome, foi Secretário do Governo do Maranhão entre 1795 e 1798, quando retornou para o Reino reclamando de seu pagamento.<sup>465</sup> Mais tarde, quiçá arrependido de ter abandonado seu cargo no Maranhão, consegue reverter a demissão e voltar para sua antiga função em 1800. Provavelmente, foi neste período, entre sua ida e volta para o Maranhão, que escreveu a referida memória, que não foi publicada em vida.<sup>466</sup> Esta memória é bem mais descritiva do que o relatório de Noronha, apesar de não detalhar as técnicas de plantio. Uma característica dela é seu estilo ácido contra os luso-maranhenses.

No começo da memória, Sabino afirma que o Maranhão era fértil e possuía avantajados recursos hídricos para uso na plantação, com destaque ao arroz e algodão, bem como na criação de gado ao sul da capitania. Mas logo no primeiro parágrafo traz à tona seu tom crítico, que se mantém em toda a obra. Sabino avalia que se poderia produzir mais de outros gêneros se não fosse a “ignorância e a rústica ambição dos seus colonos os não chamasse somente às culturas menos custosas, onde o trabalho é pouco polido e menos tardonha a colheita”.<sup>467</sup> Seu texto se firma não somente no conhecimento adquirido pela teoria, mas também pela observação prática, o que, segundo ele, traria vantagem frente aqueles que se valiam exclusivamente do estudo teórico, pois “é tão fácil, no

---

<sup>463</sup> OFÍCIO... *AHU-MA*, cx. 97, d. 7924.

<sup>464</sup> SILVA, Joaquim José Sabino de Rezende Faria. “Memória Político-econômico sobre o Maranhão” (anexo). In. TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no espaço colonial*. São Luís: Instituto Geia, 2006.

<sup>465</sup> BASÍLIO, Romário. “*Burocratas ilustrados*” no *Império Luso-brasileiro: ensaios de sociologia histórica da biografia* (Maranhão, 1780-1820). Dissertação (mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos) - Universidade de Nova Lisboa. Lisboa, 2016, p. 81

<sup>466</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>467</sup> SILVA, Joaquim, op. cit., p. 211.

gabinete, o arrançamento dos povos, mas quão difícil na ação”.<sup>468</sup> Deste modo, critica uma parcela dos naturalistas que escreviam sobre diversas questões relacionadas ao Império, inclusive sobre a agricultura, mas que nunca haviam pisado nas possessões portuguesas.

Para o Sabino, a moral dos moradores da capitania do Maranhão estava diretamente relacionada com o atraso geral, como fica transparente nesta passagem:

São os habitantes de um gênio soberbo e grosseiro, de língua solta e pronta para a trapaça, faltos de toda a instrução e atacados da bazófia. Posto seja esta a índole geral dos habitantes da nossa América, principalmente nas colônias mais principiantes, esta Capitania está no maior auge, porque, além da diária comunicação com os seu escravos, o seu diuturno embrenhamento nas roças, a falta de palestra civil, a baixa origem da maior parte dos mais opulentos, tem concorrido para a conservação e crescimento desta sua natural rusticidade a falta de uma hábil e igualmente zelosa do bem público, que dissipando com suavidade, pouco a pouco, o espírito de orgulho e de intriga, fomentasse manhosamente nestes povos, com os sopros da sua mesma vaidade [...]<sup>469</sup>

Esta é sempre a tônica do texto. O autor jamais se furta, em suas explicações, de criticar os lusos-maranhenses, qualificado da seguinte maneira: “São estes uma inumerável turba de escravos, filhos da Europa, de baixa esfera, fugitivos da outras Capitánias, mulatos forros, a descendência dos índios, e os brancos filhos da terra, descendentes dos primeiros colonos”<sup>470</sup>. A visão que Sabino tinha sobre a população local era estereotipada, apresentando-os com índole ruim e sem vontade para o progresso e o bem comum, ou seja, o desenvolvimento do Império. Ele não estava solitário nessa linha de raciocínio, pois outros reinóis também escreviam contra os lusos-americanos, como o próprio governador D. Fernando Noronha.

Para este trabalho, a parte primordial da avaliação de Sabino é sobre a agricultura. Neste aspecto, aponta que, apesar de nem todas as regiões da capitania serem propícias para qualquer tipo de gênero agrícola, era possível plantar todos os gêneros.<sup>471</sup> Sua análise difere da do relatório de Maia, pois não se propõe a explicações minuciosas das técnicas de plantio, como ele mesmo avisava: “Portanto, dispensando-me de uma dissertação naturalística sobre a qualidade, propriedade, diferença e cultura das terras, passarei a tratar somente dos frutos que por ela podem ser produzidos, dirigindo-me meramente aos fins políticos desta dissertação.”<sup>472</sup> Assim, o autor é claro ao afirmar que

---

<sup>468</sup> *Ibidem*, p. 211.

<sup>469</sup> *Ibidem*, p. 212-213.

<sup>470</sup> *Ibidem*, p. 213

<sup>471</sup> *Ibidem*, p. 219-220

<sup>472</sup> SILVA, Joaquim Sabino, *op. cit.*, p. 220.

não era de seu intento repetir questões que já haviam sido apresentadas. Cabe destacar que, no período da feitura do relatório de Maia, Sabino era o secretário do governo e que certamente teve conhecimento daquele texto.

Sabino estava convicto de que o território do Maranhão era avantajado para a feitura agrícola. Os elementos que corroboravam essa ideia eram o clima, os rios, a vegetação, a abundância de estrume. Além do mais, ressalta que a proximidade com o reino permitia “que dela podem ir os socorros necessários”.<sup>473</sup> Deste modo, Sabino aponta uma terra com grande potencial. O único entrave para o desenvolvimento econômico era a moralidade dos habitantes, que não se importavam com a coisa pública, mas unicamente com seus interesses particulares e com seus vícios.

Ao descrever os gêneros, Sabino começou pelo anil. Havia uma fábrica deste gênero no período do governador Joaquim de Melo e Póvoas, às margens do rio Anil. Para demonstrar a viabilidade dessa cultura, Sabino se preocupou em analisar documentos do Arquivo das Secretarias de Estado dos Negócios Ultramarinos e do Reino. Contudo, se no período daquele governador havia preocupação com a cultura do anil, no período em que Sabino esteve no Maranhão isso já não acontecia. O autor lamenta que esta produção não fosse mais realizada na capitania e que, no lugar da fábrica, houvesse um soque de arroz. Sabino critica de forma assaz esta situação:

Aqui vemos um ramo tão importante da agricultura perdido, em vez de ser aumentado. Como a polícia do governo público lançou de mão aqueles cuidados que deveriam ser a sua principal tarefa para o florescimento do Estado e conveniência do seu Soberano, não é estranho que um particular, a quem menos importam os interesses públicos e só leva vista o seu próprio, criasse uma fábrica de arroz que, naquele tempo, lhe fazia melhor conta. Esta, contudo, é bastantemente desnecessária, não só pela maior distância em que está da cidade, mas, também porque por este motivo não trabalha, senão quando há maior tráfico pela abundância de navios.<sup>474</sup>

Sabino esperava que os luso-maranhenses fossem indivíduos que não somente se importassem com seus próprios interesses, mas que também fossem conscientes que deveriam ser súditos leais à causa do Império, e que, para tanto, era necessário que desenvolvessem a agricultura em favor deste mesmo Império, ainda que isso fosse dispendioso. Como o Vicente Jorge Dias Cabral, Sabino apontava que, às vezes, os interesses da Coroa e os dos habitantes convergiam.<sup>475</sup> Isso ocorreria se os habitantes

---

<sup>473</sup> *Ibidem*, p. 220.

<sup>474</sup> *Ibidem*, p. 220-221.

<sup>475</sup> Vicente Jorge Dias Cabral foi um luso-mineiro formado em direito pela Universidade de Lisboa. Veio trabalhar como advogado no Maranhão no final do século XVIII. A escolha desta capitania ainda não foi

agissem conforme as propostas da Coroa. No entanto, segundo Sabino, os lusos-maranhenses não tinham interesse em arriscar, mas somente em seguir o que já conheciam. Por isso, culturas promissoras não eram praticadas, preferindo-se culturas com rendimento certo. Sabino, como homem do Iluminismo, não só avistava o problema e o sinalizava de modo crítico, mas igualmente trazia a solução. No caso do anil, exortava o príncipe regente D. João a intervir nesta situação, reavivando a produção tintória na capitania. Para tanto, a Coroa deveria reinstalar a fábrica de anil e nomear, para administrá-la, um indivíduo que defendesse os interesses do Reino. Deste modo, Sabino dá forte ênfase na importância desta cultura para a economia do Império e lembra que, em tempos pretéritos, havia até mesmo o cultivo do urucu, outro corante, mas com produção limitada.<sup>476</sup>

Sobre o café, Sabino aponta aquilo que já havia sido posto no relatório de Maia, isto é, que o gênero era cultivado na capitania, mas em pouca quantidade e que não se destinava para exportação. Para Sabino, o café da região era tão bom quanto o do Pará, São Paulo e Rio de Janeiro, mas não havia interesse na larga produção, o que ensejou as mais duras críticas do autor aos habitantes locais.<sup>477</sup> Não deixa de chamar a atenção como Sabino avalia o potencial econômico do café e que isso deveria incentivar os habitantes locais a aumentar a produção.

Ao tratar do açúcar, Sabino tece mais críticas aos lusos-maranhenses por não se importarem com este gênero. Pior, em vez de o exportarem, compravam caro da Bahia, Pernambuco e até do Pará. Segundo Sabino, um engenho de açúcar seria benéfico economicamente por demandar mão-de-obra escrava, valorizando o tráfico.<sup>478</sup> Mas a realidade do açúcar no Maranhão, para o autor, era desanimadora: “como aqueles colonos, afeitos a se aproveitarem da cultura menos custosa e mais abreviada colheita, se intimidam e desanimam na manufatura do açúcar, correm muitos ao menos custoso tráfico de imprensar a cana para aguardente”.<sup>479</sup>

Do tabaco, gênero ausente no relatório de Maia, Sabino indica que não havia grande cultura na região, mas acreditava que era tão bom ou melhor que o de outras partes

---

esclarecida. Por ordem do governador D. Diogo de Sousa foi enviado junto com o Padre Joaquim José Pereira para o sertão do Maranhão e Piauí em expedições científicas. Cf. BONATO, 2010.

<sup>476</sup> SILVA, Joaquim Sabino, *op. cit.*, p. 221.

<sup>477</sup> *Ibidem*, p. 222.

<sup>478</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 223

<sup>479</sup> SILVA, Joaquim Sabino, *op. cit.*, p. 224

da América.<sup>480</sup> Sobre os azeites apresenta o mesmo do supracitado relatório, mas, além do gergelim e da mamona, acrescenta o da andiroba. O primeiro era de uso comestível, já os outros dois se usava para iluminação, mas Sabino acrescenta que do último também se fazia sabão. Acredita, ainda, que o gergelim, do qual demonstra gostar, poderia ser cultivado em larga escala para ser enviado para o Reino, onde poderia substituir, se necessário, o azeite de oliva. Neste caso, o autor demonstra a preocupação de avaliar potencialidades que já eram presentes na economia local, para transformá-las em parte da economia atlântica.

O cacau também se distingue na obra de Sabino, ao contrário do relatório de Maia. Sabino chama a atenção para o desinteresse dos habitantes neste tipo de plantação, ainda que seja evidente seu potencial, haja vista haver demanda por parte da Espanha e de outras nações. Segundo Sabino, como o fruto demorava a nascer, não atraía os lusos-maranhenses.<sup>481</sup> O cacau fez parte do interesse da administração central do Império desde o século XVII, inclusive por meio de incentivos fiscais e de facilidades em angariar escravos para esta produção.<sup>482</sup> Sabino demonstra que, mesmo com estes benefícios, o cultivo de cacau não progrediu no Maranhão.

Após descrever tais gêneros agrícolas, que, segundo Sabino, não interessavam aos lusos-maranhenses, mas possuíam potencial econômico, atem-se aos gêneros mais valorizados na região: o algodão e o arroz.<sup>483</sup> O lucro gerado por esses gêneros explicava, em parte, a falta de interesse em outros. Tanto a rizicultura como a cotonicultura estavam presentes em quase toda a capitania. Sabino destaca que a terra era boa para esses cultivos e que o algodão era tão alvo como o de Ásia. Contudo, mesmo os plantios hegemônicos no Maranhão eram alvos de críticas do autor:

Mas, assim mesmo, com tanta fertilidade, me vejo obrigado a declamar contra a imperícia e desarranjo daqueles colonos. Costumam estes apanhá-los às mãos, a uma e uma espiga, por cujo método, quando a colheita é pingue ou o tempo lhe não vai favorável, perdem uma imensa quantidade nas espigas que, pelos ventos e chuvas, se lhes acama e melam sobre a terra, ou, no Verão, se lhe faz roxo, pelo imenso calor do sol.<sup>484</sup>

---

<sup>480</sup> *Ibidem*, p. 224.

<sup>481</sup> *Ibidem*, p. 225.

<sup>482</sup> CHAMBOULEYRON, 2010. Cf. ALGRANTI, Leila Mezan. “Bebida dos deuses: técnica de fabricação e utilidades do chocolate no império português (séculos XVI-XIX)”. In. ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. *O Império por Escrito: Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009. RUSSELL-WOOD, 1988, p. 232.

<sup>483</sup> SILVA, Joaquim Sabino, *op. cit.*, p. 225-226

<sup>484</sup> SILVA, Joaquim Sabino, *op. cit.*, p. 226

Sabino relata a forma como era colhido o algodão como Maia já havia mencionado, mas de forma crítica, avaliando que era inadequado. Cita ainda o caso de um colono inglês, que mandou foices para cegar melhor o algodão, mas que a inovação não gerou interesse local, mesmo com claras vantagens na produtividade. Também destaca que, depois do arroz e do algodão, em termos de produção, a mandioca aparecia em terceiro lugar, plantada principalmente em Alcântara, Viana e Guimarães, mas que era usada na alimentação dos escravos. Essa parecia ser uma necessidade, pois, segundo Sabino, se pudessem, os proprietários das terras colocariam toda a escravaria exclusivamente no trabalho do arroz e do algodão. Como havia grande produção, Sabino acreditava que a farinha também deveria fazer parte do comércio atlântico. Curiosamente, afirma que a farinha seria mais nutritiva do que o arroz e censura os senhores que alimentavam os escravos com arroz.<sup>485</sup>

Sabino tece alguns comentários sobre o cravo, a canela e o gengibre, afirmando que estas especiarias deveriam ser plantadas com cuidado em terrenos apropriados, levando em conta o comércio com outras partes do Império Português (aparentemente, ele se refere à Índia Portuguesa).<sup>486</sup> O comércio de especiarias foi uma das razões, quiçá a mais importante, que motivaram os portugueses a se aventurarem em alto mar em busca de uma rota lucrativa para as Índias. A Carreira da Índia foi tão importante economicamente que o governo de Manuel II, no século XVI, proibiu o plantio de especiarias no continente americano, de maneira a não criar uma concorrência interna no Império. Todavia, no século XVIII, o principal mote do Império era a América Portuguesa, pois a proximidade e a segurança da navegação eram maiores. Por isso, além do açúcar, do algodão e das drogas do sertão, também foi de interesse da Coroa transplantar especiarias orientais para esta região.<sup>487</sup>

Ao final de sua memória, Sabino faz um apanhado geral sobre tudo o que já havia sido mencionado, reafirmando os pontos que acreditava que deveriam melhorar.<sup>488</sup> A memória não só se atém à agricultura, mas pondera também sobre a pecuária, a doação de sesmarias, a conservação e exploração das matas, o controle dos índios e o incentivo ao comércio, assuntos que não serão aqui discutidos. Cabe destacar que a memória de Sabino, provavelmente, foi feita no mesmo período em que o relatório encomendado por

---

<sup>485</sup> *Ibidem*, p.226-227.

<sup>486</sup> *Ibidem*, p. 228

<sup>487</sup> RUSSELL-WOOD, 1988, p. 234. RAMOS, 2004.

<sup>488</sup> SILVA, Joaquim José Sabino, *ibidem*, p. 231-234.

Noronha foi enviado para Portugal e que era destinada àqueles que administravam o Império, como D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Na capitania do Piauí, o relatório sobre a agricultura local foi feito pelo governador D. João de Amorim Pereira, também em 1798.<sup>489</sup> Esse documento, além da caracterização parcial das práticas agrícolas, apresenta respostas a algumas questões que a Coroa havia enviado por ofício ao governador. Entre as respostas de Amorim estava a sugestão de que o bagaço da cana poderia substituir a lenha, o que teria como consequência a preservação das matas, coisa que, segundo o governador, já era feita pelos ingleses e franceses.<sup>490</sup> O uso do bagaço de cana já havia sido recomendado em impressos científicos enviados para a América, como no “Fazendeiro do Brasil”, que será comentado mais à frente. Outra proposta da Coroa era o uso de arados de boi e até mesmo um incentivo em prêmios àqueles que colocassem em prática técnicas modernas para o desenvolvimento da agricultura local, o que deveria ser custeado pela câmara de Oeiras, então capital do Piauí.

Todavia, as recomendações técnicas da administração central do Império eram baseadas em estudos teóricos ou hipotéticos e não pareciam ser suficientes perante os costumes e as dificuldades locais. Nesse relatório, Amorim explica, por exemplo, o inconveniente no uso do arado em terras luso-piauienses:

O uso dos arados que sem dúvida é o melhor que se tem descoberto para a cultura das terras é impraticável nesta Capitania porque quase toda é de matas, chapadas e catingas e por acaso se encontram uns pequenos pedaços de campo por essa Razão alguns Senhores de fazendas naturais desse Reino mandando vir desta os ferros dos arados e cobrindo a tudo o que lhe é necessário e próprio foram obrigados a abandonar as suas ideias e tentativas sendo por uma parte a impossibilidade de praticar aquele uso e por outra a necessidade que há neste País de mudar de terreno para as suas Lavouras pois de outro modo pouco ou nada produzem a terra que pela sua extensão, o método próprio de se semear-lhes ofício correndo bem o tempo boas colheitas.<sup>491</sup>

---

<sup>489</sup> OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Linhares], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a introdução de novos métodos para desenvolver a agricultura, informando a impossibilidade do uso do arado, na capitania, por terrenos serem muito acidentados e cheio de matas, chapadas e caatingas; sobre ordens para demarcação de terras nas vilas da Parnaíba e Parnáguas afim de serem aforadas e de que o único, e escasso, rendimento da Câmara é o resultado do tributo das carnes que se matam no açougue. Oeiras, Piauí. 18/08/1798. *AHU-PI*, cx. 21, d. 1092.

<sup>490</sup> Cabe destacar que, naquele momento, havia uma preocupação por parte de alguns setores influentes na administração central do Império, incluindo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, com a conservação das matas, de maneira que pudessem ser usadas de maneira estratégica e racional. Esta discussão estará presente no segundo capítulo desta tese. Sobre o tema Cf. DUARTE, 2005. PÁDUA, 2004.

<sup>491</sup> OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Linhares], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a introdução de novos métodos para desenvolver a agricultura, informando a impossibilidade do uso do arado, na capitania, por terrenos serem

Segundo o governador, havia dificuldade no uso do arado em razão das características físicas do território luso-piauiense, com raros campos naturais. Aqueles que tentaram se valer deste instrumento não foram bem-sucedidos. Aparentemente, a melhor técnica, praticada pelos agricultores, era usar a terra até enfraquecer seus nutrientes e depois transferir a lavoura para outro terreno. Esta prática, assim como a coivara, era realizada pelos indígenas e foi absorvida pelos colonizadores, o que aproxima a experiência agrícola do Piauí da do Maranhão. Atualmente, tal prática é considerada extremamente danosa para o meio ambiente e era bastante rudimentar até mesmo para a época.

O governador foi cauteloso em elogiar a ideia da premiação, pela câmara de Oeiras, daqueles que melhor desenvolvessem técnicas para a ampliação da agricultura local e também demonstrou que a prática local dificilmente poderia coincidir com as propostas teóricas da Coroa. Isso porque era inviável qualquer premiação diante do pífio rendimento da câmara. Segundo ele, os principais impostos que a mantinham eram recolhidos do abate de gado e da fabricação de aguardente, o que considerava pouco.<sup>492</sup> Segundo Amorim, se procuradores e juízes trabalhassem com competência, a situação econômica de Oeiras poderia melhorar. Ele, contudo, não especifica as razões dessa crítica e nem como isso ajudaria na economia.

Já no quesito da produção de exportação, Amorim apresenta o algodão, o fumo, a sola (couro) e a carne. É breve ao tratar destes produtos e sempre o faz destacando sua precariedade. Sobre o algodão diz apenas que se cultivava da mesma forma que o de “Itapecuru e do Pará”. Do couro, a produção era pouca e precária. Do fumo conta que era produzido da mesma forma como na Bahia, mas em menor escala. Não informa nada sobre a carne, que cita no começo do parágrafo, mas faz comentários sobre o açúcar, que não tinha citado até então. Sobre este gênero, informa que não havia, no Piauí, um Engenho Real, mas somente engenhocas que produziam açúcar e rapadura, além de alguns indivíduos que produziam garapa a partir de rapadura dissolvida em água. Por fim,

---

muito acidentados e cheio de matas, chapadas e caatingas; sobre ordens para demarcação de terras nas vilas da Parnaíba e Parnáguas afim de serem aforadas e de que o único, e escasso, rendimento da Câmara é o resultado do tributo das carnes que se matam no açogue. Oeiras, Piauí. 18/08/1798. *AHU-PI*, cx. 21, d. 1092.

<sup>492</sup> *Ibidem*.

Amorim promete mais informações quando fossem coletados os dados de outras vilas do território luso-piauiense.<sup>493</sup>

Amorim apresenta em outro documento um pouco mais sobre a agricultura no Piauí.<sup>494</sup> Explica, em poucas palavras, que existiam dois tipos de máquina de descarçar algodão na capitania, um maior, no qual quatro pessoas trabalhavam, e outro menor, para apenas duas. Como já foi discutido acima no caso do Maranhão, a Coroa também estava interessada em saber como era feito o processamento do algodão no Piauí. O produto era uma importante fonte de renda para a capitania e daí o interesse vívido por parte da Coroa no modo de produção. Amorim informa, no mesmo ofício, que havia plantações de algodão nas margens do rio Parnaíba, mas não foram apresentados detalhes, como era de se esperar, pois o governador ainda não havia recebido os dados de outras vilas.

Os administradores da máquina burocrática do Império Lusitano, que tinha à frente D. Rodrigo de Sousa Coutinho naquele momento, almejavam perscrutar o máximo possível sobre as produções realizadas nas possessões portuguesas. Essa era a razão pela qual relatórios e também memórias foram elaborados e enviados para Portugal. Por outro lado, esta mesma administração colonial, que queria saber amiúde sobre o potencial econômico do território luso-brasileiro, também almejava instruir os indivíduos que considerava capacitados para desenvolver a colônia. Com essa finalidade foram enviados impressos que divulgavam conhecimentos científicos e técnicos destinados a melhorar a produção local, seja a que já existia ou a que poderia ser inaugurada a partir de conhecimentos especializados.

A relação destas memórias e relatórios que tem como temática a agricultura trazem luzes questões sobre a política da época e a relação entre o Império Português e a natureza de suas diversas regiões. Dos documentos analisados, somente o relatório de Maia se importa em explicar as técnicas empregadas na manufaturação dos gêneros. As demais, a memória feita por Ferreira e a de Sabino não o fazem, inclusive no caso último deixa claro que não era de seu interesse.

---

<sup>493</sup> OFÍCIO ....*AHU-PI*, 1092.

<sup>494</sup> OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Linhares], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo plantas da vila da Parnaíba e o modelo de um engenho para descarçar algodão; e informando acerca da utilidade de se navegar pelo rio Parnaíba. Oeiras, Piauí. 22/11/1798. *AHU-PI*, cx. 21, d. 1115.

Das memórias apresentadas neste capítulo as de Alexandre Rodrigues Ferreira e a de Joaquim José Sabino são as mais complexas. Ambas obras ficariam inéditas sem seus autores olharem elas serem publicadas. Mas suas semelhanças vão além. O aspecto crítico em relação a agricultura que analisam, seja o Pará ou o Maranhão estabelecem dificuldades própria das administrações locais pela falta de “interesse” pela causa do Império Português por seus vassallos no norte da América Portuguesa. Ferreira é até moderado nas críticas aos habitantes locais se for comparado com o ácido Sabino que ver um português degradado na região, devido ao convívio constante com os escravos e por isso segundo ele não possuíam educação.

Porém, tanto Ferreira como Sabino, como intelectuais participantes da administração imperial português, este como secretário de Estado e aquele como naturalista explorador, em suas informações prestadas ao Império, apontavam as críticas, mas traziam no encalço as soluções. E estas perpassam por uma maior intervenção no norte da América Portuguesa, ou seja, defendiam que a lei real obrigasse os lusos-americanos a realizarem a produção necessária que poderia desenvolver a agricultura. Dentre as apresentadas por cada autor, as que se refere ao tratamento com a mão-de-obra é parte fundamental apresentada por eles, mas com maior destaque para Ferreira. Outro ponto que pesa nas duas obras é o nível técnico utilizados na agricultura locais, que para eles não estavam condizentes com o que havia de mais moderno no conhecimento de então, mas ainda prevaleciam técnicas rudimentares e que não valiam de instrumentos que acreditavam ser necessário para uma agricultura produtiva, como por exemplo o arado. Neste quesito o relato do governador D. João de Amorim do Piauí seria um contraponto, pois para ele o uso do arado seria inapropriado para a região de sua administração. Sobre isso a historiadora Ermelinda Pataca destaca que algumas práticas que eram realizadas em Europa e incentivadas pelos naturalistas na América eram inapropriadas para região, ainda que fossem consideradas modernas e úteis no continente europeu.<sup>495</sup> Nesse sentido o governador do Piauí estava mais atento do que os naturalistas sobre o território americano.<sup>496</sup> A coivara técnica aprendida com os indígenas estão presentes em todas as fontes trabalhadas o que corrobora com a historiografia que demonstrava que tal técnica era hegemônica na América.

---

<sup>495</sup> PATACA, 2015, 210-211.

<sup>496</sup> O que chama como produtores agrícolas seriam os latifundiários que produziam em quantidade significativa agrícola, na administração do Império Português eram referidos simplesmente com lavradores.

É possível notar por meio destes materiais trabalhados os diversos aspectos dos biomas das regiões pesquisadas e a relação ser humano-natureza. Quando comparadas umas com as outras notamos ausências e repetições de gêneros. Assim a salsaparrilha e a baunilha são recorrentes na memória de Ferreira sobre o Grão-Pará, mas não constam nas fontes referentes ao Maranhão e Piauí, possivelmente por não serem gêneros tão recorrentes nestas regiões como naquela. No caso do cacau que também está presente na obra de Ferreira e que se fazem importantes no Grão-Pará, é citado brevemente por Sabino, demonstrando desinteresse dos lusos-maranhenses no cultivo. Deste modo este autor acreditava que seria possível o cacau ser plantado no Maranhão se somar com o do Grão-Pará. E efetivamente houve tentativas de se plantar cacau nesta região como lembra Russell-Wood, mas que nunca vigaram de todo.

Questão que se assemelha o Maranhão e o Grão-Pará foi a cultura canavieira nessas capitâneas. Tanto Ferreira como Sabina criticam a produção da aguardente em detrimento do açúcar nas respectivas regiões que tratavam. Chambouleyron já havia demonstrado esta situação que a Coroa com incentivos e punições almejava maior produção de açúcar, mas os habitantes preferiam a produção de aguardente.<sup>497</sup> O que parece ser algo desrazoável por parte dos habitantes, tendo em vista o valor do açúcar maior, o próprio Ferreira traz a resposta que o desinteresse se dá em não se ver possibilidade de se competir com as produções das capitâneas do Pernambuco e Bahia que já eram tradicionais.

O anil é bastante valorizado tanto por Ferreira e como por Sabino, e ambos optaram por tratar primeiramente deste gênero em seus textos. Ambos destacam que os vassallos americanos das respectivas regiões tratadas não se importam desta produção, ainda que ficasse claro para eles que o contexto em que viviam era uma produção em potencial no mercado europeu industrial. A diferença se faz que Ferreira não relata nenhum momento de sucesso deste corante no Grão-Pará, já Sabino, imbuído de documentos da secretaria de estado, onde trabalhava, demonstra que houve uma produção significativa em tempos pretéritos e por isso havia precedentes de sucesso.

As aclimações fazem parte da cultura científica e econômica de então, e nisso há presença nos textos, mas principalmente na de Sabino. O cravo, canela e café são os

---

<sup>497</sup> CHAMBOULEYRON, 2010. Cf. CARDOSO, 2017, p. 86.

gêneros que seriam uma complementação econômica aos tradicionais cultivados no Maranhão e Grão-Pará. No caso do café, bebida em ascensão na Europa e na América, ambos autores acreditam em sua potencialidade na economia, inclusive não passou despercebida pelo relatório de Maia, ainda que no texto dele tinha como maior objetivo tratar das culturas exportáveis.

Mas apesar de tanto Ferreira como Sabino tratarem da importância da mão-de-obra cada um enxergou a situação de forma diferenciada. Ferreira por repensar a agricultura em período que havia pouco tempo extinguido a Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão ainda se pautada por meio desta como ponto de partida de sua apresentação da solução da falta de mão-de-obra, por outro lado Sabino não trata da possibilidade da Companhia ou congênere reviver, o que pode indicar que ele não acreditava ou não se importava com tal solução. Cabe lembrar, que quando Ferreira escreve o seu *Estado presente da agricultura do Grão-Pará* foi de poucos anos após o término da Companhia, o que poderia ser visível como uma provável solução no horizonte. Já a memória de Sabino, foi confeccionada na virada do XVIII para o XIX em outro contexto político e econômico diante das guerras provocadas após Revolução Francesa (1789).

Os índios também foram avaliados de forma diferenciadas para ambos autores, enquanto para Ferreira o indígena deveria ser inserido na colonização agrícola, Sabino coaduna com Gaioso que os índios seriam um dos muitos entraves para a produção agrícolas em regiões mais longínquas da capital. Onde havia índios não ocidentalizados não permitia que tal região fosse utilizada para agricultura. Evidencia-se no texto de Ferreira o pouco tratamento sobre a mandioca, gênero que Maia, Sabino e Amorim enfatizam para o Maranhão e Piauí.

#### **4.2. - Impressos e conhecimentos técnicos no Império**

Se, por um lado, eram enviadas informações e amostras de produtos naturais da América Lusitana para o Reino, também havia informações que eram enviadas do Reino para a América. Tais informações vieram de formas variadas, como em alvarás e outros documentos administrativos, mas também em impressos de natureza técnica, como foram os casos dos estudos sobre agricultura e mineração. Durante o mandato de D. Rodrigo de Sousa Coutinho no ministério, tais impressos foram produzidos com a finalidade de

melhorar a economia do Império como um todo, trazendo mais informações para diversificar a produção econômica. Havia algumas tipografias que produziam este material autorizado pela Coroa, mas que ficou mais sistematizado com a criação da Casa Literária e Tipográfica do Arco do Cego.

Um exemplo é o “Fazendeiro do Brasil”, obra organizada pelo diretor da referida tipografia, o luso-mineiro Frei Mariano Veloso. No prefácio, ele elogia e ressalta a importância da produção e do envio destes impressos para a América:

VOSSA ALTEZA, pelo contrário, abre luminosa carreira do seu iluminado Governo, procurando estabelecer o bem real de todos os seus vassallos, sobre as solidíssimas bases da bem entendida Agricultura. Procura fazer-lhes ver pelas Memórias, mandadas imprimir à custa da Real Fazenda, quais sejam as melhores práticas da Economia rural, descobertas por aquelas Nações, que mais as tem adiantado, e que, a pesar de possuírem pequenos territórios, as suas exportações se avantajaram com tanto excesso as nossas. Que, tendo recebido de Nós os primeiros elementos, neste continente, os tem feito chegar a tanta perfeição, que nos vemos ser obrigados a ser seus discípulos. VOSSA ALTEZA não quer, que só se melhore uma, ou outra em particular, mas que todas em comum, e que introduzam novos ramos compatíveis com o País. VOSSA ALTEZA quer o todo da Nação respeitado, e feliz em todos os seus lados.<sup>498</sup>

Neste trecho, o autor destaca a importância de trazer à tona o conhecimento para os agricultores do Império Português, pois era por meio da agricultura que o desenvolvimento econômico poderia beneficiar este mesmo Império. Mas, para tanto, era preciso investir em conhecimento e este foi o sentido da Tipografia do Arco do Cego: produzir material útil para o entendimento daqueles que contribuíam para a economia. Também neste trecho é possível vislumbrar que o autor reconhece que as demais nações europeias excediam em conhecimento sobre estes assuntos, que obrigavam os portugueses a serem discípulos dessas mesmas nações. Os impressos, portanto, divulgavam traduções de estudos relacionados às atividades econômicas da colônia, produzidos em outros países, e deveriam ser distribuídos por todo Império, sobretudo a América Lusitana. É importante ressaltar que Veloso sinalizava que era de interesse da Coroa não somente incentivar a cultura agrícola, mas todas que fossem possíveis dentro do território, inclusive encorajar novas que tivessem potencial econômico.

Apesar de a historiografia desconsiderar os impressos científicos por tanto tempo, eles estavam presentes nas diversas capitanias da América Portuguesa, fazendo

---

<sup>498</sup> VELOSO, José Mariano da Conceição (org. e trad.). *Fazendeiro do Brasil*, melhorando na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o que melhor se tem escrito sobre o assunto (tomo 1, parte 1). Lisboa: Régia Oficina Tipografia, 1798, p. 12-13.

parte da sociedade colonial. Na documentação analisada, nota-se que os governadores, em suas correspondências oficiais, traziam informações sobre os impressos que estavam em suas mãos. Em 1798, por exemplo, D. Fernando de Noronha, no Maranhão, acusou o recebimento dos seguintes impressos: “Memória sobre o Loureiro Cinamomo”, “Memória sobre o método de se fazer salitre”, “Memória sobre o método de preparar a cochonilha” e “Memória sobre a reforma dos alambiques”. Todos estes livros tinham como propósito incentivar atividades consideradas prioritárias para a Coroa. Noronha deixa isso claro após atestar o recebimento das obras:

[...] havendo porém nesta Capitania os produtos mencionados fico trabalhando em caracteriza-la segundo a arte para se conhecer com segurança a sua qualidade, dirigindo ao mesmo tempo a sua cultura e preparo, pelos preceitos apontados, e obrigando-me a representar de futuro os seus progressos a proporção que forem em aumento.<sup>499</sup>

Fica claro que os livros recebidos eram vinculados à política colonial de desenvolvimento agrícola e aproveitamento de minerais. Os estudos sobre o salitre e a reforma dos alambiques são de autoria de João Manso, luso-americano que tinha pesquisas nestas áreas. A memória sobre a cochonilha era destinada à indústria tintorial, fundamental para os planos estratégicos do Império. Também em posse do governador Noronha estava a memória sobre a caneleira (Loureiro Cinamomo), a mais valiosa das especiarias no final do século XVIII. Ele recebeu essa memória junto com mudas da planta para que pudesse aliar conhecimento e prática.

O governador e sucessor de Noronha, D. Diogo de Sousa, e os naturalistas Vicente Dias Cabral e Joaquim Pereira citaram essas obras diversas vezes em suas cartas, comprovando que os livros circularam e foram lidos. E não apenas elas, mas também outras a que certamente tiveram acesso. Por exemplo, D. Diogo de Sousa, ao tratar da erva de São Caetano, desconfiou que não era uma planta desconhecida pela ciência, mas que foi ignorada no local pelos pesquisadores em razão do nome vulgar. Chega a tal suspeita depois de consultar a *Memória sobre a cultura dos algodoeiros* de Manuel Arruda Câmara, citada em sua correspondência.<sup>500</sup> Em outro momento, o governador

---

<sup>499</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar o recebimento das memórias sobre o loureiro linamomo, o modo de se fazer salitre e o seu extracto, de se preparar a cochonilha e sobre a reforma dos alambiques. 02/04/1798. Maranhão. *AHU-MA*, cx. 97, d.7886.

<sup>500</sup>OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um fardo e dois sacos com erva de São Caetano. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8757. Arruda Câmara era formado em medicina em Montpellier, foi aluno de Chaptal, e integrava o grupo de ilustrados que estavam em torno

tenta identificar o gênero do tabaco conhecido vulgarmente por *petum*, também se valendo de seu conhecimento livresco.<sup>501</sup>

Deste modo, é possível notar que os governadores escolhidos por D. Rodrigo de Sousa Coutinho tinham apreço pelo conhecimento científico disponível nos livros. O uso dos impressos permitia a tais governadores avaliar as possibilidades da natureza e da economia, conforme as exigências da Coroa. Não eram somente os naturalistas que estavam capacitados para avaliar os produtos naturais, mas também os administradores da colônia, geralmente formados na Universidade de Coimbra reformada na segunda metade do século XVIII.

Os impressos enviados pela Coroa circulavam não apenas pelas mãos dos governadores e seus agentes. Essa circulação era permitida, pois eram obras consideradas confiáveis, isto é, que não difundiam ideias subversivas. Pelo contrário, glorificavam a Coroa e prometiam regenerar o Império.<sup>502</sup> Tais obras foram confeccionadas em tipografias autorizadas pela Coroa, principalmente na Tipografia do Arco do Cego, e não passavam por órgãos censórios.

No Maranhão, estes impressos eram vendidos no correio de São Luís, instituição que fazia parte do serviço real e que era sediada na residência de seu próprio diretor, Luiz da Rocha Compasso.<sup>503</sup> O correio foi uma instituição fortalecida na administração de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que transferiu sua gestão diretamente para a Coroa com a finalidade de ampliar a centralização administrativa e tornar a gestão pública mais eficiente, processo iniciado desde os tempos pombalinos.<sup>504</sup>

Em 1798, ainda na administração de D. Fernando de Noronha, a Coroa informou que havia repartido 90 exemplares da “Memória sobre a Cultura e manipulação de

---

do ministro Sousa Coutinho. Ainda em vida teve algumas de suas obras publicadas, como o caso da citada acima. KURY, 2016, p. 22.

<sup>501</sup>OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um caixão com tabaco vulgarmente chamado "Petum". São Luís, Maranhão. 27/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8763.

<sup>502</sup> MUNTEAL FILHO, 2001b.

<sup>503</sup> Desconheço maiores informações sobre este indivíduo, que aparentemente também foi ignorado pela historiografia.

<sup>504</sup> SALVINO, Romulo Valle. “Cartas da terra: o Correio-mor e a centralização do poder no Reino e na Colônia”. *Postais: Revista do Museu Nacional dos Correios*, nº1. Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Gestão Cultural, 2013. GUAPINDAIA, Mayra Calandrini. “D. Rodrigo de Souza Coutinho: pensamento ilustrado e a reforma dos Correios nos setecentos”. *Postais: Revista do Museu Nacional dos Correios*, nº1. Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Gestão Cultural, 2013.

açúcar”. O documento não deixa claro o que significa o termo “repartir”, se se trata de venda ou de distribuição gratuita destes impressos, algo que não era incomum. Também no texto não fica claro para quem as obras seriam destinadas. Em 1800, já no governo de D. Diogo de Sousa, há um documento parecido, mas mais específico:

Fiz repartir os quatro exemplares da Instrução sobre a cultura das Batatas por igual número de pessoas, que me parecem mais aplicadas à Agricultura, como V.Ex.<sup>a</sup> me determinou em o seu Aviso de 17 de Julho do corrente ano, que acompanhou os ditos exemplares.<sup>505</sup>

Nesse caso, o uso do termo repartir parece mais evidente, como sinônimo de distribuir gratuitamente. Foram quatro exemplares, doados para os indivíduos que o governador considerou mais “aplicados à agricultura”, possivelmente àqueles que estivessem mais aptos para o cultivo de batatas. A obra distribuída é um livreto de 15 páginas sem indicação de autoria, mas se sabe que é uma tradução do inglês, informação que está apontada no próprio corpo do texto.<sup>506</sup> Tal impresso traz uma situação curiosa, já que incentivava o cultivo de um tubérculo em um lugar que sempre era lembrado pela ampla difusão da raiz tuberosa da mandioca. A obra elogia a batata em termo inequívocos, indicando que, além de alimento humano, era utilizada em países europeus como alimento para o gado. Na Europa, na falta do trigo, a batata o substituíva, segundo o autor anônimo da introdução. Em um trecho se lê:

[...] quis o Augusto Príncipe, Nosso Senhor e Nosso Desvelado Pai, que se fizesse público, por meio da Imprensa, o método de a cultivar, extraindo das Memórias da Sociedade de Agricultura de Bath, não só a fim de que Seus ditosos Vassallos se persuadam de quanta vantagem lhes pode ser a cultura das Batatas, e procurem pôr em efetiva prática os princípios recomendados nas poucas folhas deste livrinho [...].<sup>507</sup>

Este trecho caracteriza bem a função da obra, bem como de outras que eram “repartidas”, que era destacar as vantagens deste tipo de plantio. Curiosamente, os métodos tratados na obra eram voltados para regiões europeias, pois ali aparecem termos como “geada” e o calendário das estações utilizado era o do hemisfério norte. Outro dado curioso é uma nota explicativa pelo tradutor, revelando que usou o termo “enxada” por não saber como se chamaria em português o instrumento agrícola puxado por cavalos.<sup>508</sup>

---

<sup>505</sup>OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar que repartiu os quatros exemplares da instrução sobre a cultura das batatas pelas pessoas que lhe pareciam mais aplicadas na agricultura. São Luís, Maranhão. 03/12/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8832.

<sup>506</sup> INSTRUÇÃO *sobre a cultura das batatas traduzida do inglês por ordem superior*. Lisboa: Tipografia do Arco do Cego, 1800.

<sup>507</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>508</sup> INSTRUÇÃO, 1800, p. 12.

Atualmente, a única coisa que se sabe sobre o plantio de batatas no Maranhão é o que consta no relatório de Noronha, ou seja, que era voltado para alimentação dos escravizados.

O que motivava a distribuição gratuita de obras como a memória sobre a plantação de batatas? Há duas hipóteses explicativas para esse tipo de iniciativa. Uma é que a política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho tinha este caráter difusor da ciência para o melhor desenvolvimento das potencialidades agrícolas do Império.<sup>509</sup> Maria Odila Dias aponta que houve um forte entusiasmo de Sousa Coutinho nessa direção, o qual não foi acompanhado pelos colonos lusos-americanos. Para exemplificar essa situação, a historiadora apresenta o caso do governador de São Paulo em 1800, Melo Castro e Mendonça, que distribuiu gratuitamente algumas obras por não haver compradores suficientes.<sup>510</sup> Esse também parece ser o caso das capitanias de Pernambuco e da Paraíba.<sup>511</sup> No caso do Maranhão, o historiador Mário Meireles também aponta essa diferença nos planos de Sousa Coutinho para a realidade que ocorreu. Segundo Meireles, o comércio de livros fracassou e o próprio D. Diogo de Sousa teria lamentado a “indiferença ou, para melhor dizer, repugnância destes povos para toda a qualidade de aplicação literária”. Ainda segundo Meireles, houve um prejuízo de 2:401\$478.<sup>512</sup> Infelizmente, o referido historiador, como era costume em sua época, não indica quais as fontes de onde extraiu tal informação.

Ainda que o comércio não tenha sido o esperado, ele existiu e tinha, nos correios de São Luís, um importante ponto de venda. Em 1799, há registros da chegada de 80 exemplares do “Mercúrio Britânico” (pelo valor de 300 réis), 25 da “Memória sobre a plantação de algodão” (120 réis) e 90 do segundo tomo do “Fazendeiro do Brasil” (1.000 réis). Ainda neste ano, no mês de dezembro, chegaram 10 exemplares do “Curso de estudos para uso do comércio” (1.200 réis).

---

<sup>509</sup> Maria Nizza da Silva também aponta possibilidades na distribuição gratuita de obras científicas no Rio de Janeiro dos Vices-reis. Cf. 2013, p. 299.

<sup>510</sup> DIAS, 1968, p. 158. Da mesma forma Wegner aponta nesse sentido de falta de interesse dos produtores de São Paulo em comprar os impressos agrônômicos, mesmo diante da grande quantidade enviada para essa capitania (em torno de 2300), o que levou a se propor a distribuição gratuita. Cf. WEGNER, 2004, p. 137-138.

<sup>511</sup> VERRI, Gilda Maria Writaker. “Livros na capitania da Paraíba e Pernambuco no século XVIII”. In. BARBOSA, Socorro de Fátima P. *Livros e periódicos nos séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

<sup>512</sup> MEIRELES, 1979, p. 63.

A maioria dos impressos era voltada para a agricultura e o comércio. Chamam a atenção os 80 exemplares do “Mercúrio Britânico ou notícias históricas e críticas sobre os negócios atuais”, jornal editado por um francês exilado na Inglaterra, Mallet du Pan. Esse autor ficou conhecido por ser um crítico da Revolução Francesa e daí o interesse da Coroa Lusitana pela sua difusão em solo americano. Entre 1798 e 1800, foram publicados quatro volumes em inglês, logo traduzidos para o português e distribuídos na América. Quiçá fosse plano do autor lançar mais volumes, mas isso ficou inviabilizado devido à morte de du Pan em 1800.

No biênio 1799-1800, foram enviados para o Maranhão 1.052 exemplares, conforme a Tabela 4.

**Tabela 4:** Contabilidade da venda de livros da Casa do Correio – 1799-1800

<b>Título</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Exemplares recebidos</b>	<b>Preço unitário (em réis)</b>	<b>Valor total (em réis)</b>	<b>Exemplares vendidos</b>	<b>Valor arrecadado (em réis)</b>
<i>O Fazendeiro do Brasil</i> (l)	1798	190	1\$000	190\$000	8	8\$000
<i>Memória sobre a plantação de algodões</i> (f)	1798	75	120	9\$000	5	600
<i>Memória sobre a caneleira</i> (f)	1797	50	80	4\$000	1	80
<i>Memórias e extratos sobre a pipereira negra</i> (f)	1798	200	160	32\$000	3	480
<i>Memória sobre a cultura do loureiro cinamomo</i> (f)	1798	100	160	16\$00	3	480
<i>Memória sobre o método econômico de transportar para Portugal a aguardente do Brasil</i> (f)	1798	20	160	3\$200	4	640
<i>Extrato sobre o método de se preparar a potassa</i> (f)	1798	100	160	16\$000	3	480
<i>Extrato acerca de se fazer nitrato de potassa ou salitre</i> (f)	1798	100	200	20\$000	3	600
<i>Instrução sobre a combustão de vegetais</i> (f)	Título não localizado	50	160	8\$000	3	480

<i>Alographia dos alkalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda. Com Estampas Iluminadas</i> (l)	1798	12	2\$000	24\$000	2	4\$000
<i>Alographia...Com estampas e preto</i> (l)	1798	36	1\$600	57\$600	2	3\$200
<i>De Rebus Rusticis Brasicis</i> (l)	1798	10	960	9\$600	2	1\$920
<i>Cursos de estudos do comércio e fazenda</i> (l)	1798	10	1\$200	12\$000	1	1\$200
<b>Total</b>		<b>1052</b>		<b>401\$400</b> <b>(total das remessas)</b>	<b>42</b>	<b>25\$360</b>

**Fonte:** AHU (MA), D. 8242, 8698 e 8799. Adaptação feita por Marcelo Cheche Galves. *Saberes impresso...*p. 126. **Legenda:** (f) folheto; (l) livro.

Há algumas questões a serem comentadas sobre a tabela acima. Em primeiro lugar, não foram encontradas informações sobre a venda do “Mercúrio Britânico”. Já no caso do “Fazendeiro do Brasil”, eram 90 exemplares do segundo tomo; 50 exemplares da parte 1 do primeiro; e 50 exemplares da parte 2. Não foram informados quais destes foram vendidos. Em 22 de outubro de 1800, do total arrecadado, foi remetido para Lisboa o valor de 24\$880. Marcelo Galves aponta que há a possibilidade de a diferença de 480 réis ser oriunda de descontos ou doações.<sup>513</sup> “A instrução sobre a combustão de vegetais”, “De Rebus Rustici Brasicis” e o “Curso de estudos do comércio e fazenda” não foram encontrados para análise.

Importa destacar que, se algumas dessas obras abordavam o cultivo do algodão, não houve obras que tratassem do arroz, cultura igualmente importante no Maranhão. Houve, contudo, obras sobre a cana-de-açúcar, de pouco cultivo. Impressos dedicados ao salitre eram fundamentais, reafirmando o interesse da administração central do Império pela busca desta matéria-prima nos sertões do Maranhão e Piauí. Também vale apontar os impressos voltados para culturas promissoras de origem asiática, como a pimenteira e a caneleira, e que, desde o século anterior, tentava-se transplantar para o Maranhão.

<sup>513</sup> CARTA do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para José Filipe da Fonseca, sobre a compra de alguns impressos. São Luís, Maranhão. 22/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8799. OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre não terem chegado os impressos de que fez menção o Aviso de 5 de maio do corrente ano, e que se remeteram pelo correio marítimo. São Luís, Maranhão. 23/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8803.; GALVES, 2014, p. 126.

A presença destes impressos em 1800 em território americano, em sua maioria publicados em 1798 (com a exceção da memória sobre a caneleira, que é de 1797), é algo significativo, pois demonstra a celeridade que a alta administração do Império Lusitano dava à difusão de conhecimentos úteis para as áreas coloniais. Apesar para o padrão da época constar uma volumosa quantidade de impressos registrados na Tabela 4, ainda no ano de 1800, no mês de dezembro, foram recebidos no Maranhão mais 294 exemplares. Essa lista continha obras mais heterogêneas se comparados com as remessas anteriores, conforme a Tabela 5.

**Tabela 5:** Impressos recebidos pela Casa do Correio em 1800

<b>Título</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Exemplares recebidos</b>	<b>Preço unitário (em réis)</b>	<b>Valor total (em réis)</b>
<i>Considerações cândidas e imparciais sobre a natureza e o comércio do açúcar</i>	1800	40	1\$000	40\$000
<i>História nova e completa da América</i>	1800	30	480	14\$400
<i>Memória sobre a cultura e produtos da cana-de-açúcar</i>	1800	30	600	18\$000
<i>Cultura americana</i>	1799	3	1\$800	5\$400
<i>A ciência das sobras relativas ao desenho</i>	1799	6	960	5\$760
<i>Construção e análise de proposições geométricas (Arquitetura Naval)</i>	1798	3	1\$200	3\$600
<i>Cálculo das pensões vitalícias</i>	1797	3	1\$200	3\$600
<i>Memória sobre a cultura dos algodoeiros</i>	1799	3	600	1\$800
<i>Gumas iluminadas (sic)</i>	?	6	1\$200	7\$200
<i>Gumas pretas (sic)</i>	?	6	800	4\$800
<i>Arte de fazer a cola forte</i>	1799	25	400	10\$000
<i>Manual do Mineralógico</i>	1799	6	2\$400	14\$400
<i>Carta de massos (sic)</i>	Título não localizado	60	25	1\$500
<i>Naturalista instruído</i>	1800	50	200	10\$000
<i>Helminologia portuguesa</i>	1799	3	1\$200	3\$600
<i>Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres</i>	1800	25	150	3\$750
<i>Combustão dos vegetais</i>	Título não localizado	12	60	720

<i>Extrato acerca do método de se fazer nitrato de potassa ou salitre</i>	1798	12	60	720
<i>O Fazendeiro do Brasil, tomo 1, parte 2</i>	1799	6	1\$600	9\$600
<b>Valor total da remessa</b>				<b>158\$850</b>

Fonte: AHU (MA), D. 8803 e 8850. Adaptação de Marcelo Cheche Galves. “Sabres impressos...p. 129.

Na tabela acima é possível notar que impressos diferentes, mas com temáticas parecidas, foram enviados para o Maranhão no final de 1800. São os casos da cana-de-açúcar, algodão, salitre e comércio. Por outro lado, havia temas distintos, como o que trata da história da América, engenharia naval, desenhos etc. Eram assuntos que destoavam do conjunto agrarista, mas igualmente importantes para o conhecimento Ilustrado e pragmático que a Coroa pretendia difundir em solo americano. Por exemplo, a *memória sobre a sepultura dos cadáveres* apresentava questões importantes para a época, relacionadas ao saneamento básico e à salubridade urbana.<sup>514</sup> Ademais, também era possível obter salitre onde havia a decomposição de matéria orgânica.<sup>515</sup>

É possível que parte desses impressos fossem distribuídos e não vendidos. Foi o caso do material enviado para a expedição de Dias Cabral e Joaquim José Pereira. Em março de 1801, por ordem do governador D. Diogo de Sousa, foram doadas as seguintes obras para estes naturalistas: dois volumes da “Mineralogia” de Bergman, da memória de Manuel de Arruda Câmara sobre os algodoeiros, da “Quinografia Portuguesa” de Frei Veloso e do “Manual mineralógico”.<sup>516</sup> Essa prática de distribuir alguns impressos pode explicar as diferenças nos valores arrecadados pela administração. Outra questão importante é que também foi enviado um impresso que não consta nas duas tabelas anteriores, como é o caso da “Quinografia”, obra traduzida pelo Frei Veloso e que trata da quina, o que demonstra maior circularidade de títulos.

Em dezembro de 1801, ao tratar da ajuda de custo para uma expedição naturalista ao sertão do Piauí, o padre Joaquim José Pereira solicitou impressos a serem enviados para a cidade de Oeiras, onde ele e o Dias Cabral estavam. Este material seria parte essencial do trabalho na pesquisa científica e foi escolhido de acordo com um catálogo

<sup>514</sup> SILVA, Maria Nizza, 2013.

<sup>515</sup> VARELA, Alex Gonçalves. *Atividades científicas na “Bela e Bárbara” capitania de São Paulo (1796-1823)*. São Paulo: Annablume, 2009.

<sup>516</sup> OFICIO ao Correio-mor desta cidade para remeter a esta Secretaria uns livros. São Luís, Maranhão. 11/03/1801. *APEM*, livro 51, doc. 58, fl. 13.

que Pereira possuía. Não se sabe que catálogo é esse, haja vista que ele não condiz com os apresentados anteriormente. Na Tabela 6 constam os livros demandados por Pereira.

**Tabela 6:** Impressos solicitados por Joaquim José Pereira em 1801<sup>517</sup>

<b>Química</b>	<b>Mineralogia</b>	<b>Dicionários</b>	<b>Sistema</b>	<b>Obras várias</b>	<b>Memórias da Academia de Lisboa</b>
De Baumé prática	De Kirwan	Química de Macquer	Da natureza por Lineu	De Bommet	As que versassem sobre agricultura, economia e literatura
De Macquer	De Wallerius	De agricultura de Rosier	Dos vegetais de Lineu (na falta desse pede o de Morray)	Curso de Estado de Conde Hae	
De Fourcroy		Universal de Geografia Mercantil	<i>Species Plantarum</i> de Reichard		
De Morveau		De história natural de Bomare	<i>Genera Plantarum</i> de Reichard		
Jornal e Anais de Brugnotelli		De Física de Brisson			
Anais de Lavoisier		De matéria médica de Blackhart [ou Blanchart]			
		De artes e ofícios da Enciclopédia			
		De língua francesa da Academia de Paris			
		De língua Portuguesa de Moraes			

<sup>517</sup> Infelizmente, os documentos digitalizado pelo projeto Resgate são de difícil leitura e a letra de Pereira não era uma das melhores, o que dificultou a transcrição dos nomes dos autores. A divisão feita na tabela foi a mesma feita por Pereira, que se referia mais aos nomes dos autores do que os das obras.

**Fonte:** AHU-PI, d. 1262.

Autores importantes estão nesta tabela, como Lineu e Lavoisier. A coluna “Dicionários” especifica que desejava receber um da língua francesa e outro da língua portuguesa, como o moderno e recente dicionário de Antônio Moraes, além de enciclopédias e compêndios científicos. A mencionada “Enciclopédia de artes e ofícios” é, provavelmente, a obra organizada por Denis Diderot e Jean D’Alembert. Embora perseguida por conter reflexões consideradas subversivas pela própria monarquia francesa, continha muitos verbetes técnicos e científicos.<sup>518</sup> Quiçá por ser um sacerdote, Pereira talvez fosse um dos poucos privilegiados que podiam ler obras proibidas pela censura real. Como lembra Ana Araújo, alguns indivíduos, devido às suas funções, tinham autorização para ler obras proibidas, incluindo sacerdotes que precisavam conhecer as obras para poder condená-las.<sup>519</sup> Na última coluna, Pereira solicita as memórias da Academia de Ciências de Lisboa, sendo bem generalista ao pedir todas as que versassem sobre agricultura, economia e literatura.

No Piauí também houve circulação de impressos destinados ao desenvolvimento da ciência local. Infelizmente, até o presente momento não foi encontrada uma lista destes impressos, quiçá devido à convulsão causada pelos governadores dessa capitania na virada dos séculos XVIII e XIX. Contudo, há alguns indícios da circulação e do comércio de livros. Por exemplo, em 16 de agosto de 1799, D. João de Amorim Pereira acusou o recebimento de impressos sobre diversas culturas que deveriam ser oferecidos aos habitantes locais no intuito de desenvolver a agricultura local. Também é informado que foram recebidos instrumentos agrícolas.<sup>520</sup> Apesar de não mencionar os títulos das obras, o governador registra que a primeira venda arrecadou 58 mil réis. Em julho de 1800, já no governo interino de Francisco Diogo Moraes, há nova menção a esses livros e aos instrumentos, informando que a venda seria apurada posteriormente e os valores arrecadados enviados para Lisboa.<sup>521</sup>

---

<sup>518</sup> Cf. DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>519</sup> Cf. ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal (Temas e problemas)*. Lisboa: Horizonte, 2003. SILVA, Maria Nizza, 2013, p. 257.

<sup>520</sup> OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ter recebido a relação de impressos relativos a artigos que tratam de agricultura e os ter distribuído por alguns dos habitantes do Piauí, pelos preços declarados na relação. Oeiras, Piauí. 16/08/1799. *AHU-PI*, cx. 22, d. 1164.

<sup>521</sup> OFÍCIO do [governador interino do Piauí], Francisco Diogo de Moraes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção da relação dos impressos e outros

Ainda no mesmo ano, este governador informou que o seu antecessor não lhe tinha passado os impressos e que por isso ainda não se poderia estabelecer os valores totais da vendagem.<sup>522</sup> Este ofício é curioso, pois neste momento o ex-governador Amorim estava detido em São Luís devido à devassa que estava sendo realizada em razão da disputa em que ele se envolveu com as elites locais. Como indicado acima, Amorim havia garantido que tinha recebido os livros, mas seu sucessor, naquele momento, afirmava não poder prestar contas da venda e da distribuição. Isso gera estranheza, pois Moraes, em correspondência, disse que colocaria os livros à venda quando os recebesse. Em janeiro de 1801, o novo governador alega que ainda não havia recebido os impressos.<sup>523</sup> Somente em maio o diretor das boticas da Marinha, João Felipe da Fonseca, informou os valores arrecadados no Piauí, 237\$720 réis.<sup>524</sup> Ele não indicou os títulos, mas informou o paradeiro dos livros: estavam guardados em duas caixas.

Nesse ano de 1801 Amorim foi novamente nomeado governador, gerando mais querelas com Moraes, que se recusou a devolver-lhe o cargo. Em carta, Amorim menciona que 58\$ réis referentes à venda de livros foram entregues na sua primeira gestão.<sup>525</sup> Esse documento traz dificuldades paleográficas, o que impede de fazer uma análise mais profunda das razões das acusações contra Amorim. Já em outro documento, destinado a João Felipe da Fonseca, diretor das boticas da Marinha, Amorim reitera que os 58\$ foram remetidos a Lisboa, contrariando o governador interino Moraes, que afirmava não ter recebido o dinheiro. O fato é que as querelas dos governadores do Piauí prejudicaram o comércio de impressos na capitania. Por outro lado, assim como no Maranhão, as notícias sobre esse assunto desaparecem a partir de 1802, talvez em razão

---

objectos de cultura destinados aos moradores e que só depois de os distribuir pode apurar a importância a enviar ao oficial maior da secretaria. Oeiras, Piauí. 19/07/1800. *AHU-PI*, cx. 23, d. 1217.

<sup>522</sup>OFÍCIO do [governador interino do Piauí], Francisco Diogo de Moraes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a da relação dos impressos e da sua distribuição pelos moradores e o envio da importância ao oficial maior da secretaria. Oeiras, Piauí. 19/07/1800. *AHU-PI*, cx. 23, d. 1218.

<sup>523</sup>OFÍCIO do governador interino do Piauí, Francisco Diogo de Moraes, ao [secretário de estado da Fazenda e presidente do Erário Régio], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção do ofício e da relação dos impressos a distribuir pelos moradores, prometendo executar a ordem logo que os receba. Oeiras, Piauí. 08/01/1801. *AHU-PI*, cx. 18, d. 1235.

<sup>524</sup>OFÍCIO do [governador e capitão-general do Maranhão], D. Diogo de Sousa, ao [intendente das boticas da Marinha], João Filipe da Fonseca, enviando a primeira letra referente à quantia remetida pelo governador interino do Piauí, [Francisco Diogo de Moraes], proveniente da venda de livros. São Luís, Maranhão. 11/05/1801. *AHU-PI*, cx. 24, d. 1256.

<sup>525</sup>OFÍCIO do [ex-governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Fazenda e presidente do Real Erário], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a letra que passou para pagar a importância relativa aos impressos distribuídos pelos habitantes do Piauí. São Luís, Maranhão. 09/07/1801. *AHU-PI*, cx. 24, d. 1258.

da saída de D. Rodrigo de Sousa Coutinho da pasta da Marinha e Ultramar e de uma possível mudança na política governamental voltada para a produção e difusão de livros.

No Grão-Pará, Arthur César Reis informa que foram enviadas para a região no ano de 1801: 50 volumes de “Descrição de Quina”, 25 de “Canto dos Jardins”, 25 “Memórias dos Cadáveres”, 23 de “Tabacologias”, 12 de “Cultura e opulência do Brasil”, 12 de “História dos Lazarentos” e dentre outros impressos que tratavam de gêneros como cogumelos e quinas.<sup>526</sup> As obras citadas pelo autor se assemelham em parte as que foram remetidas para o Maranhão, como a questão da quina e da memória sobre os cemitérios, por outro lado obras que não foram encontradas na documentação sobre o Maranhão também estão presentes, como bem conhecida Cultura e opulência de João Antonil e a que trata sobre *canto dos jardins*. No caso específico deste último impresso trata de algo que já estava consolidado na região que era o Jardim Botânico.

É deveras importante apresentar o conteúdo destas obras, pois elas elucidam as razões de serem escolhidas para enviar ao Grão-Pará, Maranhão, Piauí. Elas abordam as características, técnicas e condições das culturas que tratam, mas principalmente incentivam a produção e demonstram benefícios e resultados satisfatórios em alhures. Neste viés é possível avaliar quais os interesses políticos que havia para que tais títulos fossem direcionados para esta região do Império Português.

Por exemplo, foram enviados bastante impressos sobre o açúcar o que poderia ser um indicativo que, para a Coroa, havia interesse de uma maior produção local açucareira. O caso dos volumes do Fazendeiro do Brasil tem um forte aspecto difusor que é bem representado no nome completo da obra: *Fazendeiro do Brasil, cultivador melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e outros, que podem introduzir; e nas fabricas, que são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto.*<sup>527</sup> A obra era, na verdade, uma compilação de artigos estrangeiros sobre o que havia de mais moderno na agricultura, sendo a organização e tradução feitas pelo próprio Frei José Mariano de Veloso, diretor da Tipografia do Arco do Cego. Foram 11 volumes lançados entre 1798 a 1806. Possuíam temas como algodão, tinturaria, café, cacau, entre outros. Destes, três volumes foram enviados para o Maranhão entre 1798 a 1800, sendo os dois

---

<sup>526</sup> SANJAD, 2001, p. 76.

<sup>527</sup> Lisboa, Oficina de Simão Tadeo Ferreira, 1798.

primeiros sobre a cultura canavieira. O primeiro tinha mais de 200 páginas e o segundo, que consta nas tabelas 4 e 5, era mais volumoso, com mais de 300 páginas.

No caso do primeiro volume do *Fazendeiro do Brasil*, boa parte dos artigos era de autores ingleses e franceses que tratavam da cultura canavieira praticada em regiões da América, como a Jamaica. É significativa a introdução do autor, tratando dos objetivos da obra:

Com profundo respeito, com que devo apresentar-me a VOSSA ALTEZA, venho dar conta do trabalho, do qual seu Augusto Nome fui incumbido, a saber: de ajuntar, e transladar em Português todas as Memorias Estrangeiras, que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para o melhoramento de sua economia rural, e das Fábricas, que dela dependem, pelas quais ajuntados, houvessem de sair do atraso, e atonia, em que atualmente estão, e se pusessem ao nível, com os das Nações nossas vizinhas, e rivais no mesmo Continente, assim na quantidade, como na qualidade dos seus gêneros, e produções.<sup>528</sup>

No trecho acima é notável que a remessa dos impressos era estratégica para o fortalecimento econômico do Império Lusitano na sua principal região, que era a América. O desenvolvimento econômico era questão de sobrevivência frente às demais potências europeias, o que, segundo Veloso, seria fortalecido pelo conhecimento difundido pelos livros. Textos, nunca é demais lembrar, traduzidos destes outros países. O primeiro tomo de *O Fazendeiro do Brasil* trata de outras regiões da América não portuguesa, principalmente Jamaica e Barbados. Demonstrando a nível produção de açúcar em região minúsculas, se comparadas à América Portuguesa, justificava a necessidade de os agricultores do Brasil lerem obras afins para que pudessem ser tão bons produtores quanto os ingleses.

Ainda na introdução, Frei Veloso comenta sobre a coivara, prática comum na América:

Mas é preciso que abandonem a tosca, e grosseira economia rural dos primitivos inquilinos do Brasil, a qual eles ainda fazem sem comparação pior; porque os Índios faltos de ferro, esgalhavam as árvores, e mediante a combustão destes esgalhos, e o seu çaracoa, ou pau com a ponta tostada para as covas; faziam a mesquinha agricultura de sua mandioca.<sup>529</sup>

A coivara, como indicado anteriormente pelo relatório de Noronha no Maranhão, era uma técnica que Frei Veloso abominava devido à ineficiência, se comparada às técnicas modernas que defendia. Este trecho era significativo para os leitores lusos-

---

<sup>528</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>529</sup> VELOSO, 1798b.

americanos, pois a coivara era parte integrante das técnicas agrícolas adotadas comumente na América portuguesa.

Os livros de João Manso também abordavam a cana de açúcar, principalmente o transporte da aguardente. Manso foi um dos principais intelectuais do final do XVIII e início do XIX. Sua produção é vastíssima e, como discutido anteriormente, este autor já havia escrito uma memória sobre o alambique, que é o utensílio onde se fazia a aguardente. Já a memória citada na Tabela 4, trata do transporte da bebida, ou seja, além de incentivar o plantio, a Coroa procurava demonstrar como transportar o produto para a Europa. Apesar de Manso se valer de sua experiência em terras americanas, ele cita como melhor forma de transporte a técnica holandesa. Esse é mais um exemplo de um intelectual do Império Português se valendo de experiências das nações estrangeiras. Tal obra se faz importante no contexto de Maranhão e Grão-Pará, pois apesar dos reclames dos administradores na América e em Portugal da produção da aguardente em detrimento do açúcar e que inclusive foi tema nas obras do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e do secretário Joaquim José Sabino, era esta a produção que mais interessava aos produtores agrícolas.

Manso não se limita às experiências estrangeiras, mas também destaca a da capitania de São Paulo, onde ele estava quando escreveu esta obra. Segundo Manso, o milho estava presente na plantação luso-paulistana e era boa matéria-prima para se fazer aguardente. Porém, também aponta problemas nesta produção: “bem desejo ter a eloquência de um Cícero, para persuadir a algum Lavrador, que não tenha horror a novidade, nem tema investidas, e matracas de seus vizinhos [...]”<sup>530</sup>. Este trecho não deixa de lembrar as críticas de Sabino sobre o Maranhão. Isso demonstra que, mesmo que houvesse o interesse da Coroa em difundir conhecimento técnico sobre agricultura, nada garantia que esse conhecimento pudesse ser efetivamente aplicado pelos agricultores. E talvez por isso a política de envio de impressos para América tenha sido frustrante.

João Manso ainda aponta outros gêneros que poderiam ser utilizados para o fabrico de aguardente: casca de café, jabuticabas, guabirobas, laranjas. O autor não poupa palavras ao tratar do pomar de laranjas, que não via razão para que não fosse cultivado

---

<sup>530</sup> PEREIRA, João Manso. *Memória sobre o método econômico de transportar para Portugal a aguardente do Brasil, com grande proveito dos Fabricantes, e Comerciantes*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798, p.16. VARELA, Alex. *Atividades científicas na “Bela e Bárbara” capitania de São Paulo (1796-1826)*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 122.

com afinco pelos agricultores de São Paulo.<sup>531</sup> Este é mais um exemplo do que os impressos do período tinham como objetivo: identificar problemas e apontar soluções para a economia do Império Português, mesmo que os caminhos indicados não fossem convencionais. Assim é que Manso atribuiu à laranja um forte potencial agrícola para a região. Essa obra estava à venda no Maranhão, sugerindo outras culturas para essa capitania.

Duas memórias nas tabelas 4 e 5 estão voltadas para a principal cultura praticada no Maranhão de então: o algodão. O primeiro livro, “Memória sobre a plantação de algodão”, traz uma experiência na capitania da Bahia. Isto é significativo, pois demonstra que conhecimentos construídos em uma capitania estavam sendo difundidos para as demais partes da América. O autor, José de Sá Bettencourt, tinha importantes credenciais para ter uma obra impressa e distribuída pelo Império Português: era formado em Coimbra e naturalista encarregado da análise dos produtos naturais da capitania baiana.<sup>532</sup> Bettencourt avalia as regiões na Bahia que melhor serviam para o plantio do algodão e, deste modo, faz comentários sobre o cultivar. Ou seja, se vale de sua experiência para estabelecer a melhor forma de cultivo. Por exemplo, afirma que a vila de Camamu não era um lugar bom para o plantio devido às chuvas constantes. Já a caatinga seria o lugar ideal.<sup>533</sup> O modo como o referido naturalista demonstrou as técnicas de plantio do algodão na Bahia é semelhante ao relatório de Noronha sobre o Maranhão.

Betencourt também aponta que era necessário um aspecto social favorável para o plantio, por isso via nas sociedades nativas, como os *cotachós*, um empecilho no transporte, venda e cultivo. Esta visão não era tão distinta da de outros autores, como lembra o geógrafo Diogo Cabral<sup>534</sup>. Os indígenas, como ficaram conhecidas as diversas sociedades nativas do território americano, eram enxergados como parte das dificuldades na colonização de uma região, assim como a densa mata e os animais silvestres perigosos. Este tipo de visão está na supracitada obra de Sabino e também na de Raimundo Gaioso.<sup>535</sup> Por outro lado, Betencourt traz uma estimativa de trabalho de um escravo no sertão luso-baiano, indicando assim as vantagens econômicas advindas do trabalho

---

<sup>531</sup> *Ibidem*, p. 17-18.

<sup>532</sup> PEREIRA, 2013, p. 142-143.

<sup>533</sup> BETENCOURT, José de Sá. Memória sobre a plantação dos algodões, e sua exportação; sobre a decadência da lavoura de mandiocas, no Termo da Vila de Camamu, comarca de Ilhéus, Governo da Bahia. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798, p.10-11.

<sup>534</sup> CABRAL, Diogo, *ibidem* p. 93.

<sup>535</sup> SILVA, Joaquim Sabino, *op. cit.*, GAIOSO, 2011.

escravo. Ressalta ainda que os escravos plantavam milho, feijão e criavam galinhas e porcos para seu sustento. Tais questões tinham sido apontadas também por Sabino, quiçá ele tenha tido a oportunidade de ler a obra de Betencourt. Ao fim do livro desse autor há uma descrição, com imagem, de uma máquina de descaroçar algodão de origem chinesa, mais uma vez demonstrando que os autores agenciados pela Coroa estavam atentos para outras regiões e experiências que pudessem ser aproveitadas localmente (Figura 15). Além do mais, as imagens são fontes essenciais da didática da ciência portuguesa no intuito de difundir luzes do conhecimento aos seus súditos. Ainda na obra de Bettencourt há descrições sobre os tipos de algodoeiros, suas vantagens e desvantagens. Um deles chama a atenção por ter a alcunha de ‘algodão do Maranhão’.<sup>536</sup>

Além dos impressos voltados para culturas já praticadas no Maranhão, a Coroa tentou incentivar outras, em especial a de especiarias asiáticas, como foram os casos da canela e da pimenta negra. A obra sobre o loureiro cinamomo trata de uma importante cultura agrícola de interesse da Coroa portuguesa desde quando se lançou ao mar em busca de uma nova rota para Índia: a canela. O título completo da obra escrita por Francisco da Cunha Meneses é: “Memória sobre a cultura do Loureiro Cinamomo, vulgo, Caneleira do Ceilão, que acompanha a remessa das plantas da feita de Goa para o Brasil”.<sup>537</sup> É importante ressaltar dois elementos antes mesmo de apresentar a obra em si. O primeiro é que o autor, na época da confecção e publicação da obra, tinha um cargo estratégico para o Império Português: ele era o governador da Índia Portuguesa. Assim, esta memória foi concebida em um contexto prático, pois Meneses tinha contato com a cultura da canela *in loco*, o que lhe possibilitou demonstrar conhecimentos adquiridos por meio da observação. A segunda questão a ser apontada é que esta obra foi enviada para a América Portuguesa acompanhada de mudas da própria planta, direto da Índia. Este foi o caso, como já referido anteriormente, também das obras que D. Fernando de Noronha recebeu em 1798, pois junto com elas foram enviadas mudas. Assim, em correspondência oficial trata o governador:

[...]recebi um caixote com quatro plantas de canela; cujo mandei logo transplantar, e por hora dão toda a esperança que se pode desejar: eu mesmo pessoalmente lhe faço as minhas visitas, e assisto águas as vezes ao seu

---

<sup>536</sup> BETTECOURT, *op. cit.*, p.25.

<sup>537</sup> Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

tratamento na certeza que estas uteis e inocentes plantas me sejam mais gratas; do que alguns dos habitantes desta Colônia.<sup>538</sup>

Em 2 de abril de 1798, Noronha recebeu alguns impressos e, entre eles, a “Memória sobre o Loureiro Cinamomo”, como já foi citado anteriormente. O trecho indicado acima é de um ofício datado de 27 de julho do mesmo ano. Esse documento demonstra como o Império Português, em sua política pragmática, ligava as suas diferentes partes. Assim, uma memória feita na Ásia por um governador desta região sobre uma espécie local foi enviada juntamente com as mudas para o Maranhão com a finalidade de iniciar ali, em lugar mais próximo de Portugal e, conseqüentemente, do mercado europeu, o cultivo de uma das especiarias mais valiosas da época.

Esta situação faz parte do contexto histórico do XVIII lusitano, pois as políticas sobre as especiarias da Índia variaram conforme o século. No XVI, o rei D. Manuel proibiu que tais plantas fossem cultivadas na América. Tal resolução foi tomada porque, naquele período, a carreira da Índia era o carro chefe da economia portuguesa, algo que estava longe de ser a realidade da América. Porém, no século XVIII, esta situação se inverteu, já que seria a América a parte essencial da economia do Império Português. Conseqüentemente, a transplantação de especiarias orientais para esta região era significativa para reestruturar o mercado português. Isto fica claro na citada obra:

[...] o objeto principal da remessa da planta Canela é procurar o seu estabelecimento nas Colônias da América Portuguesa, para lhe aumentar mais este ramo de comércio, tão procurado na Europa, com brevidade da sua exportação: ou seja da Canela fina para uso das mesas esplendidas: ou da grossa para o consumo das tintas nas manufaturas dos tecidos.<sup>539</sup>

O trecho acima corrobora a política lusitana de priorizar a América. A “Memória sobre o Loureiro Cinamomo” tem poucas páginas. Na introdução, feita pelo próprio Veloso, consta que ela era a terceira a tratar do assunto na imprensa do Arco do Cego. Como era de se esperar, a Memória traz características físicas da canela, mas de uma forma um tanto diferenciada, pois são feitas longas citações, que ocupam dez páginas, do livro “Philosophie Naturelle”, de Martiniere, referido como “Ilustre Autor”. Meneses parece ter se importado em fazer essa citação para ter respaldo maior em sua obra.

---

<sup>538</sup> OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a experiência de plantar canela no Maranhão. Maranhão. 27/07/1798. AHU-MA, cx. 99, d. 8023.

<sup>539</sup> MENESES, Francisco da Cunha. *Memória sobre a cultura do Loureiro Cinamomo, vulgo caneleira do Ceilão, que acompanhou a remessa de plantas da mesma terra de Goa para o Brasil*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798, p 9.

Meneses defende a canela do Ceilão como a melhor. Sobre a forma como se devia plantar na América, recomenda regiões de latitude igual à de Goa e Ceilão. Sobre a terra a ser usada no plantio, deveria ser “lodosa, escura, ou avermelhada; também da arenosa, ou argilosa, que mostre ser fértil, e não árida, ou solta”.<sup>540</sup> Esses tipos de terreno eram usados na Índia e poderiam ser encontrados no Maranhão. Sobre o modo de regar, deveria ser uma vez por dia. Lembremos, por exemplo, da narrativa do governador do Maranhão em 1798,<sup>541</sup> D. Fernando de Noronha, o qual, quiçá por buscar simpatia da alta administração do Império e assim adquirir alguma mercê, se disse possuidor do referido impresso e que ele próprio fazia a rega das plantas. Por outro lado, o período indicado por Meneses para o plantio da canela era entre dezembro e maio, mas que cada região tinha uma forma de realizar este tipo de plantio em razão da aclimatação da espécie. Muitos benefícios da planta são enumerados, como dissipar a flatulência, diurético, sudorífero, combate às dores dentais e continua: “Todas as partes da Caneleira são úteis: além das águas destiladas, tem mais resinas, cera, e óleos preciosos: compõe-se dela xaropes, pastilhas, e outras que se transformam em bebidas deliciosas rosasolis dos banquetes delicados”.<sup>542</sup>

A parte final da “Memória sobre Cinamomo” apresenta duas coisas importantes: por um lado, a imagem calcográfica da planta para assim melhor transmitir a informação científica, o que se fez comum nas obras do Arco do Cego. Por outro, um extrato, uma espécie de anexo da memória, com uma carta do professor régio Bayer descrevendo sua experiência de plantio de canela em Pernambuco. Esse seria o local onde o plantio teve melhores resultados em terras americanas segundo explica o texto. Assim, Meneses não apenas apresentou a experiência do Oriente, mas também um caso de sucesso na América.

Entre as remessas do começo de 1800, também se encontra uma obra sem autor, “Memória sobre a Caneleira, para acompanhar a remessa das plantas, que o príncipe nosso Senhor manda transportar para o Brasil”.<sup>543</sup> Como o título indica, o curtíssimo impresso ia acompanhado de plantas que deveriam ser aclimatadas na América. O texto enfatiza a possibilidade de cultivar a espécie fora da Índia, desde que o local possua qualidades

---

<sup>540</sup> *Ibidem*, p. 25

<sup>541</sup> Ronald Raminelli demonstrou que no século XVIII os trabalhos científicos também faziam parte das atividades que possibilitariam o recebimento de mercê por parte da Coroa. A mercê era alguma graça concedida pela Coroa como forma de prestigiar os seus súditos, como a concessão de títulos de nobreza. Cf. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

<sup>542</sup> MENESES, 1798, p. 28.

<sup>543</sup> Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1797.

semelhantes de solo e clima, como parecia ser o caso do Maranhão. Também trata de uma planta de origem americana com o nome de cravo-do-Maranhão, que teria a forma da caneleira e o cheiro do cravo-da-Índia. Infelizmente, apesar do nome sugestivo, o livreto não dá detalhes sobre esta planta. Deste modo, o texto alerta o leitor de que o Império Português tinha ampla vantagem em relação aos seus concorrentes, pois, além das experiências de aclimação das plantas asiáticas em América, havia plantas nativas que possuíam propriedades semelhantes às da Ásia.

A “Memória sobre a caneleira”, assim como a já citada “Memória sobre o Cinamomo”, traz os inúmeros benefícios medicinais e gastronômicos da canela: “Ultimamente o espírito de todas as partes desta árvore considera-se em Medicina com um bálsamo de vida, que convém principalmente as enfermidades da cabeça, do estômago, e da madre”.<sup>544</sup> O autor chama a atenção para o fato de a madeira da caneleira variar conforme o terreno em que é plantada, daí a importância de se experimentar variados terrenos para identificar o melhor.<sup>545</sup> Apesar de estas obras tratarem do plantio de especiarias na Ásia, os autores deixam claro que era preciso aprender a plantá-las na América.

Ainda sobre plantas asiáticas que se desejava aclimatar em território americano e que foram enviadas para o Maranhão, há um impresso que tratava da pimenta negra, conhecida atualmente como pimenta do reino (Figura 16). Essa obra apresenta um conjunto de memórias traduzidas, além de uma escrita pelo governador da Índia Lusitana, o já citado Meneses. No prefácio, Veloso afirma acreditar que este impresso não só ajudaria na transplantação da espécie, mas também no cultivo de outras nativas da América.<sup>546</sup>

O texto de Meneses é uma descrição de como era feito o plantio da pimenteira em Goa, semelhante em algumas situações à descrição feita por ele sobre a canela. O autor também descreve fisicamente as benesses da planta:

A Pimenta, que tem um gosto aromático ardente, é resolutiva, roçada, e aplicada nos tumores dos decúbitos das faces: retundente nas escaldaduras de água fervente na pele queimada: a água das folhas cozidas para gargarismos

---

<sup>544</sup> MEMÓRIA sobre a caneleira, para acompanhar a remessa das plantas, que o Príncipe N. Senhor manda transportar para o Brazil. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1797, p. 8.

<sup>545</sup> MEMÓRIA, 1797, p. 9

<sup>546</sup> VELOSO, José Mariano (org. e trad.). *Memórias e extratos sobre a pipereira negra (Piper nigrum L.) que produz o fruto conhecido vulgarmente pelo nome de pimenta da índia, nos quais se trata sua cultura, comércio e usos, etc.* Lisboa: Oficina de João Procopio Correia da Silva, 1798., p. 4.

nas inflamações da garganta, e das gengivas inchadas: e para outras medicinas, as quais são fora do objeto presente papel.<sup>547</sup>

Como era comum nestes textos, não importava somente demonstrar como se fazia o cultivo, mas também a importância deste tipo de cultura, ressaltando desde aspectos gastronômicos até os medicinais. É o caso deste trecho traduzido de “Black pepper medical botany”:

Usa-se da Pimenta negra, como um aromático, e um estimulante. Tem-se aplicado proveitosamente em muitos casos de vertigens, e nas desordens paralíticas, e artríticas. Dada em doses fortes, acode as intermitentes: mas o seu uso nestas tem dado provas de ter causado consequências fenestras.<sup>548</sup>

É deveras interessante que, na documentação analisada para esta pesquisa, não se encontrou nada que tratasse da pimenta no Maranhão, nem mesmo como uma cultura a ser incentivada, a não ser nesse impresso. Somente Sabino faz comentários gerais sobre os “frutos da Ásia”.<sup>549</sup> Isso demonstra que as memórias e os relatórios desenvolvidos na região não abrangiam tudo aquilo que a Coroa almejava. Uma outra exceção ocorre quando Brotero afirma que recebeu uma pimenta nativa do Maranhão.<sup>550</sup>

Existem impressos nas tabelas 4, 5 e 6 que tratam dos minérios. Isto é algo deveras interessante, pois não parece que o escopo era o mesmo das obras agraristas. As obras que tratam de minérios, especificamente sobre o salitre, faziam parte da política do Absolutismo Ilustrado da Coroa portuguesa de conhecer melhor suas possessões e buscar jazidas naturais deste minério. Cabe lembrar que, neste mesmo período, Pereira e Cabral percorriam os sertões do Maranhão e Piauí em busca, principalmente, de quina e salitre.<sup>551</sup>

Os impressos que entraram na América por ordem direta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho tinham como finalidade difundir conhecimento. Contudo, um conhecimento específico, destinado à manutenção do próprio Império, nunca de contestação. Se, por um lado, havia o envio de memórias manuscritas da América para o Reino com a finalidade de avaliar os produtos naturais locais, por outro havia a possibilidade de comprar, na América, impressos que compilavam conhecimentos considerados úteis pela Coroa. Deste modo, a Coroa se esmerou em conhecer as potencialidades locais por meio de seus

---

<sup>547</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>548</sup> *Ibidem* p. 31

<sup>549</sup> SILVA, Joaquim José Sabino, *op. cit.*, p. 233.

<sup>550</sup> BROTERO, 1944.

<sup>551</sup> Para uma análise das questões técnicas apresentadas sobre a potassa cf. LUNA, Fernando. Frei José Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2009.

agentes presentes na América e assim mandar materiais impressos para melhorar a produção e economia local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa avaliou quais políticas diferenciadoras que a Coroa Portuguesa tinha para o Estado do Maranhão e Piauí, de acordo com as características ambientais atribuídas pela ciência de então, em especial no período em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho esteve à frente da pasta da Marinha e Ultramar (1796-1801). Assim, a Coroa enviou expedições para realizar inventários e recolher gêneros naturais, planejou a formação de jardins botânicos para desenvolver as técnicas de plantio (exóticas e nativas) e planejou implementar na agricultura o conhecimento adquirido pelas expedições e nos jardins. Também foi analisada a forma como os governadores das capitânicas do Maranhão e Piauí conceberam e deram a conceber as regiões que controlavam, de acordo com as características biofísicas; e como os homens de ciência de então apresentaram estas regiões por meio das expedições alocadas para os sertões; perscrutou-se também qual foi a contribuição dos jardins botânicos na política agrícola e econômica; e investigou-se o fomento ao ensino e à leitura de impressos científicos como parte do interesse da administração central do Império de que seus súditos conhecessem e explorassem a natureza e suas potencialidades em favor do próprio Império, principalmente no que se refere à agricultura.

Para compreender a visão da Coroa portuguesa, a pesquisa priorizou o período da administração do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Ele, como um dos fundadores da Academia Real de Ciências de Lisboa, foi um sócio ativo e teve memórias econômicas defendidas nesta instituição, além de ser reconhecido por sua ampla atividade diplomática e política, a qual também produziu inúmeros textos. Foram destacadas as trajetórias dos governadores escolhidos por Sousa Coutinho, que representavam o seu projeto político regional. Nesta tese, isso fica evidenciado na figura do D. Diogo de Sousa. Ambos tiveram formação acadêmica sólida por meio da Universidade de Coimbra e em seus escritos se nota a habilidade de ambos em instrumentalizar conceitos da ciência de então em favor da Império Português e de suas próprias carreiras políticas. O Absolutismo Ilustrado se consolida com Dom Rodrigo de Sousa Coutinho na virada do XVIII para o XIX. Destacou-se, ainda, as reformas administrativas, como a formação do Correio Marítimo, refundando tal órgão para benefício da Coroa portuguesa; as tratativas de modernizar a Marinha, criando um órgão dedicado à confecção cartográfica; a fundação

da Tipografia do Arco do Cego; o fomento para a formação de jardins botânicos; a exigência de relatórios agrícolas dos governadores. E, por fim, foi enfatizado o projeto para a criação de dois Vice-reinos na América Portuguesa, um setentrional, com capital em Belém, e outro austral, com capital no Rio de Janeiro.

A Coroa Portuguesa, ciente do potencial econômico do Maranhão e Piauí, avaliava os diferentes ecossistemas existentes nessas unidades administrativas e pretendeu explorá-los por meio da ciência. Essa mesma Coroa percebia biomas tão distintos quanto a floresta equatorial e a caatinga, ambos valorizados pela administração das capitanias. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o seu irmão, o governador do Grão-Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, formularam o projeto de criar um vice-reino no norte da América, que abrangeria Piauí, Maranhão, Pará e Rio Negro. Assim, as políticas de então estavam sendo formuladas para inserir tais regiões no comércio internacional e a ciência seria a responsável em trazer as respostas. Como ficou evidenciado nos escritos dos irmãos Coutinho e por meio da nossa avaliação, esse Vice-reino, se tivesse sido implementado, teria como base estratégica as condições ambientais em que seria assentado.

A Coroa Portuguesa, no século XVIII, valeu-se da ciência para reconhecer os gêneros naturais com potencial econômico, advindos dos reinos animal, vegetal ou mineral. Para tanto, era preciso que indivíduos capacitados no que havia de mais moderno no conhecimento científico fossem enviados aos sertões do Império Português. Esses indivíduos tinham a função de recolher e analisar os produtos que se julgava importantes na época, além de registrar em memórias o estado das povoações por onde passavam. O material coletado era enviado para as sedes das capitanias e daí seguia para o Reino, onde era estudado, catalogado e organizado em museus ou jardins botânicos. Tais expedições avaliavam os três reinos da natureza, mas havia preferências. O de menor interesse foi o reino animal. Há registros do envio de aves e outros animais, provavelmente por causa da plumagem e da exibição de espécimes vivos em *ménageries*, mas não houve um esforço sistemático para o inventário faunístico dessas áreas coloniais no período. Também foram encontradas na documentação políticas voltadas para a criação da cochonilha e do bicho-da-seda, bem como da organização da caça às baleias. O segundo reino mais estudado foi o mineral, com atenção especial ao salitre, que é a matéria-prima para a fabricação de pólvora. Por fim, o estudo da flora tinha predileção no interesse dos naturalistas e da administração portuguesa, pelo menos no que concerne ao Estado do Maranhão e Piauí.

Isso fica evidenciado nos conjuntos de fontes documentais: ofícios, figuras, relatórios, alvarás, memórias, impressos etc. As plantas foram priorizadas porque forneciam cordas, papéis, madeiras de construção, remédios, tintas, alimentos, perfumes e ornamentos, ou seja, potenciais mercadorias que poderiam locupletar a economia imperial portuguesa.

A documentação que trata sobre o tema é vastíssima. São relatórios feitos pelos exploradores, mas também pelos governadores, que estavam aptos para comentar, inclusive em termos científicos, sobre os gêneros remetidos para Portugal. Outro material bastante produzido no período foram as memórias, que tinham um modelo narrativo próprio, usadas em descrições geográficas e inventários biológicos, além de avaliarem a população local e o conhecimento popular. Muitas vezes, essas memórias eram acompanhadas de desenhos de produtos naturais, edificações e paisagens. Ofícios, requerimentos e mapas são igualmente importantes, pois dão um panorama da administração colonial e do território, incluindo suas potencialidades econômicas.

Foi demonstrado como a pesquisa *in loco* se fazia por meio de expedições científicas, que tinham como função avaliar os biomas de forma pragmática, ou seja, perscrutando os recursos naturais que poderiam auferir valores econômicos para a Coroa. Os indivíduos que lideraram essas expedições eram formados em cursos científicos da época ou eram autodidatas, mas com notório saber, como foi o caso do padre Joaquim José Pereira. Foi por meio desses agentes do Império que a Coroa Portuguesa tomou conhecimento dos diversos produtos naturais existentes no sertão, pois remetiam exemplares para o Reino para compor os gabinetes de estudos, jardins botânicos e museus.

Também foi ressaltada a construção de jardins por razões científicas e econômicas, objetivando apreender para melhor controlar a natureza. Aclimatar plantas que eram estranhas àqueles solos ampliaria o conhecimento sobre a flora mundial. E, deste modo, se desenvolviam conhecimentos técnicos, como o uso da água, do solo, a forma de plantar e as propriedades das plantas úteis ao ser humano. Por isso, os jardins tinham propósitos utilitaristas de desenvolver a agricultura. Ademais, esses espaços seriam lugares de saber, onde era também catalogada a diversidade vegetal. Com a reforma na Universidade de Coimbra foram também construídos outros lugares de saber que complementavam a educação, dentre tantos um jardim botânico.

Os jardins botânicos, ou hortos botânicos, como preferiam nomear na época, fizeram parte da política de desenvolvimento econômico do Império Português. E por isso a implementação desse tipo de ambiente fazia parte da estratégia colonial na América e tudo indica que a Coroa pretendia erigi-los em lugares estratégicos no continente americano. A primeira tentativa de sucesso se deu em Belém (1798). Os espécimes acondicionados neste jardim eram os nativos da região, bem como os originários da Ásia, incluindo gêneros contrabandeados de Caiena, sobretudo do Jardim La Gabrielle. Para o Maranhão e Piauí havia projetos para a construção de jardins, cuja implementação não foi comprovada até o momento. Mas, ainda que não tenham sido de fato implementados, são significativos os projetos para a construção desses hortos. Há, inclusive, documentos que atestam o envio de plantas objetivando fazer parte de um possível acervo.

O pragmatismo da ciência imperial pressupunha que, ao controlar a natureza em um espaço artificial, como um horto, era fundamental para melhor aprender sobre agricultura, como também, para o desenvolvimento da ciência e para que esta pudesse ser útil nas colônias. Tal conhecimento científico era difundido no final do século XVIII e início do XIX por meio do envio de livros para os diversos cantos do Império Lusitano. No caso da agricultura, é importante destacar que D. Rodrigo de Sousa Coutinho exigiu de todos os governadores relatórios sobre a agricultura de cada capitania. Nestes relatórios, eram apresentadas as características e os tipos de plantios e as técnicas empregadas, assim como as descrições de quais gêneros eram exportados e quais eram de consumo local. Além destes relatórios, também foram feitas memórias que tratavam sobre o tema e algumas foram impressas. Assim, havia uma circularidade de informações, com o conhecimento local sobre as plantações sendo enviado para o Reino e, por outro lado, o conhecimento científico em impressos (em parte com conhecimentos desenvolvidos nas conquistas) sendo enviado do Reino para as colônias.

Impressos científicos que versavam sobre economia, construção, minerais e, principalmente, agricultura, como por exemplo o “Fazendeiro do Brasil”, compilado de estudos traduzidos no intuito de divulgar conhecimentos modernos sobre o assunto, tiveram sua devida circularidade no Império Português. Diversos volumes dessas obras foram distribuídos e vendidos na América e tinham informações sobre a cultura da cana-de-açúcar, do algodão, da seda etc. Cabe destacar três elementos importantes sobre este assunto: 1) uma parte dessas obras foi publicada pela Tipografia do Arco do Cego, fundada por Sousa Coutinho para essa finalidade; 2) esses impressos eram para exaltar a

glória da Coroa portuguesa e não para questionar as bases de sustentação da monarquia; e 3) essas obras foram feitas (ou traduzidas) por lusos-americanos e reinóis especializados no tema, o que demonstra uma certa integração, nos quadros administrativos do Império, de indivíduos nascidos nas colônias e no Reino. No entendimento da Coroa, os moradores das colônias precisavam ser instruídos, motivo pelo qual ela investiu no envio de impressos científicos e também no fomento à educação técnica, voltada, principalmente, para o reconhecimento do território e de suas potencialidades econômicas.

Assim, a ciência foi um instrumento útil para a Coroa portuguesa manter as estruturas de dominação colonial. Por meio do conhecimento científico seria possível avaliar as potencialidades econômicas da natureza e desenvolver estratégias para o aproveitamento do meio ambiente em benefício do Império Português. O controle da natureza se estendia ao meio antrópico, pois obrigaria os súditos a explorar o meio natural conforme a demanda do Reino, ainda que tais não fossem completamente atendidas, mas manteria o reconhecimento como forma de asseverar o domínio português. Na administração de D. Rodrigo de Sousa Coutinho isso fica mais evidenciado em razão das expedições naturalistas realizadas nos sertões americanos, criação de jardins e remessas de impressos científicos. No caso específico do Estado do Maranhão e Piauí, essa política teve como intuito inserir tal região no cenário econômico mundial, de forma competitiva, sobretudo com a produção de medicamentos, como a quina, com a cultura tintória por meio da cochonilha, com a exploração do salitre, matéria-prima da pólvora. Desse plano faziam parte a fundação de jardins para o desenvolvimento da agricultura, bem como a divulgação de impressos. Se, por um lado, tais projetos não foram inteiramente implementados em razão da turbulenta virada dos séculos XVIII para o XIX, por outro, esses mesmos projetos demonstram que o Império Português valorizou cada território que fazia parte de sua imensa estrutura e que contava com a ciência para explorar e manter uno o domínio colonial.

## REFERÊNCIAS

### 1) Manuscritos

#### **Arquivo Histórico Ultramarino (Caixas do Maranhão - Avulsos)**

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, José Teles da Silva, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a descoberta da quina e o desenvolvimento da sua produção com vista à exportação. Maranhão. 26/10/1787. *AHU-MA*, cx. 70, d. 6060.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre o comércio de quinquina e alteração que os espanhóis fazem neste produto. Informa que não pode enviar a descrição da árvore porque os homens que trabalham em sua extração não possuem conhecimentos suficientes para o fazer. São Luís, Maranhão. 02/07/1795. *AHU-MA*, cx. 87, d. 7257.

OFÍCIO do mestre-de-campo do Terço da vila de Alcântara, António Correia Furtado de Mendonça, para Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre as suas descobertas de cochonilha, cânhamo silvestre e, recentemente, de salitre. 09/10/1796. *AHU-MA*, cx. 92, d. 7597.

DECRETO do príncipe regente D. João para o Conselho Ultramarino, a nomear D. Diogo de Sousa para governador e capitão-general da capitania do Maranhão. Queluz. 26/02/1798. *AHU-MA*, cx. 96 d. 7850.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar o recebimento das memórias sobre o loureiro linamomo, o modo de se fazer salitre e o seu extracto, de se preparar a cochonilha e sobre a reforma dos alambiques. 02/04/1798. Maranhão. *AHU-MA*, cx. 97, d.7886.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo em anexo a descrição do método que se pratica na capitania para cultivar e manipular os géneros que se exportam para o Reino. Maranhão .30/04/1798.*AHU-MA*, cx. 97, d. 7924.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre se enviar, por correio-marítimo, amostras de produtos de maior expedição: algodão e arroz. Maranhão. 06/05/1798. *AHU-MA*, cx. 98, d. 7930.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a aposta feita por José Gonçalves da Silva de que o primeiro comboio que chegasse do Reino traria o nome do sucessor do governo do Maranhão. Maranhão. 10/05/1798. *AHU-MA*, cx. 98, d. 7941.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre se ter repartido entre os habitantes noventa exemplares sobre a cultura e

manipulação do açúcar, enviados de Lisboa. Maranhão. 26/07/1798. *AHU-MA*, cx. 99,d. 8019.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a experiência de plantar canela no Maranhão. Maranhão. 27/07/1798. *AHU-MA*, cx. 99, d. 8023.

OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo amostra de quina, de folha de tabaco, de salitre e de casulos de seda silvestre. Maranhão. 23/08/1798. *AHU-MA*, cx. 100, d. 8078.

OFÍCIO do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo a relação das amostras de diferentes madeiras que seguiram no bergantim Europa. Maranhão. 01/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8128.

OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a chegada do seu sucessor, D. Diogo de Sousa, à capitania e as reuniões que têm tido. Maranhão.07/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8133.

CARTA dos oficiais da câmara para a rainha D. Maria I, sobre a tomada de posse de D. Diogo de Sousa como governador e capitão-general do Maranhão. São Luís, Maranhão. 20/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8143.

OFÍCIO do governador e capitão-general, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando conta do ataque francês ao navio em que ele se encontrava. São Luís do Maranhão. 25/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8151.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a remeter as relações dos ofícios enviados pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar para a capitania do Maranhão, em 1798. Maranhão. 11/01/1799. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8187.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a venda de exemplares do Mercúrio Britânico, de memórias sobre a plantação dos algodões e do segundo tomo da obra "Fazendeiro do Brasil". São Luís, Maranhão. 27/02/1799. *AHU-MA*, cx. 102,d. 8242.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a concessão de licença ao cadete António Lourenço dos Santos para ir ao Reino prosseguir os seus estudos. São Luís, Maranhão. 04/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, D.8253.

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando o seu parecer sobre a obra "Arquitectura Naval". São Luís, Maranhão. 05/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102,d. 8259.

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando conta do estado em que se encontram as

diligências relativas às matas. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8263.

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a procura do salitre. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8264.

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as diligências relativas às matas. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8265.

OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a criação de caixas de crédito, por ordem régia de 10 de Maio, a fim de financiar os colonos daquela capitania. São Luís, Maranhão. 14/08/1799. *AHU-MA*, cx. 105, d. 8376.

OFÍCIO do governador do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as diversas pesquisas efetuadas na Capitania relativas às minas de salitre e utilização de cânhamo e madeira para o fabrico de papel. São Luís, Maranhão. 15/08/1799. *AHU-MA*, cx. 105, d. 8379.

OFÍCIO do governador do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção de correspondência vária e diversos números do "Mercúrio Britânico". Refere que não recebeu vários ofícios, solicitando o reenvio de novas ordens de Lisboa. São Luís, Maranhão. 16/08/1799. *AHU-MA*, cx. 105, d. 8386.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí D. Diogo de Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a devassa do salitre no Piauí e sobre outros produtos da natureza de que se remete memórias e diários feitos por Vicente Jorge Dias Cabral. São Luís, Maranhão. 02/12/1799. *AHU-MA*, cx. 108, d. 8487.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a existência ou não de "princípios jacobinos" na capitania do Maranhão. São Luís, Maranhão. 04/12/1799. *AHU-MA*, cx. 108, d. 8489.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção dos exemplares da obra "Curso d'estudo para uso do comércio". Maranhão. 04/12/1799. *AHU-MA*, cx. 108, d. 8490.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a concessão de licença ao alferes do Regimento de Linha José Félix Pereira de Burgos para ir estudar na Universidade de Coimbra, em conformidade com o Aviso de 2 de Agosto de 1799. São Luís, Maranhão. 08/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8579.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a pretensão da câmara da cidade de São Luís do Maranhão em mandar António da Silva Cunha e Manuel Correia de Faria para estudarem na Universidade de Coimbra. São Luís, Maranhão. 15/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8587.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a informação de Manuel Rodrigues de Castro e Severino Ferreira Lustosa pedindo para irem estudar no Reino. São Luís, Maranhão. 16/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8588.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um engenheiro hábil para futuras obras. São Luís, Maranhão. 21/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8596.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de uma amostra de erva linhosa e de óleo mearim. São Luís, Maranhão. 22/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, d. 8599.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão D. Diogo de Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo duas caixas com plantas medicinais e uma com cochonilha. São Luís, Maranhão. 02/07/1800. *AHU-MA*, cx. 111, d. 8654.

OFÍCIO (3ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a recepção de livros, de que enviará a importância da sua venda ao oficial-maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, João Filipe da Fonseca. São Luís, Maranhão. 10/06/1800. *AHU-MA*, cx. 111, d. 8689.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo a conta-corrente relativa aos impressos vendidos. São Luís, Maranhão. 19/06/1800. *AHU-MA*, cx. 111, d. 8698.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de diferentes amostras de linho para o Reino. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8756.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um fardo e dois sacos com erva de São Caetano. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8757.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um canudo de latão com desenhos, ramos ressecados e descrições botânicas. São Luís, Maranhão. 25/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8759.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um caixão com tabaco vulgarmente chamado "Petum". São Luís, Maranhão. 27/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8763.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as dificuldades

que tem havido e há para o estabelecimento das novas escolas régias na dita capitania. São Luís, Maranhão. 28/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8767.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de oito volumes embarcados na fragata Golfinho. São Luís, Maranhão. 02/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8778.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a suspensão da remessa de folha de tabaco. São Luís, Maranhão. 13/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8785.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção dos cinco exemplares da carta escrita por João Manso Pereira relativas às nitreiras artificiais. São Luís, Maranhão. 14/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8787.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ficar na inteligência de remeter todas as cascas, raízes e sementes, que se reputarem medicinais. São Luís, Maranhão. 17/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8793.

CARTA do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para José Filipe da Fonseca, sobre a compra de alguns impressos. São Luís, Maranhão. 22/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8799.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre não terem chegado os impressos de que fez menção o Aviso de 5 de Maio do corrente ano, e que se remeteram pelo correio marítimo. São Luís, Maranhão. 23/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8803.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar que repartiu os quatros exemplares da instrução sobre a cultura das batatas pelas pessoas que lhe pareciam mais aplicadas na agricultura. São Luís, Maranhão. 03/12/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8832.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a remeter produtos, nomeadamente linho. São Luís, Maranhão. 07/12/1800. *AHU-MA*, cx. 114, d. 8844.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a recepção dos impressos transportados pelo bergantim de guerra Diligente. São Luís, Maranhão. 13/12/1800. *AHU-MA*, cx. 114, d. 8850.

OFÍCIO (2ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a descoberta de salitre pelo coronel Francisco da Costa Rebelo e das indagações feitas pelo bacharel Vicente Dias Cabral acerca da mesma. São Luís, Maranhão. 24/02/1801. *AHU-MA*, cx. 115, d. 8926.

OFÍCIO (2ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a remessa de sementes de flores. São Luís, Maranhão. 26/02/1801. *AHU-MA*, cx. 115, d. 8933.

OFÍCIO (2ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de aves para o Reino. São Luís, Maranhão. 26/02/1801. *AHU-MA*, cx. 115, d. 8934.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a remessa de vários estudantes para Portugal para cursarem Ciências Naturais e Exatas na Universidade de Coimbra. São Luís, Maranhão. 11/05/1801. *AHU-MA*, cx. 116, D. 8974.

OFÍCIO de João Raposo do Amaral para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a remessa de um produto designado de sumagre e que era de utilidade para a indústria de peles, tinturação e fábricas de tecido, bem como para uso farmacêutico. São Luís, Maranhão. 12/05/1801. *AHU-MA*, cx. 116, d. 8978.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção de vários impressos, com respectivos preços, remetidos pelo frei José Mariano da Conceição Veloso. Maranhão. 06/06/1801. *AHU-MA*, cx. 116, d. 8999.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, sobre método e condição com que se deve proceder na extração do salitre, pela qual foi responsável o bel. Vicente Jorge Dias Cabral. São Luís, Maranhão. 22/12/1802. *AHU-MA*, cx. 125, d. 9471.

REQUERIMENTO de Vicente Jorge Dias Cabral ao príncipe regente D. João, solicitando a sua confirmação na regência da cadeira de Retórica em São Luís do Maranhão. São Luís, Maranhão. 05/09/1804. cx 137, D. 9996.

### **Arquivo Histórico Ultramarino (Caixas do Piauí)**

OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Linhares], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a introdução de novos métodos para desenvolver a agricultura, informando a impossibilidade do uso do arado, na capitania, por terrenos serem muito acidentados e cheio de matas, chapadas e caatingas; sobre ordens para demarcação de terras nas vilas da Parnaíba e Parnágua afim de serem aforadas e de que o único, e escasso, rendimento da Câmara é o resultado do tributo das carnes que se matam no açougue. Oeiras, Piauí. 18/08/1798. *AHU-PI*, cx. 21, d. 1092.

OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Linhares], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo plantas da vila da Parnaíba e o modelo de um engenho para descaroçar algodão; e informando acerca da utilidade de se navegar pelo rio Parnaíba. Oeiras, Piauí. 22/11/1798. *AHU-PI*, cx. 21, d. 1115.

OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ter recebido a relação de impressos relativos a artigos que tratam de agricultura e os ter distribuído por alguns dos habitantes do Piauí, pelos preços declarados na relação. Oeiras, Piauí. 16/08/1799. *AHU-PI*, cx. 22, d. 1164.

OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um naturalista para estudar e descobrir o préstimo das plantas que há neste país. Oeiras, Piauí. 16/08/1799. *AHU-PI*, cx. 22, d. 1166.

OFÍCIO do [governador interino do Piauí], Francisco Diogo de Moraes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção da relação dos impressos e outros objectos de cultura destinados aos moradores e que só depois de os distribuir pode apurar a importância a enviar ao oficial maior da secretaria. Oeiras, Piauí. 19/07/1800. *AHU-PI*, cx. 23, d. 1217.

OFÍCIO do [governador interino do Piauí], Francisco Diogo de Moraes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a da relação dos impressos e da sua distribuição pelos moradores e o envio da importância ao oficial maior da secretaria. Oeiras, Piauí. 19/07/1800. *AHU-PI*, cx. 23, d. 1218.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Maranhão], D. Diogo de Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre os insultos dos índios no Piauí; as diligências relativas à descoberta do salitre; as razões porque não foi possível estabelecer o horto botânico; as providências militares para as promoções e regulamento do Regimento de Milícias; o indeferimento da pretensão do governador interino do Piauí, [Francisco Diogo de Moraes], e a nomeação de José Pedro Fialho para ouvidor do Piauí. São Luís-Maranhão. 01/10/1800. *AHU-PI*, cx. 34, d. 1223.

OFÍCIO do governador interino do Piauí, Francisco Diogo de Moraes, ao [secretário de estado da Fazenda e presidente do Erário Régio], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção do ofício e da relação dos impressos a distribuir pelos moradores, prometendo executar a ordem logo que os receba. Oeiras, Piauí. 08/01/1801. *AHU-PI*, cx. 18, d. 1235.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Maranhão], D. Diogo de Sousa, ao [intendente das boticas da Marinha], João Filipe da Fonseca, enviando a primeira letra referente à quantia remetida pelo governador interino do Piauí, [Francisco Diogo de Moraes], proveniente da venda de livros. São Luís, Maranhão. 11/05/1801. *AHU-PI*, cx. 24, d. 1256.

OFÍCIO do [ex-governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Fazenda e presidente do Real Erário], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a letra que passou para pagar a importância relativa aos impressos distribuídos pelos habitantes do Piauí. São Luís, Maranhão. 09/07/1801. *AHU-PI*, cx. 24, d. 1258.

OFÍCIO do padre Joaquim José Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo] sobre a exploração dos sertões para descoberta de nitreiras naturais; quanto recebeu de ajudas de custo e onde aplicou essa quantia; e solicita o envio dos livros mencionados no catálogo que remete. Oeiras, Piauí. 19/06/1801. *AHU-PI*, cx. 18, d. 1262.

### **Arquivo Histórico Ultramarino (Caixas do Pará)**

OFÍCIO de Luís Pereira da Cunha para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de várias plantas e animais para o Gabinete Real de Lisboa a bordo da charrua "Águia [e Coração de Jesus]", de que é comandante o tenente do Mar António José Monteiro. Pará. 12/07/1790. *AHU-PA*, cx. 99, d. 7906.

OFÍCIO de Luís Pereira da Cunha para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo caixões com produtos naturais e barris com animais, para o Gabinete Real pela fragata "Princesa do Brasil", de que é comandante o tenente do mar António José Monteiro. Pará. 10/10/1791. *AHU-PA*, cx. 101, d. 8006.

OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro], D. Francisco [Maurício] de Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar e dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre os trabalhos de construção das duas charruas, solicitando a protecção e gratificação do mestre, alguns carpinteiros e índios empregados naquela construção, assim como alguns dias de serviço para os índios carpinteiros e informando ter atribuído àquelas charruas os nomes de "São João, o Magnânimo" e de "São Carlos, Augusta". Pará. 18/07/1795. *AHU-PA*, cx. 105, d. 8327.

AVISO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para o [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho], sobre a realização de uma descrição geográfica e topográfica do Estado do Pará, com seus limites, povoações, actividades económicas, militares e financeiras para ser enviada para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Queluz, Portugal. 14/09/1796. *AHU-PA*, cx. 108, d. 8490.

OFÍCIO do intendente geral da Polícia da Corte e Reino, Diogo Inácio de Pina Manique, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio, para o Reino, de dois indivíduos naturais da cidade do Pará para serem inscritos no curso de Medicina do Colégio das Ciências Naturais de Coimbra, de modo a estarem capacitados a exercer o ofício naquele Estado. Lisboa, Portugal. 22/09/1796. *AHU-PA*, cx.108, d. 8492.

OFÍCIO (2ª via) do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro], D. Francisco [Maurício] de Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo um plano para o estabelecimento de um correio marítimo para as correspondências de Portugal com as suas Colónias da parte Setentrional do Brasil. Belém- Pará. 10/05/1797. *AHU-PA*, cx. 109, d. 8578.

AVISO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para o [presidente do Conselho Ultramarino], conde de Resende, [D. António José de Castro], remetendo o ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará [e Rio Negro, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho], em que dá o seu parecer sobre vários requerimentos dos professores régios do Pará pedindo a prorrogação do exercício dos mesmos nas suas respectivas cadeiras. Queluz. 15/04/1799. *AHU-PA*, cx. 114. d. 8852.

### **Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)**

AVISO do Ministério do Império. Secretária do Governo: 1812-1819. São Luís. 16/02/1815. *APEM*, Códice, doc. 04.

OFICIO ao Correio-mor desta cidade para remeter a esta Secretaria uns livros. São Luís, Maranhão. 11/03/1801. *APEM*, livro 51, doc. 58, p. 13v.

*APEM*, LIVRO 49, fl. 29, doc 74. 10 janeiro 1800.

*APEM*, Secretaria de Governo, livro 47, fl. 1, doc. 2.

*APEM*, Secretaria de Governo, livro 47, fl. 2, doc. 6.

*APEM*, Secretaria de Governo, livro 47, fl. 30-31, doc. 128.

*APEM*, Secretaria de Governo, livro 47, fl. 32, doc. 136.

*APEM*, Secretaria de Governo, livro 47, fl. 33-34, doc. 145.

*APEM*, Secretária de Governo, livro 48, fl. 77, 371.

*APEM*, Secretaria de Governo, livro 49, fl. 2, doc. 7.

*APEM*, Secretaria de governo, livro 49, fl. 54, doc. 143.

*APEM*, Secretaria de governo, livro 50, fl. 28, doc. 132.

*APEM*, Secretaria de Governo, livro 50, fl. 40, doc. 192.

*APEM*, Secretaria de Governo, livro 50, fl. 41, doc. 195.

*APEM*, Secretaria de Governo, livro 50, fl. 54, doc. 257.

*APEM*, Secretaria de Governo, livro 50, fl. 77, doc. 384.

*APEM*, Secretaria do Governo, livro 47, fl. 59, doc. 185.

*APEM*, Secretaria do Governo, livro 47, fl. 62, doc. 192.

*APEM*, Secretaria do Governo, livro 48, fl. 43, doc. 225.

*APEM*, Secretaria do Governo, livro 48, fl. 52-53, doc. 272.

*APEM*, Secretaria do Governo, livro 48, fl. 53, doc. 273.

*APEM*, Secretaria do Governo, livro 48, fl. 73, doc. 353.

*APEM*, Secretaria do Governo, livro 48, fl. 91-92, doc. 425

*APEM*, Secretaria do Governo, livro 48, fl. 94, doc. 435.

*APEM*, Secretaria do Governo, livro 48, fl. 98, doc. 449.

### **Biblioteca Nacional (BN)**

CABRAL, Vicente Jorge Dias. *Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí*. BN-RJ, Seção de Manuscritos, 1803.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Estado presente da Agricultura no Pará*. BN-RJ, Seção de Manuscritos, 1786.

GALLUZZI, Henrique Antônio. *Carta geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes*. 1761. 1 mapa ms., col., desenho a nanquim, 58,5 x 85cm. em f. 61,5 x 88.  
Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart249898/cart249898.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249898/cart249898.html). Acesso em: 03 de maio de 2023.

## 2) Impressos

ANDRADA e SILVA, José Bonifácio. Memória sobre a Pesca da Baleias, e Extração do seu Azeite; com algumas reflexões a respeito das Nossas Pescarias. In. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo II. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1790.

BAENA Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: EDUFPA, 1969.

\_\_\_\_\_. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BETTENCOURT, José de Sá. *Memória sobre a plantação dos algodões, e sua exportação; sobre a decadência da lavoura de mandiocas, no Termo da Vila de Camamu, comarca de Ilhéus, Governo da Bahia*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português & Latino*. 1728. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>.

BROTERO, Félix. Documento nº 7. *Anuário da Sociedade Broteriana*, ano X. Alcobaça: Tipografia Alcobacense, 1944.

CASTRO, Joaquim de Amorim. Memória sobre a cochonilha do Brasil. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo II. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1790.

COUTINHO, Rodrigo de Sousa. Documento nº20. *Anuário da Sociedade Broteriana*, ano X. Alcobaça: Tipografia Alcobacense, 1944.

\_\_\_\_\_. *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, v. 2.

GAMA, Manoel Jacinto Nogueira da. *Memória sobre o loureiro cinamomo vulgo caneleira do Ceilão*. Lisboa: Oficina Patriarcal, 1797.

INSTRUÇÃO sobre a cultura das batatas traduzida do inglês por ordem superior. Lisboa: Tipografia do Arco do Cego, 1800.

*MEMÓRIA sobre a caneleira, para acompanhar a remessa das plantas, que o Príncipe N. Senhor manda transportar para o Brasil*. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1797.

MENESES, Francisco da Cunha. *Memória sobre a cultura do Loureiro Cinamomo, vulgo caneleira do Ceilão, que acompanhou a remessa de plantas da mesma terra de Goa para o Brasil*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

MENONVILLE, Thierry de. *Memória sobre a cultura da Urumbeba e sobre a criação da Cochonilha, extraída por Me. Berthollet das Observações feitas por M Thiery de Menonville e copiada do V. Tomo dos Anais de Química*. Lisboa: Oficina João Procópio Correa da Silva, 1799

PEREIRA, João Manso. *Cópia de uma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na Vila de Santos, da Capitania de São Paulo*. Lisboa: Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1800.

\_\_\_\_\_. *Memória sobre o método econômico de transportar para Portugal a aguardente do Brasil, com grande proveito dos Fabricantes, e Comerciantes*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

PEREIRA, José Joaquim. Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luís do Maranhão, que igualmente diz respeito ao número de freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida, e consagrada ao Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conselheiro, ministro e secretário de estado dos negócios da marinha. *RIHGB*, v. 20, 1904.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>.

SILVA, António Delgado da. *Coleção de Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*. Suplemento à Legislação de 1763-1774. Lisboa: Tipografia de L. C. da Cunha, 1858.

\_\_\_\_\_. *Coleção de Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*. Suplemento à Legislação de 1775 – 1790. Lisboa: Tipografia Maignense, 1828.

SILVA, António Delgado da. *Coleção de Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*. Suplemento à Legislação de 1791-1801. Lisboa: Tipografia Maignense, 1828.

SILVA, Joaquim José Sabino de Rezende Faria. “Memória Político-econômico sobre o Maranhão” (anexo). In. TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no espaço colonial*. São Luís: Instituto Geia, 2006.

VANDELLI, Domingos. Memória sobre a agricultura deste Reino, e de suas Conquistas. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789.

\_\_\_\_\_. Memória sobre algumas produções naturais das Conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se Proveitam. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789.

\_\_\_\_\_. (org. e trad.). *Alografia dos álcalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda e dos seus nitratos, segundo as melhores memórias estrangeiras que se tem escrito sobre o assunto*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

\_\_\_\_\_ (org. e trad.). *Aviário brasílico ou galeria ornitológica das aves indígenas do Brasil*. Lisboa: Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1800.

\_\_\_\_\_ (org. e trad.). *Fazendeiro do Brasil*, melhorando na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o que melhor se tem escrito sobre o assunto (tomo 1, parte 1). Lisboa: Régia Oficina Tipografia, 1798a.

\_\_\_\_\_ (org. e trad.). *Memórias e extratos sobre a pipereira negra (Piper nigrum L.) que produz o fruto conhecido vulgarmente pelo nome de pimenta da índia, nos quais se trata sua cultura, comércio e usos, etc.* Lisboa: Oficina de João Procópio Correia da Silva, 1798b.

\_\_\_\_\_ (org. e trad.). *Quinografia portuguesa ou coleção de várias memorias sobre vinte e duas espécies de quininas*. Lisboa: Oficina de João Procópio Correia da Silva, 1799.

### 3) bibliografia

ABREU, Jean Luiz Neves. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *História, Ciência, Saúde – Mangueiras*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, 2007.

ABREU, Márcia. (org.). *Trajetória do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 1999.

\_\_\_\_\_. *Os caminhos do livro*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003.

ALGRANTI, Leila Mezan. “ ‘Bebida dos deuses’: técnicas de fabricação e utilidades do chocolate no império português (séculos XVI-XIX) ”. In. ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009.

ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. *Revista Portuguesa de História*, t. XV, 1976.

ALVES, Dysson Teles. “Urbanismo e civilização na América Portuguesa”. In. CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). *A Amazônia dos viajantes: história e ciência*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

- ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal* (Temas e problemas). Lisboa: Horizonte, 2003.
- ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico: el médio, la cultura y la expansión de Europa*. Cidade do México: Fundo de Cultura Económica, 2000.
- ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. Aulas régias no Brasil: o regimento provizional para os professores de filosofia, rhetorica, grammatica e de primeiras letras no estado Grão-Pará (1799). *Revista História da Educação*. Porto Alegre, v. 20, n. 49, 2016.
- BARBOSA FILHO, Rubem. *Tradição e Artifício: Iberismo e Barroco na formação Americana*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- BARBOSA, Socorro de Fátima P. *Livros e periódicos nos séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.
- BARBOSA, Socorro de Fátima P. “Ler e escrever cartas nos periódicos Luso-brasileiros dos séculos XVIII e XIX”. In. \_\_\_\_\_. *Livros e periódicos nos séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.
- BASÍLIO, Romário Sampaio. *Impressos e mercadores no mar: Luzes e sombras entre Portugal e Maranhão (1768-1826)*. - Monografia (graduação em história licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2014.
- \_\_\_\_\_. *“Burocratas ilustrados” no Império Luso-brasileiro: ensaios de sociologia histórica da biografia* (Maranhão, 1780-1820). Dissertação (mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos) - Universidade de Nova Lisboa. Lisboa, 2016.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: a construção do sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)*. 2010. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. “Entre as fazendas da loja e os trastes da casa: os livros de agentes mercantis em São Paulo setecentista”. In. ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009.
- BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- BOURGUET, Marie-Noëlle. “O Explorador”. In. VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença. 1997.
- BRAGA, Marcos *et al.* *Lavoisier e a ciência do Iluminismo*. São Paulo: Atual, 2000.
- BRAGA, Marcos; GUERRA, Andreia; REIS, José Claudio. *Breve história da ciência moderna, vol. 3: das luzes ao sonho do doutor Frankenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro, Garamond, 2014.
- CALAFATE, Pedro. *A Ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

CAMÊLO, Júlia Constança Pereira. “Fernando Antônio Soares de Noronha: um imbecil ou um homem de seu tempo?” In. COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche (orgs.). *Maranhão: ensaios de biografia e história*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011.

CARDOSO, Alírio. *Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)*. São Paulo: Alameda, 2017.

CARDOSO, José Luís. Introdução. In *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)* vol. I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

\_\_\_\_\_. Nas malhas do Império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In. CARDOSO, José Luís. *A economia política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

\_\_\_\_\_. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e político colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*, v. 17, n. 31, 2011.

CAROLINO, Luís Miguel. “Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico.” In. GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. “Tapuia – A inversão do índio da Amazônia nos relatos da Viagem Filosófica (1783-1792)”. In: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). *A Amazônia dos viajantes: história e ciência*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

CARVALHO, Débora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro. *D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho: um diplomata português na Corte de Londres (1807-1810)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CARVALHO, Flávio Rey de. *Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008.

CARVALHO, Rómulo de. *A história natural em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CASCUDO, Luís Câmara. *História da alimentação brasileira*. São Paulo: Global, 2011.

\_\_\_\_\_. *Prelúdio da cachaça: etnologia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1986.

CASSIRER, Ernst. *Filosofía de la Ilustración*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael; Alírio Cardoso. *As cores da conquista: produtos tintórios e anil no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)*. *Locus* (UFJF), v. 20, 2014.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Ed. UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Inscrever & apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

COLL-HURTADO, Atlántida. Oaxaca: geografia histórica de La Grana Cochinilla. *Investigaciones Geográficas Boletín*, 36, 1998.

COMERLATO, Fabiana. O desenho de baleias nos diários de bordo de navios baleeiros norte-americanos do século XIX. In. COMERLATO, Fabiana; QUIROZ, Daniel. *Baleias e Baleeiros [livro eletrônico]: patrimônio cultural e conservação ambiental*. Pelotas: BasiBooks, 2019.

CORREA FILHO, Virgílio. *Alexandre Rodrigues Ferreira: vida e obra do grande naturalista brasileiro*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

COSTA JÚNIOR, Flávio P. *UM MARANHÃO ILUSTRADO?* História e correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa 1798-1801. – Dissertação (mestrado em história social) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.

COSTA, Kelerson Semerene. Templos de Tânatos, templos de Eros: a exploração da tartaruga nas praias amazônicas. In. FRANCO, José Luiz de Andrade *et al* (orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. V. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

COSTA, Mário Júlio de Almeida; MARCOS, Rui de Figueiredo. Reforma Pombalina dos estudos jurídicos. In. ARAÚJO, Ana Cristina (org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

COSTA, Paulo Marcelo Combraia. “De mãos dadas pela foz do rio Amazonas”: vilas e povoamentos na costa setentrional do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII. *Revista Escritas do Tempo*. Vol. 1, n. 1, 2019.

COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche (orgs.). *Maranhão: ensaios de biografia e história*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011.

COUTINHO, Mirian Marques. *D. Rodrigo de Souza Coutinho e reformismo ilustrado: manutenção e exploração da América portuguesa no final do século XVIII*. Niterói: Dissertação de Mestrado (história) apresentação a Universidade Federal Fluminense.

CROSBY, Alfred. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. São Paulo: Editora Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literário do Arco do Cego. In. CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (et .al.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – Bicentenário: sem livros não há instrução*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

DANTES, Maria Amélia M. “A historiografia sobre ciência e impérios: Constituição e desenvolvimento”. In. GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”*. Trad. Laura Teixeira Motta; Marcia Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, José Sebastião da Silva. *Portugal e a cultura europeia (secs. XVI ao XVIII)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1953.

DIAS, Marcelo Henrique. A floresta mercantil: exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, 2010.

DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. volume 278. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1968

DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, ministros e cientistas: mecanismo de poder, governação e informação no Brasil Colonial*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012.

\_\_\_\_\_. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição das redes de informação no Império português no final dos Setecentos. *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 8, p. 823-838, 2001.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ELIAS, Simone Santana Rodrigues; MARTINS, Décio Ruivo; MOREIRA, Ildeu de Castro. As expedições naturalistas e cartográficas dentre as práticas científicas no Brasil do Século XVIII. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*. V.7, n. 1, 2018.

ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial (notas prévias de um trabalho em preparo). *Revista de História*. São Paulo, v. 15, n. 32, 1957.

ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial (parte II). *Revista de História*. São Paulo, v. 16, n. 33, 1958.

EVA, Margarita; GARCÍA, Rodriguez. Lejos del gabinete: viajes científicos a la América portuguesa y española (1777-1792) y representación de la naturaleza. *Memorias: revista de historia y arqueología desde el Caribe Colombiano*. Ano 11, n. 25, 2015.

FALCON, Francisco José Calazans. *Despotismo esclarecido*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FARIAS, Poliana Cordeiro. “Comunicar por via impressa todas as melhores obras: a difusão de conhecimentos náuticos sob o ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho”. *Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Disponível em: < [http://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=956](http://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=956) >. Acesso em 02 de nov. de 2018 às 17:34.

FERAZ, Márcia Helena Mendes. A rota dos estudos sobre a cochonilha em Portugal e no Brasil no século XIX: caminhos desencontrados. *Química Nova*, São Paulo, vol. 30, n. 4.

FERREIRA, Breno Ferraz Leal. Conservação da natureza e modernização agrícola nos prefácios de O Fazendeiro do Brasil, de Frei José Mariano da Conceição Veloso (1798-1806). *Temporalidades – Revista em História*, ed. 29, v. 11, n. 2.

FERRONE, Vicenzo. O Homem da Ciência. In: VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença. 1997.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. “João Manso Pereira, químico empírico do Brasil colonial”. *Química Nova*, vol. 16 (2), 1993.

\_\_\_\_\_. *Frei José Mariano da Conceição Veloso, polímata do Brasil colonial*. Belo Horizonte: Departamento de química (UFMG), 2010?. Disponível em: <https://bibliotecaquimicaufmg2010.files.wordpress.com/2012/02/frei-josc3a9-mariano-da-conceic3a7c3a3o-veloso.pdf>. Acesso em: 14/10/2019.

FONSECA, Rodrigo Gerolineto. A “nobreza da terra”: a constituição de uma elite local na capitania de São José do Piauí – do final do século XVII ao final do século XVIII. *Outros Tempos*. São Luís, v. 9, n. 14, 2012.

FORTE, Luiz R. Salinas. *O iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial* (vol. 3 – 1720-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRANCO, José Luiz de Andrade *et al* (orgs.). *História Ambiental*, vol. 2: territórios, fronteiras e biodiversidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

FRANCO, José Luiz de Andrade *et al* (orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*. Imperatriz: Ética, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e novas práticas letradas”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial* (vol. 3 – 1720-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. “Bosque de Minerva: artefatos científicos no colecionismo joanino”. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (Orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 229-230.

\_\_\_\_\_. “Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e novas práticas letradas”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial* (vol. 3 – 1720-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio Histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. São Luís: Instituto Geia, 2011.

GALVES, Marcelo Cheche. *Ao Público sincero e imperial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*, Niterói, 2010 – Tese (doutorado em história)- UFF, 2010.

\_\_\_\_\_. Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos. *Outros Tempos*, vol. 11, n. 18, 2014.

\_\_\_\_\_. Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*. Belém, v. 12, n. 2, 2017.

GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio. “Saberes em circulação na América Portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823).” *Revista Clio*, n. 32.1, 2014.

GANDOLFI, Haira Emanuela; FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. “As nitreiras no Brasil dos séculos XVIII e XIX: uma abordagem histórica no ensino de ciências”. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2014.

GARCIA, Margarita Eva Rodriguez. “Lejos del gabinete: viajes científicos a la América portuguesa e española (1777-1792) y representación de la naturaleza”. *Memorias: revista digital de historia y arqueología desde el caribe colombiano*. Ano 11, nº 25, Barranquilla, jan.-abril 2015.

GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

GRENNFIELD, Amy Butler. *A Perfect red: Empire, Espionage, and the Quest for the Color of Desire*. Nova York: HarperCollins, 2008.

GUAPINDAIA, Mayra Calandrini. “D. Rodrigo de Souza Coutinho: pensamento ilustrado e a reforma dos Correios nos setecentos”. *Postais: Revista do Museu Nacional dos Correios*, nº1. Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Gestão Cultural, 2013.

\_\_\_\_\_. *O Controle de Fluxo das Cartas e as Reformas de Correio na América Portuguesa (1796-1821)*. 2019. Tese (doutorado em história) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

GUIMARÃES, Jorge. Brotero, Félix de Avelar, 1744-1828. *Biblioteca Digital de Botânica*. Disponível em: <http://bibdigital.bot.uc.pt/index.php?menu=3&language=pt&tabela=geral>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

IHERING, Rodolpho von. *Dicionário dos animais do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1968.

ISRAEL, Jonathan. *A Revolução das Luzes: O Iluminismo Radical e as origens intelectuais da Democracia Moderna*. Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2013.

KETTLE, Wesley Oliveira. *Ciclopes e profetas no vale amazônico: visões de natureza no tempo das demarcações (1750-1799)*. 2015. Tese (doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

KURY, Lorelai Bilhante. “Homens de ciência no Brasil: império colonial e circulação de informações (1780-1810)”. *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 11, p. 109-129, 2004.

\_\_\_\_\_. A natureza da nação: o clima e a gente do Brasil (1780-1836). In. FRANCO, José Luiz de Andrade *et al* (orgs.). *História Ambiental*, vol. 2: territórios, fronteiras e biodiversidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

LAPA, J. R. Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

LIMA, Ana Paula dos Santos. *Prática científica no Brasil – Colônia: ilustrado luso-brasileiro a serviço da natureza (1786-1808)*. Feira de Santana, Dissertação de Mestrado (Ensino, Filosofia e História da Ciência), apresentada à Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. “Raimundo José de Sousa Gaioso: do prestígio ao degrado”. In. COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche (orgs.). *Maranhão: ensaios de biografia e história*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011.

LOPES, Maria Margaret. Culturas das Ciências Naturais. *Ciência & Educação*, v. 11, n. 3, 2005.

LOPES, Siméia de Nazaré. *As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c. 1790 a c. 1830)*. – Tese (doutorado em História Social) - UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.

LUNA, Fernando. Frei José Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2009.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O império em construção; Primeiro Reinado e Regência*. São Paulo: Atual, 2000.

MACEDO, Jorge Borges. *O Marquês de Pombal (1699-1782)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

MAGALHÃES, Pablo Iglesias. O tradutor dos abomináveis princípios: José Pedro de Azevedo Sousa de Câmara e a circulação dos escritos de Voltaire em Portugal e no Brasil (1790-1834). *História*. São Paulo, v. 35, e. 101, 2016.

MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: A inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRELES, Mário M. *Dom Diogo de Sousa: governador e capitão-general do Maranhão e Piauí (1798-1804)*. São Luís: SIOGE, 1979.

\_\_\_\_\_. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

MERLO, Patrícia. Ciência a serviço do Reino: sociabilidade intelectual e reformismo ilustrado nas últimas décadas do Império Atlântico português. In. *Diálogos sobre a Modernidade*, Vitória, n. 2, 2019.

MONTEIRO, Alessandra Cristina Costa. *Ilustração e natureza: Uma história ambiental no Maranhão Setecentista? (1773-1790)*. 2017. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MONTEIRO, Nuno. “As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho”. In. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial* (vol. 3 – 1720-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOREIRA, Luís Miguel Alves de Bessa. *Cartografia, Geografia e Poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII*. Tese (doutorado em Geografia Humana)- Universidade do Minho, Braga, 2012.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “A Academia Real das Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808)”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001a.

\_\_\_\_\_. “O liberalismo num outro Ocidente: política colonial, idéias fisiocratas e reformismo mercantilista”. In: GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal; PRADO, Maria Emília (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: REUAN: UERJ, 2001b.

\_\_\_\_\_. “Política e Natureza, no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho”. In: *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Livros e impressos: retrato do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

NOGUEIRA, Raimundo Cardoso. “Notas” (prefácio). In. GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio Histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. São Luís: Instituto Geia, 2011.

NOVAIS, Fernando. “O Reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.7, 1984.

\_\_\_\_\_. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1985.

NUNES, Odilon. *O Piauí na História*. Teresina: COMEPI, 1975.

OBERACKER JÚNIOR, Carlos H. Um parecer de Humboldt sobre os limites no Noroeste do Brasil. *Revista de História*, v. 53, n. 105, 1976.

- OLIVEIRA, Gabriel Mauro de Araújo. *Salitre no Piauí*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral: 1940.
- OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. A pesca e os pescadores: recursos naturais e conflito social. In. MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Editora Senac, 2007.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- PAIM, Antônio. A corte no Brasil. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Revista Estudos Filosóficos*. São João del Rei, n. 3, 2009.
- PAPAVERO, Nelson; CLAPS, Lucía. *Alguns dados históricos sobre a cochonilhas do carmim (Hemíptero, Homóptera, Dactylopiidae): notas sobre etimologia, seu cultivo no Brasil no século XVIII e na primeira metade do século XIX*. São Paulo: NEhiLP/ FFLCH/ USP, 2014.
- PATACA, Ermelinda Moutinho. *Mobilidade e permanência de viajantes no Mundo Português: entre práticas e representações científicas e artísticas*. São Paulo: Tese de livre-docência – Universidade de São Paulo, 2015.
- PATACA, Ermelinda Moutinho; LUNA, Fernando José (Orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: Edusp, 2019.
- PAZ, Marcelo de Oliveira. *Companhia de Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*. Dissertação (mestrado em Estudos Brasileiros). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, 2014.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. “Os colonos cientistas da América Portuguesa: questões historiográficas”. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa-PR, v. 19, p. 7-34, 2014.
- PEREIRA, Márcio Mota. A circulação de impressos pragmáticos publicados pela Tipografia Literária do Arco do Cego na Capitania de Minas Gerais. *Estudios Históricos*. Uruguai, n. 14, 2015.
- PEREIRA, Rodrigo Osório. *O Império Botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia atlântica colonial (1768-1808)*. 2013. Tese (doutorado em história) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- PLANTAS do Brasil: flora econômica do Brasil no século XVIII; plantas do Maranhão-Piauí*. Organizado, prefaciado e leituras paleográficas por FERRÃO, José E. Mendes *et al.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica de Portugal; Chaves Ferreira Publicações, S. A.; Museu e Jardim Botânico/ Museu Nacional de História Natural, 2002.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. O século dos jardins. In. MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o Império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2004.

REIS, Alexander Lima. Ciência e técnica na produção do corante do anil e da cochonilha no Rio de Janeiro colonial (1772-1789). *Meridional Revista chilena de Estudios Latinoamericanos*, número 3, 2014.

RIBEIRO, Márcia Moisés. Medicina e flora em São Paulo. In. MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

RUIZ, Víctor Peralta. “La frontera amazónica em el Perú del Siglo XVIII: una representación desde la Ilustración”. *Brocar*, 30, 2006.

RUSSELL- WOOD, A. J. R. “Padrões de Colonização no Império Português, 1400-1800”. In. BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.

\_\_\_\_\_. “Precondições e precipitações do movimento de independência da América portuguesa”. In. FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: DIFEL, 1998.

SALVINO, Romulo Valle. “Cartas da terra: o Correio-mor e a centralização do poder no Reino e na Colônia”. *Postais: Revista do Museu Nacional dos Correios*, nº1. Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Gestão Cultural, 2013.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873*. 2001. Dissertação (mestrado em geociência). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SANTOS, Fabiano Vilaça. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Tese de doutorado (História Social), Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *O Palácio de Queluz e o Mundo Ultramarino: Circuitos ilustrados (Portugal, Brasil, Angola, 1796-1803)*. Niterói: Tese de doutorado (História) apresentada na Universidade Federal Fluminense, 2013.

SCHAPOCHNIK, Nelson. “Sobre a leitura e a presença de romances nas bibliotecas e gabinetes de leitura brasileiros”. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajetória do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

- SCHWARTZ, Stuart B. “A Economia do Império Português”. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- SERRA, Astolfo. *Guia histórico e sentimental de São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.
- SERRÃO, José Vicente. O pensamento agrário setecentista (pré-fisiocrático): diagnósticos e soluções propostas. In: CARDOSO, José Luís. *Contribuição para a História do pensamento económico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. In. *Revista USP*, São Paulo, v. 30, 1996.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2006.
- SILVA, André Mansuy-Diniz. “Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808”. In: BETHELL, Leslie. *América Latina Colonial*, volume I. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.
- SILVA, Carlos Sánchez; BOSA, Miguel Suárez. Evolución de la producción y el comercio mundial de la grana cochinilla, siglos XVI-XIX. *Revista de Indias*, v. 66, n. 237, 2006.
- SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto, 1798-1805*. São Paulo: Annablume : Fapesp: Campinas: Unicamp, 2002.
- SILVA, Felipe do Amaral. *João da Silva Feijó: Uma análise acerca de sua expedição empreendida à Capitania do Ceará em fins do século XVIII e início do século XIX*. 2009. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009.
- SILVA, José Alberto Teixeira Rabelo da. *A Academia Real das Ciências (1779-1834): ciência e hibridismo numa periferia europeia*. Lisboa: Tese de doutorado (História e filosofia das ciências) apresentada na Universidade de Lisboa, 2015.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Um grande inventário da Natureza: políticos da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII”. In: . GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão: dirigidas aos pobres deste Reino de Portugal*. São Paulo: Siciliano, 2001.
- SLEMIAM, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da Nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOTERIOU, Helen; SMALE, Will. Por que você pode ter comido insetos toda a vida – sem saber. *BBC News – Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43958618>. Visitado em: 02 de jun. de 2021.

SOUZA, Simone Mendonça de. ““SAHIRAM À LUZ”: livros em prosa de ficção publicados pela impressão régia do Rio de Janeiro”. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajatória do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no espaço colonial*. São Luís: Instituto Geia, 2006.

VARELA, Alex Gonçalves. *Atividades científicas na “Bela e Bárbara” capitania de São Paulo (1796-1823)*. São Paulo: Annablume, 2009.

VELÁZQUEZ, Víctor Salazar. Historia natural, cría y beneficio de la grana cochinilla em las imágenes científicas y técnicas de la memoria de José Antonio Alzate. Disponível em: [https://fundacionorotava.org/media/web/files/page163\\_\\_07\\_Victor\\_Salazar.pdf](https://fundacionorotava.org/media/web/files/page163__07_Victor_Salazar.pdf). Acesso em: 18 de jan. de 2021.

VENANCIO, Renato Pinto. “Comércio e fronteira em Minas Gerais Colonial”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

VERRI, Gilda Maria Writaker. “Livros na capitania da Paraíba e Pernambuco no século XVIII”. In: BARBOSA, Socorro de Fátima P. *Livros e periódicos nos séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. *Os fazedores de cidade – uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)*. Tese (doutorado em história). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. “Romances e leitura proibidas no mundo Luso-brasileiro (1740-1802)”. In: ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Uso do Livro na América Portuguesa*. 1999. 443 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VIVEIROS, Jerônimo. *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença. 1997.

WEGNER, R. “Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial”. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, vol. 11, p. 131- 140, 2004.

WEHLING, Arno. “O fomentismo português no final do século XVIII: Doutrinas, mecanismo, exemplificações”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 316, jul-set. 1978

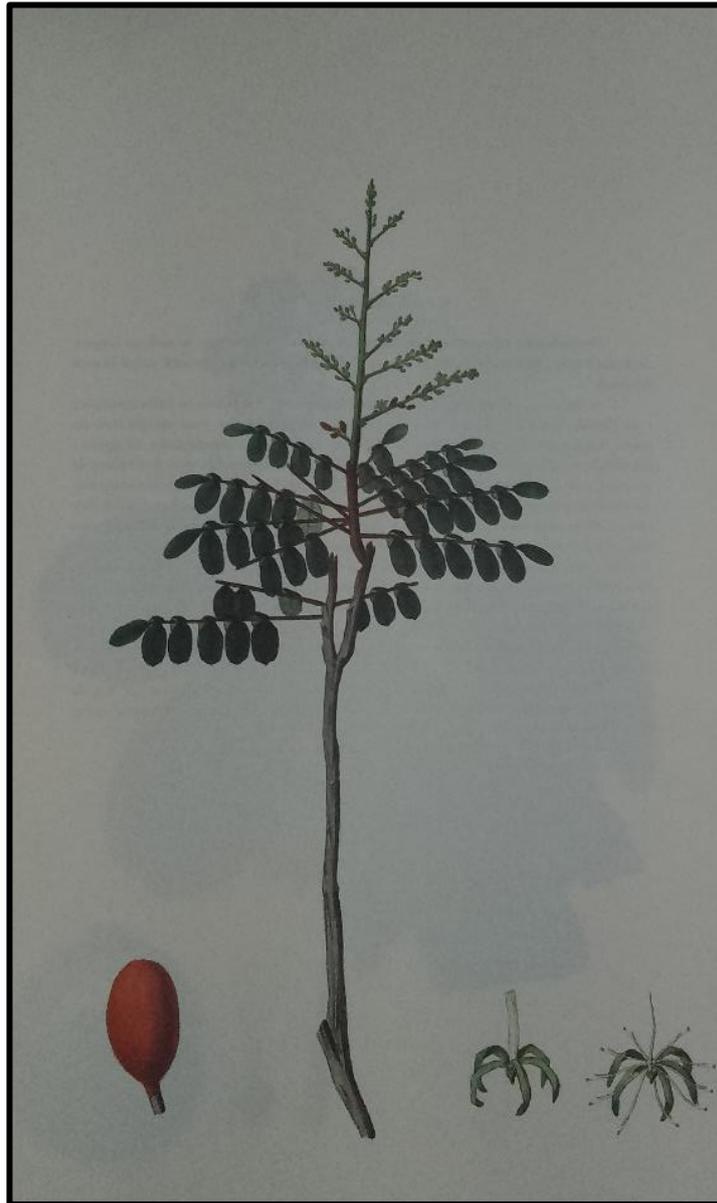
WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

## **ANEXO – FIGURAS**



**Figura 1:** Quatro-patacas-vermelhas.

**Fonte:** PLANTAS, 2002.



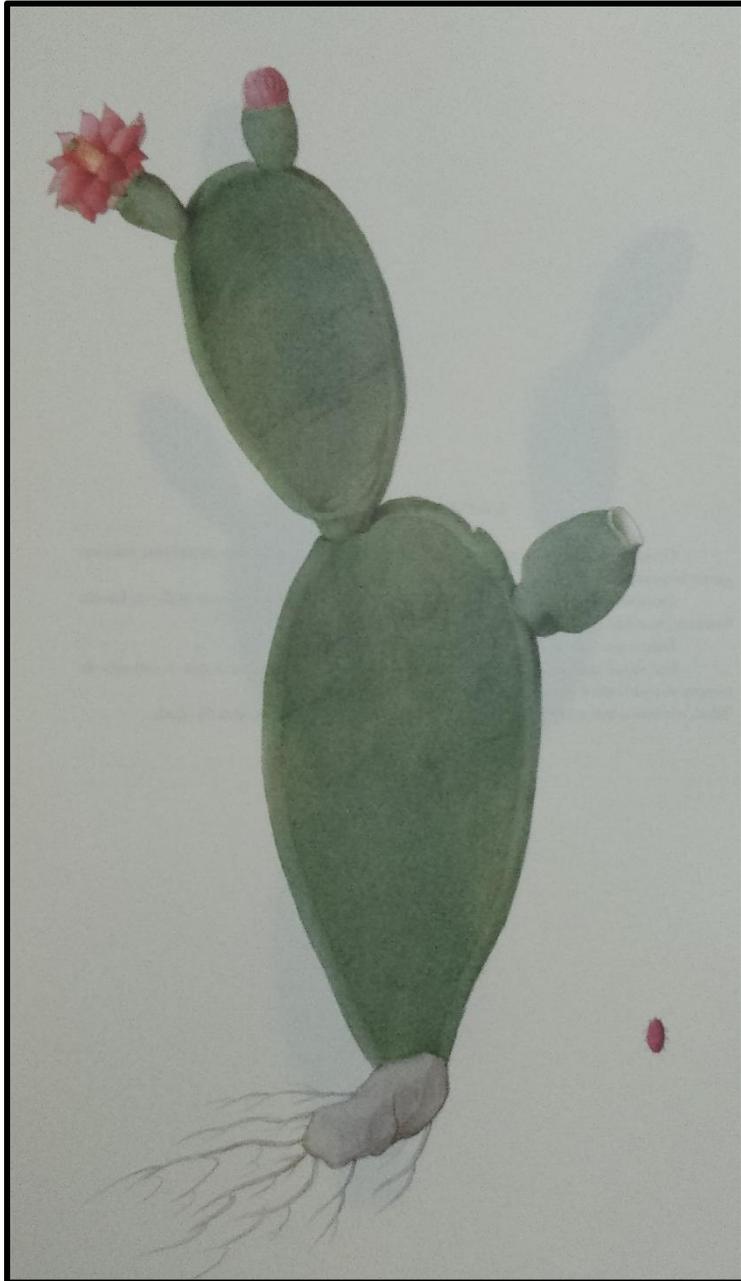
**Figura 2:** Cajazeira.

**Fonte:** PLANTAS, 2002.



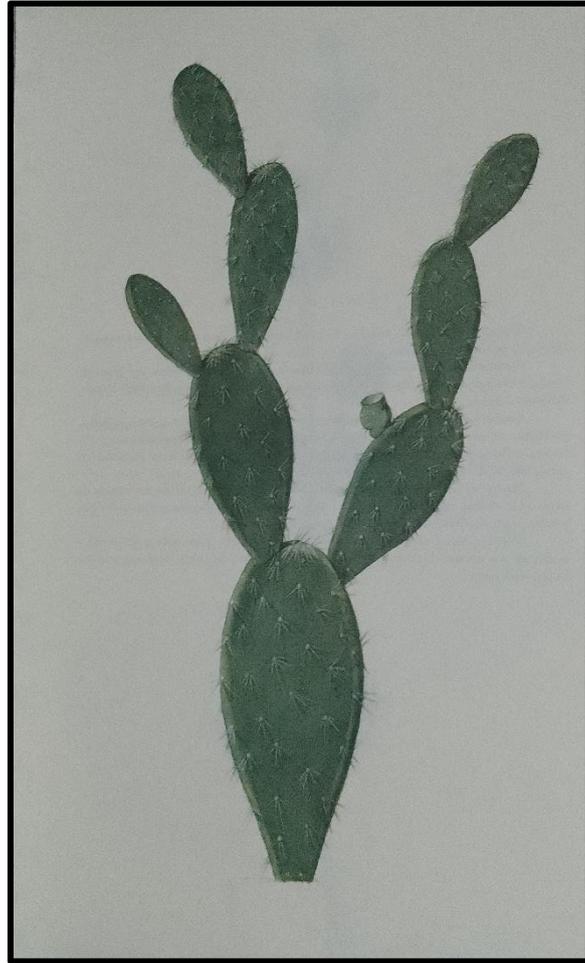
**Figura 3:** Carnaúba.

**Fonte:** PLANTAS, 2002.



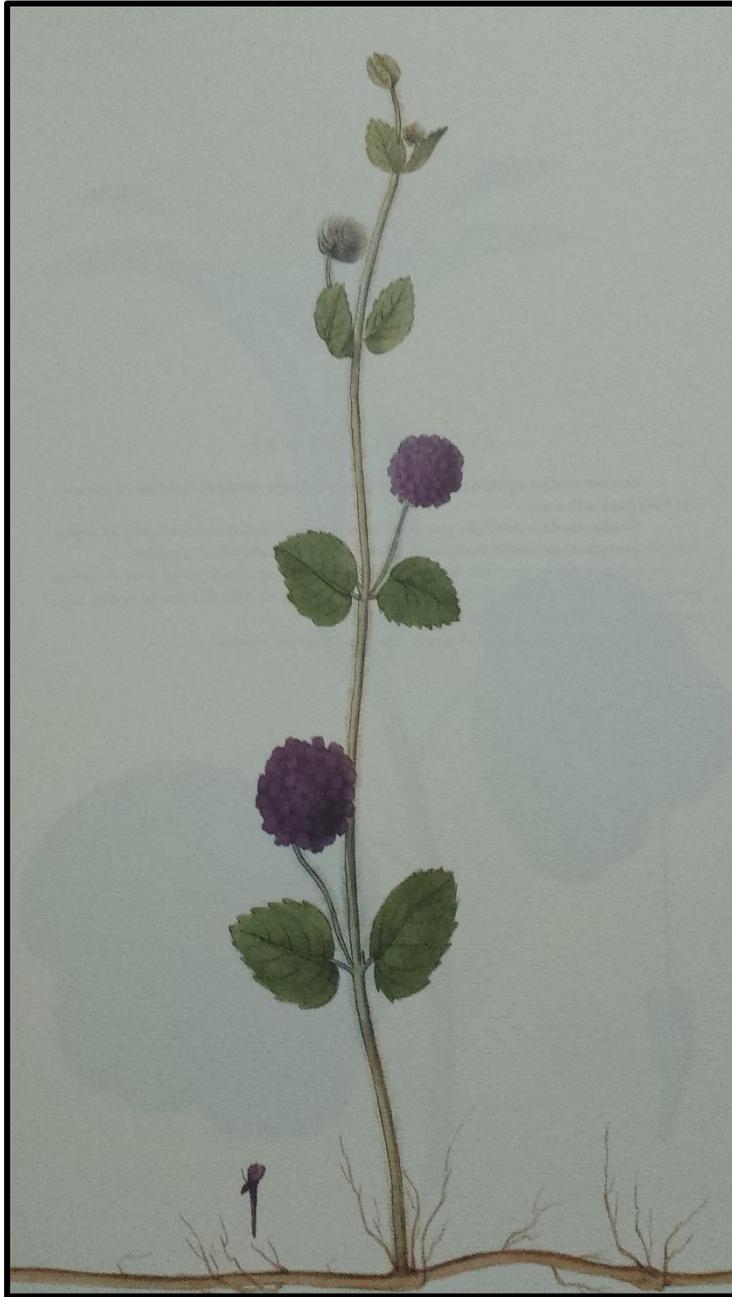
**Figura 4:** palmatória-da-cochonilha

**Fonte:** PLANTAS, 2002.



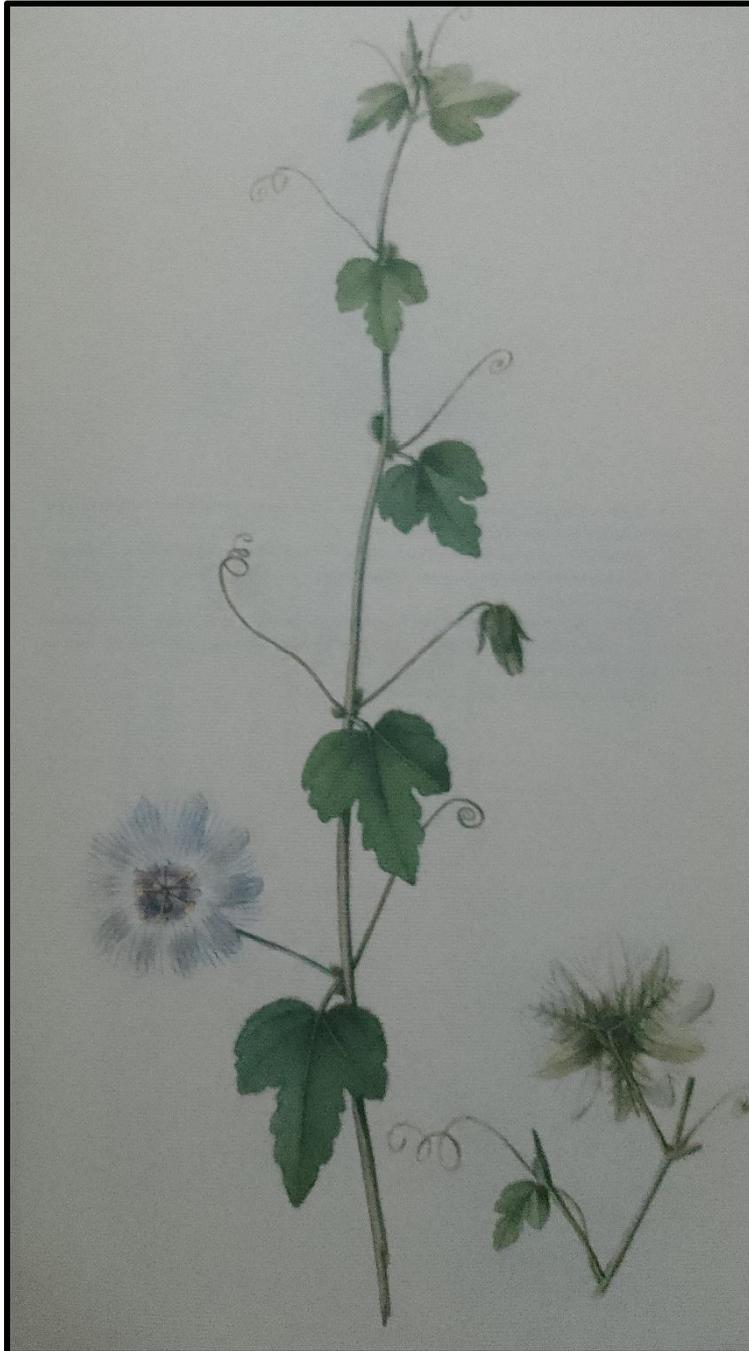
**Figura 5:** Palmatória-comprida.

**Fonte:** PLANTAS, 2002.



**Figura 6:** betônica-do-piauí.

**Fonte:** PLANTAS, 2002.



**Figura 7:** maracujá-de-moita.

**Fonte:** PLANTAS, 2002.



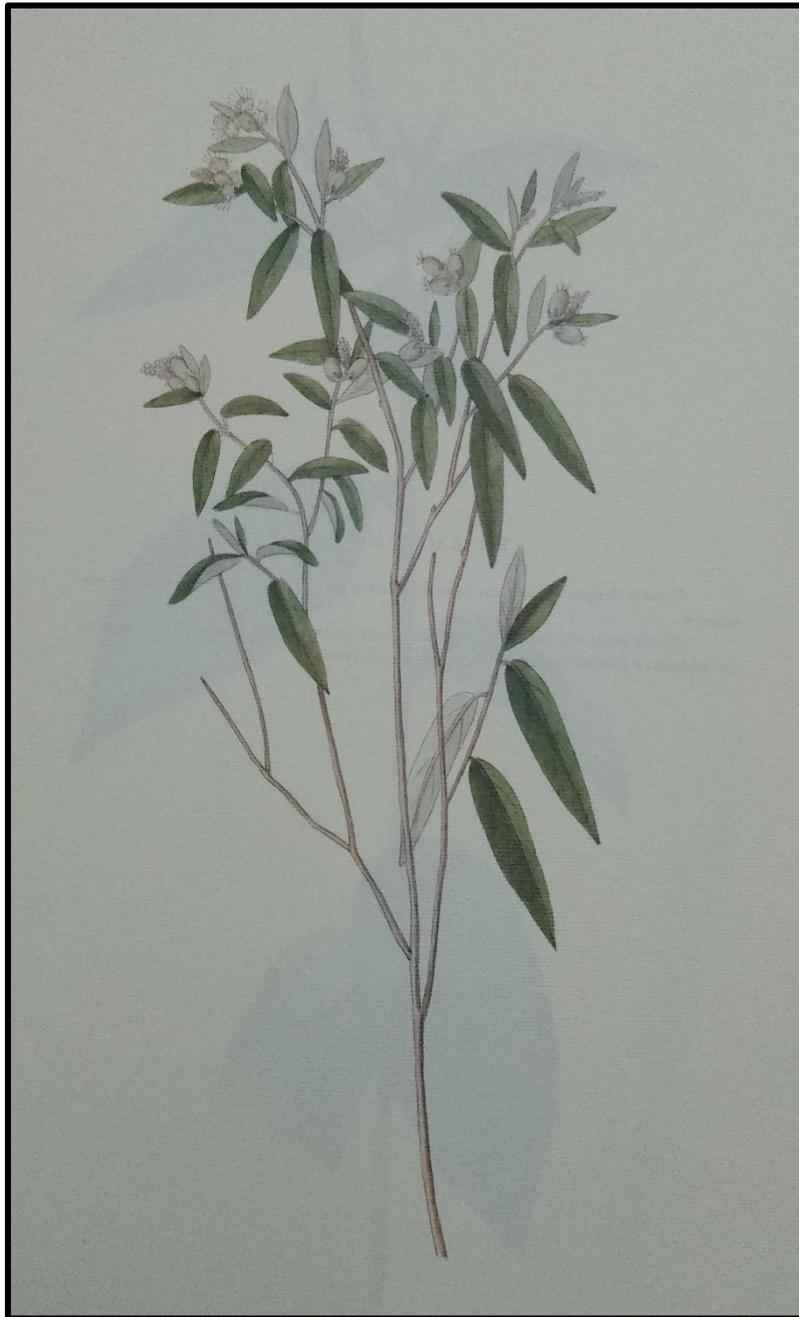
**Figura 8:** Velame preto.

**Fonte:** PLANTAS, 2002.



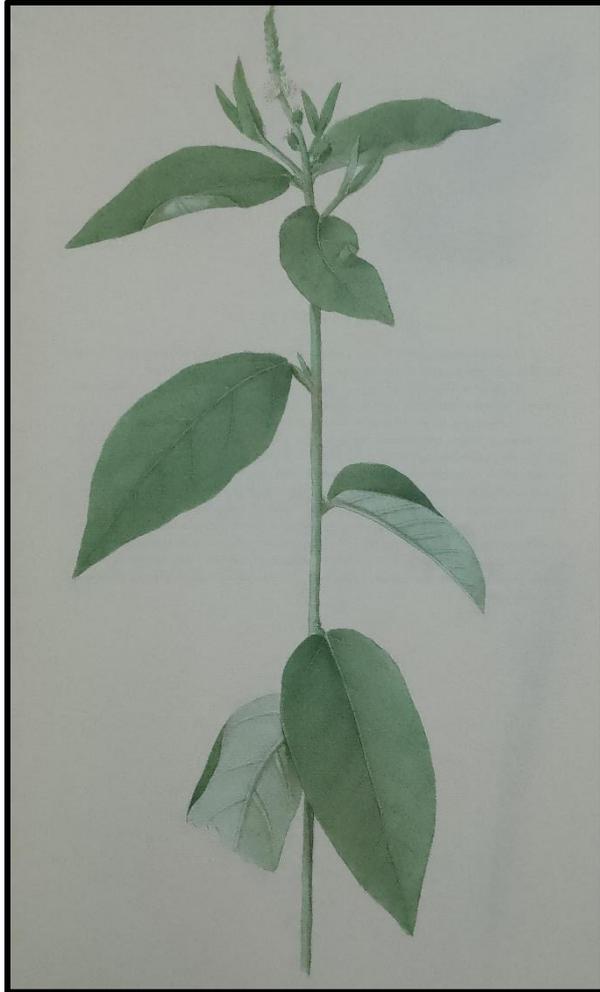
**Figura 9:** Velame branco

**Fonte:** PLANTAS, 2002.



**Figura 10:** Velame miúdo.

**Fonte:** PLANTAS, 2002.



**Figura 11:** Velame cheiroso.

**Fonte:** PLANTAS, 2002.



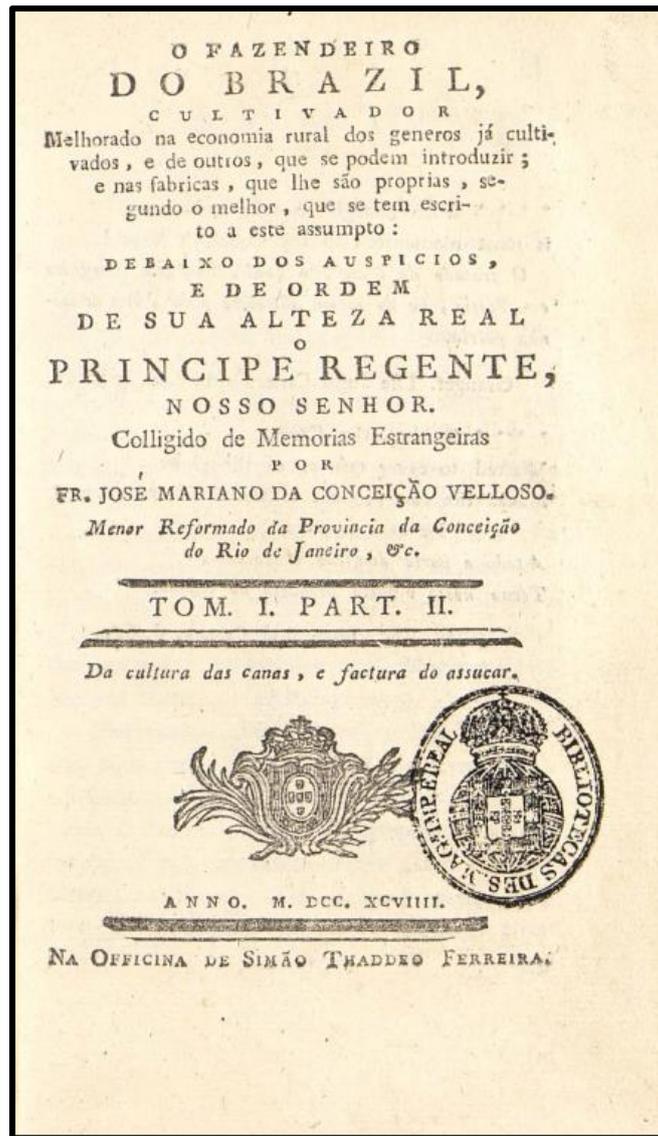
**Figura 12:** flor-de-jardim.

**Fonte:** PLANTAS, 2002.



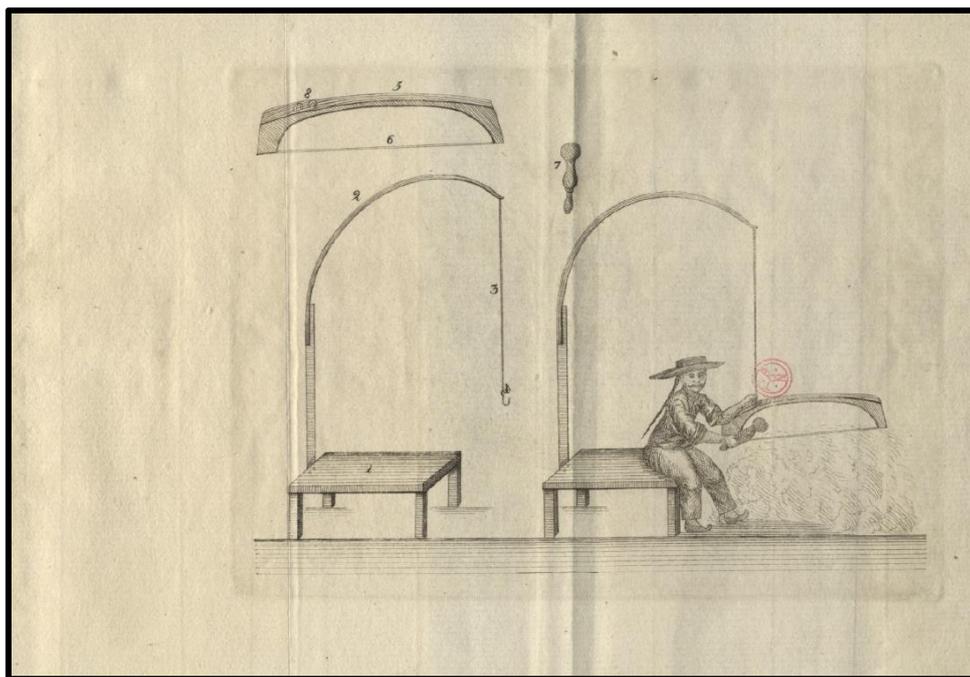
**Figura 13:** quina do Piauí.

**Fonte:** PLANTAS, 2002.



**Figura 14:** Frontispício do livro Fazendeiro do Brasil.

**Fonte:** VELOSO, 1798a.



**Figura 15:** Máquina de descaroçar algodão.

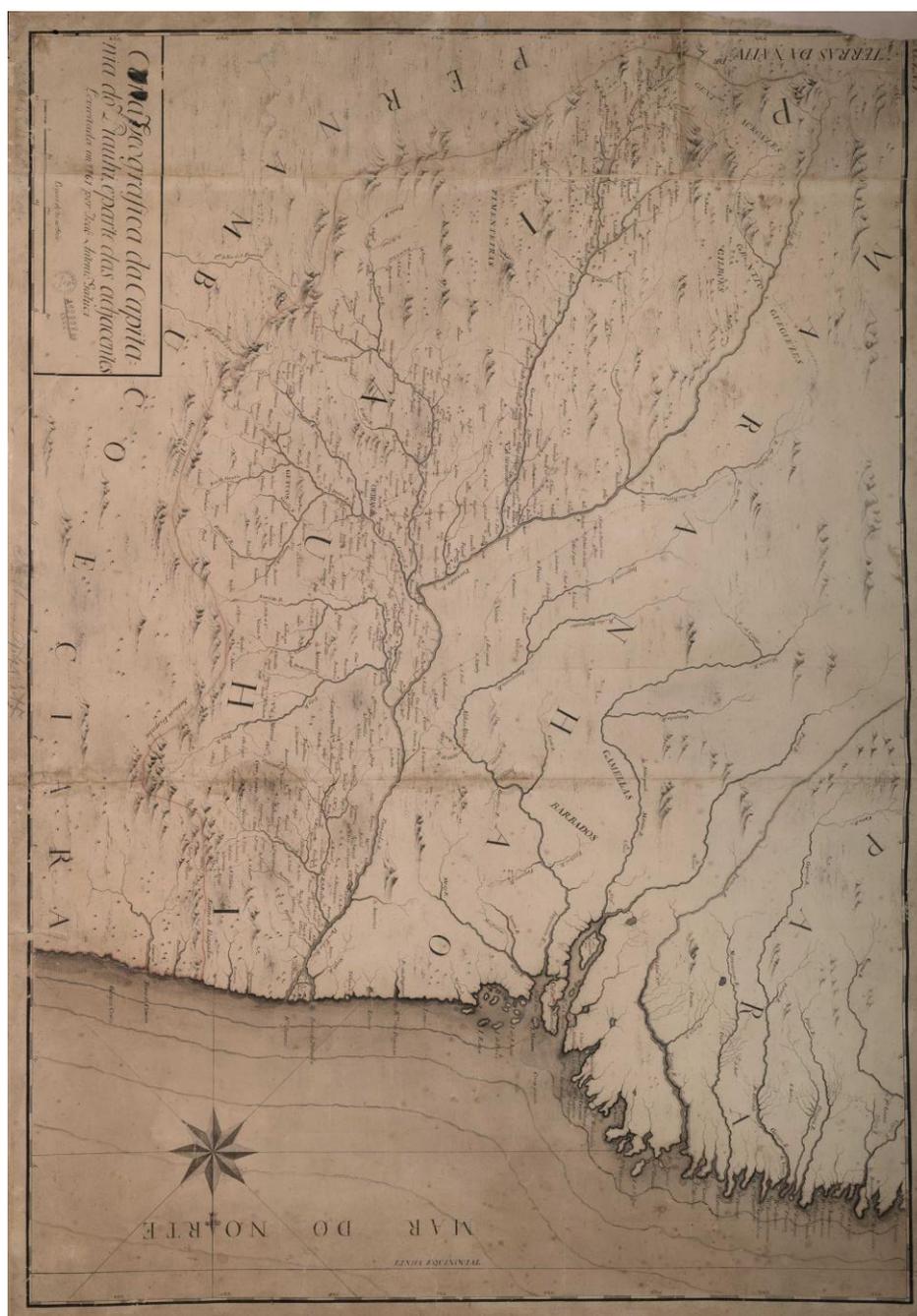
**Fonte:** Bettencourt, 1798.



**Figura 16:** Representação da pimenta negra.

**Fonte:** VELOSO, 1798b.

## **ANEXO – MAPA**



**Mapa:** Carta geográfica da Capitania do Piauí e parte adjacentes [cartográfico], levantada em 1761 por João Antônio Galluzzi.

**Fonte:** Acervo Biblioteca Nacional.